MARIA TEREZA REGINA LEME DE BARROS CORDIDO

ARQUITETURA FORENSE DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Produção moderna, antecedentes e significados

Dissertação apresentada à Escola de Engenharia de São Carlos, Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo – Especialidade em Teoria e História da Arquitetura.

Orientador: Prof. Dr. Miguel Antonio Buzzar

Apoio: CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico)

São Carlos

2007

FICHA CATALOGRÁFICA PREPARADA PELA SEÇÃO DE TRATAMENTO
DA INFORMAÇÃO DO SERVIÇO DE BIBLIOTECA – EESC/USP

C795a

Cordido, Maria Tereza Regina Leme de Barros

Arquitetura forense do Estado de São Paulo : produção moderna, antecedentes e significados / Maria Tereza Regina Leme de Barros Cordido ; orientador Prof. Dr. Miguel Antonio Buzzar. – São Carlos, 2007.

Dissertação (Mestrado-Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Área de Concentração: Teoria e História da Arquitetura) – Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2007.

1. Arquitetura moderna. 2. Plano de ação (PAGE). 3. Arquitetura forense. I. Título.

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

MARIA TEREZA REGINA LEME DE BARROS CORDIDO

ARQUITETURA FORENSE DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Produção moderna, antecedentes e significados

Dissertação apresentada à Escola de Engenharia de São Carlos, Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo – Especialidade em Teoria e História da Arquitetura.

Orientador: _____

Prof. Dr. Miguel Antonio Buzzar

Prof. Dr.

Prof. Dr.

*Ao Fernando, João Pedro, Luis Fernando, Ruth Maria
e Frida pela compreensão em minhas ausências e funda-
mental apoio recebido.*

*Aos meus pais Waldemar e Ruth presentes na minha
formação.*

Bons ventos podem nos fazer navegar tranqüilos, mas, também, podem levar a embarcação à deriva se ela não estiver sob o comando de mãos seguras, bom comandante e boa tripulação...

Agradeço à minha família pelo incentivo e compreensão.

A Miguel Antonio Buzzar pela presente e entusiasta orientação.

A Paulo Roberto Ortiz e Carolina Margarido pela precisa revisão.

A Antonio Pedro Leme de Barros pela diagramação.

A Élide Monzéglio pelas palavras de confiança e estímulos.

Aos amigos que fiz durante este período de desenvolvimento, com quem muito aprendi e compartilhamos angústias e alegrias.

Aos funcionários e professores do Departamento de Arquitetura de São Carlos sempre solícitos e prestativos.

Aos funcionários do Centro de Engenharia da Secretaria de Segurança e Defesa da Cidadania de São Paulo, do extinto Departamento de Obras do Estado de São Paulo e do Arquivo Morto da Companhia Paulista de Obras e Serviços pelo generoso atendimento na pesquisa.

À CNPq, cujo financiamento viabilizou a realização deste trabalho.

*O que é monumental hoje é o desejo humano
e a consciência sobre a cidade.*

Paulo Mendes da Rocha

ARQUITETURA FORENSE DO ESTADO DE SÃO PAULO: Produção moderna, antecedentes e significados

Com a introdução de um plano de governo com ideais modernizadores: o **Plano de Ação - PAGE-** de Carvalho Pinto, (1959/1963), jovens arquitetos encontram solo para cultivar seus ideais de uma nova arquitetura, através da geração de novos espaços que possibilitariam novas práticas sociais. Ações administrativas, organizacionais e financeiras se estruturaram em torno de um projeto central, o de “alavancar a modernidade do Estado”, em particular no seu interior, estruturada através da modernização material e do modernismo sócio-cultural. Este objetivo era coordenado por um grupo de planejamento responsável pelo entrosamento dessas ações.

Agregando o modernismo tanto cultural, através das formas arquitetônicas modernas, que deveriam representar a modernidade, como social, através de novos arranjos espaciais, que deveriam tornar a justiça mais acessível, os **edifícios forenses** projetados pelos arquitetos modernos são peças paradigmáticas desse processo. Suas novas práticas questionavam o agenciamento espacial tradicional, introduziram novas características construtivas e tipológicas e repensaram a relação com o entorno.

Vale registrar que ao longo da primeira metade do século XX os edifícios forenses, implantados pelo DOP (a partir de 1920), ainda traziam no seu agenciamento espacial interno formas de uso similares às extintas Casas de Câmara e Cadeia, modelo colonial, onde os serviços tidos como mais nobres ocupavam o andar superior que tinha acabamento mais requintado.

A simbologia recursiva destes edifícios, os usos de ornamentos e elementos greco-romanos buscavam conferir monumentalidade. Mesmo onde se indica uma pré-padronização destes edifícios a partir dos anos cinquenta, essa condição está presente.

A nova fase de produção através dos edifícios modernos possui um propósito mais complexo, envolvendo uma nova forma do saber e fazer arquitetura, percebida na introdução de novas tecnologias, conceitos e relações que se interagem compondo um macrocosmo de questões. Bratke em Amparo utiliza um grande átrio de distribuição aberto e fluído; em Araras Fábio Penteado concebe o fórum a partir de um pátio coberto para circulação retirando o tribunal do júri do corpo do edifício para múltiplo uso da população local; concepção também adotada em Avaré com Paulo Mendes da Rocha; em Amparo, Libeskind e em Piracicaba com Reydi os edifícios enfatizam a independência da estrutura em favor da maior expressividade plástica da obra; em Orlândia, Wilhein aproxima os ambientes de maior uso público com seu entorno, fruição também evidente em Itapira com Joaquim Guedes; em Promissão, Artigas e Cascaldi utilizam essa fluência de forma crítica, articulada por rampas diluindo o campo de observação unidirecional dos recorrentes “Passos Perdidos”; em Porto Feliz, Botti e Rubin enfrentam a modulação e elementos pré-fabricados, prezando pela funcionalidade para os serviços da justiça.

Embora propusessem um rompimento aos paradigmas adotados na produção forense, essa produção se contrapõe ao utilizar uma nova simbologia, que de certa forma, expressasse a modernização do Estado, percebidos no conjunto de seus aspectos formais e sentidos sociais de seus projetos. Entretanto a adequação para os serviços da justiça foi problemática.

As diversidades desta produção, aliados as inadequações encontradas em suas formulações tiveram como resposta a produção estandardizada. Este novo rumo, ainda que base para os novos fóruns até a atualidade, não eliminaram todas as dificuldades apontadas na produção anterior.

A produção viabilizada pelo PAGE nos revela que a representação dada a modernização do país, no caso em São Paulo, está associada a proposta de novas práticas de relações sociais, através de espaços mais democráticos. Além de se obter um novo campo de compreensão, ao conhecer como o interior do Estado participava no quadro de desenvolvimento do país projetando a representação de uma nação que bania seu “atraso”, contribuindo na difusão da **arquitetura moderna**.

Palavras-chave: Plano de Ação, PAGE, Arquitetura Forense, Arquitetura Moderna.

FORENSIC ARCHITECTURE OF THE STATE OF SÃO PAULO

Modern production, antecedents, and meanings

With the introduction of a government plan with ideas of modernization: the Action Plan – Page –, by Carvalho Pinto (1959-1963), young architects found soil to cultivate their ideas of a new architecture, through the generation of new spaces which would allow new social behaviors. Administrative, organizational and financial activities were structured around a main project, to “improve State modernization”, particularly in the rural part, structured through the material modernization and social and cultural modernism. This aim was coordinated by a planning group responsible for the mixing of these actions.

Associating both cultural modernism, through modern architectonic forms, which should represent modernity, and social modernism, through new space arrangements, which should make justice more accessible, the forensic buildings projected by modern architects are paradigmatic parts of this process. Their new actions questioned the traditional space negotiations, introduced new constructive and typological characteristics and rethought the relation with the surroundings.

It is worth mentioning that throughout the first half of Twentieth Century forensic buildings, implemented by DOP (from 1920), still had in its negotiation of space forms of use similar to those of the extinct House of Commons and prison, colonial models, where services known as noblest occupied the superior floor, which had fancier finishing.

The recursive symbology of these building, the use of greco-roman ornaments and elements aimed to confer monumentality. Even when a fore-standardization of these buildings is indicated from the '50s, this condition is present.

The new production phase through modern buildings has a more complex objective, involving a new form of knowing and doing architecture, noted in introduction of new technologies, concepts and relations which interact, making out a

macrocosmos of questions. Bratke in Amparo uses a huge atrium of distribution open and fluid; in Araras, Fábio Pented conceives a forum from a covered courtyard for circulation, extracting the court of jury from the building body for multiple use of local population; conception also adopted in Avaré by Paulo Mendes da Rocha; in Amparo, Libesking, and in Piracicaba, with Reydi, the buildings emphasize the independence of structure in favor of a bigger plastic expressivity of the piece; in Orlandia, Wilhein brings near environments of a higher public use in its surroundings, fruition also evident in Itapira with Joaquim Guedes; in Promissão, Artigas and Cascaldi use this influence critically, articulated with ramps diluting one-direction observation fields with recurring "Lost Steps"; in Porto Feliz, Botti and Rubin face modulation and fore-produced elements, respecting functionality for justice services.

Although they proposed a breaking of paradigms adopted in forensic production, this production opposes itself by using a new symbology, which, in a certain way, expressed State modernization, noted in its formal aspects and social meaning of its projects. However, the adjustment for justice services was troubled.

The diversities of this production, allied with inappropriations found in its formulas, had as an answer a standard production. This new course, even though it serves as a basis for new forums until now, did not eliminate all difficulties pointed in previous productions.

The production made possible by the PAGE reveals that the representation of the modernization of Brazil, in this case São Paulo, is associated to the proposal of new activities of social relations, through more democratic spaces. Besides obtaining a new comprehension field, when discovering how the interior of the State participated in the development chart of the country, projecting the representation of a nation which banned its "delay", contributing in the diffusion of the **modern architecture**.

Keywords: Action Plan, Page, Forensic Architecture, Modern Architecture.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figuras 1, 2, 3: Capa das cartilhas escolares na época do Estado Novo. As ilustrações evidenciam a autoridade constituída pela “generosa mão do estadista” que afaga a juventude, reconhecendo o seu território, da nação futura que se projeta “jovem” e, por conseguinte, moderna.	38
Figura 4: MESP (Ministério da Educação e Saúde Pública) de Le Corbusier, depois Ministério da Educação e Cultura e atual Palácio Capanema (Imagem AMB).	40
Figura 5: Divisão regional do II PAGE proposto em 1962 (II PAGE, p. 56)	58
Figura 6: Gráfico da distribuição setorial de investimentos do Plano de Ação (PAGE, p. 43)	63
Figura 7: gráfico da estrutura da produção do Estado no período, no qual se observa uma retração da agricultura e expansão da indústria. (PAGE, 1959, p. 31)	66
Figura 8: Gráfico dos objetivos setoriais alcançados para a Secretaria da Justiça e Segurança Pública.	69
Figura 9: Gráfico das realizações dos objetivos setoriais (PAGE, 3º relatório, p. 35), No qual se apresenta uma grande extensão de seus objetivos alcançados.	71
Figura 10: Fórum Romano (GROS, 2002)	79
Figura 11: Casa de Câmara e Cadeia de Guaratuba (BARRETO, 1978, p. 231). Nota-se no “andar” de cima o salão da Câmara e Audiências.	85
Figura 12: Plenário da Casa de Câmara e Cadeia de Vassouras, Rio de Janeiro (BARNABÉ, 2001).	86
Figura 13: Projeto da Cadeia e Fórum de São João de Curralinho, autoria de Victor Dubugras (TOLEDO, 1985, s/p.).	92
Figura 14: Cadeia e Fórum de Amparo, atualmente ocupada pela Guarda Municipal (CORDIDO, 2006).	94
Figura 15: Tombada em 23 de junho de 1977, atualmente como Casa de Cultura do município (CONDEPHAAT, 1998, p. 30).	95
Figura 16: Prédio tombado em 6 de junho de 1980, estava em reforma em ocasião da visita técnica (CORDIDO, 2006).	96
Figuras 17 e 18: O edifício antes da construção da praça e após o restauro.	97
Figura 19 e 20: A antiga Cadeia e Fórum, atualmente ocupada pela Casa de Cultura Municipal (CORDIDO, 2006).	98
Figura 21: O modelo de edifício desenvolvido pela Superintendência de Obras Públicas (CORDIDO, 2006).	99
Figura 22, 23 e 24: Cadeia e Fórum de Dubugras: “medievalismo com renovação”.	100
Figuras 25 e 26: O edifício indica tratar-se de um dos projetos-tipos desenvolvidos pela Superintendência de Obras Públicas. A primeira imagem é de uma lateral e fundo, a segunda, da fachada frontal (CORDIDO, 2006).	101
Figura 27 e 28: Uma variação dos projetos-tipos para Cadeia e Fórum. Lateral e fundos (CORDIDO, 2006).	102

Figura 29 e 30: Vitral do átrio superior; escada lateral em madeira de lei e piso com azulejo hidráulico, paginado como um trabalho de mosaico (CORDIDO, 2002).	105
Figura 31: Sistema interno de iluminação e ventilação natural (CORDIDO, 2002).	106
Figura 32: Vista do edifício, onde se contempla sua volumetria com horizontalidade e simetria.	106
Figura 33: Uma das “torres” que incorpora colunatas greco-romanas na decoração da fachada (CORDIDO, 2002).	107
Figura 34: Volumetria com horizontalidade contraposta com a verticalidade e repetição das janelas ritmadas com rigor simétrico (NALINE, 1998).	108
Figura 35: Figura de Têmis, adotada para representar a Justiça. Na fachada principal, compondo o pórtico de entrada do edifício.	109
Figuras 36 e 37: Porta de bronze e pórtico da entrada principal (NALINE, 1989, p. 51 e p. 33).	110
Figura 38: Átrio “Passos Perdidos”, ladeado pelas colunas de mármore monolíticas, onde se vê a distribuição dos espaços; ao fundo, a entrada para o júri (NALINE, 1989, p. 51-52).	110
Figura 39: Entrada para o júri (NALINE, 1989, p. 54).	111
Figura 40: Salão do Júri (NALINE, 1989, p. 55).	111
Figura 41: Assento para o juiz, no salão do júri, estampado com a balança da justiça. Note-se atrás da cadeira um frontão em madeira de lei, ornado com ramos de café (NALINE, 1989, p. 56).	112
Figura 42: Vitral do Salão Nobre (CORDIDO, 2002).	112
Figura 43: Imagem da antiga Praça Clóvis Bevilacqua (NALINE, 1989, p. 34).	113
Figura 44: Demolição para a construção da nova Praça da Sé.	113
Figura 45: Diagrama de distribuição interna dos edifícios padrões.	117
Figura 46: Fachada principal.	120
Figura 47: Pavimento térreo.	121
Figura 48: Pavimento Superior.	121
Figuras 49 e 50: Lateral e frente do edifício (VOTTA, 2006).	122
Figuras 51 e 52: Palácio da Justiça de Campinas; vista geral e detalhe do adorno da fachada (CORDIDO, 2005).	123
Figura 53: O tratamento de demarcação dos cunhais, ao decorar a fachada, repete-se simetricamente, simulando colunas, referência aos símbolos da justiça. (CORDIDO, 2005)	124
Figura 54: Fachada principal.	125
Figura 55: Fachada do edifício, onde se observa a sua volumetria alcançada e sua relação como espaço urbano. (CORDIDO, 2006)	143
Figura 56: Fachada do edifício, onde se observa o novo fechamento na alvenaria para acomodar sala para Oficiais de Justiça e colocação de gradis. (CORDIDO, 2006)	144

Figura 57: Entrada, acesso para galeria, cartórios, rampa e jardim. (CORDIDO, 2006)	144
Figura 58: Cartório, fechamento em pano de vidro. (CORDIDO, 2006)	144
Figura 59: Rampas de acesso ao nível superior. (CORDIDO, 2006)	145
Figuras 60: Detalhe da iluminação sobre a rampa. (CORDIDO, 2006)	145
Figura 61: Detalhe do escoamento de águas pluviais da rampa, canaleta, grelha e buzinode, revelando as preocupações com os detalhes construtivos da obra. (CORDIDO, 2006)	145
Figura 62: Andar superior, onde se vê ao final da rampa o vestíbulo e salão do júri. (CORDIDO, 2006)	145
Figura 63: Articulação de níveis pelas rampas. (CORDIDO, 2006)	146
Figura 64: Salão do Júri, fechamento em pano de vidro, detalhe da estrutura independente, obstruindo o campo focal do tablado. (CORDIDO, 2006)	146
Figuras 65: Corredor de acesso das salas do juiz e promotoria ao salão do júri. (CORDIDO, 2006).	146
Figura 66: Salão do Júri, mobiliário e acabamento original da época da construção, incompatíveis com a arquitetura que ocupam. (CORDIDO, 2006)	146
Figuras 67 e 68: Trava da janela basculante revelando a tendência dos materiais. (CORDIDO, 2006); Instalações Sanitárias ainda no acabamento original, expondo a tendência dos materiais. (CORDIDO, 2006)	147
Figuras 69 e 70: Sala do juiz. (CORDIDO, 2006); Sala do promotor. (CORDIDO, 2006)	147
Figura 71: Fachada posterior, onde a recepção do conjunto volumétrico da obra é interrompida pelo paisagismo adotado tornando-a precária. (CORDIDO, 2006)	147
Figura 72: Vista frontal, onde se observam a estrutura independente e vedação da caixa com panos de vidro. (CORDIDO, 2006).	152
Figuras 73 e 74: Salão do Júri, onde se nota um mobiliário tradicionalista contrapondo a inovação construtiva do edifício. (CORDIDO, 2006); Salão do Júri. Parede em jacarandá, piso taboado, forro em gesso acartonado cunhando austeridade ao ambiente. (CORDIDO, 2006).	152
Figuras 75 e 76: Ocupação dos espaços vazios com divisórias, vestíbulo de acesso ao saguão do salão do júri modificando sua recepção. (CORDIDO, 2006); Ocupação dos espaços vazios com divisórias, sob escadas e saguão do salão do júri. (CORDIDO, 2006).	153
Figura 77 e 78: Hall de entrada (vestíbulo), onde se observa circulação, arranjo de níveis e saguão superior e inferior. (CORDIDO, 2006); Sistema de ventilação (veneziana) entre a laje da cobertura e forro. (CORDIDO, 2006).	153
Figura 79 e 80: Cartório, onde se observam esquadrias originais, porém com adaptações para ar condicionado. (CORDIDO, 2006); Detalhe do puxador em alavanca da janela de persiana indicando as novas tendências dos materiais. (CORDIDO, 2006).	153
Figuras 81 e 82: Saguão do andar superior. (CORDIDO, 2006); Saguão superior e entrada para salas de promotoria, onde eram originalmente destinados a cartórios. (CORDIDO, 2006).	154
Figuras 83 e 84: Detalhe do caixão perdido da laje do piso do andar superior, sob a antiga sala do juiz, demonstrando as condições construtivas do período. (CORDIDO, 2006); Instalações sanitárias originais. (CORDIDO, 2006).	154

Figura 85: Ampliação anexada a construção original. (CORDIDO, 2006).	154
Figura 86: Cartório do prédio anexo. (CORDIDO, 2006).	155
Figura 87: Balcão na fachada frontal. (CORDIDO, 2006).	155
Figura 88: Detalhe da fachada posterior e junção com anexo. (CORDIDO, 2006).	156
Figura 89: Fachada lateral onde se vê o platô de assentamento. (CORDIDO, 2006).	156
Figura 90: Fachada posterior que fica de frente à Praça e Prefeitura. (CORDIDO, 2006).	157
Figura 91: Detalhe da calha (gárgula) para escoamento de águas pluviais da laje. (CORDIDO, 2006).	157
Figura 92: Fachada frontal, o edifício em relação à avenida na extremidade da praça. (CORDIDO, 2006).	157
Figura 93: Imagem da época de sua construção onde se via o conjunto do edifício e o jogo de volumes. (CAMARGO, 2000, p.59)	162
Figura 94: Entrada principal, onde se articulam os níveis e acessos entre os blocos. Observa-se o gradil interferindo na sua permeabilidade. (CORDIDO, 2006).	162
Figuras 95 e 96: Fachada onde se destacam os “delgados” pilares de sustentação e cobertura do salão do júri. (CORDIDO, 2006); Fachada onde se observa o conjunto, movimento dos volumes e inclinação das lajes (CORDIDO, 2006).	163
Figura 97: Articulação dos níveis e jardim interno. (CORDIDO, 2006).	163
Figura 98: Acesso à cozinha, nível inferior. (CORDIDO, 2006).	163
Figura 99: Escada independente de acesso público ao júri, aos fundos, os cartórios. (CORDIDO, 2006).	164
Figura 100 e 101: Varanda de entrada para o público, ao salão do júri, com campo visual voltado para a praça. (CORDIDO, 2006).	164
Figura 102: Salão do júri sobre os cartórios. (CORDIDO, 2006).	164
Figuras 103 e 104: Cobertura do salão do júri onde se vê o recuo na para iluminação zenital. (CORDIDO, 2006); Iluminação zenital com janelas em persiana, vista interna do júri. (CORDIDO, 2006).	165
Figuras 105, 106 e 107: Afastamentos (vãos) e aberturas para ventilação na parede do júri. (CORDIDO, 2006); Local para jurados, em desnível, ao fundo paredes em tijolos aparente com jogo de ventilação. (CORDIDO, 2006).	165
Figuras 108 e 109: Detalhe da estrutura independente destacada da parede interna enfatizando a liberdade estrutural, neste caso, interferindo no campo focal da audiência. (CORDIDO, 2006); Salão do júri sob o jogo das lajes e aberturas zenitais. (CORDIDO, 2006)	165
Figuras 110 e 111: Destaque da composição da laje do júri com recuos para iluminação zenital. (CORDIDO, 2006); Projeção da laje de cobertura sob a varanda de acesso ao júri. (CORDIDO, 2006).	166
Figuras 112 e 113: Bloco onde acomodavam as salas para juiz, promotoria e advogados com acesso para o júri. Ao fundo o novo prédio anexo. (CORDIDO, 2006); Projeção em balcão para ventilação da sala dos magistrados. (CORDIDO, 2006).	166

Figuras 114 e 115: Fachada posterior das antigas salas para magistrado. Ao fundo a construção anexa. A frente nota-se o símbolo do Plano de Ação (CORDIDO, 2006); Encontro das lajes de cobertura da sala do juiz (hoje depósito). (CORDIDO, 2006).	166
Figuras 116 e 117: Fachada lateral, júri e cartórios, ao fundo o anexo novo. (CORDIDO, 2006); Rasgos para iluminação na parede do júri e prédio anexo. (CORDIDO, 2006).	167
Figuras 118 e 119: Destaque da estrutura independente em frente à praça onde seu deslocamento permite a sua visibilidade. (CORDIDO, 2006); Projeção das salas secretas e recuo do piso inferior para iluminação do depósito atrás dos cartórios. (CORDIDO, 2006)	167
Figuras 120 e 121: Símbolo do Plano de Ação na fachada do edifício. (CORDIDO, 2006); Pórtico de entrada (a pintura do nome também é recente) e projeção do gabinete do juiz. (CORDIDO, 2006).	167
Figura 122: Fachada principal (CORDIDO, 2006).	173
Figura 123: Lateral: a variação dos níveis da praça e acesso ao júri (CORDIDO, 2006).	174
Figura 124: Fachada posterior: pergolado e novo fechamento para acomodar os cartórios e serviços administrativos, interrompendo a continuidade da “praça coberta” (CORDIDO, 2006).	174
Figura 125: Fachada lateral: a alteração do perfil original da estrutura. Construção de novas salas: obstrução da “passagem sob o edifício”, sua permeabilidade (CORDIDO, 2006).	174
Figuras 126 e 127: Lateral e praça fechadas por grades de segurança (CORDIDO, 2006); Espaço reformado para abrigar protocolo, defronte ao júri (CORDIDO, 2006).	175
Figuras 128 e 129: Entrada para os cartórios (CORDIDO, 2006); Comunicação entre os blocos, entrada para o júri e cartórios (CORDIDO, 2006).	175
Figuras 130 e 131: Salão do Júri (CORDIDO, 2006); Salão do júri: ao fundo, escada de acesso exclusivo dos magistrados (CORDIDO, 2006).	175
Figuras 132 e 133: Escada tipo “helicoidal”: acesso ao júri para os magistrados (CORDIDO, 2006); Detalhe da iluminação zenital do salão do júri (CORDIDO, 2006).	175
Figuras 134, 135 e 136: Sala secreta (CORDIDO, 2006); Sala secreta: detalhe das janelas pivotantes no recuo da viga invertida (CORDIDO, 2006); Cela (CORDIDO, 2006).	176
Figuras 137 e 138: Circulação em frente aos cartórios e atrás do júri (CORDIDO, 2006); Cartório (CORDIDO, 2006).	176
Figuras 139, 140 e 141: Mezanino: anteriormente destinado para arquivos (CORDIDO, 2006); 140: Detalhe da perfuração elíptica na laje de cobertura: para colocação de lâmpadas (CORDIDO, 2006); Janelas basculantes do cartório e passagem improvisada entre eles (CORDIDO, 2006).	176
Figura 142 e 143: Acesso (rebatido) para os cartórios em desuso (CORDIDO, 2006); A praça sob a ligação dos blocos (CORDIDO, 2006).	177
Figuras 144, 145 e 146: Detalhe da laje de cobertura com abertura zenitais localizada na interligação dos blocos (CORDIDO, 2006); Relação de fluidez entre o edifício e a praça interrompida pelos novos acréscimos (CORDIDO, 2006).	177
Figuras 147 e 148: Circulação interna do bloco onde se acomodam promotoria, juiz e audiência. A iluminação zenital é para o júri (CORDIDO, 2006); Circulação entre as galerias superiores vista da praça; acréscimo para administrativo (CORDIDO, 2006).	177

Figura 149: Fachada principal: a rampa para deficientes e fechamento do <i>hall</i> de entrada com vidros (CORDIDO, 2006).	182
Figura 150: Fachada: a composição volumétrica horizontal acentuada pelos elementos construtivos e de vedação (CORDIDO, 2006).	182
Figura 151: Imagem da época de sua inauguração: o hall de entrada sem a atual vedação (Imagem de um folheto comemorativo do município, cedida por um funcionário do Fórum).	182
Figuras 152 e 153: Vedações alternando placas de arenito aparelhadas na tonalidade amarela, com elementos vazados de concreto (CORDIDO, 2006); Fundação aparente, nivelando a base do edifício (CORDIDO, 2006).	183
Figuras 154 e 155: Salas acrescidas para novos cartórios com divisórias (CORDIDO, 2006); Detalhes internos originais, das janelas de persiana, arrematadas com vidro aramado, protegidas pelos brises de concreto (CORDIDO, 2006).	183
Figura 156: <i>Hall</i> do pavimento superior, acesso para gabinetes, audiência e júri (CORDIDO, 2006).	183
Figura 157: Salão do júri: ao lado do tablado, as entradas independentes para magistrados, réu, testemunhas e jurados. A lateral em panos de vidro: proteção por elementos vazados de concreto (CORDIDO, 2006).	184
Figuras 158 e 159: Salão do júri: parede revestida em cerejeira e piso de tacos (CORDIDO, 2006); Porta divisória originais das salas de audiência: uma adoção tradicionalista nos ambientes (CORDIDO, 2006).	184
Figuras 160 e 161: <i>Hall</i> de entrada: ao fundo, sob o mezanino, as divisórias para acomodar novas salas (CORDIDO, 2006); Antigo Fórum e Cadeia ao lado do novo Fórum de Justiça (CORDIDO, 2006).	184
Figura 162: O edifício antes da colocação dos gradis e modificações, mas já funcionando como Câmara Municipal. Observa-se o perfil de sua estrutura sugerindo uma balança, símbolo da justiça. (Imagem In PENTEADO, 1998)	189
Figura 163: Fachada atual, com a colocação de gradis (CORDIDO, 2006).	190
Figuras 164 e 165: Fundos do edifício e uso de ar condicionado: tentativas de compensar as intervenções que modificaram a sua ventilação natural (CORDIDO, 2006); Lateral: recuo do edifício sob a laje, conformando o pátio coberto (CORDIDO, 2006).	190
Figuras 166 e 167: Lateral do edifício: sua implantação em relação à praça (CORDIDO, 2006); Espelho d'água e cascata: desativados (CORDIDO, 2006).	190
Figuras 168, 169 e 170: Pátio Coberto; ao fundo, o corpo do edifício e torreão de escada (CORDIDO, 2006); Torreão de escada e circulação superior: fechada por vidros (CORDIDO, 2006); Escada em caracol (CORDIDO, 2006).	191
Figuras 171 e 172: Abertura sobre o torreão de escada: espessura da laje de cobertura (CORDIDO, 2006); Iluminação zenital (clarabóia) do torreão de escada (CORDIDO, 2006).	191
Figura 173: <i>Sheds</i> de iluminação zenital na cobertura do antigo salão do júri (CORDIDO, 2006).	191
Figuras 174 e 175: Salão do antigo salão do júri: atualmente para assembleias da câmara (CORDIDO, 2006).	192
Figuras 176, 177 e 178: Cela improvisada atrás do júri (CORDIDO, 2006); Azulejo de Mário Gruber desenvolvido para painel (PENTEADO, 1998)	192

Figura 179: Perspectiva do pátio coberto: o torreão de escada, painel de azulejo na parede do júri e espelho d'água com cascata (PENTEADO, 1998.)	192
Figura 180: Fachada principal (CORDIDO 2006).	198
Figuras 181, 182 e 183: Hall de entrada, distribuindo circulação e acessos; Entrada do edifício, onde a elevação do acesso ao átrio de distribuição de acessos retorna ao nível anterior através de outra escada. Possui pé-direito duplo, o que acentua sua imponência. As portas de enrolar de ferro são originais do projeto (CORDIDO 2006).	199
Figuras 184, 185 e 186: Cartório com parede revestida de pastilhas e piso em granito. Gabinetes com janelas de persiana e piso tabuado; Hall do pavimento superior com acesso para júri, audiência e gabinetes (CORDIDO 2006).	199
Figura 187: Salão do júri com mobiliário convencional (CORDIDO 2006).	199
Figuras 188 e 189: Cela; Sala secreta (CORDIDO 2006).	200
Figuras 190, 191, 192 e 193: Detalhe do pilar de mármore e plataforma em pedras com juntas secas e ventilação para subsolo: lugar dos arquivos; Escada de acesso do cartório para subsolo. Detalhe dos pilares: vigas de apoio e travamento em mármore e paredes em pastilhas (CORDIDO 2006).	200
Figuras 194, 195 e 196: Luminária do hall principal; sistema de comunicação ainda operante; janelas em persiana translúcidas, na base com vidro aramado fixo (CORDIDO 2006).	200
Figuras 197 e 198: Detalhe da projeção da lateral do edifício em balanço. Destaque da estrutura independente, apoiada na plataforma elevada. Esta fachada está no limite da praça, promovendo uma recepção de impacto na sua formal, na medida em que suas dimensões se sobrepõem sobre o conjunto arquitetônico de seu entorno (CORDIDO 2006).	201
Figura 199: Vista geral do edifício. (CORDIDO, 2006)	207
Figuras 200 e 201: Hall de entrada e superior com escadas subdivididas em dois lanços; Átrio visto do piso térreo: a leveza estrutural na composição das escadas. (CORDIDO, 2006)	207
Figuras 202 e 203: Parede dos cartórios revestida com elementos cerâmicos pintados, portas com bandeira de janela pivotante. Detalhe da bandeira pivotante. (CORDIDO, 2006)	207
Figuras 204 e 205: Antigo Salão do Júri; Cobertura zenital do Júri: desacordo das aletas do projeto original com as lâmpadas fluorescentes. (CORDIDO, 2006)	208
Figuras 206, 207 e 208: Encontro entre parede e cobertura zenital do Júri: leve inclinação na sua junção, provavelmente para seu tratamento acústico. Mezanino sob o Júri. (CORDIDO, 2006)	208
Figuras 209, 210 e 211: Entrada privativa do Júri, obstruída pela ocupação atual. Uma das salas do térreo onde provavelmente funcionava um cartório; Monta-cargas da sala secreta. (CORDIDO, 2006)	208
Figuras 212, 213, 214 e 215: Uma das escadas privativas dos magistrados para o Júri: peças cerâmicas não pintadas. Detalhe do patamar da mesma escada com iluminação direta por janelas pivotantes em paralelo; Detalhes da cobertura zenital do mesmo vão de es	209
Figuras 216 e 217: Cartórios unificados pela demolição de paredes. As janelas de guilhotina e persianas são originais; Cartório preservado em tamanho original. (CORDIDO, 2006)	209
Figura 218: Corredor de acesso aos gabinetes do piso superior e ao mezanino. (CORDIDO, 2006)	209
Figuras 219, 220 e 221: Janela de um antigo gabinete onde a parte inferior é basculante e a superior, de guilhotina. O piso é original; Salas ocupadas precariamente pelo Instituto Histórico Geográfico; antigos gabinetes: sua cobertura zenital. (CORDIDO, 20	210

Figuras 222, 223 e 224: Cozinha do andar superior e acesso monta-cargas; Banheiro com piso e paredes em acabamento originais. (CORDIDO, 2006)	210
Figuras 225 e 226: Entrada do edifício em vidro com colocação de filtro para reflexão solar; Entrada do edifício vista pelo vão da escada em balanço. (CORDIDO, 2006)	210
Figura 227: Entrada do edifício por onde podia ser visto o átrio com distribuição de acessos. (CORDIDO, 2006)	211
Figuras 228 e 229: Lateral do edifício: sua composição, os apoios estruturais, os brises verticais, a vedação cerâmica da fachada, além da base semi-enterrada que acomoda cela e arquivos; Detalhe dos apoios da base. (CORDIDO, 2006)	211
Figura 230: Vista geral do edifício: a articulação de níveis e composição do volume. (CORDIDO, 2006)	211
Figuras 231: Entrada principal. (CORDIDO, 2006)	216
Figuras 232 e 233: Escada de acesso ao 2º pavimento em balanço, engastada na laje superior, com guarda-corpo em vidro aramado; Corredor de acesso aos cartórios e salas improvisadas fechadas com divisórias. (CORDIDO, 2006)	217
Figuras 234 e 235: Entrada do cartório com portas de enrolar de aço galvanizado. Quadro com a data de sua entrega oficial. (CORDIDO, 2006)	217
Figura 236: Entrada do cartório e corredor de circulação. (CORDIDO, 2006)	217
Figuras 237 e 238: Janelas basculantes de persiana dos cartórios e acesso ao subsolo/ arquivo. (CORDIDO, 2006)	218
Figuras 239, 240 e 241: Detalhe do piso de pastilhas das áreas de circulação; <i>Hall</i> do pavimento superior, com salas de divisórias. (CORDIDO, 2006)	218
Figura 242: Lanchonete no piso térreo. (CORDIDO, 2006)	218
Figura 243, 244 e 245: Salas de audiência; Sala secreta, atualmente usada para audiência. (CORDIDO, 2006)	219
Figura 246 e 247: Banheiro em piso cerâmico vermelho e azulejo branco, assentado em meia parede; acesso da sala secreta para o Júri. (CORDIDO, 2006)	219
Figura 248: Salão do Júri. (CORDIDO, 2006)	219
Figuras 249 e 250: Salão do Júri; ao fundo, janelas basculantes de persiana; Júri: detalhe do piso tabuado. (CORDIDO, 2006)	220
Figuras 251, 252 e 253: Celas; Escada de acesso exclusivo para as celas. (CORDIDO, 2006)	220
Figuras 254 e 255: Detalhe da cortina de brise, distanciada do corpo do edifício; Lateral do edifício: as novas cintas de amarração da cortina de brises. (CORDIDO, 2006)	220
Figuras 256, 257 e 258: Cinta de amarração, posteriormente colocada, ligada à estrutura principal por vigas de concreto, cujo espaçamento se integra na modulação geral; Canaletas para captação de águas pluviais ao longo do edifício; Vigas de concreto, cujo espaçamento se integra na modulação geral do edifício. (CORDIDO, 2006)	221
Figuras 259 e 260: Desgaste do elemento vazado em “neo-rex” devido à sua grande porosidade; Escada vazada, revestida em pastilhas na entrada do edifício. (CORDIDO, 2006)	221
Figura 261: Vista geral da fachada principal. (CORDIDO, 2006)	221

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	7
RESUMO	11
ABSTRACT	13
INTRODUÇÃO	25
O NACIONALISMO E A BASE DA PRODUÇÃO MODERNA NO BRASIL	31
1.1. A representação nacional na produção arquitetônica no Brasil	31
1.1.1. As transformações na década de 1950	42
1.2. Os Planos Desenvolvimentistas como instrumento de transformação nacional	46
1.2.1. Moderação política e modernização econômica, o caso de São Paulo	46
1.2.2. O contexto econômico e político do Plano de Ação do Governo do Estado de São Paulo	53
1.3. PAGE: estrutura e funcionamento	57
1.3.1. PAGE: objetivos	64
1.3.2. O Plano de Ação e as Demandas de Obras Atendidas às Secretarias do Governo Estadual	68
1.3.3. O PAGE e a difusão da produção moderna no Estado de São Paulo	73
 ARQUITETURA FORENSE EM SÃO PAULO	 79
2.1. As transformações arquitetônicas dos Fóruns de Justiça e sua tipologia	79
2.1.1. A instituição do Direito, o Fórum e sua arquitetura	79
2.1.2. Breve histórico do Poder Judiciário no Brasil	84
2.1.3. Casas de Câmara e Cadeia	85
2.1.4. Cadeia e Fórum - “projeto-tipo” (Superintendência de Obras Públicas do Estado de São Paulo)	90
2.1.5. Fórum de Justiça (Diretoria de Obras Públicas da Secretaria de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas)	103
2.1.6. O Departamento de Obras Públicas (DOP) – “projetos-padrão”	113

2.2. A produção “moderna” do Estado e do Instituto de Previdência do Estado de São Paulo, IPESP, através do PAGE	127
2.3. O significado da produção DOP/IPESP: Fóruns como representação do Brasil Novo.	136
2.4. Os modulares, “standardização”, a padronização unificando questões sob a influência da arquitetura moderna	222
CONCLUSÃO	225
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	235
Periódicos	239
Artigos disponíveis em versão eletrônica	240
Portais eletrônicos	241
ANEXOS	243
Entrevista: Francisco Witaker Ferreira	243
Entrevista: Fábio Moura Penteado	262
Entrevista: Ivan Gilberto Castaldi	286
Entrevista: Plínio de Arruda Sampaio	299
Entrevista: Marcolino Vaccari e Maria Lúcia Novaes de Britto Passos	324

A primeira questão que o trabalho suscita diz respeito à propriedade de se afirmar a existência de uma tipologia arquitetônica específica para os Fóruns, ou simplesmente se existe uma arquitetura forense. A noção inicial, quando da elaboração do projeto de pesquisa, fazia uma associação simples: da mesma forma que é possível falar de uma arquitetura escolar, de uma arquitetura hospitalar, etc., também seria possível falar de uma arquitetura forense relativa aos projetos pensados na sua origem como Fóruns de Justiça. Claro está que tal entendimento era consequência da formação moderna que alinhava forma à função e, neste caso, forma ao programa empírico, ou de necessidades. Ou seja, eram os programas que geravam as suas tipologias específicas. Assim, se existisse um programa particular para os Fóruns de Justiça, havia uma tipologia específica de Fóruns.

Entretanto, ainda que este entendimento pudesse ser possível, e de fato foi utilizado em muitos casos, o desenvolvimento do trabalho levou ao contato com outras noções de tipologia e do tipo propriamente dito. Se a noção de tipologia vinculada ao programa da edificação fazia parte da formação moderna, neste caso, mais do que pessoal, de gerações de arquitetos formados no Brasil, a noção que apresentaram a seguir fazia crítica à arquitetura moderna.

Aldo Rossi, no seu livro seminal *Arquitetura da Cidade*, criticou as limitações do funcionalismo que, aproximando-se da fisiologia, tomava as obras arquitetônicas como derivadas do uso. Para Rossi, a existência de edificações com anos (ou séculos) de uso, sob programas distintos, indicava que a formulação funcionalista era parcial e encobria as características específicas da arquitetura enquanto disciplina autônoma, isto é, com elementos próprios de sua construção. Esses edifícios eram definidos como fatos urbanos: por um lado, eles agregavam-se à memória coletiva de um lugar, ou da cidade; por outro lado, encarnavam os princípios e elementos constitutivos da disciplina arquitetônica. A sua presença ativa transcendia um tempo (uma época) e as funções iniciais. Neste caso, a forma abrangia várias funções e a chave para o seu entendimento era a noção de tipo.

Para discutir o tipo, Rossi recorreu à definição de Quatremère de Quincy, para quem:

A palavra “tipo” representa tanto a imagem de uma coisa a ser copiada ou imitada perfeitamente quanto a idéia de um elemento que deve, ele mesmo, servir de regra ao modelo. [...]

O modelo, entendido segundo a execução prática da arte, é um objeto que deve repetir tal como é; o “tipo” é, pelo contrário, um objeto, segundo o qual cada um pode conceber obras, que não se assemelharão entre si. Tudo é preciso e dado no modelo; tudo é mais ou menos vago no “tipo”. Assim, vemos que a imitação dos “tipos” nada tem que o sentimento e o espírito não possam conhecer [...] (QUINCY, in ROSSI, 1995, p. 25, 26)

Os objetos diferentes (conformação mais ou menos vaga) eram edifícios com programas diferentes que guardavam analogias. Havia elementos; havia um “todo arquitetônico”, ou “todo conceitual”, que se realizava através de composição arquitetônica, composição que pensava a edificação como um todo; havia alguma “estrutura profunda”, que informava o fazer arquitetônico e, sobretudo, a arquitetura realizada.

Esta noção de tipo e de tipologia respondia de forma oposta à noção de tipologia moderna. Este trabalho lida com ambas na medida em que a produção de edifícios de Fóruns, ou de edificações que abrigaram as funções jurídicas, quando estas ainda não conheciam a atual autonomia, ora foi concebida por arquitetos modernos, ora por arquitetos (ou construtores) que pensavam as edificações como modelos, a serem copiados, na maioria dos casos, ou talvez como tipo. Se este último procedimento ocorreu, o foi em poucos casos, mas, fundamentalmente, tanto para aqueles que utilizavam a estratégia de tipo quanto para aqueles baseados na estratégia de modelo, elaboravam-se os edifícios a partir de noções de composição espacial, derivadas daquilo que ficou conhecido como ensino Beaux-Arts, ao final do século XIX, o que na verdade podia ser verificado anteriormente.

Tendo como arcabouço conceitual estas duas questões, o trabalho analisa até chegar à produção moderna no Estado de São Paulo, foco principal de estudo, a produção de edifícios da justiça desde a Primeira República, retrocedendo mesmo a exemplares das Casas de Câmara e Cadeia, procurando verificar em que moldes se basearam as propostas modernas, o que se procurava atingir e de que maneira esta produção moderna foi absorvida pelo Estado. Nesta análise, procura-se verificar: quais são as permanências e rupturas nas concepções arquitetônicas dos Fóruns e até que ponto a arquitetura de Fóruns pode ser lida

pelas formulações modernas, ou pelas formulações tipológicas, na verdade, formulações referenciadas no tipo, ou no moderno.

Além das Casas de Câmara e Cadeia, dentro destas premissas apresentadas, o trabalho analisa os seguintes edifícios da justiça e respectivos momentos de sua produção:

TIPOLOGIA	RESPONSÁVEL	PERÍODO*
Cadeia e Fórum “projeto-tipo”	Superintendência de Obras Públicas do Estado de São Paulo	Primeira República
Palácio da Justiça/Fórums	Secretaria de Viação e Obras Públicas do Estado de São Paulo	
Fórums “projetos-padrão”	Departamento de Obras Públicas do Estado de São Paulo	República Nova “padronização” dos edifícios públicos
Fórums de “filiação moderna”	Financiados pelo Instituto de Previdência do Estado de São Paulo	Viabilizado através do Plano de Ação, “PAGE” (desenvolvimentismo)
Fórums estandardizados	Centro de Engenharia da Secretaria de Estado da Justiça e Defesa da Cidadania de São Paulo	Produzidos inicialmente pelo “DOP” e até os dias atuais

* Ainda não existem datas limites, pois o Judiciário foi lentamente substituindo seus edifícios – por exemplo, edifícios de Cadeia e Fórum – e ocupou Casas de Câmara e Cadeia, mesmo com as novas funções. Em outros momentos, houve sobreposição de tipologias.

Compondo este campo de análise, através do método investigativo de viagem técnica adotado pelo trabalho e dentro da chave de leitura proposta, foram visitados os seguintes municípios e respectivos edifícios da justiça:

EDIFÍCIO	MUNICÍPIO
Casas de Câmara e Cadeia	Atibaia
Casas de Câmara e Cadeia	Itanhaém
Casas de Câmara e Cadeia	Bananal
Casas de Câmara e Cadeia	São José do Barreiro
Casas de Câmara e Cadeia	Areias
Casas de Câmara e Cadeia	Lorena
Casas de Câmara e Cadeia	Vassouras*

* Embora o trabalho se restrinja à produção do Estado de São Paulo, Vassouras, Rio de Janeiro, foi incluída, por ter sido fundamental na rota de entrada do café no Estado, roteiro utilizado pela significância econômica que proporcionou o desenvolvimento do Estado e a elevação à condição de vilas dos pequenos núcleos urbanos, conseqüentemente a construção de Casas de Câmara e Cadeia. Itanhaém foi incluída pela investigação da técnica construtiva adotada que difere das demais.

EDIFÍCIO	MUNICÍPIO
“Projeto-tipo”	Amparo
“Projeto-tipo”	Araras
“Projeto-tipo”	Avaré
“Projeto-tipo”	Ilhabela*
“Projeto-tipo”	Orlândia
“Projeto-tipo”	Porto Feliz
“Projeto-tipo”	São Carlos
“Projeto-tipo”	Silveiras
“Projeto-tipo”	Socorro

* Os edifícios foram observados nas cidades visitadas no roteiro do café, onde se encontram os projetos de “extração moderna”, com exceção de Ilhabela, que teve autoria identificada por funcionários do SVOP.

EDIFÍCIO	MUNICÍPIO
Fóruns "eccléticos"	Botucatu
Fóruns "eccléticos"	São Paulo

* Seleccionados pela singularidade e autores envolvidos.

EDIFÍCIO	MUNICÍPIO
"projetos-padrão"	BARRETOS
"projetos-padrão"	CAMPINAS
"projetos-padrão"	CUNHA
"projetos-padrão"	SÃO CARLOS

* Seleccionados através de plantas encontradas dos edifícios produzidos nos finais dos anos 1950.

EDIFÍCIO	MUNICÍPIO
"Filiação moderna"	Amparo
"Filiação moderna"	Araras
"Filiação moderna"	Avaré
"Filiação moderna"	Itapira
"Filiação moderna"	Orlândia
"Filiação moderna"	Piracicaba
"Filiação moderna"	Porto Feliz
"Filiação moderna"	Promissão
"Filiação moderna"	Socorro

* Encontram-se no relatório do PAGE e pelos autores envolvidos.

O trabalho, buscando ainda compor uma leitura e análise mais ajustada do objeto arquitetônico investigado, além das visitas técnicas, baliza-se nas leituras de textos teóricos ou referenciais, projetos e desenhos. Além disso, foram também entrevistados profissionais envolvidos nesta produção em seus diversos períodos. São eles: Ivan Gilberto Castaldi, Marcolino Vaccari e Maria Lúcia de Brito Passos, do DOP; Plínio de Arruda Sampaio, Celso Lamparelli e Francisco Witaker de Oliveira, que participaram do Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto, e Fábio de Arruda Penteado, responsável pelo edifício de extração moderna de Araras.

Tendo como pano de fundo a discussão sobre a pertinência da definição de uma arquitetura forense e com o objetivo de analisar a produção moderna de Fóruns no Estado de São Paulo, o trabalho organiza-se interpretando no primeiro capítulo como se estabeleceram as bases do movimento moderno no Brasil com suas especificidades, como se instituiu a produção cultural, legitimada por substâncias históricas e, por vezes, construindo o próprio passado, coligando o "caráter nacional" com o compromisso da modernização do país.

O mesmo capítulo também aborda e discute os Planos Desenvolventistas no país e, particularmente no caso de São Paulo, com o PAGE, enquanto

instrumento de transformação nacional, constituindo importante celeiro de difusão da arquitetura moderna, por ter viabilizado uma considerável produção de obras públicas, sob os preceitos modernos.

O segundo capítulo trata da evolução e características arquitetônicas dos Fóruns de Justiça propriamente. Aborda, como já comentado, as Casas de Câmara e Cadeia; depois, nos momentos iniciais republicanos, Cadeia e Fórum; a seguir, a partir da República consolidada, seu desmembramento, o qual abrigava somente as funções da justiça como Fórum e suas transformações, inicialmente “projetos-padrão”, até as novas formulações, a partir da produção da arquitetura moderna, quando se iniciaram proposições que intentavam uma requalificação para estes equipamentos.

Antes das considerações finais, o trabalho disserta sobre os edifícios estandardizados, registrando a continuidade da produção, mas que supera o recorte do trabalho.

Na conclusão, abordam-se as características da arquitetura forense elaborada pelos arquitetos modernos.

Ao analisar o conjunto dessas edificações, deseja-se discutir ainda essa tipologia no repertório de leitura da arquitetura moderna no Brasil e os vínculos que esta produção estabeleceu com o Estado, assim como ocorreu em outras áreas, tais como arquitetura escolar e hospitalar.

Dessa maneira, são objetos de discussão as seguintes questões que surgem ao longo do trabalho: Os edifícios modernos basearam-se em interpretações e propostas distintas das anteriores no que diz respeito aos Fóruns? As propostas modernas concorreram para uma interpretação unitária do programa empírico dos Fóruns? É possível a existência de um Fórum moderno? Qual a relação simbólica que os edifícios modernos dos Fóruns estabeleceram com o Estado?

Por fim, dado o reconhecimento das especificidades desta arquitetura e do grande volume de edificações produzido, o trabalho verifica a validade do questionamento inicial, a possibilidade da denominação de tais edifícios, que, desmembrando-se da classificação “arquitetura oficial”, deve ser reconhecida como “arquitetura forense”.

1

O NACIONALISMO E A BASE DA PRODUÇÃO MODERNA NO BRASIL

1.1. A representação nacional na produção arquitetônica no Brasil

O conjunto de movimentos artísticos e arquitetônicos reconhecido como moderno, surgido particularmente na Europa, incluindo a extinta União Soviética, nas primeiras décadas do século XX, desenvolveu-se ao vincular forma artística a compromisso social, articulado em grande parte com os ideais de socialização e de construção de um “Novo Mundo”. Como indica Anatole Kopp:

[...] a arquitetura “moderna” não era apenas formas depuradas e técnicas contemporâneas, mas também e, sobretudo, a tentativa de participar, ao nível da construção do ambiente, na transformação da sociedade.
(KOOP, 1990, p. 14).

Pode-se afirmar que o Modernismo Brasileiro, ainda que agregasse a renovação social e cultural desde o seu momento germinal – modernista, identificado com a realização da Semana de 22 –, trabalhou questões específicas em relação àquelas dos contextos de origem, somando algumas qualidades próprias e marcantes na sua configuração.

Desde as iniciativas modernistas reunidas na famosa Semana de 1922, em que pese as diferenças entre os seus participantes, mas, sobretudo, a partir da articulação e vinculação ao Estado varguista pós-1930 de uma série de artistas e intelectuais modernos, no Brasil o impulso à criação de uma identidade nacional esteve presente na base de várias ações modernas.

O internacionalismo presente no movimento modernista no Brasil, em São Paulo manifestado na Semana de Arte Moderna de 1922, revelou a busca de uma sintonia com a produção europeia, não apenas visando a uma atualização frente à última moda parisiense, mas à captura de uma atitude interessada em renovar e, sobretudo, explorar as possibilidades abertas pelo próprio modernismo:

No primeiro momento, a visão distanciada é fecunda para o artista americano situado em patamar europeu. Num segundo momento, as diferenças culturais

internas tornam-se visíveis e se oferecem como materialidade lingüística para a elaboração artística. O trabalho erudito manipula elementos de tradições populares, expressões primitivas, reconhece signos da cultura negra, cabocla, do passado indígena. Aproxima o urbano do rural, o caipira e o operário.

(BELLUZZO, 1990, p. 19)

O internacionalismo moderno apareceu como condição para promover a ruptura com o academismo “passadista”, o provincianismo sociocultural, a busca de uma expressão local através do novo conhecimento que chega da Europa, trazido pelos artistas e intelectuais brasileiros:

[...] o que estava presente para os artistas do século XX era um deslocamento, um desenraizamento. Este procedimento foi um meio para a ruptura e para constituição duma arte distinta da conhecida e reconhecida. Trazer novas possibilidades para a arte, ampliar e liberar o registro artístico, é isto que, de forma consciente, levou Picasso e outros às iconografias não-européias: à arte negra, à arte primitiva, da mesma forma como já havia levado, anteriormente, vários artistas às referências orientais. A recepção para o primitivo, o exótico, ou seja, a forma de caracterização do “outro”, estava dada e, como representantes dessa diferença primitiva, os nossos artistas, lá estagiando em busca da melhor arte, eram requisitados enquanto produtores, portadores de uma qualidade nata, não sendo, apenas, “aprendizes”. Desta forma, atônitos como Tarsila, em 1923, os nossos artistas descobriram “que o que se quer aqui (Paris) é que cada um traga contribuição de seu próprio país”¹ e, portanto, descobriram que o Brasil, sua(s) cultura(s), era o que de mais moderno havia ou, pelo menos, também era moderno.

(BUZZAR, 1996, p. 74)

A modernização das idéias e do campo das artes, a partir de modelos europeus, passou a existir como uma possibilidade de renovação da arte brasileira:

[...] a partir de tendências européias, mas com uma feição tropical, o modernismo mostra suas primeiras manifestações no Brasil.

(GARCEZ, OLIVEIRA, 2004, p. 106)

A produção de uma arte brasileira, em sintonia com as tendências vanguardistas européias, deveria acontecer, sem perder, ou melhor, constituindo a identidade e o “caráter nacional”:

[...] construção de uma identidade, portanto, e não sua descoberta ou recuperação. O modernismo brasileiro foi interrogar o passado, a tradição, em busca de elementos para construir uma imagem que afinal desse sentido ao Brasil moderno. A identidade, não como origem, mas como projeto, tão bem expressa na

¹ Cit. in AMARAL, Aracy A., *Tarsila sua Obra e seu Tempo*, v. 1, p.84. In: Buzzar, 1996.

idéia andradiana de construir a língua brasileira, é a virada que define o sentido e o caráter do modernismo, assim como o seu escopo e seus limites.

(MARTINS, 1987, p. 118) ²

O caráter nacional da produção cultural tornou-se o que, em parte, já se vislumbrava anteriormente: o “lugar” estratégico no qual intelectuais e artistas se agruparam com programas estéticos ligados à idéia de modernidade, de tal forma que ocorreu uma transitoriedade entre as dimensões de modernidade e nacionalismo:

[...] por algum tempo, “modernidade” e “nacionalismo” foram quase sinônimos. A vertente paulista desse movimento se manifestou no interesse pelos temas históricos e folclóricos do passado: bandeirantes, caipiras, genealogia, relatos de viajantes, etc.

(KESSEL, 2002, p. 8)

As iniciativas trataram de incorporar e transformar as influências, “abramileirando-as” através de uma leitura do passado cultural, trabalhando as manifestações culturais e históricas, de maneira a transformá-las em tradições culturais ao ordenar, reordenar seqüências de produção e caracterizar uma genealogia cultural local, base para a “descoberta” de uma identidade brasileira, entendida como condição para a existência da nação, sem a qual seria impraticável a consolidação de sua autonomia frente ao cenário internacional.

A produção cultural de caráter nacional inseriu um aspecto peculiar à vanguarda modernista brasileira. No campo da cultura, procurou-se fundar legitimidade e substância históricas para a modernização. Olhando o passado e, por vezes, estabelecendo o próprio passado, “inventando uma tradição”, o modernismo propunha-se ser caracterizado com elementos capazes de estabelecer uma identidade local, ao mesmo tempo em que projetava um futuro que iria resolver o nosso atraso econômico e, por consequência, o social também.

Para romper com o academismo, a cultura local foi revista como fonte de pesquisa formal e construtiva de um repertório, utilizando na sua elaboração um recorte, o qual procurou dar uma interpretação do passado inovadora e nacional, ou seja, formadora de uma identidade para as nossas relações culturais e sociais. Tratou-se de construir uma “tradição inventada” que, segundo o historiador Hobsbawn, é possível a partir de “[...] um conjunto de práticas e rituais ou simbólicos, normalmente reguladas por regras, para inculcar certos valores e normas

² Martins, Carlos A. F. *Arquitetura e Estado no Brasil - elementos para uma investigação sobre a constituição do discurso moderno no Brasil*. A obra de Lúcio Costa, 1924/1952, Dissertação de mestrado, São Paulo: Faculdade de Filosofia e Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1987, p. 118.

de comportamento através da repetição”, implicando sempre numa continuidade com o passado (HOBSEBORN, 1984).

O fenômeno da tradição inventada, conforme Hobsbawm, teve a sua origem na Europa do século XIX, durante a formação dos Estados-nação modernos, portanto, a sua equivalência com o processo brasileiro não é fortuita e a sua construção por parte dos modernos, muito menos.

Compatibilizar as velhas tradições em conformidade aos novos padrões fez com que movimentos políticos e ideológicos, como o nacionalismo, construíssem necessariamente uma continuidade histórica através de invenções do próprio passado.

Acompanhando em parte Hobsbawm, Chauí acredita que a incorporação do processo ideológico nas ações “modernizantes” administradas pelo Estado, ainda que encontre uma característica particular no Brasil, é própria da sociedade moderna. A questão nacional, que teve aspectos locais específicos aqui, também incorporou aspectos próprios do processo de formação dos Estados-nação europeus, como a padronização da língua, a sua oficialização, a construção de uma história nacional, a partir da requalificação e reordenamento de fatos e acontecimentos, etc.

Precedeu, porém, essa questão a compreensão de como essa construção sistemática se organizava, estabelecendo uma legitimação estrita aos alcances de seus interesses originários.

Para Chauí, a ideologia é “o ocultamento ou a dissimulação do real [...] um corpo sistemático de representações e de normas que nos ‘ensinam’ a conhecer e a agir”. A operação moderna, através do entrelaçamento do Estado com intelectuais e artistas, ao validar uma parcela da produção artística e cultural, ante um conjunto maior, realizou uma seleção que constrói direções historiográficas que carregam e forçam a leitura dos fatos históricos de forma parcial, estruturando uma unidade do passado, tornado comum, que deveria informar as ações no presente e moldar o futuro.

As diversas ações geridas pelo Estado em diferentes áreas de atuação, valorando o “novo homem brasileiro”, trabalhando sua identidade, articulando e ensinando uma determinada história, catalogando e selecionando uma produção de artefatos culturais, elegendo um patrimônio próprio “brasileiro”, forjando um vínculo e uma continuidade desde o período da América Portuguesa, definido como período colonial ou Brasil Colônia, ou seja, elaborando no presente algo que no passado não continha esse entendimento, tais ações criaram solo para aproximação e identificação da nação do ponto de vista ideológico. Essa fundamentação

abriu um campo de representação em que a arquitetura constituiu um de seus veículos, expressos na materialização de seus domínios.

Os liames entre essa representação e a participação direta na modernização são por vezes tênues e ambíguos, sendo a arquitetura um processo material, que se constitui no confronto com as condições de produção, mas que também possui uma “materialidade” simbólica ao participar da construção do ambiente urbano e de sua imagem e ao possibilitar um tipo de absorção específica, “de massa”, como propõe Otilia Arantes:

[...] em última análise, nossa relação desatenta com a arquitetura se prende-
ria ao fato de que ela sempre foi uma arte de massa, pois ao contrário da pintura,
que não se presta ao confronto imediato com as reações de um grande público
(como demonstrou no Dadaísmo), a recepção da arquitetura, como outrora da
poesia épica e hoje a do cinema, se dá na forma de distração.

(ARANTES, 2000)

O uso “distraído” da arquitetura, a formulação de uma linguagem arquitetônica, tanto pelos arquitetos quanto pelos artistas e intelectuais, apropriada pelo Estado e de assimilação massificada no País, tornou-se uma particularidade na percepção, constituição e implementação do modernismo no Brasil, ainda que não realizasse “uma apropriação mecânica desse rebatimento, buscando as equivalências e rebatimentos na doutrina moderna” (MARTINS, 1987. p. 89).

Mas antes de discutir especificamente a arquitetura, bem como o modernismo já no governo Vargas, faz-se necessário aprofundar a discussão sobre a gênese nacional e como foi trabalhada com as novas concepções e informações do modernismo internacional. Chauí fala da busca pelo caráter nacional; Martins afirma a questão nacional como uma constante entre intelectuais progressistas e artistas modernistas e modernos.³

A partir da ascensão de Vargas, o cometimento da criação de uma identidade nacional através do Estado promoveu uma coesão de propósitos presentes na produção das artes plásticas, arquitetura e urbanismo, que viria a tornar a produção moderna hegemônica, no sentido de sintetizar uma projeção de uma nação desenvolvida que nega seu passado imediato, mas se aproxima com o mais distante.

Neste sentido, a existência de um povo, estabelecido em um território, com hábitos e cultura comuns, ou com um núcleo cultural comum, que gera variações, tem uma verificação primordial na arquitetura. As obras arquitetônicas espalhadas

³ CHAUÍ, Marilena de Souza. *Cultura e Democracia: O discurso competente e outras falas*. São Paulo: Ed. Moderna, 1981.

por esse território, desde que evidenciadas as características semelhantes, são testemunhas de uma identidade cultural e, também, social, que, junto com a língua, são indicadores fortes de comprovação da efetividade de um povo em um território, que conforma uma nação e tem, portanto, legitimidade de pleitear, não apenas ser um Estado, mas um Estado soberano, para além do direito internacional. Assim, tendo traços arquitetônicos comuns, programas semelhantes (a casa brasileira), a economia de meios e a verdade construtiva (lições pretéritas) como paradigmas, estes passaram a ser pesquisados e trabalhados como características nacionais: por um lado, porque verificáveis no passado, por outro, pela sua proximidade com o modernismo.⁴ O estabelecimento do vínculo com o passado é importante, mas o fundamental é o encontro do passado com o moderno. A nação histórica, como afirma Chauí, paradoxalmente não tem história, é uma construção do presente. É no presente que a nação moderna ganha vida. O modernismo, em vários campos, soube apresentar-se histórico pela via da atualidade e conceitualmente a arquitetura moderna brasileira, principalmente pelas formulações de Lúcio Costa, constituiu-se em um feliz episódio deste entrelaçamento. Garantida uma genealogia nacional e como forma de confirmar o seu caráter nacional, a arquitetura participou desta construção e de sua representação, que pode ser associada ao processo de modernização do Estado-nação brasileiro.

Para Buzzar:

Seria na arquitetura brasileira dos anos 30 que a confluência do projeto moderno de identidade nacional com a variante de projeto de cultura nacional-popular encontraria a sua melhor expressão. Nela, as dificuldades de um nacionalismo, instituído a partir do Estado que assumiu um duplo papel de promotor de um patriotismo estatal e de agenciador de um nacionalismo de massa em seu próprio benefício, encontrariam uma via de solução que o distanciamento social da produção das artes plásticas, em relação à população, a lentidão dos processos pedagógicos e a eficiência relativa das manifestações oficiais, acopladas às desconfianças políticas que o regime autoritário inspirava, não lograram conquistar. Localizava-se na arquitetura na possibilidade do seu uso distraído, nos artefatos culturais que ofereceu sob a forma de marcos e monumentos históricos e na apreciação de um fato inequívoco da modernidade – um edifício, monumento da afirmação de um povo – a tradução positiva do projeto de identidade nacional. (BUZZAR, 1996, p. 107)

A partir da era Vargas (1930-1945), a produção arquitetônica no Brasil conheceu uma promoção e renovação de sua linguagem. Neste processo cultural,

⁴ Para esta questão, ver Buzzar, Miguel Antonio. *João Batista Vilanova Artigas - elementos para a compreensão de um caminho da arquitetura brasileira – 1939-1967*. Dissertação de mestrado, São Paulo: FAU-USP, 1996.

que ultrapassou a arquitetura e incluiu as mais variadas manifestações artísticas e culturais, fica claro que os vínculos entre artistas e intelectuais com o Estado não foi casual, dado o fato de que seus mecanismos de atuação e interesses se entrelaçavam, sendo que a modernização do País, por parte do Estado, conhecia uma ancoragem histórica: o Estado-nação que se modernizava era o sucedâneo de uma nação pré-existente, o que a identidade nacional confirmava.

O esquema nacionalista do governo Vargas promoveu a coerência para a consolidação do “Estado-Nação”, utilizando como um de seus mecanismos a adoção da “modernização” tal qual representação da pujança econômica do país, ao formular uma aparente horizontalidade dos conflitos das forças sociais existentes. Seu governo representava um Estado forte, intervindo na economia como promotor de desenvolvimento, estimulando o crescimento industrial em substituição ao modelo agro-exportador:

A crescente centralização do poder e a dimensão nacionalista se manifestam na criação de inúmeros órgãos administrativos de caráter regulador, atingindo diversos setores da sociedade
(IANNI, 1979).

Com ações nucleares, o Estado organizou importantes instituições administrativas. No campo da cultura, no Ministério da Educação e Saúde Pública (hoje separados Ministério da Educação, Ministério da Cultura e Ministério da Saúde), foi decisiva a atuação de Gustavo Capanema, designado pelo presidente para dirigir o Ministério. Nomeado em julho de 1934, permaneceu no cargo até o fim do Estado Novo, em outubro de 1945.⁵

⁵ Sua gestão foi abalizada pela concentração, em instância federal, de várias iniciativas nos campos da educação, da cultura e da saúde pública no Brasil, impregnados dos ideais nacionalistas. Capanema promoveu a nacionalização (entenda-se também estatização) de cerca de duas mil escolas que estavam nos núcleos de colonização do sul do país, ação étnica intensificada após a decretação de guerra do Brasil à Alemanha, em 1942. Ver dissertação de mestrado de Valquiria Elita Renk – *Educação de Imigrantes alemães em Curitiba* – em 2000, sobre a Escola Católica Elementar Alemã de Curitiba, atualmente Colégio Bom Jesus, que foi fundada aos moldes das escolas alemãs e fechada após as ações étnicas do Ministério de Vargas. A escola pertencia a um grupo étnico religioso alemão e seguia o seu currículo escolar, incluindo o ensino da língua alemã. Embora ensinassem também a língua portuguesa, foi criada pelos emigrantes alemães para que se conhecessem as características de identificação do país de origem contribuindo para a manutenção de uma identidade cultural. Essa “identidade étnica” provocou um confronto com a legislação educacional do Estado Novo, na medida em que para a formação da nação brasileira era necessário que as escolas ensinassem a língua pátria, o hino e a bandeira nacional, sua história e geografia. Na área do ensino profissionalizante, criou, através de convênio com o empresariado, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Pelo Decreto-lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942, do presidente Getúlio Vargas, o SENAI surgiu para atender a formação de mão-de-obra para a indústria de base. Na ocasião, suas premissas eram de que sem educação profissional não haveria desenvolvimento industrial para o País.

Figuras 1, 2, 3: Capa das cartilhas escolares na época do Estado Novo. As ilustrações evidenciavam a autoridade constituída pela “generosa mão do estadista” que afagava a juventude, reconhecendo o seu território, da nação futura que se projetava “jovem” e, por conseguinte, moderna.

Além das ações educacionais, Capanema buscou, como ministro, manter um relacionamento bem próximo com os intelectuais brasileiros, tendo sido essencial na construção dessa empreitada o auxílio de Carlos Drummond de Andrade, seu chefe de gabinete.

Outra decisiva iniciativa de Capanema, com repercussões nos campos das artes, arquitetura e cultura, foi a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), articulando os ideais modernos com a construção de um passado, através da seleção daquilo que seria representativo do passado comum. Sua estrutura foi elaborada premilinarmente em discussões com Mário de Andrade em 1936, e o serviço surgiu em 1937⁶, tendo sua primeira direção a cargo de Rodrigo de Melo Franco de Andrade, principal responsável pela indicação de Lúcio Costa para a direção da Escola Nacional de Belas Artes em dezembro de 1930. Costa desempenhou papel fundamental no SPHAN como especialista em patrimônio histórico, dedicando-se a um estudo aprofundado da arquitetura brasileira, operacionalizando uma investigação acerca da “tradicional arquitetura brasileira” – base projetual para a “genuína” produção moderna constitutiva do “caráter nacional” – e estabelecendo “soluções que possuam valor evocativo de um repertório tradicional, capaz de ser compreendido como expressão de brasilidade” (MARTINS, 1987, p. 174).

Vale a pena reforçar que na arquitetura essa operacionalidade ocorria através do resgate da “verdade construtiva”, metodizada por Lúcio quando da busca nas origens coloniais, na qual Costa e seguidores elegeram e validaram essa produção por atender e se enquadrar nos pressupostos que aliam tradição (inventada) e valores culturais nacionais. A pedagogia para a leitura da

⁶ A criação do SPHAN foi através do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.

arquitetura no Brasil tinha uma orientação evolutiva histórica, percorrendo as diversas regiões no Brasil. Ao abordar o advento industrial como uma ruptura ao processo evolutivo, Costa apresentou a sede do Ministério da Educação e Saúde como um “marco definitivo da nova arquitetura brasileira”, sendo as “raízes” brasileiras nela resgatadas:

É belo, pois. E não apenas belo, mas simbólico, porquanto a sua construção – levada avante enquanto o mundo em guerras empenhava-se em destruição – só foi possível na medida em que desrespeitou tanto a legislação municipal vigente quanto a ética profissional e até mesmo as regras mais mezinhas do saber viver e da normal conduta interesseira.

(COSTA, 1980, p. 89)

Martins, abalizando ainda a condição de que o moderno brasileiro se consolidava pela afirmação do Estado com artistas e intelectuais coligados através de uma eficiente operação nacionalista, considerou a formação de uma identidade cultural articulada no campo da arquitetura, pela contribuição teórica e conceitual de Lúcio Costa compatibilizando as propostas de uma nova produção com “as melhores tradições da arquitetura de todos os tempos”, legitimando uma autêntica expressão brasileira, o que confirmava o momento e o contexto político em que as blagues modernas galgaram um novo patamar:

[...] o esforço de construção sistemática de uma teoria capaz de interpretar o Brasil, como uma condição de suporte para o auto-atribuído papel de “herói civilizador” da nação, ainda esperará um tempo. Será necessário que, após o golpe de 30, se afirme, progressivamente, a convicção de que o novo tipo de governo central, autoritário e civilizador, é a via possível de construção da nacionalidade, para que essa vocação “demiúrgica” assuma, ao menos aparentemente, contornos de viabilidade “operacional”.

(MARTINS, 1987, p. 109)

O arquiteto Lauro Cavalcanti, em sua tese de doutorado “Preocupações com o Belo”, ao analisar a arquitetura no Brasil ainda sob as ações “estadonovistas”, observou que suas transformações, num “fascinante momento”, produziram uma “revolução estética” na construção do país, estando envolvidos arquitetos, autoridades, artistas e intelectuais de várias correntes.

O governo Vargas desejava imprimir sua marca nas formas da capital federal e elegeu como uma de suas prioridades a construção de palácios, para abrigar a sede de seus ministérios e órgãos públicos da nova administração

(CAVALCANTI, 1995).

O autor apontou ainda que, neste período, longe ainda da “unanimidade moderna” de Brasília, os arquitetos modernos concorriam com os neocoloniais e acadêmicos a possibilidade de serem escolhidos para construir os ministérios e outros edifícios públicos. Constatou, então, que, mesmo sob a ação “monolítica” do Estado, os estilos arquitetônicos foram díspares, refletindo um embate entre os arquitetos pela escolha da representação do moderno. Essa contenda, porém, segundo o autor, “ruma para um outro norte soprado através do vento da vitória”, conquistado pelo emblemático Ministério da Educação e Cultura no Rio de Janeiro (na época, Ministério da Educação e da Saúde Pública), projeto de Lúcio Costa, Carlos Leão, Jorge Moreira, Afonso Reidy, Oscar Niemeyer e Ernâni Vasconcelos, sob parecer de Le Corbusier, de 1937. *Os “modernos” conquistam então a posição de “dominantes” ao vencerem o debate com seus “oponentes”* (CAVALCANTI, 1995).⁷

Figura 4: MESP (Ministério da Educação e Saúde Pública) de Le Corbusier, depois Ministério da Educação e Cultura e atual Palácio Capanema (Imagem AMB).

O edifício do Ministério da Educação e Cultura foi a referência inicial consagrada pela historiografia como deflagradora de um processo em que vários

⁷Apesar dessa aparente “conquista” fortalecendo as correntes vanguardistas, as múltiplas opções arquitetônicas continuaram a coexistir no período. A sede do Ministério do Trabalho, por exemplo, inaugurado em 1938 e idealizado pelo arquiteto Mário dos Santos Soares, possuía motivos extraídos do vocabulário *art déco*. Ver: Cavalcanti, Lauro. *As preocupações com o Belo*. Rio de Janeiro: Taurus ed., 1995.

edifícios públicos modernos no mesmo período foram construídos. Entre eles, estavam, particularmente, o Pavilhão Brasileiro na Feira Mundial de 1939 em Nova Iorque e o Conjunto de Pampulha, em 1943, marcos referendados pela construção historiográfica dominante como pontos iniciais de uma produção “genuinamente brasileira” ante um cenário internacional.

A presença emblemática de Lúcio Costa, a ação do governo (Estado), representado pelo ministro Gustavo Capanema, que de forma consciente impunha uma ruptura no processo cultural, ao cancelar o concurso vencido por um “projeto acadêmico, decorado em estilo marajoara” (BRUAND, 1976, pg. 81.) e o convite de Le Corbusier, arquiteto franco-suíço de reconhecimento internacional, de fundamental participação no desenvolvimento da arquitetura moderna, para “assessorar” a equipe do projeto do MESP, incorporaram neste projeto uma significação que ia muito além das suas qualidades arquitetônicas, pois indicava na abrangência desta representação o papel desempenhado pelo Estado, que, além de mediar os conflitos da sociedade, elevava-se acima dessa ao indicar o rumo a ser seguido para o desenvolvimento dos interesses nacionais.

O projeto de MEC é assim decisivo para afirmação da arquitetura moderna no Brasil não apenas pelas suas qualidades plásticas, mas pelo que significa como lance fundamental no embate pela capacidade de representar a idéia do Estado-Nação a se construir no futuro. O que neste caso significava a sua consolidação como arte oficial, com todas as consequências posteriores. (MARTINS, 1987) (grifo nosso)

Apesar da vitória moderna no governo Vargas, sua consolidação ocorreu depois. Entre o final da década de 1940 e o início da década de 1950, o modernismo se tornou hegemônico. A linguagem forjada nesse período, com outras associações, conheceu nos anos de 1950 uma hegemonia efetiva, tendo com a construção de Brasília um momento exemplar.⁸

No início da década de 50, o Brasil se transformou. Com a expectativa da mudança da capital para Brasília, o Rio de Janeiro começou a perder a característica de centro difusor da cultura. São Paulo cresceu, prosperou, criou museus, fez

⁸ Segundo o historiador Boris Fausto, em *História Concisa do Brasil*, São Paulo: EDUSP, 2. ed., 2006, p. 233, “Em comparação com o governo Vargas e os meses que se seguiram ao suicídio do presidente, os anos JK podem ser considerados de estabilidade política. Mais do que isso, forma anos de otimismo, embalados pelos altos índices de crescimento econômico pelo sonho realizado da construção de Brasília. Os ‘cinquenta anos em cinco’ da propaganda oficial repercutiram em amplas camadas da população”. Para análise inicial da questão, ver: MARTINS, Carlos F. *Arquitetura e Estado no Brasil - Elementos para uma Investigação sobre a Constituição do Discurso Moderno no Brasil, a Obra de Lúcio Costa (1924/1952)*. Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, 1987, mimeo. e BUZZAR, Miguel Antonio. *João Vilanova Artigas – Elementos para a compreensão de um caminho da Arquitetura Brasileira. - 1938-1967*. Dissertação de Mestrado, FAUSP, 1996.

a Bienal, e as escolas de arquitetura tornaram-se autônomas dos cursos de engenharia. Além disso, nesse período do pós-guerra houve em todo o mundo uma verdadeira revolução estética que ensejou a manifestação de novas idéias (1994 – Branco & Preto, Uma história do designer brasileiro nos anos 50. São Paulo: Instituto Lina Bo Bardi, In: BRASIL, 2004).

Um conjunto de motivações contribuiu para essa afirmação arquitetônica, entre os quais destacamos a autonomia e surgimentos das escolas arquitetura, a criação de museus e bienais, as críticas da arquitetura moderna, os periódicos nacionais especializadas.

1.1.1. As transformações na década de 1950

A autonomia das escolas de arquitetura surgiu ao mesmo tempo em que o prestígio da arquitetura ganhou corpo. A partir de 1945, com a reforma estrutural da Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro, importante centro de formação em arquitetura e engenharia no País, que tornava o ensino de arquitetura independente, criando a Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil, em que se incluía a habilitação de urbanismo para engenheiros e arquitetos, complementando uma carga horária de dois anos suplementares, outras escolas e fundações se assentaram na mesma direção. Destacavam-se nessa condição, em São Paulo, a Faculdade de Arquitetura Mackenzie, que se separou da engenharia em 1947, e a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, que em 1948 desmembrou-se da Escola Politécnica. Um dos efeitos dessa autonomia e sua difusão estão evidentes nos registros do Instituto de Arquitetos do Brasil, Seção de São Paulo, nos quais, em 1943, ano de sua fundação, tinha apenas 38 inscrições; na década de 1950, inicialmente com 243 inscritos, atingiu em 1955 o número de 453 registros; e em 1960 chegou ao número de 715 associados.⁹

A produção cultural nesse período em São Paulo teve um momento de inflexão com a criação de dois grandes museus, Museu de Arte de São Paulo (MASP) e Museu de Arte Moderna (MAM), fundados no final dos anos 40. O primeiro criado em 1947 pelo jornalista Assis Chateaubriand, proprietário também da primeira grande rede de comunicações do Brasil – Diários Associados –, com a decisiva participação de Pietro Maria Bardi e sua esposa Lina Bo Bardi, desenvolveu um novo conceito museológico, que, além de atender na formação e divulgação de seu acervo, incluiu também atividades didáticas voltadas ao co-

⁹ Dados retirados de DURAND, J. Carlos. *A profissão de Arquiteto (Estudo sociológico)*. Rio de Janeiro: CREA, 5ª Região, 1975, In: DURAND, J. Carlos. *Arte e privilégio no Brasil, 1855/1985*. São Paulo: Perspectiva, 1989, p. 154.

nhecimento da arte. O MAM, criado em 1948 pelo industrial Francisco Matarazzo Sobrinho, contou com o seu mecenato na compra das obras para a coleção do Museu. Após a inauguração do MAM, em 8 de março de 1949, Matarazzo propôs a realização de uma grande mostra internacional inspirada na Bienal de Veneza, o que aconteceria em 20 de outubro de 1951, sob uma estrutura projetada pelos arquitetos Luís Saia e Eduardo Kneese de Mello, marcando o início das mostras bienais de arte e arquitetura no Brasil. A II Bienal, que aconteceria no final de 1953, abrindo as comemorações do IV Centenário da Cidade de São Paulo, marcou não só o êxito dessas iniciativas, mas também um coroamento da difusão da arquitetura moderna no cenário brasileiro e internacional. Foram convidados a projetar o conjunto de edificações no parque do Ibirapuera, local destinado para os festejos da cidade, Oscar Niemeyer; para seu paisagismo, o engenheiro agrônomo Otávio Augusto Teixeira Mendes¹⁰; e, para o Ginásio de Esportes, Ícaro de Castro Mello, arquitetos consagrados diante da crítica nacional e internacional. O êxito e notoriedade alcançados pela II Bienal contribuíram para que se firmasse o evento como um dos marcos do circuito artístico internacional, solidarizando modernização do Estado brasileiro e manifestações culturais.¹¹

A II Bienal também foi palco de um dos mais notórios embates críticos da arquitetura moderna no Brasil: o suíço Max Bill, importante professor, teórico, designer e um dos expoentes da Bauhaus de Ulm¹², foi convidado como membro do júri e, conhecendo a arquitetura produzida no País, escreveu uma crítica à arquitetura brasileira, dizendo ser esta dotada de excesso de monumentalidade e plástica, ou seja, formalista, desvinculada ao processo de transformação social. Este julgamento, entretanto, não constituiu um obstáculo para a afirmação da arquitetura brasileira ante o panorama internacional; essa, que se configurara para o crítico basicamente com o repertório da produção de Niemeyer, ao contrário, constituiu-se em um veículo de destaque para atrair interesse ao que se produzia no País naquele momento.

Nesse conjunto de motivações, o espaço para a arquitetura moderna ganhou corpo e distinção, enquanto uma considerável produção ia se intensificando no período.

“Nunca em momento anterior ou posterior, os leitores estiveram tão servidos com publicações especializadas de arquitetura” (SEGAWA, 2002, 2ª ed.,

¹⁰ MACEDO, Silvío Soares. *Quadro do Paisagismo no Brasil*. São Paulo: [s.n.] 1999. Coleção Quapá, V.1, p. 86.

¹¹ Para a questão das Bienais, ver: ARTIGAS, Rosa. *Bienal 50 Anos*. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo, 2001.

¹² A Bauhaus é a primeira escola de desenho industrial moderno. Funcionou entre 1919 até 1933, com o objetivo central de ligar arquitetura a arte. A Bauhaus propunha uma arte funcionalista, atendendo às necessidades da sociedade industrial e melhorando o cotidiano das pessoas. Em Ulm, na década de 1950, Bill tentou recriar a escola.

p. 130), e são do período as revistas *Acrópole* (1941-1971), *Arquitetura e engenharia* (1946-1965), *AD Arquitetura e Decoração* (1953-1958), *Habitat* (1950-1965), *Brasil Arquitetura Contemporânea* (1953-1957), *Casa e Jardim*, *Módulo* (1955-1965) e estrangeiras como *L'Architecture D'Aujourd'hui*, que traziam as publicações da arquitetura como tema independente, apresentando as obras e projetos realizados na década, contribuindo na sua difusão na medida em que possibilitavam o conhecimento do que se estava produzindo e pensando naquela atualidade. Concomitantemente, a partir dessa divulgação, o número de críticas desse assunto no Brasil e no estrangeiro, em tal período, também cresceu de forma intensa.¹³

O período desenvolvimentista que se seguiu a partir do governo Kubitschek (1956-1961) foram anos de “euforia”; a base do crescimento econômico do país alcançou o auge de sua representatividade através da materialidade de Brasília.

Brasília é a manifestação inequívoca de fé na capacidade realizadora dos brasileiros, triunfo de espírito pioneiro, prova de confiança na grandeza deste país, ruptura completa com a rotina e o compromisso.

Escolhi Brasília como ponto alto do meu governo porque estou convencido de que a nova capital representou um marco. Depois de sua construção, ninguém poderia duvidar de nossas indústrias ou da capacidade do trabalho brasileiro. Brasília deixou atrás de si uma nova era de autoconfiança e otimismo.

(KUBITSCHKEK, 1961)¹⁴

O governo JK, no plano da política partidária, promoveu acordo entre os principais partidos políticos da época, o PSD e o PTB¹⁵, garantindo seus projetos no Congresso. Definiu sua atuação econômica através do Programa de Metas, abrangendo 31 objetivos distribuídos em seis grandes grupos (energia, transportes, alimentação, indústria de base, educação e a construção de Brasília), promovendo a atração de capitais estrangeiros e incentivando a industrialização;

¹³ Para análise da questão, ver: XAVIER, Alberto, *Brasília & Arquitetura Moderna Brasileira*. São Paulo: mimeo. FAU-USP, 1977. Neste trabalho, o autor apresentou um gráfico com o número de artigos e livros sobre arquitetura moderna brasileira, editados no país e no exterior, entre os anos de 1943 e 1974, onde se pode observar o ápice dessa produção entre os anos de 1955 e 1962. In: DURAND, J. Carlos. *Arte e privilégio no Brasil, 1855/1985*. São Paulo: Perspectiva, 1989, p. 157.

¹⁴ Discurso do presidente ao senado em 1961, disponível em: <http://www.memorialjk.com.br/>.

¹⁵ PSD, o Partido Social Democrático, foi fundado em 1945 e extinto pelo regime militar em 1965; segundo Thomas Skidmore, não tinha semelhança com o partido social democrático europeu, ficando mais próximo da política tradicional brasileira; na sua fundação, era inspecionado por Vargas, apoiando a candidatura de Dutra em 1945, e, embora usasse muito da linguagem dos constitucionais liberais, era uma criação dos políticos tradicionais (SKIDMORE, 12^a, 2000, p. 82). O PTB, Partido Trabalhista Brasileiro, era formado por uma corrente nacionalista e reformista e por um grupo tradicional clientelista. O PTB foi um constante aliado do PSD na disputa das eleições presidenciais e apoiou as candidaturas pessedistas em 1945, 1955 e 1960. Em 1950, Getúlio Vargas elegeu-se presidente pelo PTB com 48,7% dos votos, desenvolvendo sua filosofia política de trabalhismo, “uma mistura de bem-estar social, atividade política da classe operária e nacionalismo econômico.” (SKIDMORE, 12^a, 2000, p. 103).

por isso seu governo ficou “associado à instalação da indústria automobilística” (FAUSTO, 2ª ed., 2006).

No campo social, segundo Thomas Skidmore, o governo JK enfrentou conflitos significativos aliados a um “crescente e importante fenômeno populista”, pelos quais o sistema estava à frente de questões que permeavam entre os limites da participação popular e dos confrontos com formulações econômicas contraditórias diante da concentração de renda e desigualdades sociais.¹⁶ Entretanto, segundo Boris Fausto, “os resultados do Programa de Metas foram impressionantes, sobretudo no setor industrial”, que, segundo o historiador, entre 1955 e 1961 cresceu 80%, sendo aproximadamente três vezes maior do que o resto da América Latina.

Nesses “anos de euforia”, a arquitetura teve um movimento ímpar, no qual a comoção social promoveu também a sua assimilação como expressão de massa, dando sinais do aprofundamento desse espírito modernizador no país.¹⁷

Conjugada a assimilação de uma nova arquitetura a sua reprodução – mesmo que de forma contrafeita e formalista –, o governo JK representou um desejo de “modernizar”, também identificado a uma imagem projetual. Além disso, significava a extensão e a absorção da “euforia nacionalista” presente naquele momento, com recorrência até a atualidade.

Na memória coletiva, os cinco anos de Juscelino são lembrados como um período de otimismo associado a grandes realizações, cujo maior exemplo é a construção de Brasília.

(FAUSTO, 2ª ed., 2006, p. 237)

Foi um período de grande revolução dos costumes, em que a sociedade se transformava a partir das novas relações que iam se firmando por meio de novos adventos produtivos, de comunicação, de consumo, das artes, da arquitetura, etc.

Apesar desta “aparente euforia” expressada de forma exacerbada, “nem tudo eram flores no período Juscelino” (FAUSTO, 2ª ed., 2006, p. 238); em algumas áreas e setores da população, os problemas gerados para sustentar o programa de industrialização e a construção de Brasília, objetivos do Plano de Metas promoveram déficits nas finanças do governo, crescimento da inflação, além de grande descontentamento em amplos setores de trabalhadores organizados.

¹⁶ Para aprofundar a questão, ver: BARROS, Ricardo Paes de. *Pobreza e política social*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.

¹⁷ Segundo José Carlos Durand, embora essa “produção de massa” pudesse causar certo estranhamento diante das dificuldades de mercado de trabalho que os arquitetos enfrentariam nas décadas seguintes, a “vulgarização das formas”, observadas na proliferação das cópias dos aspectos dos elementos construtivos, como as colunas do Palácio da Alvorada de Niemeyer, por construtores, indicavam essa assimilação massificada, edifícios que Bruand localizou como “formas bizarras e policromia extravagante”.

Este entusiasmo, segundo Fausto, não alcançava a grande massa, o que se revelaria na próxima eleição presidencial. No governo seguinte, seguindo na mesma direção de uma administração com traços populistas, Jânio Quadros foi eleito e governou de janeiro de 1961 a agosto de 1961, quando renunciou. Não era propriamente uma continuidade de JK, mas as ações de JK tiveram repercussão direta nos desdobramentos políticos no plano federal, como também em outros níveis de governo, em que as questões do plano e da representação estiveram presentes. Este pareceu ser o caso do Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto em São Paulo (1959-1963), antigo Secretário de Finanças em São Paulo de Jânio Quadros.

1.2. Os Planos Desenvolvimentistas como instrumento de transformação nacional

1.2.1. Moderação política e modernização econômica, o caso de São Paulo

Carlos Alberto de Carvalho Pinto, advogado formado pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco em 1931, iniciou sua carreira política como Assessor Político da Prefeitura de São Paulo entre 1938 e 1945, na gestão de Francisco Prestes Maia, trazendo na sua formação a participação no setor de história e sociologia da Sociedade de Estudos Políticos da ação integralista.¹⁸ Em março de 1953 ocupou o cargo de Secretário das Finanças na gestão municipal de Jânio Quadros. Em outubro de 1958 foi eleito governador de São Paulo com o apoio de Quadros, pelo Partido Democrata Cristão Brasileiro, governando o Estado entre janeiro de 1959 e janeiro de 1963.

No governo, teve como subchefe da casa civil o advogado Plínio de Arruda Sampaio, também advogado de formação, que iniciou suas atividades políticas na Juventude Universitária Católica, JUC, sendo seu presidente. Por meio dela travou os primeiros contatos com o padre francês Louis Joseph Lebreton, na Sociedade para Análise Gráfica e Mecanografia Aplicada aos Complexos Sociais, SAGMACS¹⁹, responsável pelos fundamentos ideológicos da economia

¹⁸ Ver: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

¹⁹ Louis-Joseph Lebreton (1897-1966), frade dominicano, geógrafo, fundador do movimento "Economia e Humanismo", fundou e dirigiu nos anos 1950, em São Paulo, a Sociedade para Análise Gráfica e Mecanografia Aplicada aos Complexos Sociais (SAGMACS), uma instituição pioneira de consultoria que durante aproximadamente dezesseis anos realizou estudos e pesquisas, os quais introduziram metodologias e teorias da doutrina de Economia e Humanismo, influenciando um contingente de profissionais do planejamento urbano e regional. Ver: LAMPARELLI, Celso Monteiro, *Louis-Joseph Lebreton e a pesquisa urbano-regional no Brasil - Crônicas Tardias ou história prematura*. Revista de Estudos Regionais e Urbanos- Espaço&Debates. São Paulo: NERU, ano XIV- 1994- nº 37.

Segundo Martha Dora Grostein, nos anos 50, foi ele um dos primeiros a pensar nos problemas das periferias da capital. Ver o jornal: O Estado de São Paulo, 03 out. 2004. p. A13.

Trabalharam com Lebreton: Plínio de Arruda Sampaio, Francisco Whitaker Ferreira, Celso Lamparelli, entre outros, que também participaram do PAGE.

humanística e pela sua introdução no Brasil, que influenciou o Partido Democrata Cristão Brasileiro²⁰, ao qual se filiou. Sobre Lebrete e suas concepções Sampaio afirmou:

O Lebrete é um padre dominicano, uma figura muito especial, é inclusive o homem que redigiu a Encíclica Popular no Congresso. Ligadíssimo ao João XXIII. Ele foi capitão da marinha francesa. E depois da guerra ele se converteu ao catolicismo. Acabou frade dominicano. E ele tinha uma teoria chamada de economia humana, economia das necessidades. Que não era economia socialista, nem capitalista. Nós éramos católicos. Mas nós não éramos convencionais. Nós éramos da estação popular, gostávamos do povo e ele nos ofereceu um norte naquele tempo.

(SAMPAIO, 2007)

De família tradicional, Sampaio convivia com a elite governante, vindo a ser coordenador da campanha política para governador de Carvalho Pinto e, mesmo antes do seu término, foi incumbido de elaborar o plano de governo.

[...] no governo Jânio Quadros em 1955, quando o Lott deu um golpe democrático²¹, o meu pai foi nomeado Secretário da Segurança Pública para garantir a não intervenção Federal em São Paulo. E eu então trabalhei com ele. Lá eu fiquei conhecendo o Prof. Carvalho Pinto. E aí se tornou amizade e, quando ele foi para o governo, me convidou para Subchefia da Casa Civil e coordenação do plano.

(SAMPAIO, 2007)

Após o convite, Sampaio atuou como coordenador do Grupo de Planejamento do Plano. Para Sampaio, a definição de Carvalho Pinto se resumiria a um “patriota”:

O Carvalho Pinto era um homem conservador, um burguês quase aristocrático, descendente de Rodrigues Alves, um patriota. Um patriota! [...]

²⁰ PDC - O Partido Democrata Cristão foi criado em 9 de julho de 1945, sob a liderança do professor de Direito do Trabalho, da Universidade de São Paulo, Antônio Cesarino Júnior, com orientações advindas da Democracia Cristã Européia após a segunda guerra mundial, buscando orientar suas ações humanísticas para amplos setores sociais. Trata-se de uma “terceira via”, situado ele entre o capitalismo liberal e o socialismo. Em São Paulo, atraiu jovens ligados à Juventude Universitária Cristã, JUC, tendo como participantes: Plínio de Arruda Sampaio, André Franco Montoro, Clóvis Garcia, entre outros. A partir dos meados dos anos 50, o PDC teve uma significativa participação política no Brasil, sendo extinto durante a ditadura militar em 1965. Ver: SOUZA, Maria do Carmo Campello de, *Estados e partidos políticos no Brasil: 1930-1964*, São Paulo: Alpha-Omega, 1983, 2ª ed.; COELHO, Sandro Anselmo, *O Partido Democrata Cristão: teores programáticos da terceira via brasileira (1945-1964)*, *Revista Brasileira de História*. São Paulo v.23, nº 201-228. 2003.

²¹ O golpe preventivo encabeçado pelo ex-ministro da Guerra do Governo Provisório do Presidente Interino Carlos Luz, o então General, depois Marechal, Henrique Batista Duffles Lott. O contragolpe de 11 de novembro de 1955 aconteceu para assegurar a posse do presidente eleito Juscelino Kubitschek numa divisão política entre as forças armadas. Ver: SKIDMORE, 2000, 12ª ed. p. 194-198.

Discutimos isso várias vezes e ele era esse homem. Era tremendamente nacionalista porque tinha feito a carreira dele em contradição com a Light.

[...] Ele foi advogado do Maia, Prestes Maia, e ele topou uma briga com a Light e, nessa briga com a Light, o Carvalho Pinto não cumpriu o contrato. Ele foi vendo e descobrindo o imperialismo. Então era muito interessante: ele tinha uma clara visão nacionalista, ele era um extremado e tinha uma boa visão social. Uma posição assim mais de vontade do que de ideologia. Mas dava uma combinação boa na época.

(SAMPAIO, 2007)²²

Mas nos objetivos de Carvalho Pinto, grosso modo, também havia uma dimensão de reformista social cristão, católico, um moderado influenciado por Lebrez:

E ele era um burguês que não queria mudar fundamentalmente a sociedade, mas que acreditava que, se organizasse bem o governo e se tivesse um sentimento de generosidade, etc., era possível construir uma sociedade mais justa.

Ele queria aplicar corretamente a coisa mais radical, mais lógica em benefício dos mais pobres. Isso ele queria. Ele tinha uma idéia vertical das coisas, da situação social, como uma elite, digamos assim, esclarecida.

[...] Então a ideologia do Carvalho Pinto era essa. De conservador, eu chamei de conservador inteligente, que percebeu que para conservar precisava mudar [...]

(SAMPAIO, 2007)

Com a coordenação e orientação de Sampaio, Carvalho Pinto convocou um grupo de especialistas para formar o “Grupo de Planejamento”, encarregado de detalhar as diretrizes do Plano de governo, que viria a ser o Plano de Ação do Governo do Estado, mais conhecido como PAGE ou Plano de Ação.

Além de seu coordenador Sampaio, faziam parte do Grupo de Planejamento do PAGE: Diogo Adolpho Nunes Gaspar, economista e Secretário Executivo; Celeste Ângela de Souza de Andrade, Diretora do Departamento de Estatística; Paulo Menezes Mendes da Rocha, Professor Catedrático da Escola Politécnica da USP; Ruy Aguiar da Silva Leme, Professor Catedrático da Escola Politécnica da USP; Antônio Delphim Netto, Assistente da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP; Sebastião Advíncula da Cunha, do Departamento Econômico do BNDE; Orestes Gonçalves, Chefe do Gabinete dos Estudos Econômicos e Financeiros da Secretaria da Fazenda; e Ruy Miller

²² Plínio de Arruda Sampaio em entrevista ao grupo de pesquisa “Arte e Arquitetura, Brasil – diálogos na cidade moderna e contemporânea”, EESC – USP, em 05.3.2007. Também em entrevista ao grupo afirmou Celso Lamparelli sobre a fórmula de trabalho do governador Carvalho Pinto “Prazos e preços eram uma preocupação do Carvalho Pinto e foram positivos”.

Paiva, Engenheiro Agrônomo do Departamento da Produção Vegetal da Secretaria da Agricultura.

Segundo o PAGE, a principal função do Grupo era “estudar um Plano de Ação do Governo do Estado, acompanhar a execução do Plano e proceder a sua revisão anual, a fim de adequá-lo às mutações da conjuntura econômico-financeira e às decorrentes da própria execução e funcionamento das obras, serviços e empreendimentos” (PAGE, 1959, p.20).

A atuação do Grupo resultou, entre outras ações, no Decreto Estadual nº 34.656, de 12.2.1959, que regulamentava as atuações do próprio Grupo de Planejamento, com as normas para coordenação e planejamento dos serviços e obras do Estado; na Lei Estadual nº 5.444, de 17.11.1959, que regulamentava o caráter financeiro do plano; na Lei nº 6.047, de 27.1.1961, para assegurar a revisão anual do Plano; e na Lei Estadual nº 5.994, de 30.12.1960, que estabelecia normas para exploração econômica da propriedade rural.²³

Subordinada ao Grupo de Planejamento, estava a Equipe Técnica, formada por especialistas que mediavam e coordenavam as ações e necessidades diretamente com as Secretarias. Integraram a Equipe Técnica do PAGE Celso Monteiro Lamparelli, Francisco Whitaker Ferreira, Mário Laranjeira de Mendonça, Domingos Theodoro de Azevedo Netto, Henrique Silveira de Almeida, Antonio Amílcar de Oliveira Lima, José Reinaldo Gomes e Pedro Penteado Nogueira.²⁴

Sobre o trabalho com o Padre Lebrecht na SAGMACS e as relações posteriores com o Governo do Estado o arquiteto Francisco Whitaker Ferreira relatou²⁵:

[...] no último ano de faculdade em 57, eu comecei a trabalhar com o Lebrecht com aquela pesquisa que ele fez em São Paulo. A primeira grande pesquisa sobre São Paulo. Começou antes de 57 sobre as estruturas urbanas e os níveis de vida e eu fui trabalhar como desenhista dessa pesquisa. Depois disso, eu fui integrado ao grupo de Economia e Humanismo e a SAGMACS, que é a Instituição que o Lebrecht

²³ Conforme o II Plano de Ação, elaborado para o candidato à sucessão de Carvalho Pinto, José Bonifácio Coutinho Nogueira – seu Secretário de Agricultura que perderia para Adhemar de Barros Filho em 1962 –, na elaboração do I Plano de Ação participaram “todos os escalões dos serviços públicos e Assembléia Legislativa”.

²⁴ Nas Mensagens elaboradas à Assembléia, em 1960, 1961 e 1962, a Equipe Técnica é referendada como Gabinete Técnico de Planejamento, junto às secretarias da Educação, Agricultura e Saúde e de Gabinete de Controle e Andamento do Plano de Ação em várias Secretarias, entre as quais a Secretaria de Viação. Entretanto, no Plano de Ação a função é apresentada como Equipe Técnica. Essa última denominação foi adotada pelo trabalho. A criação da Equipe Técnica não está diretamente contemplada no Decreto nº 34.656. Ela, porém, está autorizada no mesmo decreto pelo Art. 2.0 - § 4.0, que autoriza o Grupo de Planejamento a contratar os serviços com organizações ou entidades especializadas e a solicitar diretamente aos Secretários do Estado, ao reitor da Universidade, a entidades autárquicas e órgãos subordinados ao Governador as informações e subsídios técnicos de que necessitam.

²⁵ Em entrevistas distintas ao grupo de pesquisa “Arte e Arquitetura, Brasil – diálogos da cidade moderna e contemporânea da EESC-USP”, em 2007, Sampaio e Whitaker afirmaram a influência de Lebrecht nos fundamentos do PAGE. Whitaker começou sua vida profissional trabalhando com Lebrecht. O arquiteto Lamparelli também relatou, em entrevista ao arquiteto Mário Henrique de Castro Caldeira em 2004, a influência de Lebrecht, com quem trabalhou nas pesquisas da SAGMACS.

tinha criado para fazer exatamente pesquisa social de estilo de vida, pesquisa para Planejamento e Desenvolvimento, etc. Em 59, quando o Carvalho Pinto foi eleito, o Plínio foi chamado para a Casa Civil para assumir como subchefe. Ele foi encarregado pelo Plano de Ação e quis nos chamar, sendo uma idéia que ele propôs ao governador e que foi assumida, e aí ele constituiu a equipe. Ele chamou algumas pessoas, 4 na verdade, e mais uns economistas de outras áreas, entre os quais o Celso. E nós quatro constituíamos o que ele chamou de equipe técnica do grupo de planejamento [...]

(WHITAKER, 2007)²⁶

Whitaker, ainda sobre o pensamento de Lebrecht, afirma que sua influência teria marcado o grupo:

[...] na minha geração de JUC, que eu era da Juventude Universitária Católica, ele (refere-se a Lebrecht) trouxe uma grande provocação, que estava no livro que ele tinha escrito em 52, chamado “Renovar o exame de consciência” [...]. E tinha todo um método de fazer exame de consciência e, nesse exame, ele colocava que o pecado mais duro era o pecado da omissão diante da miséria e da opressão. Era uma colocação muito provocadora, que nos pegou [...]

(WHITAKER, 2007)²⁷

Sobre a aproximação, os andamentos dos trabalhos de pesquisa da SAGMACS e as ações do PAGE, Celso Lamparelli, que viria a ser responsável pela área da educação, informou:

Entre 1959 e 1962, haveria uma interrupção significativa dos trabalhos da SAGMACS, motivada pela mobilização de muitos de seus técnicos para participarem com outros profissionais do Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto.

(LAMPARELLI, 1994, p.97)

Com um viés moderador, o PAGE, por um lado, foi fundamentado com o intuito de promover e incentivar o desenvolvimento das “regiões atrasadas” do interior do Estado, e, por outro, foi incrementado com as bases humanísticas dos fundamentos ideológicos cristãos, influenciadas estas pelo pensamento e trabalho de pesquisa do Padre Lebrecht.²⁸

²⁶ Há certa discrepância entre algumas informações, explicáveis em parte em função do relato oral, mas a Equipe Técnica era de fato constituída por três arquitetos: Whitaker, Lamparelli e Domingos Theodoro; pelos engenheiros Mário Laranjeira e Henrique Silveira; pelo administrador Antonio Amílcar; pelo contador José Reynaldo e por Pedro Penteado. (PAGE, 1959, p. 144).

²⁷ Francisco Whitaker de Oliveira em entrevista ao grupo de pesquisa “Arte e Arquitetura, Brasil – diálogos na cidade moderna e contemporânea”, EESC – USP em 16.4.2007.

²⁸ Proposto em 1959, o PAGE ocorre tendo como pano de fundo a política desenvolvimentista patrocinada pelo Plano de Metas no âmbito federal, como será visto adiante, até o final do Governo JK e as crises políticas que marcaram os Governos Jânio Quadros e João Goulart. A alcunha “viés moderador” certamente não dá conta das complexidades das questões que envolveram as ações de governo, mas há em todo o Plano uma necessidade de “conciliar” o desenvolvimento industrial com o “interior agrário” e benefícios sociais.

Em termos sociais, as influências do pensamento humanístico de Lebrez estavam manifestas no próprio plano, que deste modo afirmava:

[...] Lícito seria dizer que começaram a ser visíveis os frutos do desenvolvimento e que o Homem pode investir, substancialmente, para aumentar seu próprio “bem estar” [...]

(PAGE - 1959-1963, p. 15)

Apesar da extensão dos princípios econômicos humanísticos na sua formulação, o PAGE abrigou certa heterogeneidade de idéias por meio dos participantes do Grupo de Planejamento.²⁹ No conjunto de orientações, as melhorias das condições de vida responderiam a ações ordenadas através do Plano de Governo, no qual o desenvolvimento e o progresso de cada região deveria se ajustar a uma evolução do bem-estar social, porém dentro da perspectiva “moderada”, afinada com o pensamento político de Carvalho Pinto.

Sobre o viés econômico e, de certa forma, confirmando a orientação reformista do PAGE, Sampaio confirmou:

Era um programa keynesiano, o Diogo tinha um retrato de Keynes na sala dele, era um apaixonado. Era uma intervenção keynesiana para corrigir previamente os perigos de um estaqueamento da economia paulista. A análise é muito bem feita. A análise daquele Plano é muito bem feita e tem ingredientes do Sebastião, do Diogo e do Delfim.

(SAMPAIO, 2007)

Ratificando esta declaração e corroborando as mesmas idéias de Sampaio, Whitaker informou:

O plano teve a influência de Lebrez porque o Plínio tinha adquirido uma visão da economia e humanismo. Mas, ao mesmo tempo, tinha o Diogo, economista que vinha com uma perspectiva tradicional da economia.

(WHITAKER, 2007)

Através do PAGE, foram executados serviços básicos de infra-estrutura, água e esgoto, energia elétrica, ferrovia, rodovias, pontes. E uma série de edifícios

O que, de certa forma, reflete os compromissos com segmentos “distintos” das elites e a necessidade de compensar o discurso populista, do qual o PDC participava de forma problemática, apoiando Jânio, mas no quadro estadual disputava a hegemonia com Adhemar de Barros (fundador do PSP – Partido Social Progressista).

²⁹ Em entrevista ao grupo de pesquisa “Arte e Arquitetura, Brasil – diálogos na cidade moderna e contemporânea”, EESC – USP, Sampaio e Whitaker afirmam que os economistas do Grupo tinham uma orientação tradicional da economia, destacando-se Diogo Adolpho Nunes Gaspar, explicitamente keynesiano.

públicos para Segurança, Educação e Saúde, em diversos municípios, conformando uma rede de serviços públicos.

[...] o aumento de bem-estar da comunidade deriva de inversões em setores não sujeitos ao mecanismo automático do mercado, tais como Educação, Cultura e Pesquisa, Saúde e Assistência Social, Justiça e Segurança e Sistemas de Esgoto.

(PAGE, 1959, p. 19, grifo nosso)

Sob as inspirações humanísticas, “para a melhoria das condições do homem”, mas com comedimento, o PAGE agregava um dos primeiros planejamentos orçamentários e, sobretudo, abrangia e unificava vários setores da administração pública.

Compreensível de toda administração é o primeiro Plano. Havia o Plano Salte; o Garcez tinha feito dois planos, um plano rodoviário e um energético que nós usamos muito.

(SAMPAIO, 2007)³⁰

Com o PAGE, Carvalho Pinto e parte da elite política procuravam estabelecer uma alternativa política para o desfecho das várias crises que caracterizavam o período, pondo em cheque o precário Estado de Direito. Em seu último relatório, em 1962, o Governo apelou à Assembléia, a fim de que o Plano fosse reconhecido como um forte instrumento para combater a grave crise nacional, “particularmente severa e num momento que todos compreendemos decisivos para o futuro e destino do País” (PAGE, 1962, p. 3). Entretanto, em que pese suas ações positivas, mesmo com a bandeira de um segundo Plano de Ação elaborado para o período de 1963 e 1966, Carvalho Pinto não elegeu seu sucessor, vencendo seu opositor Adhemar Pereira de Barros.³¹

³⁰ O Plano SALTE – Saúde, Alimentação, Transporte e Energia – foi proposto pelo Presidente Marechal Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) em 1947, sendo “um pouco mais do que uma primeira tentativa para ordenação de gastos públicos dentro de um plano quinquenal”. Para Skidmore, o máximo que ele atingiu foi se aproximar de um planejamento em escala nacional (SKIDMORE, 2000, 12ª ed., p. 99.).

³¹ O candidato à sucessão era o empresário José Bonifácio Coutinho Nogueira (1923-2002), que foi Secretário da Agricultura de Carvalho Pinto. Quando secretário, criou um programa de revisão agrária com incentivos fiscais e de aplicações tecnológicas na produção agrícola e na conservação do solo. Ainda na sua gestão, foi construído o CEASA – Central Estadual de Abastecimento, substituído pelo atual CEAGESP – Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo, importante centro de armazenamento e distribuição da produção agrícola do Estado de São Paulo.

Se a estratégia política que o PAGE personificava não logrou a hegemonia naquele momento, logrou a Carvalho Pinto uma posição expressiva de representante dos interesses de parte da elite econômica e política; assim foi nomeado Ministro da Fazenda do Governo João Goulart (1961-1964), em junho de 1963, em meio a uma profunda crise do governo. “O mais importante era o novo Ministro da Fazenda, Carvalho Pinto, antigo Governador de São Paulo e importante porta-voz da opinião centrista. Carvalho Pinto, que entrara na política como Secretário da Fazenda durante o Governo de Jânio Quadros em São Paulo e era agora líder da ala progressista do Partido Democrata Cristão, partido pequeno, mas de crescimento rápido [...] A

Apesar da sua não-continuidade, pode-se afirmar que o PAGE constituiu-se numa concepção de administração pública cuja abrangência inovou as possibilidades de gerência das ações do Estado.

1.2.2. O contexto econômico e político do Plano de Ação do Governo do Estado de São Paulo

O PAGE foi elaborado e implementado num momento em que o Brasil, nos mecanismos de política, economia e cultura internacionais, estava inscrito na condição de país em desenvolvimento, segundo a definição capitalista, marcada pelos ideários e planejamento econômico elaborados pela Comissão Econômica para América Latina – CEPAL.

A partir dos anos 1950, uma sucessão de estudos e planos econômicos ganhou fôlego no País.³²

O primeiro grande estudo seria realizado pela Comissão mista Brasil – Estados Unidos (1951/53) e o segundo, pelo Grupo Misto BNDE-CEPAL (1953/55). A eles sucederia o Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB [...]
(BUZZAR, 1996, p.174)

Skidmore atentou que, para passar da fase de transição de uma economia agrária para uma economia industrial moderna, os planos econômicos a partir dos anos 1950 receberam um apoio estratégico através da pesquisa e publicações da CEPAL. As propostas desta última adquiriam feições próprias:

Durante o período em pauta (década de 1950) o planejamento econômico no Brasil, com o Estado desempenhando o papel de coordenador econômico e mesmo de empresário em vários setores da economia, exatamente como previa a receita cepalina/isebiana.
(MANTEGA, 1984, p.64)

nomeação de Carvalho Pinto tranqüilizou os críticos de Jango, tanto no país quanto no estrangeiro” (SKIDMORE, 2000, 7ª ed., p. 307). Entre os anos de 1967 e 1975, Carvalho Pinto ocupou o cargo de Senador da República pela Arena, Aliança Renovadora Nacional. Fundada em 4 de abril de 1966, a Arena foi um partido conservador de apoio ao governo, criado após o Ato Institucional nº 2 (27.10.1965), durante o regime militar que extinguiu o pluripartidarismo no País. O bipartidarismo instituído teve duas correntes, uma de apoio à situação, a Arena, e outra de oposição o MDB, Movimento Democrático Brasileiro. O ex-governador faleceu em São Paulo, em 1987.

³² Como marcos de planejamentos no Brasil, temos: o Plano SALTE, no governo Dutra (1946-1951); a Comissão Mista Brasil – Estados Unidos (1951). Governo Vargas (1930-1945, 1º período); em 1952, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), Governo Vargas (1951-1954, 2º período); em 1956, o Plano de Metas, governo Kubitschek (1956-1961).

Assim apoiado nos estudos em curso, particularmente aqueles derivados da CEPAL:

[...] o modelo econômico adotado pelo País se configuraria num padrão desenvolvimentista-nacionalista, que se consolidava através da imagem de um país do futuro, ao mesmo tempo em que se unificava sob o manto da democracia e colocava o País num patamar diferenciado do resto do mundo, autonomia que se explicaria “porque estaria revestida de um projeto histórico, que postulava a recuperação do atraso”.

(BUZZAR, 1996, p.173)

Desta forma, com o modelo desenvolvimentista nacionalista, somente seria viável atingir a condição de uma nação “madura e moderna” mediante um impulso acelerado para a industrialização.³³

[...] a ideologia nacional-desenvolvimentista, forjada ao longo dos anos 50, gestou-se inicialmente nos escritórios da CEPAL [...], na segunda metade dos anos 50 essa ideologia fornecia um projeto político de desenvolvimento que, mal ou bem, argamassava a sociedade civil brasileira e fornecia ao Estado sua base de legitimação.

(MANTEGA, 1984, p.63)

Com um processo de modernização heterogêneo, no qual diversas frentes se confrontavam no avanço da resolução da dualidade do “arcaico” *versus* o moderno, condição para que o país de fato se tornasse desenvolvido, as divergências ganharam fôlego, acirrando processos de marginalização entre alguns setores sociais.³⁴

A condição econômica do País do pós-guerra até os anos 1970 é explicada pela “Teoria da Dependência”, cuja postulação era a de que o desenvolvimento apenas aconteceria se combinado com o capital internacional.³⁵

O Brasil não seria um país rico e soberano no futuro, que iria colocar-se na pirâmide, no cume, lado a lado dos estados desenvolvidos [...] ele já ocupava

³³ Segundo Thomas Skidmore, a partir da era Dutra iniciaram-se vigorosos debates sobre estratégia do desenvolvimento. Para isso, surgiram três fórmulas principais: a neoliberal, a desenvolvimentista-nacionalista e a nacionalista radical. Nenhuma dessas posições representava uma estratégia detalhada. Ao contrário, cada uma delas era “uma combinação de diagnósticos e de recomendações de medidas gerais”, indicação que se estenderia nos planejamentos posteriores dos anos 1950.

³⁴ No Brasil, a “modernidade capitalista”, alinhada ao capitalismo mundial, desenvolveu-se congregando uma pobreza crescente a uma progressão econômica acelerada. Para uma análise mais aprofundada do desdobramento desse modelo, ver: ANDRADE, Regis de Castro, *Brasil: a economia do capitalismo selvagem*. Revista Cultura e política, nº 4, 1981; disponível também em versão eletrônica, *Revista Lua Nova* nº 57, portal Scielo, 2002: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n57/a02n57.pdf>>.

³⁵ Ver: CARDOSO, Fernando Henrique e FALETO, Celso, *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Ensaio de Interpretação Sociológica, Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

um lugar próprio, seu, no cenário econômico e político mundial, do qual era um participante ativo, porém na condição de dependente, o que não significa que não pudesse ocorrer um desenvolvimento econômico desde que associado.

(BUZZAR, 1996, p. 174)

O desenvolvimento associado, articulando processos arcaicos e modernos, sem que um excluísse o outro, como as elaborações desenvolvimentistas supunham, somente se esclareceria a partir de estudos econômicos efetuados nos anos 1970, particularmente com o trabalho de Francisco de Oliveira “Crítica à razão dualística”, como dito por Buzzar:

[...] esta compreensão viria à luz dos anos 70, anos 50, a aura do modernismo que parte da produção cultural recebia, valia-se da visão nacional-desenvolvimentista [...]

(BUZZAR, 1996, p. 174)

Organizados para orientar uma política estatal, a visão “nacional-desenvolvimentista” não foi unânime na intelectualidade econômica brasileira, porém contou com significativas adesões, nas quais participavam “ditos progressistas e, principalmente, de esquerda, guardadas algumas restrições e mesmo diferenças que não alteravam o conteúdo do instrumento essencial: um plano de desenvolvimento” (BUZZAR, 1996, p.174).

Nessa direção, o Plano de Metas, base do governo Kubtschek (1956-1960), anos de realizações e ações do Estado animados pelo tema “cinquenta anos de progresso em cinco anos de governo”, cooptou as aspirações da modernidade desejada.

[...] síntese do pensamento econômico daquele período, o Plano de Metas (1956/61), que tornava realidade as aspirações desenvolvimentistas, tendo o Estado como planejador da economia.

(BUZZAR, 1996, p. 174)

Foram, sem dúvida, anos de crescimento econômico real no País, algo que ficou evidente principalmente nos setores industriais.

A base para o progresso foi uma extraordinária expansão industrial. Entre 1955 e 1961, no Brasil a produção industrial cresceu 80% (em preços constantes), com as porcentagens mais altas registradas pela indústria de aço (100%), indústrias mecânicas (125%), indústrias elétricas e comunicações (380%) e indústrias de equipamentos de transportes (600%). De 1957 a 1961, a taxa de crescimento real foi de 7% ao ano e, aproximadamente, 4% *per capita*. Para a década de 1950,

o crescimento *per capita* efetivo do Brasil foi aproximadamente três vezes maior que o resto da América Latina.
(SKIDMORE, 2000, 12ª ed.)

Em que pese um problema, foi também um período de grande agravamento inflacionário, de desequilíbrio econômico e de instabilidade social.

[...] a realidade internacional de crise e instabilidade, quer política quer econômica, que poderia parecer banida nas relações locais, porque o progresso brasileiro tudo resolveria, pelo contrário, vinha junto com o mesmo progresso que a industrialização tornava presente, renovando os conflitos sociais locais.
(BUZZAR, 1996, p.175)

A estratégia desenvolvimentista do Plano de Metas era composta por um conjunto de 31 metas para o período de 1956-1960, incluindo-se a construção de Brasília, chamada de “meta síntese”. As 30 metas setoriais foram agrupadas em cinco áreas:

1. Energiaenergia elétrica, energia nuclear, carvão mineral e petróleo (produção e refino);
2. Transporteferroviário (re-aparelhamento e construção), rodoviário (pavimentação e construção), serviços portuários e de drenagem, marinha mercante e transporte aeroviário;
3. Alimentaçãotriga, silos, armazéns frigoríficos, matadouros industriais, mecanização da agricultura e fertilizantes;
4. Indústria de basesiderurgia, alumínio, metais não-ferrosos (chumbo, estanho, níquel e cobre), cimento, álcalis, celulose e papel, borracha, exportação de minério de ferro, indústria automobilística, indústria da construção naval, indústria mecânica e de material elétrico pesado;
5. Educaçãoformaçãode pessoal técnico.³⁶

O governo Kubitschek, também rotulado por Skidmore e outros historiadores como não somente “desenvolvimentista”, mas “nacionalista desenvolvimentista”, reforçava os propósitos e ações do Estado recorrendo ao senso nacionalista como porta para receber o “caminho do desenvolvimento” no Brasil. Claro ficou que as ambigüidades no processo social advinham de críticas ao modelo desenvolvimentista, que problematizavam as desigualdades sociais, a presença de estruturas arcaicas de produção no campo e na cidade, trazendo à tona uma

³⁶ Ver: PAGNUSSAT, José Luiz, in Jornal'Ecos da Literatura Lusófona, 25 de Janeiro de 2006 - Edição Nº 33.

realidade econômica caracterizada por alguns teóricos como subdesenvolvida, mesmo que combinada com aspectos modernizadores.³⁷

Com o Estado no papel de grande promotor do desenvolvimento no País, mesmo sem ter a adesão unânime da intelectualidade brasileira, esse plano de desenvolvimento propiciou, além de uma modernização, o reforço do projeto de identidade nacional, de uma nação forte e moderna, alinhada aos padrões internacionais.

1.3. PAGE: estrutura e funcionamento

Como visto, o PAGE tinha uma concepção relativamente complexa, mas pode ser afirmado que o “viés modernizador” do Plano, presente nas ações que contemplavam “aumento da produtividade e da produção através de aplicações maciças na infra-estrutura da economia – como energia, ferrovias, rodovias, aeroportos, pontes, armazenagem e ensilagem e abastecimento – e, diretamente, nos setores agrícola e industrial, através de fomento e estímulo [...]” (PAGE, 1959, p. 18), entre outras, foi informado também pelas ações desenvolvimentistas de Kubitschek. O PAGE, por meio de normas, diretrizes e incentivos fiscais, buscou organizar uma base de desenvolvimento econômico e social que objetivava levar progresso ao interior do Estado com a construção de novos aparelhamentos sociais.

Para a “modernização” do Estado, o PAGE teve de fixar objetivos, estabelecer escalas de prioridades e prazos de execução, sendo que os pontos iniciais dessas metas advinham das análises dos programas estabelecidos pelas Secretarias, das projeções econômicas do Estado e das possibilidades financeiras de sua execução para o período de quatro anos.

Para aplicação dessas iniciativas em São Paulo, o PAGE considerou seus diferentes estágios de desenvolvimento como “disparidades regionais”. Essa desigualdade, ainda sob o mesmo diagnóstico, foi caracterizada pela época de sua ocupação, tipo de atividade econômica desenvolvida ou nível de necessidade de cada região.³⁸ Assim, para uma atuação mais “precisa”, foi elaborada uma nova divisão territorial do Estado, baseada na área de influência dos pólos regionais

³⁷ Para as questões relativas aos planos econômicos, as teorias desenvolvimentistas e teorias do desenvolvimento no subdesenvolvimento, bem como as relações entre os aspectos arcaicos e modernos, ver: MANTEGA, Guido, *A Economia Política Brasileira*, São Paulo/ Rio de Janeiro: Polis/vozes, 1984.

Para o tema das desigualdades sociais geradas pelo desenvolvimento econômico no Brasil, ver: OLIVEIRA, Francisco, *A economia da dependência imperfeita*, Rio de Janeiro: Graal, 1977; *A economia Brasileira, crítica da razão dualística*, Petrópolis: Vozes, CEBRAP, 1981.

³⁸ II PAGE, 1963-1966, p. 57

de atração, cujos fatores eram demográficos, econômicos e sociais, e tinha a seguinte divisão, num total de onze regiões:

- 1a - Guarulhos, Santo André, São Caetano, São Bernardo e São Paulo.
- 1b - Bragança Paulista, Guarujá, Itu, Jundiaí, Mogi das Cruzes, Santos e São Vicente.
- 2 - Cruzeiro, Guaratinguetá, Jacareí, Lorena, São José dos Campos e Taubaté.
- 3 - Americana, Araras, Campinas, Limeira, Piracicaba, Rio Claro e São João da Boa Vista.
- 4 - Araraquara, Franca, Jaboticabal e Ribeirão Preto.
- 5 - Barretos, Catanduva e São José do Rio Preto.
- 6 - Andradina, Araçatuba e Lins.
- 7 - Assis, Presidente Prudente e Tupã.
- 8 - Avaré, Bauru, Botucatu, Jaú, Marília e Ourinhos.
- 9 - Itapetininga, Sorocaba e Tatuí.
- 10 - Registro³⁹

Figura 5: Divisão regional do II PAGE proposto em 1962 (II PAGE, p. 56)

Para a elaboração do PAGE, o Grupo de Planejamento e a Equipe Técnica obtiveram um prazo de seis meses para a sua finalização. Os levantamentos e

³⁹ Segundo a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE, em dados disponíveis pelo portal www.seade.gov.br, a atual divisão administrativa do Estado é formada por 15 regiões. Esta questão, entretanto, foge do escopo do trabalho presente, embora reconheça a atuação do PAGE ao introduzir este campo de análise, que, segundo Whitaker (entrevista, 2007), as descentralizações administrativas tiveram sua origem nas orientações “lebreonianas”.

estudos básicos para análises macroeconômicas foram absorvidos de planos anteriores, como se vê no seguinte trecho: ⁴⁰

[...] eles, do Governo Garcez, fizeram estudos básicos e esse material estatístico primário já estava recolhido. O que nos permitiu fazer o plano em seis meses, senão era impossível.

(SAMPAIO, 2007)

Entretanto, segundo seu coordenador Sampaio, foi necessário fazer uma atualização dos seus dados, sendo elaborado sob a responsabilidade do economista Sebastião Advíncula da Cunha.

Nós fizemos uma atualização e usamos pela primeira vez um computador. Fizemos o estudo que nos permitiu que tivéssemos um índice de transporte rodoviário, com que nos permitiu atualizar todos os outros dados daqueles planos. Fazíamos uma projeção de crescimento; foi o Sebastião que fez, era um economista de primeira. Ele elaborou esse processo e eu consegui no Departamento de Água e Esgoto o “tal computador” e ele fez o índice do transporte rodoviário. E fizemos o plano em seis meses. (SAMPAIO, 2007)

As iniciativas do PAGE estavam assim divididas:

I. Coordenação dos vários setores da administração com a atuação do Grupo de Planejamento.

II. Reorganização interna dos órgãos existentes com a reestruturação das Secretarias.

III. Reforma administrativa com a criação de novos órgãos. Criação do Fundo de Construção Escolar – FECE e Fundo de Construção da Cidade Universitária - FUNDUSP, além de outros na área da Saúde, Agricultura e Obras.⁴¹

IV. Introdução da técnica do Planejamento Orçamento.⁴²

Elas ocorriam através do processo técnico chamado “planejamento-orçamento”:

[...] Consiste na reunião de duas técnicas distintas, mas realmente indissociáveis: o denominado processo de planejamento-orçamento. Planejamento como

⁴⁰ Plano Quadrienal de Lucas Nogueira Garcez (1951-1955). Criado em 12.12.195, através da lei estadual nº 1.350, o DAEE, Departamento de Águas e Energia Elétrica.

⁴¹ O FECE e o FUNDUSP foram estruturados neste período, através da Lei Estadual nº 5.444 de 17.11.1959, bem como a criação da Universidade de Campinas através da lei Estadual nº 7.655, de 28.12.1962, sendo que sua instalação oficial aconteceu somente em 1966. É ainda sob ações do PAGE a fundação da FAPESP, Fundação de Amparo a Pesquisa, criada pela Lei Orgânica nº 5.918, de 18.10.1960, começando a funcionar de fato somente em 1962, como Decreto nº 40.132, de 23.5.1962. Além do Conselho Superior da Saúde, responsável pela orientação sanitária do Estado junto aos gabinetes técnicos da Educação, Agricultura e Saúde e a Secretaria da Viação.

⁴² PAGE, 2º relatório, p. 20, 21 e 22.

meio de selecionar objetivos e de disciplinar o modo de atingi-los – portanto, como instrumento que fornece ao Governo elementos necessários a fixação e execução de um programa de trabalho; orçamento, como plano destinado a financiar esse programa de trabalho.

(PAGE, 1960, p. 7)

O “planejamento-orçamento”, aparelhando e dando suporte às iniciativas do PAGE, bem como visando a garantir a execução dos empreendimentos e serviços sem interrupções, teve a sua distribuição e revisão avaliadas em período anual. Segundo seu decreto de criação, esta periodização foi determinada “a fim de adequá-lo às mutações da conjuntura econômico-financeira e às decorrentes da própria execução e funcionamento das obras e serviços e empreendimentos”.⁴³

Tal anuidade, segundo o plano, também assegurava a continuidade orçamentária dos trabalhos contemplados por ele sem a utilização de créditos adicionais, além de adaptá-lo de forma mais flexível “às mutações da conjuntura econômico-financeira”.⁴⁴ Sobre a necessidade da revisão anual prevista pelo plano, relatou Sampaio:

[...] para poder funcionar o Plano, nós fizemos o primeiro orçamento pluri-anual do Brasil. O Carvalho Pinto disse: – Para a gente garantir o preço e que não haja reajuste, eu preciso ter o orçamento inteiro. Se a obra começa agora em setembro e acabar no ano que vem e em setembro, eu preciso votar o orçamento de novo; o “cara” não é louco de dar um novo preço, ele tem o direito de reajuste. Quando chegar setembro, para que ele receba tudo, é preciso que o dinheiro esteja livre. Então vamos separar a verba de capital, que será de quatro anos, e a verba de manutenção, que será de ano a ano.

(SAMPAIO, 2007)

Um dos principais objetivos do PAGE foi promover uma atuação de governo em equipe e não de orientação pessoal do Chefe do Poder Executivo. Condição reconhecida e expressa em seu 2º relatório em 1961:

O próprio Plano de Ação é fruto não exclusivamente do trabalho e da orientação pessoal do Chefe do Poder Executivo, mas de um trabalho de equipe [...]

(PAGE, 2º relatório, 1961)

A abrangência e inovação dessa iniciativa foram mais além, com a criação de uma estrutura estatal capaz de sustentar a execução do Plano, na qual a

⁴³ Decreto nº 34.656, de 12.2.1959. Artigo 2º, Inciso 1º, Parágrafo b.

⁴⁴ PAGE, 1960, p.13.

adoção do processo de planejamento para orientar as ações do Estado teve de ser defendida de suas possíveis interpretações “equivocadas”:

[...] a decisão de planejar não implica em paralisação de obras no Estado.
 [...] o Plano não é apenas um documento que se elabora uma vez e passa a ter existência estática.
 (PAGE, 1959, p. 20)

Sobre esse “estranhamento” do processo de planejar as ações do Estado, Whitaker comentou:

A idéia de planejamento no Brasil nem era difundida na época. Praticamente o trabalho de Carvalho Pinto foi o primeiro, de governo com objetivos, com metas políticas precisas, metas quantitativas, prazos, etc.
 (WHITAKER, 2007)

Sobre essa mesma condição, esclarecendo a “redação defensiva” abarcada no Plano, Sampaio ainda afirmou:

[...] nós planejávamos mesmo e isso era uma novidade naquele tempo, hoje não é tanto. Naquele tempo era uma tremenda novidade, planejamento era comunismo, tanto que se vocês forem ler a justificativa começa dizendo: “Agora planejamento não é mais [...]”. É defensivo. Naquele tempo era um perigo ser planejador.
 (SAMPAIO, 2007)

O PAGE, ao utilizar o Grupo de Planejamento para resolver questões administrativas, além de descentralizar as ações executivas sob uma condução técnica, teve como competências, entre outras funções, entrosar e coordenar os trabalhos de vários setores administrativos, de maneira que agilizasse rotinas, evitasse contradições e duplicações de serviços. Um dos efeitos dessas ações faz parte de seu segundo relatório, apresentado à assembléia em 1962, em defesa desse processo de trabalho:

Exemplo típico desse trabalho é a metodização dos processos de desapropriação de terrenos necessários às obras do Plano de Ação. A exata definição de funções e o estabelecimento de fluxograma e de prazos para o andamento de processos revelam a capacidade dos vários órgãos e das várias unidades administrativas para fazer frente ao volume de trabalho determinado pelo Plano de Ação.
 (PAGE, 2º relatório, 1961)

O Grupo de Planejamento podia propor a contratação de serviços especializados junto a organizações, autarquias, órgãos estatais e a Universidade

de São Paulo para informações e subsídios técnicos necessários ao governo. Cabia também ao Grupo uma compreensão mais ampliada e geral da máquina administrativa, com o objetivo de se obter dela melhores recursos materiais e humanos. Outra função abalizada para o Grupo era reestruturar e reorganizar internamente as Secretarias, além de implementar novos órgãos administrativos, mediante uma análise de necessidades verificadas pela Equipe Técnica.

A captação de recursos financeiros para a execução da receita orçamentária e, conseqüentemente, a realização de obras, serviços e empreendimentos propostos pelo Estado foi um dos principais motes da atuação do Grupo. Para tanto, foram recorridos como agentes financeiros os bancos estatais e o Instituto de Previdência do Estado – IPESP. Como forma de incentivar setores específicos, foram criados fundos também específicos e fundações com dotações orçamentárias próprias, tais como o Fundo para Expansão Agropecuária e de Estímulo Industrial e o Fundo para Indústria de Base e de Bens de Produção, entre outros.

Os Fundos eram uma espécie de BNDES⁴⁵ de São Paulo. Criamos o Fundo Agropecuário, o Fundo de Apoio a Pequena e Média Indústria e o Fundo de Expansão da Indústria Básica de São Paulo, que deram uma musculatura espantosa ao Estado de São Paulo.

(SAMPAIO, 2007)

As necessidades e problemas das Secretarias estavam divididos em planos setoriais, nos quais cada setor possuía um responsável técnico que mediava as relações entre suas demandas e as ações do Grupo de Planejamento, participação essa anotada em seu primeiro relatório da seguinte forma:

O relatório do Grupo de Planejamento propicia, assim, uma visão global e conjunta de todos os programas propostos. O mérito desses programas foi assegurado pelo fato de terem sido elaborados por equipes técnicas de cada setor [...]

(PAGE, 1959)

A distribuição setorial abrangia, segundo o Plano de Ação, as distribuições setoriais dos investimentos que deveriam atender cada Secretaria, com a finalidade de alcançar “melhorias das condições humanas”, e, diante dessas condições, contemplavam: a Educação, Cultura e Pesquisa; Justiça e Segurança

⁴⁵ O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, criado em 1952, foi resultado do trabalho da Comissão Mista Brasil – Estados Unidos para o desenvolvimento econômico, durante o governo Vargas. Seu objetivo era “reduzir ou anular as deficiências infra-estruturais que impediam o desenvolvimento da economia brasileira.” (SKIDMORE, 2000, 12ª ed. p. 125)

Pública; Saúde Pública e Assistência Social. Para atender as necessidades básicas de infra-estrutura, o PAGE abarcava: sistema de água e esgoto, energia, ferrovias, pontes municipais, aeroportos, portos e navegação; para expansão agrícola: fomento agrícola, armazenagem e silagem, abastecimento, rede de experimentação e fomento agropecuário.

Figura 6: Gráfico da distribuição setorial de investimentos do Plano de Ação (PAGE, p. 43)

As demandas das Secretarias eram diretamente submetidas às avaliações da Equipe Técnica responsável pelos atendimentos setoriais ordenados pelo Plano. Como, por exemplo, na educação com o arquiteto Celso Lamparelli.

[...] nesse trabalho do Plano de Ação eu fiquei encarregado de coordenar toda a pesquisa, todo o trabalho da educação, não só da educação primária como da educação superior. Então eu participei intensamente de toda a programação e

de toda a coordenação, do controle, distribuição de verba, etc., de todo o setor da educação cuja tradição de planejamento era zero, era baixíssima.
(LAMPARELLI, 2004)

Condição também elucidada por Whitaker em sua atuação no Departamento de Obras Públicas, onde eram executadas, entre outras obras, as relacionadas à Secretaria da Justiça e Segurança Pública:

Eu atuava na área de obras públicas, DOP e de Justiça e Segurança. Foi obra do Plano de Ação a questão de que todas as delegacias e polícias fossem centralizadas. Eu que era o responsável por isso aí.
(WHITAKER, 2007)

Também competia à Equipe Técnica, ao alimentar as diretrizes do Plano, metodizar os processos de desapropriação de terrenos necessários às obras, estabelecer fluxograma e prazos, além de atentar ao andamento dos processos e de trabalhos dos vários órgãos e unidades administrativas.

1.3.1. PAGE: objetivos

Na mensagem apresentada pelo governador Carlos Alberto de Carvalho Pinto à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, em 14 de março de 1961, podem-se observar os lastros em que se apoiaram os objetivos traçados para o plano de desenvolvimento do interior do Estado de São Paulo.

[...] Ao elaborar o Plano de Ação, quis fazer dele também o instrumento da elevação das condições de vida das populações interioranas – relegadas até há poucos anos ao abandono – precisamente pelo fato de reconhecer, como já declarei, as disparidades de que se assinala no progresso de São Paulo pelo gigantismo das áreas metropolitanas em confronto com o atraso do campo.

A necessidade da integração dos municípios paulistas constitui também desiderato que não poderia ser e não foi esquecido na temática do Plano de Ação.

A verdade é que, desprovido, em outros tempos, de quase todos os recursos, o interior do Estado se transformou rapidamente graças às obras do Plano de Ação [...]

[...] energia, ferrovia, rodovias, aeroportos, navegação; obras públicas são os empreendimentos relacionados com a instalação dos estabelecimentos de ensino, de hospitais, de instituições penais, de casas de detenção, de unidades sanitárias, de casas de lavoura, de armazéns de abastecimento de água e com os serviços de esgoto. Mas, além disso, prevê o Plano de Ação investimentos destinados ao equipamento das unidades construtivas à concessão de subvenções a instituições de assistência social e outros. [...]

O Plano de Ação é assim, incontestavelmente, um programa de governo que visa ao bem-estar social encarado sob suas múltiplas formas – portanto, um instrumento de humanização social do nosso Estado.

(PAGE, 2º relatório, 1961, p.10, 11, 12)

Guardada a dimensão da linguagem exacerbada do discurso político, as entrevistas realizadas com os participantes do Grupo de Planejamento e Equipe Técnica corroboram a idéia de que o PAGE, como instrumento de ações desenvolvimentistas, abrangeu uma reorganização do próprio Estado, na medida em que “a técnica que presidiu à sua feitura e o sistema do seu funcionamento como programa de investimentos [...] articulavam...” o estudo de disponibilidades financeiras, mediante o processo de planejamento-orçamento, [...] selecionado os objetivos e escalonada sua execução”.⁴⁶

Ao discutir as insuficiências de infra-estrutura urbanas motivadoras do “retardamento” das cidades do interior do Estado, o governador Carvalho Pinto, ao término de seu segundo ano de mandato, em 1961, apelou ao recém-eleito presidente Jânio Quadros, aliado político ao qual se dedicou em campanha eleitoral, seu apoio, lembrando-o dos compromissos assumidos com o povo “na atmosfera criada por este espírito eminentemente nacionalista, que encontrou receptividade e guarida [...]”, visando a atender as regiões “esquecidas pelo governo e pela inépcia e condenadas à condição de pauperismo que não encontra explicação no homem, que é bravo e batalhador, nem na terra, que é feraz e prestadia”.⁴⁷

Concluiu ainda no mesmo relatório apresentado à Assembléia Legislativa de São Paulo que o Estado, participando da integração nacional na construção de uma Nação “livre, forte e rica”, substituirá “uma geografia rude por uma história dinâmica, um povo debilitado, por uma nação sadia e vitalizada, um desalento improdutivo estéril e perigoso, por uma esperança invencível e construtiva”.⁴⁸

Afora o tom ufanista do discurso oficial, é interessante notar o exemplo de planejamento e de política que São Paulo oferecia naquele momento conturbado. De certa forma, além de seguir o Plano de Metas, também o aperfeiçoava.

Segundo o levantamento econômico apresentado no mesmo documento, São Paulo em 1960 seguia o ritmo acelerado de inflação e insatisfação social que caracterizava o período. Os conflitos sociais foram assim estatisticamente demonstrados no mesmo relatório:

⁴⁶ PAGE, 1961 (2º relatório), p. 22.

⁴⁷ PAGE, 2º relatório, 1961, p. 8.

⁴⁸ Idem, ibidem, p. 8

[...] em 1960, 954 greves contra 314, no ano anterior, entre 105 categorias profissionais diferentes mobilizando 3.252.000 homens-hora, enquanto em 1959 somente 59 categorias totalizaram a perda de 2.800.000 homens-hora.

(PAGE, 2º relatório, 1961, p. 13)

Segundo o PAGE, um dos aspectos que favoreceu o agravamento da situação econômica das cidades do interior paulista e o conseqüente desagrado social, constatado no mesmo relatório, advinha da forma que o expressivo desenvolvimento industrial implantou-se, sem sintonia com a produção agrícola, particularmente do café, o qual sofria uma grave crise com o excesso de oferta para o mercado de exportação.

Figura 7: gráfico da estrutura da produção do Estado no período, no qual se observa uma retração da agricultura e expansão da indústria. (PAGE, 1959, p. 31)

Esta situação explicava o “empobrecimento” do interior do Estado e seu conseqüente “atraso”. O governo, como solução para os problemas da produção agrícola, tratado como “relevante fonte econômica do Estado”, mesmo frente ao crescente processo de industrialização, sinalizou condições para a retomada de seu desenvolvimento, ao propor, por meio de incentivos fiscais, financiamentos e um plano de implementação da indústria de tratores no País, visando através de sua mecanização “melhorar e absorver as potencialidades que a agricultura oferece ao mercado interno”.⁴⁹

⁴⁹ Avaliando a produção de bens no período de 1947-1958, São Paulo teve um crescimento calcado na expansão industrial. No intuito de conter a retração da agricultura e pelas baixas expectativas de um mercado exportador, o PAGE contemplou a expansão no setor por reconhecer que “o desenvolvimento industrial de São Paulo e crescente urbanização, que desse processo decorre, exigirão, nos anos futuros, crescentes quantidades de produtos agrícolas a serem usados como alimentos e matérias primas industriais” (PAGE, 1959, p. 40). Para o desenvolvimento agrícola e industrial do Estado, o PAGE previa construir e prover casas da lavoura, sedes de delegacia agrícola, sedes de extensão agrícola para equipar a rede de fomento; munir fazendas experimentais para desenvolver o fomento vegetal e animal, o Instituto Agrônomo, Centros de Pesquisa e experimentação agrônômicas e zootécnicas; construir e equipar escolas de iniciação

Sobre as possibilidades e incentivos necessários ao setor agrícola no Estado, comentou Sampaio:

A constatação foi de que São Paulo tinha chegado à barranca. Não tinha mais a condição da produção extensiva da agricultura. Ela precisava intensificar. E nós todos sabemos que com essa história da agricultura itinerante as práticas ficavam improdutivas. O sujeito pegava um pedacinho melhor, o resto ele deixava. Então a idéia era ocupar aquilo com produtividade.

(SAMPAIO, 2006)

No setor industrial, o PAGE avaliou que, entre os fatores limitativos para sua expansão no Estado, estavam a escassez de crédito a longo prazo e a insuficiência da capacidade de exportação do País.⁵⁰ Sampaio afirmou que nesse momento o papel que o Estado assumia ao aplicar recursos estava associado ao capital privado, seguindo a orientação keynesiana dos economistas envolvidos no Plano:

[...] tinha o Fundo da Pequena e Média indústria, o Fundo das Indústrias de Base, porque a nossa idéia era fazer trator, colhedeira para a indústria de São Paulo também. Então esse Fundo permitiria para a gente montar essas indústrias com o capital privado.

(SAMPAIO, 2006)

O PAGE possuía um viés de sustentação industrial e de desenvolvimento da agricultura com objetivos que, por vezes, se ajustavam de forma coligada ao ampliar os mecanismos de produção, incentivando “fornecer equipamentos para a indústria e agricultura” (PAGE, 1959, p. 50). Relação presente, por exemplo, na comparação que balizava os incentivos implantados no País a partir de 1960, na qual se destacava, entre outros, a implementação da indústria de tratores, ao considerar “empreendimentos industriais necessários à execução de uma verdadeira política de aumento de produtividade agrícola, política essa indispensável à continuidade do processo de desenvolvimento industrial e social de nossa terra” (PAGE, 2º relatório, 1961, p. 7). Considerava ainda que a expansão industrial nacional do mesmo período era uma etapa decisiva “na senda do progresso do país”, condição com a qual o Estado deveria se afinar.

agrícola; ampliar áreas de reservas florestais; instalar postos de mecanização, para o aperfeiçoamento das técnicas agrícolas.

⁵⁰ Para atender a necessidade de expansão industrial no Estado, o PAGE criou os Fundos de Expansão da Indústria de Base, para indústrias de médio e pequeno porte; o Fundo de Financiamento das Indústrias de Bens de Produção, para um sistema que possibilite “a plena utilização da capacidade do parque industrial paulista, dando-lhe possibilidade de fornecer equipamentos à indústria e à agricultura” (PAGE, 1959, p. 50).

Mesmo com o conjunto de iniciativas na esfera estadual, o PAGE ainda solicitou a cooperação de órgãos do Governo da República, atentando que, ao atender o Governo do Estado, estaria “no encaminhamento dos problemas fundamentais do desenvolvimento social do Brasil”.

1.3.2. O Plano de Ação e as Demandas de Obras Atendidas às Secretarias do Governo Estadual

De acordo com o relatório do PAGE apresentado pelo governador, as demandas físicas do Plano e as prioridades das Secretarias foram atendidas pela Equipe Técnica do Plano, optando-se, primeiramente, por reequipar e reformar as unidades existentes, finalizar as obras da gestão anterior⁵¹, além de efetuar convênios com entidades particulares para melhorar o funcionamento dos seus equipamentos e solucionar seus problemas. Na seqüência, foram construídas novas unidades das redes de serviço pelo interior do Estado e na capital. A intensificação de programas selecionados pela Equipe Técnica gerou a necessidade de novas unidades. Um exemplo disso foi o que ocorreu na Secretaria da Segurança: o Governo aperfeiçoou o programa assistência jurídica gratuita e elaborou reformas no Judiciário, especialmente quanto à organização dos seus serviços pelo interior, onde foram construídos novos Fóruns de Justiça.

O segundo relatório do PAGE, apresentado à Assembléia em 1961, continha as seguintes quantificações de edifícios, em, praticamente, um ano de atividade do Plano: 19 fóruns, 73 cadeias e delegacias, 158 obras escolares e 65 obras para saúde.

Segundo os mesmos dados do Governo, no período inicial da gestão Carvalho Pinto, os objetivos setoriais do PAGE, entre 1959 e 1960, foram alcançados nas seguintes porcentagens do quadriênio para a Secretaria da Justiça e Segurança:

JUSTIÇA E SEGURANÇA	0 - 20	20 - 40	40 - 60	60 - 80	80 - 100
Detenção e penitenciárias
Serviço de menores
Cadeias, Delegacias e Fóruns.
Equipamentos

⁵¹ A gestão anterior a Carvalho Pinto foi de seu aliado, Jânio da Silva Quadros (1955-1959), na qual ocupou o cargo de Secretário da Fazenda.

■	Concluídas entre 1959 e 1960
■	Em andamento
■	Programa revisto
■	Concluídas em 1961

Figura 8: Gráfico dos objetivos setoriais alcançados para a Secretaria da Justiça e Segurança Pública.

Através deste gráfico, pode-se observar que foram priorizadas as construções de fóruns, cadeias e delegacias, além de outros equipamentos não especificados para a Justiça (em Ribeirão Preto, por exemplo, o Palácio da Justiça).

De acordo com o mesmo relatório, as atuações e prioridades da Secretaria da Justiça foram desse modo estabelecidas com o Governo do Estado: para atender os problemas do menor, optou-se por reequipar e reformar unidades existentes, além de efetuar convênios com entidades particulares; para o sistema prisional, foram construídas novas unidades no interior do Estado e reformas na capital; para agilização da justiça, foi intensificado o programa de assistência jurídica gratuita e reforma do Judiciário, especialmente da organização dos serviços judiciários do interior. O governo designou também uma Comissão para estudar o regime jurídico das serventias de justiça e foram construídos novos Fóruns de Justiça no interior do Estado de São Paulo, a fim de que se atendessem as novas demandas. Finalmente, foram também construídas novas instalações policiais no interior, a fim de descentralizar esta prestação de serviços.

Foram concluídos, em 1959, os Fóruns de Justiça nos seguintes municípios: Araçatuba, Barretos, Bauru, Cananéia, Dois Córregos, Getulina, Guará, Martinópolis, Ourinhos, Paraguaçu Paulista, Pompéia, Presidente Bernardes, São Joaquim da Barra, São Sebastião, Tupã, Ubatuba e Votuporanga, além do Palácio da Justiça de Ribeirão Preto.

A localização e origens destas cidades estão assim estabelecidas:

MUNICÍPIOS EM QUE FORAM CONSTRUÍDOS EDIFÍCIOS DA JUSTIÇA	
MUNICÍPIO	REGIÃO
Araçatuba	Centro-oeste
Barretos	Norte
Bauru	Noroeste
Cananéia	Litoral sul
Dois Córregos	Oeste
Getulina	Noroeste
Guará	Nordeste
Martinópolis	Oeste

Ourinhos	Sudoeste
Paraguaçu Paulista	Oeste
Pompéia	Centro-oeste
Presidente Bernardes	Oeste
São Joaquim da Barra	Norte
São Sebastião	Litoral norte
Tupã	Oeste
Ubatuba	Litoral norte
Votuporanga	Noroeste
* Ribeirão Preto	Nordeste

* Em Ribeirão Preto, foi construído o Palácio da Justiça, instância judiciária estabelecida de acordo com a necessidade e relevância política da região.

Já no relatório apresentado à Assembléia em 14 de março de 1962, seu terceiro e último, constava que o governo contratou entre grupos escolares, unidades sanitárias, fóruns, casa de lavoura, chefias de extensão agrícola, delegacias regionais agrícolas, etc., 646 obras de prédios públicos com financiamento pelo IPESP, sendo que 520 foram entregues e construídas durante o exercício do Plano.

Entre outras ações, o PAGE propiciou o início da construção da Usina Hidrelétrica de Urubupungá, a realização das obras nas usinas de Limoeiro, Euclides da Cunha, Barra Bonita, Jurumirim, Bariri, Graminha e Xavantes.

Ao concluir o mesmo relatório de prestação à Assembléia, o Plano de Ação tinha atingindo as seguintes metas setoriais:

Setor	Concluídas	Obras	Fase de Contrato	Fase Preliminar	Autorizadas e não iniciadas
Educação	39,57	80,36	86,57	107,29	134,68
Justiça e Segurança	57,80	88,62	94,34	102,14	122,75
Saúde	47,21	79,00	80,15	97,43	134,54
Água e Esgoto	60,27	64,77	64,77	64,77	64,77
Energia Elétrica	6,04	91,59	91,59	108,42	108,42
Ferrovias	34,00	53,70	53,70	53,70	77,70
Rodovias	78,66	124,65	124,65	124,65	124,65
Pontes Municipais	70,00	84,13	87,87	92,58	91,58
Aeroporto, Portos e Navegação.	82,61	91,58	91,58	91,58	91,58
Armazém - ensilagem.	21,85	52,93	52,93	52,93	56,00
Rede de Experimentação Agropecuária	20,62	52,88	65,95	83,28	92,45
Fundo para Expansão Agropecuária	-	-	-	13,80	100,00
TOTAL (média)	59,523	94,198	97,187	107,351	128,526

1. As porcentagens são acumulativas. Cada coluna inclui a precedente
 2. Entende-se por fase preliminar a fase de conclusão de projeto e publicação de edital de concorrência.
- (PAGE, 3º relatório, 1962, p. 35)

Figura 9: Gráfico das realizações dos objetivos setoriais (PAGE, 3º relatório, p. 35), no qual se apresenta uma grande extensão de seus objetivos alcançados.⁵²

Esses dados representaram, entre outros, 7.000 novas salas de aula para o primário, 1.100 para o secundário, construção de edificações de ensino superior na Cidade Universitária Armando Salles de Oliveira – USP, 113 cadeias e delegacias, 57 novos fóruns, 100 postos de assistência médica sanitária, 308 casas da lavoura, etc.⁵³

⁵² A real dimensão dos alcances dessas realizações, verificando de fato o que é construção nova ou melhoria, escapa dos objetivos deste trabalho. De qualquer forma, registra-se aqui a ausência quase total de literatura a respeito do Plano de Ação e suas realizações.

⁵³ Segundo a mensagem encaminhada à Assembléia em 1962, o FUNDUSP dinamizou a construção de diversos edifícios da Cidade Universitária, entre os quais se destacam a Reitoria da Universidade, sede central entregue em 1961, e o início da construção do edifício da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU. “O prédio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo já foi iniciado e deverá estar pronto no início de

Sobre o volume de produção de obras, o arquiteto Fábio Moura Penteado, em entrevista, comentou:

[...] voltando ao Carvalho Pinto de repente foram assim: 400 projetos. Eu me recordo que nessa época por aí eu estive na Tchecoslováquia e tinha sido uma coisa muito curiosa, pois não tinha que ser construída nenhuma escola lá porque não havia criança, não nascia ninguém. E aqui em São Paulo faltava... Usava-se muita telha de “eternit”, faltava, não tinha, acabou pelo volume de escolas que foi construído.

(PENTEADO, 2007)⁵⁴

Na justiça, o relatório assinalou a conclusão dos Fóruns de Amparo e Itapira e o início da construção dos edifícios forenses de Apiaí, Caconde, Cajuru, Leme, Osvaldo Cruz, Promissão, Santa Isabel e Santo Anastácio.

MUNICÍPIO	REGIÃO
Apiaí	Vale do Ribeira
Caconde	Oeste
Cajuru	Nordeste
Leme	Oeste
Osvaldo Cruz	Noroeste
Promissão	Noroeste
Santa Isabel	Região Metropolitana
Santo Anastácio	Oeste

Atendendo às necessidades da Secretaria da Justiça e Segurança Pública, ainda foram construídos e reformados presídios, cadeias e delegacias, além da criação de Instituições para assistência aos menores.⁵⁵

Para Sampaio, os objetivos e metas do PAGE foram satisfatórios:

1963. Em suas novas instalações, a Faculdade poderá desenvolver seu curso, com maior eficiência, pelo sistema de ‘atelier’, atendendo à diretriz da formação de profissionais por meio do ensino objetivo” (PAGE, 1962, p. 59).

Com verba do PAGE, o Instituto Oceanográfico adquiriu um terreno na região portuária de Santos, para a construção do píer de atracação de seu navio (PAGE, 1962, p. 62), além da compra do navio oceanográfico (“4ª Reunião de Governadores com Excelentíssimo Senhor Presidente da República”, junho de 1961, p. 20).

A Escola de Engenharia de São Carlos, segundo o relatório de 1962, terminou dois pavilhões da Mecânica e iniciou as obras do pavilhão social para os estudantes, de dois anfiteatros e planejava ainda para 1962 a construção das residências universitárias, mais um pavilhão da mecânica, o pavilhão de física geral e experimental, obedecendo à setorização: residência e vida social dos professores, residência e vida social dos alunos e setor técnico-administrativo. Construiu ainda na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto blocos de laboratórios, capela, restaurante e casa de estudante, sendo prevista para 1962 a construção da sede da Escola de Enfermagem no mesmo *campus*. Em Piracicaba, no *campus* da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – ESALQ construiu a residência dos estudantes e iniciou as obras da sede do Centro Acadêmico (PAGE, 1962, p. 61, 62).

⁵⁴ Entrevista ao grupo de pesquisa “Arte e Arquitetura Brasil – diálogos na cidade moderna e contemporânea”, 2007.

⁵⁵ O relatório assinala a conclusão do Pavilhão nº 9 da extinta Casa de Detenção, cujas obras foram iniciadas na gestão anterior, sendo palco de um massacre que vitimou 111 detentos em 1992.

Se pensar bem, o Plano concluiu cem por cento das metas físicas, mas contou com a meta de estímulo econômico.
(SAMPAIO, 2007)

1.3.3. O PAGE e a difusão da produção moderna no Estado de São Paulo

A arquitetura brasileira, na década de 1950, conheceu um momento de excepcional produção, tempo de inúmeras obras públicas e privadas executadas sob os princípios da arquitetura moderna, tendo a construção de Brasília como símbolo e ápice desta adesão, ao materializar o auge das possibilidades modernas. De certa maneira, esta experiência avizinha-se de forma fronteiriça ao projeto moderno que, ajustado com a expansão dos planos desenvolvimentistas, promove uma decisiva difusão do modernismo, quer através do Estado, quer através da construção civil corrente. Mesmo admitindo a existência de um conflito entre os limites e difusão, tanto no processo social como no da arquitetura moderna brasileira, o qual deve ser entendido, guardando ambigüidades e tensões que se emaranham e problematizam a repercussão que a arquitetura moderna adquiriu e, em que pese o seu sucesso, como o período em que ela se consolida.

Para a arquitetura moderna brasileira, ou a sua corrente hegemônica, nada mais sincrônico, pois ela fechava a década de 40 completando um círculo de maturidade, onde a especificidade de uma escola moderna nacional havia sido “reconhecida”. Os anos 50, mais do que cristalizar essa arquitetura, deveriam aprofundar as suas características. Esse parecia ser o caminho, pois nessa década formaram-se as primeiras turmas das escolas específicas de São Paulo e Minas Gerais, revistas de arquitetura foram organizadas, a urbanização em consonância com a industrialização conheceria uma inflexão decisiva, que culminaria na década de 60 com o predomínio numérico da população urbana sobre a rural, moldando o território de vida da arquitetura e da indústria: a própria cidade. Sendo que o reconhecimento internacional da arquitetura brasileira seria afirmado, revalidando suas qualidades, em várias publicações estrangeiras.

(BUZZAR, 1996, p. 175)

O PAGE, além de constituir-se no momento singular de uma administração pública no Estado de São Paulo, articulando e impulsionando a modernização do País, também foi um instrumento de difusão da arquitetura moderna. Desmentindo a idéia difundida de que, ao contrário do que ocorria no âmbito federal no Rio de Janeiro, aqui o Estado não contratava projetos de arquitetura, possibilitou que, animados pelo espírito da época, os arquitetos no Estado de São Paulo efetivassem inúmeras experimentações arquitetônicas.

[...] foi uma época em que, no Brasil, nós começávamos a descobrir isso (refere-se a arquitetura): os irmãos Roberto lá no Rio, era o Niemeyer, era o Sobral. Então era uma época de muita efervescência. Isso tudo está ligado a uma idéia se você quiser ideologia do Brasil desenvolvido. Era essa a minha ideologia, naquele tempo era isso. A ideologia era uma ideologia.

(SAMPAIO, 2007)

Como visto, a produção de equipamentos públicos pelo Estado nesse período foi de um corpo considerável. Até 1961, foram construídos (ou reformados) 315 edifícios, entre escolas, postos de saúdes, fóruns e delegacias de polícia. Ainda que não se possa afirmar que a maioria das edificações tenha sido concebida a partir da linguagem moderna, sabe-se que, na produção escolar, grande parte servindo de base conceitual e prática estabelecida pelo Convênio Escolar (1949-1953) e na produção dos Fóruns de Justiça, agregando-se arquitetos como Vilanova Artigas, David Libeskind, Paulo Mendes da Rocha, Fábio Penteadó, etc., e os pressupostos modernos das edificações são inconfundíveis.⁵⁶

O estímulo econômico, uma das estratégias novas de captação de recursos contemplada pelo PAGE, que, no caso das obras públicas, foi o financiamento do IPESP, já utilizado na gestão anterior de Jânio Quadros (1955-1959), servindo para a contratação de projetos por profissionais fora dos quadros da administração pública, no caso, representado pelo Departamento de Obras Públicas.⁵⁷

Para as obras viabilizadas pelo Instituto de Previdência do Estado de São Paulo – IPESP através do PAGE, entretanto, foram contratados, de forma mais freqüente, arquitetos de fora do funcionalismo. Embora o Departamento de Obras Públicas tivesse se reequipado, seguindo as novas estratégias de atuação, segundo o arquiteto Francisco Whitaker, responsável pelo departamento na época:

O DOP trabalhava com procedimentos antigos, tinha setores separados para arquitetura, hidráulica, elétrica, etc. Quando entrava um projeto, cada setor desenvolvia isoladamente sua tarefa e ficava circulando entre eles separadamente,

⁵⁶ Do ponto de vista de organização do programa dos equipamentos, vale lembrar que o Plano contou com algumas experiências, como o programa Convênio Escolar, desenvolvido entre 1949 e 1955 pela municipalidade, com a participação do Governo do Estado, de forma específica em termos arquitetônicos, pois, segundo Hugo Segawa, foi introduzido “de forma singular uma coleção de 68 edifícios da linguagem “carioca” (com alguns arquitetos formados no Rio de Janeiro): Hélio Duarte (coordenador, arquiteto que trabalhou no Rio de Janeiro e Salvador), Eduardo Corona (nascido em 1921, ex-projetista de Niemeyer), José Roberto Tibau (nascido em 1924), Oswaldo Corrêa Gonçalves (nascido em 1917) e o engenheiro Ernest Robert de Carvalho Mange” (SEGAWA, 2002, p. 173/174).

⁵⁷ Em levantamentos no arquivo do extinto Departamento de Obras Públicas, foi constatado que na gestão anterior (Jânio Quadros) também foram construídos edifícios sob a condição de uso dos recursos do IPESP. Contudo, no mesmo período, a contratação de projetos por profissionais de fora do quadro de funcionalismo (na época, Secretaria de Viação e Obras Públicas) só foi encontrada em Bauru, processo nº 37.494, no qual, apesar de aprovado o projeto do DOP em 1952 para o Fórum da cidade, foi contratado o arquiteto Zenon Lottufo em 1957 para desenvolver outro. O processo seguiu de forma bastante polêmica e terminou sem a execução do edifício da justiça.

sem noção de conjunto, perdendo muito tempo no projeto. Então veio a idéia, por influência do padre Lebrecht, que tinha idéias de interdisciplinaridade, do DOP fazer ateliês para desenvolver o trabalho completo. Quer dizer, nos ateliês, que tinham outro nome na época, tinha o arquiteto, o hidráulico, todos os técnicos das diversas fases da obra. Eles pegavam o projeto e tinham que resolver integralmente.

(WHITAKER, 2007)

Para Plínio de Arruda, que tinha na sua roda pessoal de amigos arquitetos como Joaquim Guedes, os “projetos-padrão” desenvolvidos pelo DOP deveriam ser reformulados.

O IPESP já estava inovando, mas o DOP, que tinha mais obras, continuava com os chamados “projetos-padrão” [...]

[...] eu andava com os arquitetos, os arquitetos chegavam para mim e diziam: – O que se gasta para preencher o terreno ou tirar o terreno você gasta num bom projeto que rompia o padrão, aproveita o terreno e faz algo muito melhor, com a insolação bem feita, etc.

(WHITAKER, 2007)

A posição dos técnicos do Estado era diferente. Favoráveis ao padrão adotado, acreditavam que essa solução era a mais ajustada para o Estado construir e manter seus edifícios.

[...] a gente era arquiteto do Estado, ninguém podia se atrever a fazer alguma coisa muito diferente. Então tinha que ser uma coisa dentro de certo padrão que o Estado pudesse pagar e fazer maior número de obras e que depois a manutenção pudesse ser a mais barata possível.

(CASTALDI, 2007)

Essa discussão alimentou uma polêmica desenvolvida no IAB, Instituto dos Arquitetos do Brasil. Por um lado, era defendida a oportunidade gerada pelo Estado ao motivar um mercado de projetos; por outro, a exclusividade dessa atuação pelos técnicos do Estado. Ao final, houve uma visão conciliadora de que deveria haver espaço de trabalho para ambos, sem que a atuação dos escritórios particulares pudesse significar o enfraquecimento do aparato do Estado, ou que o Estado tivesse o monopólio dessa produção. Estavam presentes nas reuniões, além de técnicos do Estado, arquitetos como Ícaro de Castro Mello, Ruy Gama, Jean Maitrejean, Joaquim Guedes, Jorge Wilhelm, Fábio Penteado, Vilanova Artigas, entre outros.⁵⁸

Muito além da problemática criada em torno desta considerável produção de equipamentos públicos no período citado, tal embate indica que existiu uma

⁵⁸ Atas das Assembléias realizadas no IAB/SP em 8.7.1959, 17.11.1960, 10.8.1961 e 30.8.1961.

abertura de mercado ofertada pelo Estado, que proporcionou uma condição para que houvesse a reformulação de seus equipamentos. As recorrências dos pressupostos modernos nas novas elaborações foram inequívocas, dadas a formação, adesão e “militância” de seus autores, sem fazer parte do quadro funcional do Estado. Fábio Penteado, cujo entendimento da nova arquitetura poderia, se não alterar a justiça, pelo menos o seu viés (ainda hoje) não universal, comentou:

[...] os juízes têm uma forma de ver até hoje muito fechada [...] Mas durante a obra, isso para mim foi importante, o mestre da obra não tinha entendido. Outra forma curiosa: o trabalhador mestre de obra geralmente não sabe o que está fazendo, tem uma linha muito precisa. O sujeito vê o projeto e não sabe o que está fazendo. Ele não estava entendendo e quando eu expliquei, ele me olhou e disse: – Olha, doutor, nós estamos achando que num Fórum deste a gente até pode ganhar uma causa.

(PENTEADO, 2007)

As proposições formuladas para os edifícios da justiça e demais equipamentos públicos, tais como escolas, hospitais e outros durante o PAGE, que, em sua maioria, sob a égide da arquitetura moderna, levaram para o interior do Estado uma nova conformação físico-espacial e novos contornos urbanos para os municípios nos quais foram implantados, sugerindo temas que vão além da conceituação formal.

Sobre o impacto desta produção nos municípios do interior do Estado, observou Whitaker, que atuou no DOP no período:

[...] as Casas de Lavoura nós fizemos maiores do que nas cidades em que elas estavam. Eram grandes demais para a realidade da cidade. A cidade achava bom, aquela grande obra, mas no ponto de vista objetivo não era um “elefante branco”, mas grande demais. Mas isso é uma análise que na hora a gente observava pouco, o mais importante para nós era a capacidade de realizar.

(WHITAKER, 2007)

Sobre a recepção dessas obras, afirmou ainda Sampaio:

Eu me lembro que todo mundo achava muito bonito, nós recebemos muitos elogios. Os prefeitos ficavam contentes [...] Eu recebia muitos telegramas agradecendo [...]

(SAMPAIO, 2007)

As obras do PAGE no Estado de São Paulo representaram um marco na história da arquitetura forense. Proporcionando oportunidade a jovens

arquitetos encontrarem solo onde cultivar os ideais de uma nova arquitetura, por meio da geração de novos espaços, possibilitando novas práticas sociais, estes edifícios configuraram-se em peças paradigmáticas daquele processo.

Talvez, sem unanimidade, tal receptividade e a expectativa modernizantes foram constatadas no pedido de construção de um novo fórum para a Prefeitura da Estância Sanitária de Socorro, encaminhado ao Departamento de Obras Públicas em 1952 (gestão Jânio Quadros), através do Processo nº 5.184/52, assinado pelo seu prefeito⁵⁹, no qual o edifício ocupado era descrito como: “um prédio antiquado e sem a estética moderna”. Portanto, o novo edifício deve:

[...] ser dotado de um prédio adequado ao seu foro, a exemplo de outras cidades deste Estado, cuja construção reflete num melhoramento de imprescindível valor e que muito virá concorrer para o progresso desta Estância.

(Pe. nº 5.184/52)

Para Sampaio, as ações do PAGE eram modernizantes e, por conseguinte, a arquitetura produzida através do Plano era o reflexo de sua época, cuja adesão não era casual:

Mas era óbvio que tinha que ser moderno. Nem se discutia, era uma coisa de senso comum. Era tão hegemônica a idéia e eles todos eram ligados a isso, tinham acabado de sair da arquitetura. Eram todos alunos do Artigas.

(SAMPAIO, 2007)

Com uma considerável produção distribuída pelo Estado, ela certamente contribuiu para a difusão da arquitetura moderna.⁶⁰

⁵⁹ Prefeito Sanitário Vicente Lomonico, em 26 de setembro de 1952.

⁶⁰ Nas cidades em que estes equipamentos públicos foram implantados, em recentes visitas técnicas para a pesquisa, observaram-se marcas que ainda persistem dessa distinção em relação ao seu sítio, onde até os dias atuais prevalecem construções ecléticas. É o caso, por exemplo, de Socorro e Itapira, no sudeste do Estado, onde, além dessa relação, os edifícios da Justiça ocupam um lugar de destaque também pela sua implantação em uma praça, transformando-se no eixo principal de observação. Em Itapira foi encontrado um edifício reformado simulando as características construtivas destacadas do Fórum, indicando uma assimilação popular de sua arquitetura. Esta questão escapa do alcance do presente trabalho, embora reconheça sua relevância tal assimilação popular.

2

ARQUITETURA FORENSE EM SÃO PAULO

2.1. As transformações arquitetônicas dos Fóruns de Justiça e sua tipologia

Ao introduzir o percurso da produção forense em São Paulo, seus antecedentes, formulações e transformações arquitetônicas, faz-se necessário esclarecer o que se pretendeu através da breve recuperação do registro que esta produção adquiriu na sua conformação como equipamento público a serviço do Poder Judiciário. Este resgate projetual arquitetônico é trabalhado para a compreensão das novas formulações que tal produção incorporou a partir de 1950, com as introduções conceituais e projetuais advindas da arquitetura moderna desenvolvida no País, momento em que é proposta uma ruptura aos tradicionais modelos adotados em São Paulo para esta produção. Da mesma forma, foram revistas a noção de tipo arquitetônico e as contradições e ambigüidades que ele apresentava em relação aos paradigmas modernos.

2.1.1. A instituição do Direito, o Fórum e sua arquitetura

Figura 10: Fórum Romano (GROS, 2002)

A adoção do nome Fórum para os edifícios da Justiça no Brasil sugere certa ligação com o Fórum Romano, bem como com o Direito Romano, do qual deriva o Direito Brasileiro⁶¹, embora o ensino do Direito instituído em 1827, em São Paulo, Olinda e Pernambuco, não contemplasse inicialmente o curso de Direito Romano.⁶²

O Fórum Romano, pois, não era só um único edifício, mas um grupo deles, constituindo o centro das ações administrativas, da ordem, da vida social e religiosa das cidades da Itália na Antigüidade:

*Le forum n'est pas um édifice. Il est, au mieux, un group d'edifices rassemblés d'une façon plus ou moins cohérente autour d'une place; il relève donc plutôt d'une réflexion sur l'urbanisme que sur l'architecture proprement dite: nonbreuses sont effectivement lês études qui ont tente de restituer, dans lê réseau viarie dês Villes d'Italie ou dês provinces occidentales, lês modalités de son insertion, de as clôture et de ses accès. [...]*⁶³

(GROS, 2002, p. 207)

Ao buscarmos algumas sendas que iluminem a similaridade semântica, vemos que o Fórum Romano era o local onde se concentravam todas as ações municipais administrativas e de ordem jurídica, além da vida comercial. No seu centro, um espaço livre pavimentado era o local em que ocorriam os julgamentos e promulgavam-se decretos, além de diversas comunicações de interesse público. Os discursos eram proferidos em uma tribuna *rostris*, plataformas elevadas para destacar a autoridade para o público geral. Esse grande pátio, que ocupava cerca de duas *insulae* (quadras), era ladeado por templos, além da basílica jurídica e da cúria. A basílica jurídica era uma extensão do Fórum; lá, as ações públicas podiam ser praticadas e abrigadas das intempéries. Dentro dela, tanto poderiam ocorrer julgamentos, reuniões dos conselheiros municipais, como também práticas

⁶¹ O direito brasileiro faz parte da chamada “família romano-germânica” de sistemas jurídicos de oratória, isto é, aqueles sistemas que tiveram sua origem na fusão entre o Direito romano e os direitos germânicos medievais, como o francês, o espanhol, o italiano, o belga e o alemão, bem como os direitos dos estados hispano-americanos. Ver: GAVAZZONI, Aluísio, *A história do Direito Brasileiro – Dos sumérios até a nossa era*, Editora Freitas Bastos, Rio de Janeiro, 1999; FERREIRA, Waldemar Martins, *História do Direito Brasileiro*, Editora Saraiva, São Paulo, 1985, 2ª Ed; BANDECCHI, Brasil, *Elementos de história do Direito Brasileiro*, Editora Pannartz, São Paulo, 1984, 2ª Ed.

⁶² Informação dada por Aluísio Gavazzoni, em *A história do Direito Brasileiro*, que no mesmo texto completa que esta “lacuna” só seria suprida em 30 de março de 1853. O mesmo autor coloca a questão metodológica do estudo do direito, que possui duas ramificações: historicista, na qual se baseia o seu trabalho; e analíticas, com súmulas de jurisprudências, sendo que este último prevaleceu no ensino no Brasil. Estas diferenças e evoluções apontadas pelo autor no ensino do Direito demonstram que as origens do direito brasileiro e sua arquitetura não derivam diretamente da origem do direito romano, mas, sim, de suas transformações.

⁶³ O fórum não é um edifício. Ou melhor, ele é um grupo de edifícios com uma certa semelhança em torno de uma praça; ele nos leva a um comentário mais relacionado ao urbanismo do que a sua arquitetura propriamente dita: muitos são os estudos que tentam restabelecê-los dentro da razão viária de suas vilas da Itália ou das províncias ocidentais, sobre os métodos nelas inseridas, seus limites e sobre seus acessos. [...]

comerciais. Em um de seus lados, ficava a tribuna.⁶⁴ Nesse sentido, de um local específico, onde se estabelece um certo ordenamento jurídico e administrativo, as semelhanças começam a ocorrer a partir de um deslizamento de significados, pois o Fórum de Justiça é o local onde se praticam, entre outras ações, as de ordem pública, não só para fazer valer e estabelecer normas de condutas sociais, mas da própria ordem jurídica do Estado, regida pela Constituição Brasileira.

Para Robert Jacob, o modelo mais adotado para os edifícios da Justiça em diversos países foi o “Palácio da Justiça” francês e a conformação derivada dele.⁶⁵

A história da arquitetura forense volta ao passado por um longo período. Certamente, no passado mais recente – no último século e no começo desse século –, o modelo francês de “Palais de Justice”, à primeira vista, parece ser o modelo mais popular. Essa característica do monumento francês com a fachada rigorosamente simétrica, dominada por uma entrada impetuosa com colunas e pedestal, apareceu nas cidades francesas e nas cidades ao redor no final do séc. XVIII e se espalhou no séc. XIX para todo o oeste europeu (com exceção da notável Grã Bretanha), influenciando até mesmo os fóruns construídos nos EUA, na América latina e no norte da África.

(JACOB, 1995)⁶⁶

No Brasil, do ponto de vista do programa, os Palácios da Justiça não foram os únicos modelos de edifícios adotados para servirem à justiça, sendo que os fóruns utilizados para servir de primeira e segunda instâncias popularizam-se e indevidamente são tidos como os únicos edifícios do Judiciário.⁶⁷ Por mais instigante que seja a decifração da origem ou da utilização da designação “Fórum de Justiça” no caso brasileiro, tal investigação escapa aos objetivos do trabalho, mas revela as riquezas de questões que o permeiam.

Por sua vez, a arquitetura designada para a Justiça sempre conteve especificidades que a destacava no campo das resoluções arquitetônicas com certa magnitude. A partir do final do século XVIII na França e alastrado no século XIX em diversos países, os monumentais edifícios “Palácio da Justiça” foram produzidos durante longos períodos em diversas partes do mundo, com características próprias, as quais resguardam seus significados.

⁶⁴ Para aprofundar a questão, ver: GROS, Pierre, *L'Architecture Romaine- Du début du III siècle av. J.-C. à la fin du Haut- Empire- I Les monuments publics*. Éditions A. et J. Picard, Deuxième édition, Paris, 2002; BALTY, Jean Ch., *Curia Ordinis, Recherches d'architecture et d'urbanisme antiques sue les curies provinciales du monde romain*, Impression Palais des Académies de L'université livre de Bruxelles, 1983.

⁶⁵ Robert Jacob é jurista medievalista e professor de História do Direito Universal de Liège na França.

⁶⁶ O texto original, “*La formazione storica dell'architettura giudiziaria, The historical development of courthouse architecture*”, de Robert Jacob, publicado na revista *Zodiac*, nº 14, setembro, 1995, p. 30, tradução da autora. Cabe completar que o dito monumento era concebido segundo as formulações neoclássicas.

⁶⁷ Primeira instância é o ponto inicial do processo, do qual provém o caso para julgamento superior. Segunda instância é o processo revisto através de recurso da sentença.

[...] o modelo próprio (arquitetura forense) foi aproximadamente relacionado ao simbolismo da Justiça como uma instituição social, que esse simbolismo recusou-se fortemente a ser revelado e interpretado de outras maneiras.

Como a arquitetura eclesiástica respondeu aos ditados da Liturgia, então a arquitetura forense, através dos séculos, foi determinada pelos requerimentos do ritual jurídico e manteve a imagem que a justiça queria preservar. (JACOB, 1995)

A arquitetura designada para os Fóruns de Justiça sempre conteve especificidades que a destacavam no campo das resoluções arquitetônicas com certa magnitude. Edifícios monumentais foram feitos durante longos períodos em diversas partes do mundo, conferindo um destaque entre os edifícios, tornando-os acentos tônicos no tecido urbano, assim como ocorreu com as igrejas. Os ritos processuais que se deram nos seus edifícios durante longo período eram carregados de simbologia, solicitando uma correspondência na organização espacial. A materialização espacial dos ritos e imagens simbólicas da justiça conformou uma produção arquitetônica com traços próprios.

Atualmente, o cerimonial judiciário, mesmo conhecendo modificações que refletem as significativas mudanças ocorridas na estrutura do próprio Judiciário – veja-se como exemplo o atual papel dos Procuradores da Justiça –, mantém ritos e práticas tradicionais. Um exemplo das simbologias adotadas pela justiça que ainda permanece, assunto recentemente debatido pelo Judiciário no Brasil, é a obrigatoriedade da cruz de Cristo sobre a cabeça do magistrado, no salão do Júri, como referência ao poder de Deus sobre os homens, quando o juiz, momentaneamente, torna-se um representante do poder divino, resquício do embaçamento da relação Igreja e Estado.⁶⁸ Cabe registrar que a presença da cruz, junto ao juiz e “vigiando” a justiça dos homens, não é uma questão local:

Inicialmente, Cristo foi colocado, no momento do julgamento universal, na parte de baixo da corte, fazendo uma planície para os observadores como se a justiça humana e a justiça divina trabalhassem simultaneamente na esfera terrestre.

Na Alemanha, esse *layout* manteve-se sem modificações até as reformas, na França; o Cristo do júízo final finalmente desistiu da crucificação quando a árvore da justiça foi consagrada pela sagrada cruz; em harmonia com as lendas populares que tentavam identificar a árvore de Deus e o mal como a árvore da vida.

⁶⁸ Ver *Folha de São Paulo*, 17 de setembro de 2005, artigo sobre o uso dos crucifixos nos Tribunais, no qual um juiz do Rio Grande do Sul apresentou a proposta de sua retirada das salas de audiência ao Congresso de Magistrados, ocorrido no final do mesmo mês, em Santana do Livramento. O assunto foi bastante polêmico segundo o jornal, novamente publicado em 3 de outubro de 2005 e discutido na sessão “Tendências e Debates”, 4 de outubro de 2005. Para o Juiz Roberto Arriada Lorea, autor da proposta, o Poder Judiciário, sendo laico, não deveria ostentar símbolos religiosos. Já para o Desembargador José Renato Nalini, a nação brasileira nasceu sob a invocação da cruz e essa serve como representação do compromisso de quem assume o encargo de produzir justiça aos homens. Tal debate reflete como esta instituição ainda está presa a simbologias em suas práticas e costumes, e como ainda problematiza a separação entre Igreja e Estado.

A crucificação sobre o juiz manteve-se como o principal símbolo nas cortes francesas, até que o Estado e a Igreja fossem separados oficialmente em 1904. (JACOB, 1995)

Apesar da questão da soberania do Estado laico no Brasil ainda não possuir limites claros, hoje em dia, as restrições programáticas dos edifícios de justiça seguem certa lógica funcional para se obter condições de um julgamento com imparcialidade. Uma dessas soluções pode ser observada nas especificações do posicionamento espacial das partes no salão de júri popular: o réu deve ficar longe da acusação e atrás de uma parede cega, frente ao júri que está atrás de uma parede com janelas. A luz incide na expressão facial do julgado, permitindo ver mais claramente suas reações, sendo que ele não consegue olhar claramente no rosto dos jurados.⁶⁹

Estas especificidades, ditadas pelo funcionamento dos Tribunais e demais edifícios da Justiça, promoveram, na sua organização espacial, um ajustamento entre forma e pensamento, o qual se observa desde os seus primeiros exemplares republicanos, como será visto mais adiante.

A partir dessas breves considerações, todavia marcantes, de um ritual jurídico que solicita uma conformação espacial, o trabalho adota a existência de uma tipologia, ao menos de uma questão tipológica. O tipo forense mescla um programa que não se estrutura, prioritariamente, em termos funcionais, ainda que a função não seja desprezível, sobretudo em termos do ideal da justiça, como instituição social que formula uma liturgia própria, materializada em uma hierarquia espacial do edifício, com elementos da arquitetura historicista, em geral neoclássica. Há uma estrutura profunda no tipo forense, mas ela advém fortemente da liturgia e de seus valores, buscando referências arquitetônicas existentes e podendo gerar novas.

Antes da questão arquitetônica, porém, é necessária, como já proposto, uma introdução expondo brevemente a conformação do Poder Judiciário no Brasil, a fim de compreender os caminhos traçados para a elaboração da tipologia Fórum de Justiça em São Paulo. Ainda que o trabalho restrinja-se ao campo da arquitetura, a compreensão de como o Poder Judiciário formatou-se é imprescindível para a sua arquitetura ter se moldado a ele e seus ritos aos seus “ditados litúrgicos” em um logo período de sua produção.

⁶⁹ Conduta praticada segundo os atuais responsáveis, como a arquiteta Maria Lúcia de Britto Passos e demais técnicos da Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania, na elaboração dos novos fóruns de justiça do Estado de São Paulo, relatada em entrevista realizada em 28.4.2006.

2.1.2. Breve histórico do Poder Judiciário no Brasil

O Brasil, após a sua independência, permaneceu durante algum tempo sob o mesmo arcabouço institucional do período anterior, caracterizado pela fusão dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Somente com a Carta Constitucional de 25 de março de 1824 inicia-se o processo de distinção entre eles.

Assim preceituava a Constituição Política do Império do Brasil, de 1824:

Art. 158: Para julgar causas em segunda e última instância, haverá, nas províncias do Império, relações que forem necessárias, para a comodidade dos povos.⁷⁰

Art. 163: É criado o Supremo Tribunal de Justiça composto por juizes letrados ou tirados das Relações por sua Antiguidade.

Com esta nova formatação, foi estabelecida uma nova distinção para os Poderes: o Legislativo normatiza a cidade, o Judiciário julga, o sistema penitenciário pune.

Apesar do novo dispositivo constitucional, o Império levou cerca de cinquenta anos para a sua execução, criando sete novas Relações⁷¹, enquanto anteriormente o país só tinha quatro, “o que demonstra a penúria da distribuição da justiça, não obstante o lançamento de novas bases para o aparelhamento da nossa organização judiciária” (TORRES, 1979, p. 6).

A velha organização judiciária da Idade Média prolongou-se na América portuguesa e sofreu os primeiros passos para a sua remodelação durante o Primeiro Reinado, completando na Regência sua nova formatação: “A Constituição, de um golpe, liquidou a árvore secular da antiga justiça Del-Rei. O resto, seria trabalho de *reconstrução*, como de fato o foi” (TORRES, 1979, p. 245).

Somente com a República é que os Poderes criaram a sua independência e harmonia entre si, transformando-se em Órgãos da Soberania Nacional. O Judiciário definitivamente extinguiu as antigas Relações, surgindo os Fóruns e os Tribunais.⁷²

⁷⁰ As definições das instâncias judiciárias são a base de suas atribuições e serviços, na medida em que é por onde o processo inicia sua tramitação na América Portuguesa, sob as ações das Ordenações Afonsina (1521), Manuelina (1603) e, por fim, Filipina (até a Constituinte de 1824), julgamento em última Instância subordinado diretamente a Portugal. Para a questão, ver: Poveda Velasco, Ignácio Maria, *Ordenações do reino de Portugal, Direito-USF São Paulo*, São Paulo: 1998, nº especial, p. 63-70.

⁷¹ As Casas de Relação compunham a organização da Justiça na época colonial e durante o império. Era a denominação dos antigos tribunais de segunda instância, ou seja, tribunal para recorrer à sentença decidida por um juiz. Assim, a Casa de Relação era onde se promulgavam determinadas sentenças finais. A Casa de Suplicação era uma Relação mais graduada da Justiça na época colonial e durante o Império. Em 1808, com a vinda da família Real, a Relação do Rio de Janeiro foi elevada à categoria da Casa de Suplicação, com prerrogativas iguais às de Lisboa. Ver: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, *Excertos da Evolução Histórica do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo*, s/n, 19(?), p. 41-80.

⁷² Ver: TORRES, Flávio. *Tribunal de Justiça de São Paulo, páginas de sua história centenária*. São Paulo: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, 1979.

2.1.3. Casas de Câmara e Cadeia

As Casas de Câmara e Cadeia foram os edifícios que acomodaram o embaraçamento dos Poderes na América Portuguesa, herdadas da metrópole.⁷³

[...] A consolidação da conquista portuguesa, na América, inicia-se trinta e dois anos após a descoberta do Brasil, com a transplantação das instituições municipais, cujo programa o reino mantinha persistente.

No Brasil, a sede da administração e da justiça foi a Casa de Câmara e Cadeia que, com as igrejas, figuram no primeiro plano do quadro das nossas vilas e cidades, nos primeiros quatrocentos anos de vida do país.

(BARRETO, 1978, p. 110)

As atribuições da Câmara evidenciavam a unificação dos Poderes; cabiam a ela as funções administrativa, legislativa, judiciárias (civil e criminal), além do poder de polícia e de aplicação da punição.

As antigas Aldeias, Freguesias, com o seu desenvolvimento social e político para elevarem-se à categoria de Vila, deveriam ter sua igreja matriz e construir sua Casa de Câmara e Cadeia e Pelourinho.⁷⁴

O programa das Casas de Câmara e Cadeia estava assim distribuído: no pavimento inferior, ficavam as prisões (enxovias); no superior, a Câmara de vereadores, Audiência (julgadores) e Secretarias, onde se guardava uma arca com os bens da Câmara. No salão principal do piso superior, funcionava a Câmara e os julgamentos.

Figura 11: Casa de Câmara e Cadeia de Guaratuba (BARRETO, 1978, p. 231). Nota-se no “andar” de cima o salão da Câmara e Audiências.

⁷³ Para a arquitetura das Casas de Câmara e Cadeia serve a definição de Lemos para a arquitetura local elaborada no livro *Cozinhas, etc.*: “No planalto, tivemos o império da taipa de pilão, de toda uma arquitetura *sui generis*”. Apesar de Lemos não definir claramente essa arquitetura, ela representa a arquitetura de “economia de meios” (p.13), a noção tão clara de uma arquitetura própria local, nas palavras do autor *sui generis*. A extensão dessa arquitetura no território é inferida também por Lemos, no mesmo livro, um pouco antes: “E, sinceramente, acreditamos que, analisando e entendendo a arquitetura da zona de influência de São Paulo de Piratininga, estaremos conhecendo grande das habitações brasileiras” (p.12). Apesar de referir-se às habitações, não seria equivocado supor que a construtibilidade e as características formais valeriam para o conjunto das edificações, ou ao menos boa parte delas.

Para América Portuguesa ver a definição de Fernando A. Novais, no texto *Condições da Privacidade na Colônia*, p. 17. In *História da Vida Privada no Brasil I - Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa*, Mello e Souza, Gilda, (org volume), São Paulo: Cia das Letras, 1999.

⁷⁴ Ver: BARRETO, Paulo Thedim, *Casas de Câmara e Cadeia* in: *Arquitetura Oficial I, Textos Escolhidos da Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, São Paulo: FAUUSP e MEC-IPHAN, 1978.

Ao pesquisar estes edifícios, procurou-se conhecer a gênese da organização judiciária no Brasil por meio de sua arquitetura, ou seja, pela associação formal, parâmetros que informassem para a produção dos edifícios forenses no Brasil, *a posteriori*. Há relações que caminham no sentido observado da interação entre valores e formalização espacial, já discutido anteriormente, e a profundidade dessas relações o trabalho presente objetiva verificar.

Figura 12: Plenário da Casa de Câmara e Cadeia de Vassouras, Rio de Janeiro (BARNABÉ, 2001).

As visitas técnicas, método investigativo adotado como parte do trabalho, seguiram o roteiro da entrada do café em São Paulo pelo Vale do Paraíba, movimento que acompanhou o início de um ciclo econômico de grandes mudanças no Estado. Para a leitura destes edifícios, foram considerados o período de sua construção, a forma e o agenciamento espacial (hierarquia espacial) e sua técnica construtiva, no entendimento de que suas restrições tenham contribuído na sua conformação formal e espacial. Foram visitados os seguintes municípios: Areias, Atibaia, Bananal, Itanhaém, Lorena, São José do Barreiro e Vassouras.⁷⁵

Itanhaém, apesar de não pertencer ao roteiro traçado, foi incluída pelo interesse de verificar se sua técnica construtiva, pedra entaipada, ocasionou alguma diferença formal aos edifícios encontrados no interior do Estado.

Vassouras, no Estado do Rio de Janeiro (rota de entrada do café em São Paulo), foi escolhida não só por constituir umas das primeiras Casas de Câmara e Cadeia com referências neoclássicas, com construção em período concomitante às visitadas no vale do Paraíba, mas também pela aproximação deste modelo com os que foram posteriormente construídos no Estado durante o ciclo econômico do café. Sua formulação indicava uma associação desse tipo de representação a aspectos de fortalecimento econômico, entre outros.⁷⁶

⁷⁵ Os fazendeiros do café em Vassouras também estavam à frente com os pioneiros das estradas de ferro no Brasil, co-participantes no binômio café e ferrovia na história do desenvolvimento de São Paulo. Para adentrar a questão, ver: MATOS, Odilon Nogueira de. *Café e Ferrovias, A evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. São Paulo: Pontes, 1990, 4ª ed.

⁷⁶ Ver: TELLES, Augusto C. da Silva. *Arquitetura Civil II, Vassouras, estudo da construção residencial urbana*. São Paulo: MEC, USP e IPHAN, 1978.

Os edifícios analisados sofreram várias intervenções de toda natureza, simplesmente descaracterizados, ou com intervenções conduzidas pelos órgãos de patrimônio, que procuraram estabelecer sua configuração inicial. Este propósito, que parecia ser objetivo, na verdade guardava intenções ideológicas, próprias do processo que informou a noção de uma arte e de uma arquitetura brasileiras. Por vezes a edificação foi recuperada, a partir de uma construção ideológica que não tinha uma sustentação nas documentações e refletia mais a idéia do que havia sido uma arquitetura “colonial” – formas simples, executadas segundo a economia de meios. Ou seja, construiu-se no presente uma imagem do passado. Este parece ter sido o caso exato da Casa de Câmara e Cadeia de Atibaia, segundo Antonio Luis Dias de Andrade, que afirmou sobre a edificação:

Dadas as razões que procuramos examinar ao longo deste estudo, parecem-nos compreensível os exageros porventura cometidos nas obras de restauração do patrimônio arquitetônico em benefício da recomposição de seu primitivo estado. Afiguram-nos injustificáveis as condenações peremptórias, permeadas por vezes de juízos rancorosos, desconsiderando-se os componentes ideológicos que revestiram a ação pioneira de preservação dos bens culturais no Brasil. Assim como a demasiada ênfase em critérios diametralmente opostos tem favorecido desvios de natureza diversa e do mesmo modo prejudiciais à apropriada conservação dos bens culturais.

(ANDRADE, 1993, p.157)

Se tomamos estes edifícios como referência, é porque, em que pese as modificações efetuadas, elas parecem não alterar a volumetria de dois pavimentos e também a hierarquia espacial, que se mostram fundamentais para o desenvolvimento do trabalho.

ATIBAIA

Imagem (ANDRADE, 1993) e depois do “restauro executado pelo SPHAN que idealizou um edifício colonial”, segundo ANDRADE.

História/Construção: 19 de fevereiro de 1770 - Instalação da primeira Câmara Municipal, segundo atas da Câmara.

Partido: Planta retangular, telhado de quatro águas, grande beiral.

Técnica: Taipa de pilão, telhas capa e canal, cunhais em argamassa.

ITANHAÉM

Edifício reformado em 1829 (CORDIDO, 2001).

História/Construção: Final do século XVIII e princípios do séc. XIX.

Partido: Planta retangular, telhado de quatro águas, grande beiral.

Técnica: Pedra entaipada, telhas capa e canal, cunhais em argamassa.

BANANAL

O edifício antes de sua reforma; imagem cedida pelo Sr. Plínio, historiador de Bananal.

História/Construção: Elevação para Vila em 17 de março de 1833. Ata de posse dos Vereadores: 1836. Primeiro tribunal do Júri: 1836.

Partido: Planta retangular, telhado de quatro águas, grande beiral.

Técnica: Taipa, telhas capa e canal, cunhais em argamassa.

SÃO JOSÉ DO BARREIRO

O edifício reformado para ser ocupado pela Secretaria Municipal de Cultura (CORDIDO, 2001).

História/Construção: Séc. XIX – 1879 (informação fornecida por história oral com o Sr. Josias Marim Freire, ex-prefeito e historiador da cidade).

Partido: Planta retangular, telhado de quatro águas, grande beiral.

Técnica: Taipa de pilão, telhas capa e canal, cunhais em argamassa.

AREIAS

Restaurado pelo CONDEPHAAT; abriga um centro comunitário (CORDIDO, 2001).

História/Construção: Foi elevada à categoria de Vila em 1816, através de alvará emitido por D. João VI; a construção da Casa de Câmara e Cadeia é de 1833.

Partido: Planta retangular, telhado de quatro águas, grande beiral.

Técnica: Taipa de pilão, telhas capa e canal, cunhais em argamassa.

<p style="text-align: center;">LORENA</p> <p>Demolido nos anos de 1970; tem o registro de sua destruição no Arquivo Público Municipal.</p>	<p>História/Construção: Antiga Freguesia da Piedade (parada de tropeiros), elevada à Vila em 14 de novembro em 1788, pelo Conde de Sarzedas e em 24/4/1856 recebeu foros de cidade. A Casa de Câmara e Cadeia foi demolida nos anos de 1970.</p> <p>Partido: Planta retangular, telhado de quatro águas, grande beiral.</p> <p>Técnica: Taipa de pilão, telhas capa e canal, cunhais em argamassa.</p>
<p style="text-align: center;">VASSOURAS</p> <p>Prefeitura Municipal de Vassouras, antiga Casa de Câmara e Cadeia (BAR-NABÉ, 2001).</p>	<p>História/Construção: Elevação à categoria de Vila em 15 de janeiro de 1833. Início das obras da Casa de Câmara e Cadeia, em 1850, paralisação em 1865 e concluída em 1874.</p> <p>Partido/Técnica: Fachada de aspecto neoclássico, frontão central, triangular, arremate superior com friso e cornija. Possuindo usinotes para escorrer água, colunas em granito (tetrastilo - 4 colunas), arquitrave em formato de voluta, fuste liso, janelas com balcões de ferro (de púlpito). Prisões com janelas de rasgo com grossas grades de ferro. Porta de entrada com bandeira em arco pleno, alvenaria da fachada em bossagem, cunhais em alvenaria. Pisos em cerâmica na entrada principal, escada para a Câmara, de madeira com ramo central e divisão no patamar em dois, forros de madeira, em algumas passagens são em gamelas, paredes externas em pedra e paredes internas em taipa de pilão.</p>

As Casas de Câmara e Cadeia visitadas indicam o quanto trazia nas suas organizações internas a hierarquização dos poderes que abrigava. Embora sem a definição explícita dos limites entre as esferas que transitavam, as funções mais “enobrecidas” ocupavam o andar superior e possuíam acabamento interno mais requintado. Essa condição também foi constatada nos primeiros edifícios forenses produzidos nos momentos iniciais do período republicano, o que sugere a sua assimilação.

Com a República, as Casas de Câmara e Cadeia deixaram de ser construídas.

2.1.4. Cadeia e Fórum - “projeto-tipo” (Superintendência de Obras Públicas do Estado de São Paulo)

Somente com a República (com a Constituição brasileira promulgada em 24 de fevereiro de 1891), os Poderes criaram os passos iniciais da sua independência, “tripartição dos Poderes”, com harmonia entre si, transformando-se em Órgãos da Soberania Nacional. A nova Carta Magna estabelecia a existência de três poderes: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. O Judiciário, definitivamente, extinguiu as antigas Relações, surgindo os Fóruns e os Tribunais.⁷⁷

Os edifícios da Justiça desse primeiro momento republicano, “Cadeia e Fórum”, tinham no seu programa, como já observado, resquícios da composição estabelecida nas antigas Casas de Câmara e Cadeia. No pavimento inferior, situava-se a cadeia e, no superior, o tribunal. Constituíam-se em “projetos-tipo”, cuja repetição apresentava algumas modificações para adequações locais, como proporcionalidade das prestações jurídicas, implantação no terreno, entre outras relações.

Em São Paulo, o primeiro governador do Estado, Prudente José de Moraes Barros (1889-1890), criou durante o seu mandato a Superintendência de Obras Públicas, através do Decreto nº 6, de 27 de dezembro de 1889, órgão que coordenou uma série de melhoramentos urbanos, tanto na Capital quanto em outras cidades do Estado. A Superintendência, segundo o decreto, foi criada “attendendo á urgência de se reorganizar o serviço de obras publicas deste Estado, verificada a insuficiência e má organização do seu pessoal; [...] Attendendo á necessidade de elevar a repartição de Obras Publicas a uma altura digna do grande progresso desse Estado, do seu extraordinário desenvolvimento material e de se lhe dar uma organização capaz de sustentar e mesmo de argumentar esse desenvolvimento”.

Em São Paulo, foram construídos pela Superintendência diversos edifícios, que, pelas suas características, são tomados como modelo, ou, pelo menos, tendendo a ser um modelo. Construídos pelo interior do Estado, viabilizando o ideal republicano positivista, participaram do processo de urbanização patrocinado pela riqueza da cafeicultura paulista.⁷⁸

⁷⁷ Ver: TORRES, Flávio, *Tribunal de Justiça de São Paulo – Páginas de sua história*, São Paulo, 1979.

⁷⁸ A chamada Primeira República apoiou-se nos fazendeiros do café e os Estados cafeicultores exerceram na política federal o comando indiscutível. Foi a partir, principalmente, das fortunas feitas com o café que se iniciou o grande surto industrial moderno brasileiro, com São Paulo na posição de líder (FRANÇA, 1960, In: MATOS, 1990, p. 43). Ver: França, Ary, *A marcha do café e as frentes pioneiras*, Rio de Janeiro: Conselho

Os edifícios de Cadeia e Fórum foram elaborados por diversos engenheiros oriundos principalmente de países europeus, os quais atuaram na Superintendência de Obras Públicas, e refletiam o momento de transformação da construção civil no Estado, em que eram importados materiais, estilos e mão-de-obra especializada.⁷⁹

A administração do Estado se reestrutura para responder a demanda de escolas e de outras obras públicas. Profissionais, em sua maioria estrangeiros, são contratados desde o primeiro ano da República para desenvolver os projetos e a construção dessas obras, que ficam a cargo da Superintendência de Obras Públicas, mais tarde denominada Diretoria de Obras Públicas.

(FDE, 1998, p. 17)

As Cadeias e Fóruns foram projetados por diversos autores, entre eles nomes como Victor Dubugras (1868-1933), arquiteto de origem francesa, que estudou na Argentina, sendo Superintendente de Obras Públicas em 1895, e Ramos de Azevedo (1851-1928), arquiteto com formação na Universidade de Gand, na Bélgica, responsável por diversas obras públicas no Estado de São Paulo. Estes edifícios de composição e elementos predominantemente ecléticos possuíam um programa de necessidades tradicionalista da justiça, utilizando, por exemplo, um solene átrio (Passos Perdidos) para acesso ao tribunal. Edifícios como os propostos por Dubugras apresentavam na sua composição formal rompimento simétrico, em função da sua repetição em diversos municípios, configurando-se em “projetos-tipo”. Esta foi a denominação da Superintendência de Obras Públicas, mas no âmbito deste trabalho, em função do conceito utilizado, preferimos interpretá-lo como projeto-padrão, ainda que tenhamos mantido a denominação da Superintendência.

Em alguns casos, o mesmo projeto serviu para vários municípios. Foi o caso do Fórum de Franca, Araras, Avaré e Santa Cruz do Rio Pardo. O programa era simples: o térreo ficava para os cárceres e funcionários. Ao lado do vestíbulo de entrada localizava-se a sala do Engenheiro e Fiscal, destacada do corpo do edifício, com entrada própria dando para o vestíbulo.

No pavimento superior, além de quatro salas destinadas ao presidente do júri, corpo do júri, advogados e testemunhas, há o grande salão do júri, a peça mais notável do edifício.

(TOLEDO, 1985, s/p.)⁸⁰

Nacional de Geografia, 1960. In: MATOS, Odilon Nogueira de, *Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*, São Paulo, Editora Pontes: 1990.

⁷⁹ Ainda que seja de uma produção paralela, o exemplo da produção escolar auxilia com exemplos. Para informar a questão, no livro *Arquitetura Escolar Paulista*, publicação da FDE (Fundação para o Desenvolvimento da Educação) de 1998, são citados os nomes do italiano João Bianchi (1885-1942), formado na Escola de Arte de Milão, e Carlos Rosencrantz (1875-1951), nascido e formado na Alemanha.

⁸⁰ A denominação “projeto-tipo”, além de ser a referência adotada pela Superintendência de Obras Públicas, presente em processos investigados no arquivo morto do CPOS, é adotada no trabalho de: TOLEDO, Benedito Lima de, *Victor Dubugras e atitudes e renovação em seu tempo*, tese de livre docência, FAU-USP, São Paulo:1985, mimeo.

Estes “projetos-tipo” também se repetiram ao serem elaborados por outros autores que tiveram passagem pela Superintendência de Obras, como, por exemplo, Euclides da Cunha (1866-1909), engenheiro formado pela Escola Superior de Guerra em Lisboa, nomeado engenheiro-ajudante de 1ª classe, em 1896.⁸¹

Figura 13: Projeto da Cadeia e Fórum de São João de Curralinho, autoria de Victor Dubugras (TOLEDO, 1985, s/p.).

Estes edifícios evidenciavam ainda, como já observado, a mesma hierarquia espacial presente nas Casas de Câmara e Cadeia. No andar térreo, com acesso próprio, por vezes pelos fundos do edifício, localizava-se o cárcere para os “loucos, vadios, bêbados e homicidas”.⁸² No andar superior, com entrada alcançada por uma escadaria, encontravam-se as funções da Justiça. Na maioria dos exemplos o acesso ao andar superior estava locado no eixo central da fachada principal, mas havia variações (e mesmo rupturas) dessa hierarquia, como mostra o processo de Dubugras com a Cadeia e Fórum de São João de Curralinho (fig. 15).

Para estes edifícios, a análise sob o ponto de vista da configuração do território urbano revela as assimetrias sociais e a precária (ou incompleta) dimensão pública do equipamento.⁸³ A funcionalidade, cuja existência é possível, concorria

⁸¹ ANDRADE, Juan C. P. de (org.). Vida e obra de Euclides da Cunha. Cronologia. Disponível em: <<http://www.euclides.site.br.com>>. Acesso em: <25.9.2006>.

⁸² Termos que aparecem em processos de construção e reformas das Cadeias e Fóruns, pertencentes ao arquivo morto do DOP, tais como pe: nº 916, Cadeia e Fórum de Bauru, 24-12-1915; pe: nº 15. 506, Cadeia e Fórum de Itapira, 18-08-1926; pe: nº 23.388, Cadeia e Fórum de Barretos, 25-4-1927.

⁸³ Em um país cartorial, o poder que deveria resguardar e guardar a igualdade, liberdade e fraternidade comportava-se como um instaurador da desigualdade e do privilégio, o que tornou o conteúdo público da instituição de seus equipamentos incompleto e precário. Segundo Emília Viotti, em a *História do Supremo Tribunal Federal*, o Executivo aplicou “golpes mortais” no nosso Judiciário com Atos Institucionais, extinção de cargos e restrição de atribuições desde o início da nossa república, seguindo com Vargas e culminando na ditadura militar, onde até *habeas corpus* de civis foram julgados pelo Tribunal Militar. Somente com a Constituição de 1988 é que o Judiciário começou a rumar ao equilíbrio entre os poderes,

com a hierarquia, a qual parecia reger a edificação, enquanto as funções “mais enobrecidas” ocupavam o pavimento superior e suas janelas, por vezes, ganhando volumetria e importância no conjunto arquitetônico e adquirindo a forma de balcões ou destaques com bandeiras mais trabalhadas.

O antropólogo e pensador francês Gilbert Durand afirmou que “elevação e poder são, de fato, sinônimos”.⁸⁴ Deste modo, ao ocupar um local mais elevado, o juiz situava-se em posição de ascendência e dominação em relação àquele que ocupava um plano mais abaixo.⁸⁵ Nesse caso, os elementos construtivos adotados nestes edifícios, assinalando seu aspecto formal, com “destaque e elegância” expressos no uso dos balcões da fachada e acabamentos mais requintados, como madeiras, nos ambientes considerados mais requintados, também contribuíam para acentuar a hierarquia da obra.

Como dito, talvez fosse esperado, quanto às suas características arquitetônicas, que as Cadeias e Fóruns apresentassem-se sob a égide do ecletismo, não recorrendo somente a elementos dos modelos greco-romanos para a representação do Poder Judiciário.⁸⁶ Porém, para estampar-lhes aspectos de monumentalidade e solenidade, padrão desejável para seus edifícios no período, utilizou-se de outra forma de expressão nos seus materiais de acabamento, tais como vitrais requintados, madeiras em pisos e acabamentos, geralmente em peroba, além da relação do edifício com seu entorno, pois geralmente foram implantados em lugar de destaque no tecido urbano. Contudo, por surgirem concomitantemente ao processo de desenvolvimento urbano das cidades do interior do Estado de São Paulo, seus edifícios freqüentemente conjugavam o mesmo padrão arquitetônico presente em outros equipamentos.

e mais Fóruns, principalmente na instância federal, foram construídos, além do acréscimo de ações julgadas pelo Supremo.

⁸⁴ DURAND, Gilbert. *Les structures anthropologiques de l'imaginaire*. Paris, Dunod: 1992 (1ª ed., Bordas, 1969), p. 151.

⁸⁵ A recepção cognitiva estabelecida por essa condição e que pode ser absorvida para diversos fins, como, por exemplo, a descrição encontrada para um escritório de advocacia, assim identificada por seus autores: “Da mesma forma, a visão de uma janela alta faz com que se sinta a sensação de dominação daquilo que está abaixo. Assim, um escritório situado num andar alto, com uma vista panorâmica do entorno, será percebido como um local no qual se domina, se gerencia com poder” e possui relevância na construção do objeto arquitetônico. Entretanto, o aprofundamento dessa discussão está fora do alcance do trabalho, embora reconheça o valor que ela agrega. Ver: DUARTE, Cristiane R., BRASILEIRO, Alice, CUNHA, Viviane e Simões, Ana P.; Sóbrio, organizado e conservador: o escritório é a cara do dono? Comentários sobre valores, símbolos e significados dos espaços. <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp356.asp>> - acesso em 14.12.2006.

⁸⁶ Segundo Benedito Lima de Toledo, em sua tese de livre docência, os edifícios institucionais produzidos pela Superintendência de Obras Públicas recebiam diversas influências arquitetônicas, devido ao “surto de construção onde se destacavam profissionais estrangeiros de diferentes nacionalidades, cujo trabalho revelava, em componentes formais, seu país de origem”. Ainda que a explicação “nacional” possa ser incompleta, a diversidade arquitetônica registrada é a marca de interesse para o professor Victor Dubugras, por exemplo, responsável por uma numerosa produção destes edifícios, influenciando também outros profissionais na sua concepção (projeto-tipo); ele tem na sua arquitetura elementos de referências medievais e racionalistas.

A noção de Ecletismo é retirada de Lemos, no texto “*Ecletismo em São Paulo*” pp. 69-99, no livro *Ecletismo na arquitetura Brasileira* in: Fabris, Anna Tereza (org). São Paulo: Nobel, 1987. O autor define 9 tipos de ecletismo presentes em características neo-clássicas, neo-renascentistas, historicistas, eruditas neocoloniais, etc.

Para compor a leitura desses edifícios através dos rastros documentais que compõem o levantamento histórico de arquitetura, foram efetuadas visitas técnicas aos seguintes municípios: Amparo (1889), Araras (1889), Avaré (1893), São Carlos (1900), Silveiras (1902?), Socorro (1906), Porto Feliz (1910), Orlândia (1913), Ilhabela (1914).

Análise das Cadeias e Fóruns por município:

SILVEIRAS

Figuras 14 e 15: O edifício indica tratar-se de um dos projetos-tipos desenvolvidos pela Superintendência de Obras Públicas. A primeira imagem é de uma lateral e fundo, a segunda, da fachada frontal (CORDIDO, 2006).

História/Construção: Elevada à Vila em 1842, 22 anos após o início de sua existência. Era a antiga Casa de Câmara e Cadeia, reformada por Euclides da Cunha em 1902 (?).

Autoria: Provavelmente da Superintendência de Obras Públicas.

Volumetria/Agenciamento espacial/Técnica: O edifício possui dois volumes perpendiculares e tem dois pavimentos, com entrada aos fundos para o cárcere, com porta simples de verga reta e escada para vencer o desnível do terreno; na frente do edifício, o acesso para o fórum, com porta de duas folhas, verga em arco com ornamentos, remetendo a uma arquitetura militar.

Com tantos detalhes construtivos indefinidos, dado as reformas por que passou, supõe-se que se tratava de uma arquitetura mais despida de ornamentos, porém de aparência fortificada pelas paredes externas alamboradas e adornos adotados nas platibandas.

Trata-se de umas das variações de projetos-tipos adotados pela Superintendência, cuja autoria ainda está sem comprovação, provavelmente do engenheiro-militar e escritor Euclides da Cunha.

Sua ocupação atual é da Guarda Civil Municipal.

AMPARO

Figura 16: Cadeia e Fórum de Amparo, atualmente ocupada pela Guarda Municipal (CORDIDO, 2006).

História/Construção: A Cadeia e Fórum foi inaugurada em 1889, sendo construída pela Superintendência de Obras Públicas do Estado de São Paulo.

Autoria: Provavelmente da Superintendência de Obras Públicas.

Volumetria/Agenciamento espacial/Técnica: O edifício tem dois pavimentos e entradas distintas para o Cárcere e Fórum.

A fachada tripartida com a entrada no eixo central encaminha para um átrio de distribuição, onde ao centro está a escada de acesso para o segundo pavimento, garantindo um ponto focal de destaque para a hierarquia do edifício. Nota-se na decoração da fachada frontal colunatas greco-romanas, recorrência da tradicional simbologia adotada por parte considerável desses edifícios.

Nos fundos, no primeiro andar, com paredes espessas em alvenaria de pedra, localizam-se as celas fechadas por grossos varões de ferro. No andar superior, as vedações são de tijolos, com materiais de acabamento mais refinados, como madeiras nobres nos forros, acabamentos e pisos.

O edifício possui uma composição simétrica, em que predominam os cheios sobre os vazios na fachada e cunhais com bossagem. Seu centro é marcado por uma “torre”, simulando um abrigo para acomodar o “sino do povo”, sinal adotado nas antigas estruturas coloniais nos edifícios de Câmara e Cadeia para regimenter os hábitos cotidianos nas comunidades.

O edifício é atualmente utilizado pela guarda municipal de Amparo.

ARARAS

Figura 17: Tombada em 23 de junho de 1977, atualmente como Casa de Cultura do município (CONDEPHAAT, 1998, p. 30).

História/Construção: O edifício para Fórum e Cadeia foi construído por volta do ano de 1889.

Autoria: Victor Dubugras.

Volumetria/Agenciamento espacial/Técnica: O edifício é composto por dois pavimentos, seguindo o padrão de acomodar o cárcere e funcionários no primeiro andar e justiça com quatro salas, presidente do júri, corpo do júri com advogados e testemunhas, além do salão do júri, no segundo pavimento. As diferentes funções acomodadas em andares distintos possuem acessos independentes, garantindo a sustentação da hierarquia, além da funcionalidade operacional do seu programa básico.

O edifício de extração eclética possui referências neogóticas, mas também românicas, presentes nos frontões, na acentuada inclinação do telhado e na telha adotada de ardósia (“espinha de peixe” – capa e canal sobre o ripado), nas janelas duplas geminadas, bipartidas “dobradas” guarnecidas com balcões ao centro, que utilizam janelas de meio-arco nos gabinetes dos magistrados, indicando por onde a autoridade pode contemplar a cidade (olhar acima dos demais) e nos ornamentos das fachadas.

Garantindo ainda a sobriedade e distinção das funções, foram empregados no pavimento superior, área da justiça, materiais importados como pinho de riga nos acabamentos. Junto às escadas, acentuando-se a ascensão hierárquica, foi executado um majestoso vitral, além de um delicado trabalho no forro do salão principal, ornamento que se soma ao fausto desejável para a aparência dos serviços da justiça no período.

O edifício possui uma posição de destaque no tecido urbano, marcado tanto pela arquitetura adotada como pela sua implantação solta e organizando a praça que o abriga.

AVARÉ

Figura 18: Prédio tombado em 6 de junho de 1980, estava em reforma em ocasião da visita técnica (COR-DIDO, 2006).

História/Construção: A Cadeia e Fórum data de 1893.

Autoria: Victor Dubugras.

Volumetria/Agenciamento espacial/Técnica: O edifício com referências medieval-românicas e góticas, sobretudo eclético, segue o padrão de acomodar o cárcere no seu térreo e funções da justiça no pavimento superior. A arquitetura adotada garante a notação diferenciada das funções.

As funções do edifício assim distribuídas nos dois pavimentos são unidas por uma torre de escadas, sextavada, destacada do edifício, com vitrais nas janelas. Somado à inclinação das paredes externas de sua base, dando aparência alamborada, atribui ao edifício um aspecto fortificado.

Os elementos ecléticos são complementados pela cobertura com acentuado caimento, frontão, janelas duplas geminadas e bipartidas ou guarnecidas com balcões para distinção da autoridade presente.

Como acontece também nos outros modelos construídos em diversas cidades do interior do Estado, para sua edificação foram utilizados materiais importados, garantindo acabamentos mais luxuosos ao pavimento destinado à justiça, retificando os pressupostos de uma representação hierárquica no conjunto de seus elementos.

Está implantado e centralizado em uma praça, estando preservados a sua visibilidade e destaque no tecido urbano.

Na ocasião da visita técnica, estava em reformas para ser ocupado por um Centro de Cultura Municipal.

SÃO CARLOS

Figura 19, 20 e 21: Cadeia e Fórum de Dubugras: “medievalismo com renovação”.⁸⁷

História/Construção: A Cadeia e Fórum foi construída em 1900 pela Superintendência de Obras Públicas do Estado de São Paulo.

Autoria: Victor Dubugras.

Volumetria/Agenciamento espacial/Técnica: Arquitetura eclética, com elementos predominantemente medievalistas, neogóticos e neo-românicos, tais como cobertura com acentuado caimento, frontão, etc., com três pavimentos.

Difere dos demais ao registrar tal quantidade de pavimentos, enquanto a sua área construída é maior do que a comumente verificada. De todo modo, o agenciamento espacial resguarda a hierarquia das funções; no subsolo, as celas, depósito e arquivo, salas para médico, delegado e autópsia; no rés-do-chão repete-se a planta, com usos diferenciados para funcionários e guardas; no andar superior, os serviços mais específicos da justiça.

⁸⁷ As duas primeiras imagens são da autora, a última foi cedida pelo Arquivo Municipal de São Carlos.

Também se encontra acesso distinto para as diferentes funções, mesmo que para os serviços da justiça não contemple a distinção entre os serviços públicos e os mais restritos.

Segundo o professor Benedito de Toledo, em sua tese de livre docência *Victor Dubugras e as atitudes de inovação em seu tempo*, o torreão não é somente fruto de uma composição formal, por abrigar uma caixa d'água. Note-se a semelhança entre esse torreão e o de Avaré, também de autoria de Dubugras, ainda que este último tenha uma altura menor. As paredes externas, alamboradas, conferem ao edifício um aspecto fortificado.

O telhado, de acentuada inclinação e telhas cerâmicas, possui asnas para abrigar a abóboda de berço.

A composição adotada nas janelas é variada, conforme os pavimentos. No superior, as salas mais nobres, são duplas geminadas e bipartidas, com vergas em meio arco, o “sobrearco”; as outras são simétricas, porém com o mesmo tratamento nas vergas. Nos outros pavimentos, acompanhando o mesmo ritmo de composição da fachada e sentido do pavimento superior, demonstram vergas retas, conferindo a distinção da autoridade presente.

Sua hierarquia, representação e monumentalidade estão asseguradas pela arquitetura adotada por Dubugras e pela sua implantação destacada numa praça, na qual existem diferenças de nível, avigorando a ascensão das funções que ele abriga.

É atualmente ocupado pela Câmara Municipal.

SOCORRO

Figura 22 e 23: Uma variação dos projetos-tipos para Cadeia e Fórum. Lateral e fundos (CORDIDO, 2006).

História/Construção: A Cadeia e Fórum foi construída em 1906 pela Superintendência de Obras Públicas do Estado de São Paulo.

Volumetria/Agenciamento espacial/Técnica: O edifício de arquitetura eclética apresenta dois pavimentos, onde o cárcere ocupava, e ainda ocupa, o inferior, com entrada pela lateral, e o superior, utilizado pelos serviços da justiça, com acesso pela fachada principal.

Suas características construtivas, adornos e acabamentos da fachada sugerem uma pequena fortificação, constatando-se mais um projeto-tipo elaborado por funcionários da Superintendência de Obras.

A representação e hierarquia das funções estão ligeiramente registradas nas discretas diferenças das vergas das janelas, cujas superiores são sutilmente curvas e as do pavimento inferior têm um acabamento quase reto; os demais detalhes construtivos estão pouco definidos, dado as modificações pela sua atual ocupação como delegacia do município.

Sua implantação é destacada na praça central da cidade, conferindo-lhe certa individualidade no tecido urbano.

PORTO FELIZ

Figura 24: O modelo de edifício desenvolvido pela Superintendência de Obras Públicas (CORDIDO, 2006).

História/Construção: A Cadeia e Fórum foi construída em 1910 pela Superintendência de Obras Públicas do Estado de São Paulo.

Autoria: Provavelmente da Superintendência de Obras Públicas do Estado de São Paulo.

Volumetria/Agenciamento espacial/Técnica: O edifício, seguindo as concepções hierárquicas e necessidades programáticas do período, possui dois níveis: o térreo para o cárcere e o superior para a justiça. Trata-se de mais um desdobramento do projeto de Amparo, o que indica fortemente a busca de uma

padronização volumétrica e formal a partir da concepção de uso hierarquicamente distribuído em dois pisos. O projeto de Amparo é tido aqui como uma matriz; entretanto, esta hipótese, em função da data de sua construção, anterior às demais, não pôde ser aferida pelo trabalho. De todo modo, a idéia de uma matriz geradora é mais importante do que a própria identificação do edifício primordial, se ele existir realmente, pois indica a intenção de padronizar em termos arquitetônicos (volumetria, composição formal, etc.) os edifícios de Cadeia e Fórum que comportavam um agenciamento espacial de rígida distribuição do programa em dois pavimentos.

Possui bastante semelhança aos encontrados em Orlândia e Amparo, ambos comentados anteriormente.

Apesar de ter arquitetura eclética, suas fachadas e elevações possuem poucos elementos decorativos na fachada, tais como a decoração da platibanda e frontão com ornamentos em relevo. Simétrico, apresenta, porém, um ligeiro deslocamento no seu volume central, destacando seu acesso principal, além do tratamento diferenciado nos cunhais e platibanda, o que confere sobriedade e hierarquia ao edifício.

É ocupado atualmente pela Guarda Civil Municipal.

ORLÂNDIA

Figura 25 e 26: A antiga Cadeia e Fórum, atualmente ocupada pela Casa de Cultura Municipal (CORDIDO, 2006).

História/Construção: A Cadeia e Fórum de Orlândia foi construída em 1913 pela Superintendência de Obras Públicas do Estado de São Paulo.

Autoria: Provavelmente da Superintendência de Obras Públicas do Estado de São Paulo.

Volumetria/Agenciamento espacial/Técnica: Comparando este edifício ao já comentado de Amparo, nota-se bastante semelhança na sua formulação, indicando se tratar de um desdobramento daquele projeto por tender a um modelo padronizado, desenvolvido pela Superintendência de Obras Públicas.

De concepção eclética, com divisão rígida e simétrica, tem o seu ponto central destacado pelo ornato da platibanda, um frontão com relevos decorativos e porta da fachada principal, acesso para a justiça, seguido de uma escadaria, marcando a sua hierarquia; possui também acabamento das paredes externas em bossagem. O acesso para o cárcere é pelos fundos do edifício, compatível com a concepção desse, isolando as funções menos “nobres” abrigadas.

Além disso, também possui acabamento requintado com usos de madeira de lei e vitrais para o andar superior.

Possui implantação destacada em uma praça central, com ligeiro desnível em relação à rua, reforçando sua sobriedade e monumentalidade, aspectos desejáveis pela justiça para os seus equipamentos no período.

ILHABELA

História/Construção: A Cadeia e Fórum foi construído em 1914 pela Superintendência de Obras Públicas do Estado de São Paulo. Está na atual Praça Coronel Julião, nº 40, Centro.

Autoria: Arquiteto Giovanni Battista Maroni e Engenheiro Isaac Garcez.

Volumetria/Agenciamento espacial/Técnica: Seguindo o padrão da tipologia, acomodam em dois pavimentos, mais um subsolo, o cárcere (do térreo, nos fundos) e as funções da justiça no piso superior.

A sua arquitetura eclética possui variadas referências, destacando-se a torre e as ameias do frontão, as quais emprestam um ar de pequeno castelo fortificado.

A volumetria densa e austera, em que predominam “os cheios sobre os vazios”, com acesso pelo eixo central, tem a simetria da fachada “subvertida” pela torre de circulação vertical.

⁸⁸ A primeira imagem é do acervo particular de Luis Inácio de Anhaia Melo. A segunda é do site oficial do Governo do Estado de São Paulo.

As distinções e a categoria das funções também estão presentes nas vergas das janelas adotadas nas fachadas, onde no pavimento inferior, menos nobre, são retas e, no superior, mais respeitável, de meio arco, o “sobrearco”.

Durante a sua recém-restauração para abrigar a sede do Parque Estadual de Ilhabela e o Museu do Mar, foram descobertos afrescos, antes escondidos sob as camadas de tintas, demonstrando um dos aspectos de seu luxuoso acabamento interno.

Sua localização também é de destaque – no núcleo urbano –, embora na época de sua construção não estivesse definida a atual praça; sugere, todavia, que atendia à tríade da formação das vilas coloniais, em que a supremacia dos poderes e ordem social estavam marcadamente presentes, representados pela Igreja, Pelourinho e Casas de Câmara e Cadeia.⁸⁹

2.1.5. Fórum de Justiça (Diretoria de Obras Públicas da Secretaria de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas)

Em conformidade com as transformações determinadas pelas novas necessidades da Justiça, na segunda década do século XX, os edifícios de Cadeia e Fórum foram desmembrados.⁹⁰ Eles foram construídos através da Diretoria de Obras Públicas da Secretaria de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas, que contava com um corpo técnico mais estruturado. A produção desses edifícios públicos pelo interior e na capital também foi elaborada por profissionais notáveis, dando continuidade à participação anterior, como no caso de Ramos de Azevedo.

Os primeiros edifícios da Justiça utilizaram elementos recorrentes da arquitetura acadêmica ou neoclássica, como pátios internos (*atrium*, *impluvium* e *peristilum*)⁹¹, adornos, cariátides, frontão central triangular, colunatas, arremates com friso e cornija, entre outros, projetando efeitos formais e decorativos aos edifícios e conferindo-lhes aspecto de poder com “autoridade e sobriedade”, projeção desejável pelo Judiciário na época.

As plantas geralmente eram simétricas e de dois pavimentos, adentrando-se no térreo por um majestoso átrio de distribuição de acessos, ladeado por

⁸⁹ Ver: BARRETO, Paulo Thedim, *Arquitetura Oficial I. Casas de Câmara e Cadeia*. São Paulo: MEC, USP e IPHAN, 1978.

⁹⁰ A Penitenciária do Estado de São Paulo, projeto de Ramos de Azevedo, com obras iniciadas em 1911, inaugurada em 27.4.1920, tem um complexo administrativo para receber e tratar os detentos do Estado. Outros institutos também foram criados conforme o caráter da pena de prisão, entre os quais a Colônia Correcional, em 1907, para condenados por vadiagem; o Manicômio Judiciário, em 1927; e o Presídio de Mulheres, em 1941. Ver: SALLA, Fernando, *As prisões em São Paulo, 1822-1940*, São Paulo: Annablume/FAPESP, 1999.

⁹¹ O primeiro pátio interno, o *atrium*, é coberto; o *impluvium* é uma galeria em volta da parte central descoberta e *peristilum*, um pátio com colunas. Ver: ROBERTSON, D. S. *Arquitetura grega e romana*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

colunatas e pelas salas de usos menos restritos, como os cartórios. No mesmo espaço, encontra-se a escada de acesso para o segundo pavimento, por vezes de madeira, com ramo central e divisão no patamar em dois, levando a outro solene átrio superior, “Passos Perdidos”, onde estão: o Salão do júri e dependências mais restritas, como o gabinete dos juízes e promotores. Assim, ainda que os cárceres tenham sido retirados, permaneceu a hierarquia espacial que atribuía ao piso superior funções mais restritas e “nobres”. Através da Lei nº 1.761, de 17.12.1920, o Estado reorganizou seu sistema penitenciário, o qual passou a ter uma estrutura administrativa prisional própria, embora ligada ao sistema judiciário. Evidentemente, não foi uma mudança imediata; muitos Fóruns e Cadeia continuaram funcionando conforme a estrutura anterior e supõe-se que algumas obras ainda ocorreram seguindo o programa antigo.⁹² Entretanto, alguns projetos de uso exclusivo, como Fóruns de Justiça, foram executados.

A Superintendência de Obras Públicas foi substituída pela Diretoria de Obras Públicas da Secretaria do Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas, indicando uma reorganização da administração. Essa diretoria passou a contar com um corpo técnico mais estruturado, sendo responsável pela execução dos equipamentos públicos, inclusive os Fóruns.

Para o acabamento desses edifícios, foram utilizados diversos materiais importados, como mármore chiampo, mármore de carrara, bronze, vitrais, madeira de lei, entre outros, atribuindo-lhes um luxuoso detalhamento interno. No Palácio da Justiça, em São Paulo, por exemplo, as paredes do Plenário do Júri foram revestidas com lambris de madeira de lei, entalhadas pelos artífices do Liceu de Artes e Ofícios. O Salão Nobre da Plenária possui vitrais, executados pelo artífice Conrado Sorgenicht Filho, com figuras mitológicas, simbolizando a Verdade, Paz, Esperança, Temperança, Inocência, Passado e Pensamento, além de pinturas orientadas pelo pintor italiano Antonio Vencittore.⁹³

Foram efetuadas visitas técnicas às seguintes obras da produção dos edifícios da Justiça: Botucatu e São Paulo.

Análises dos edifícios e municípios visitados:

⁹² Ver: TORRES, Flávio. *Tribunal de Justiça de São Paulo, páginas de sua história centenária*. São Paulo: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, 1979.

⁹³ Ver: NALINE, Alcides Pereira. *Palácio da Justiça São Paulo, patrimônio da cidade*. São Paulo: Editora Três, 1998.

FÓRUM DE BOTUCATU

Figura 29 e 30: Vitral do átrio superior; escada lateral em madeira de lei e piso com azulejo hidráulico, paginado como um trabalho de mosaico (CORDIDO, 2002).

História/Construção: Fórum Desembargador Alcides Ferrari. A data do início de sua construção não é precisa, mas a retomada de suas obras deu-se a partir de 1920 pela Secretaria de Viação e Obras Públicas do Estado de São Paulo, entregue em fevereiro de 1924.

Autoria: A autoria, sem comprovação, é creditada ao engenheiro arquiteto Ramos de Azevedo.⁹⁴

Local: Praça Rui Barbosa, s/n – Centro.

Volumetria/Agenciamento espacial/Técnica: O Fórum de Botucatu é um edifício de características ecléticas com fortes referências neoclássicas, sendo proeminentes a monumentalidade volumétrica do conjunto, dos materiais e a presença de símbolos e metáforas em tal arquitetura.

O edifício apresenta dois pavimentos. No térreo, a entrada principal ao centro do edifício está acima do nível da rua, promovendo uma elevação e destaque de suas funções como equipamento do Poder Judiciário.

O Fórum apresenta um sistema de iluminação natural, onde um fosso simula um pátio interno central descoberto, com as funções se distribuindo ao seu redor e constituindo um importante elemento de articulação entre os setores, além de garantir luz, proteção sonora e ventilação natural, ao criar um microclima mais adequado que o externo. Cria, também, uma atmosfera de reclusão ao edifício, separando os espaços franqueados, em que a comunicação entre o

⁹⁴ A historiadora e pesquisadora Isaura Maria Accioli Nobre Bretan, da Universidade Estadual Paulista de São Paulo, UNESP, em pesquisa elaborada para o município de Botucatu, em 2002, diz que parte da construção foi assumida pela firma botucatuense dos empreiteiros Dinucci e Pardini, italianos radicados em Botucatu desde 1898. Esses, ao chegarem ao Brasil, com diplomas do Liceu de Artes e Ofícios da Itália, trabalharam no escritório do arquiteto Ramos de Azevedo por um ano como contratados. A historiadora afirma ainda que a planta original do edifício não foi encontrada e que, portanto, sua autoria não pode ser comprovada.

interior e o exterior do edifício deixa de existir, garantindo ao seu interior segurança, proteção, intimidade e privacidade.⁹⁵

Figura 31: Sistema interno de iluminação e ventilação natural (CORDIDO, 2002).

Os acessos para o segundo pavimento dão-se através de escadas, localizadas na sua lateral, sendo uma restrita aos serviços da justiça, e a outra, de uso comum.

No pavimento inferior, verificam-se os serviços de maiores circulações públicas, como os cartórios; no superior, entre os mais específicos e mais reservados, o Salão do Júri, bem ao centro do edifício, destaca a sua suntuosidade.

Figura 32: Vista do edifício, onde se contempla sua volumetria com horizontalidade e simetria.⁹⁶

⁹⁵ Sobre a interpretação da percepção cognitiva dos pátios internos, este trabalho baseou-se nas formulações de REIS-ALVES, Luiz Augusto dos. *O que é o pátio interno?* Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2004. il., p. 28. mimeo. "[...] espaço psicológico, onde um edifício 'introvertido' proporciona uma maior privacidade, vigilância e segurança para que o homem realize suas atividades ao ar livre" (ALVES, 2004).

⁹⁶ Imagem do site oficial da prefeitura de Botucatu, infelizmente sem data.

O recuo das partes do edifício simula torres nas suas esquinas, acentuando a imponência da volumetria do edifício.

Possui um acabamento interno requintado, com vitrais, madeiramento em peroba, pisos de mármore e ladrilho hidráulico com diferentes paginações, gradis de ferro nas portas e janelas, e também ornatos nas vergas do segundo pavimento, local onde estão as funções mais nobres do edifício; nas paredes externas, texturas com bossagem; no nível térreo, adornos, que figuram colunatas, arremates com friso e cornija, reforçando a representação desejável aos padrões do Judiciário no período.

Figura 33: Uma das “torres” que incorpora colunatas greco-romanas na decoração da fachada (CORDIDO, 2002).

A representação, hierarquia e monumentalidade desse edifício parecem fortemente calcadas nas recorrências (simulações) dos elementos arquitetônicos da cultura greco-romana, na qual o “pátio interno” configura-se como importante fator de articulação, e a relação edifício-pátio-lote (privado) – logradouro (público) sedimenta a acessibilidade de forma mais restritiva.

Há um fato excepcional neste caso, porém do edifício do Fórum: sendo um conjunto de edificações públicas projetado por Ramos de Azevedo, o complexo sobressai e modela o tecido urbano, já que o diálogo acontece entre elas por serem efetuadas concomitantemente e possuírem os mesmos padrões arquitetônicos.

PALÁCIO DA JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Figura 34: Volumetria com horizontalidade contraposta com a verticalidade e repetição das janelas ritmadas com rigor simétrico (NALINE, 1998).

História/Construção: O Palácio da Justiça teve a construção iniciada em 1920 e inaugurada em 1932.⁹⁷ A obra, sob a responsabilidade da Secretaria de Viação e Obras Públicas do Estado de São Paulo, foi inicialmente dirigida pelo engenheiro arquiteto Ramos de Azevedo até seu falecimento em 1928, depois pelos sócios Ricardo Severo e Arnaldo Dumont Villares.⁹⁸

Autoria: Domiziano Rossi, arquiteto que trabalhou no escritório de Ramos de Azevedo – baseado no Palácio da Justiça de Calderini, em Roma, Itália.

Volumetria/Agenciamento espacial/Técnica: O edifício configura-se em um grande volume horizontal, com as partes central e laterais destacadas em avanço, marcando a suntuosidade da entrada principal e torres de acesso.

Sua arquitetura é de extração eclética, com fortes referências neoclássicas. Sua fachada tem acabamento com bossagem e está ornamentada com símbolos greco-romanos, além de outros elementos adotados como representação da Justiça brasileira.

⁹⁷ Além das atribuições comuns da Justiça, o Palácio também é utilizado para cerimônias especiais, tais como posse de Desembargadores.

⁹⁸ Segundo NARINE, Alcides Pereira. *Palácio da Justiça – Patrimônio da cidade*. São Paulo: Três, 1998. pp. 43-44; e FISCHER, Sylvia. *Os arquitetos da Poli – ensino e profissão em São Paulo*. São Paulo: Edusp, 2005. p. 64.

Figura 35: Figura de Têmis, adotada para representar a Justiça. Na fachada principal, compondo o pórtico de entrada do edifício.⁹⁹

O pórtico de entrada principal está acima do nível da praça, seguido de dois ramos de escada com dois lanços intercalados com patamar, que indicam a imponência do espaço a ser transposto, marcando a distinção dos “domínios da justiça”.

A porta de entrada, cujo peso ultrapassa seis toneladas, foi confeccionada em bronze, ladeado por duas colunas e ornado com cariátides, símbolos da justiça e vultos do Direito Brasileiro, pretendendo conferir significados à passagem do público em geral para o público estatal, ou administração pública que guarda a lei e a justiça do Estado, “ritos de passagem”¹⁰⁰, em que a austeridade e introspecção se processam de forma complementares, prática de uma condição ritualística adquirida por esta arquitetura nos seus detalhes.

⁹⁹ Têmis, filha de Urano (o Céu) e de Gaia (Terra), é a figura de mulher, na mitologia grega, que representa a Justiça. Sua espada simboliza a força de suas decisões, e a balança, o bom senso e equilíbrio, além da ponderação. Normalmente, é retratada com os olhos vendados, traduzindo a intenção da imparcialidade no tratamento dos réus, independentemente de sua condição social, intelectual, etc. Quando é retratada sem a venda, significa a necessidade de manter os olhos bem abertos, para não escapar nenhum detalhe à sua percepção. Ver: PINSENT, John, *Mitos e Lendas da Grécia Antiga*, São Paulo: Melhoramentos, 1978, vol. 28 – *Mitos e Lendas da Roma Antiga*, São Paulo: Melhoramentos, 1978, vol. 32.

¹⁰⁰ Bastide, Roger, *Variações sobre a porta barroca*. Novos estudos – CEBRAP. São Paulo, nº 75, 2006. Publicado originalmente em francês na segunda revista Habitat em 1951. *O que é a porta?* A Porta é “um vão. Mas um vão que separa dois domínios: o domínio dos deuses e o dos mortais – a porta do templo; o domínio da vida privada e o da vida pública – a porta da casa; a cidade e o campo – a porta da muralha”. Ver: VAN GENNEP, Arnold. *Ritos de passagem: Estudos sistemáticos dos ritos da porta e da soleira, da hospitalidade, da adoção, gravidez e parto, nascimento, infância, puberdade, iniciação, ordenação, noivado, casamento, funerais, estações, etc.* Petrópolis: Editora Vozes, 1978.

Figura 36 e 37: Porta de bronze e pórtico da entrada principal (NALINE, 1989, p. 51 e p. 33).

No térreo, onde se adentra pelo solene átrio “Passos Perdidos”, centro de distribuição e acesso para as dependências de todos os andares do Palácio, ladeado por colunatas monolíticas, localiza-se o Plenário do Júri. Sua concepção é marcada por uma densa simbologia, a qual transformava a atmosfera para aguardo do júri numa suspensão e apreensão, de forma tanto obediente quanto resignada. Firmava a condição de submeter-se o julgado às determinações ditadas pelo “encaminhador dos passos perdidos”.

Figura 38: Átrio “Passos Perdidos”, ladeado pelas colunas de mármore monolíticas, onde se vê a distribuição dos espaços; ao fundo, a entrada para o júri (NALINE, 1989, p. 51-52).

A entrada do público para o júri tem uma curiosa seqüência de portas, pela qual, ao transpô-las, as expectativas ampliavam-se. A verga, decorada com o escudo da justiça, é ornado ao seu redor por ramos de café.

Figura 39: Entrada para o júri (NALINE, 1989, p. 54).

No júri, o juiz fica sobre uma tribuna elevada, tendo sob ele uma forte incidência de luz, com iluminação artificial, além da natural, e um grande crucifixo remete a sua autoridade ao poder divino.

O ambiente, para o público, é de pouca luz (introspecção), destacando a figura do magistrado e demais participantes ao assumir a teatralidade e tensão do rito que ali se processavam.

Figura 40: Salão do Júri (NALINE, 1989, p. 55).¹⁰¹

O prédio apresenta um luxuoso acabamento com madeiras de lei, lustres de bronze e alabastro, pisos de mármore, pinturas elaboradas por artesãos italianos, orientados pelo pintor Antonio Vencittore, além de fartos vitrais em diversos ambientes, executados por Conrado Sorgenicht Filho. Os móveis, ornamentos e

¹⁰¹ O Tribunal do Júri foi desativado em 1988, sendo esse espaço utilizado para eventos especiais da magistratura, além de palestras no interesse dos visitantes do Museu.

vários acabamentos em madeira foram feitos pelo Liceu de Artes e Ofícios, onde Ramos de Azevedo lecionava na época.

Figura 41: Assento para o juiz, no salão do júri, estampado com a balança da justiça. Nota-se atrás da cadeira um frontão em madeira de lei, ornado com ramos de café (NALINE, 1989, p. 56).

O território construído é fortemente hierarquizado e circunspeto, elaborado para solenizar a justiça com diferenciação, pairando acima do cidadão comum.

A monumentalidade desse edifício está presente não só no seu conjunto volumétrico, mas em todos os detalhes construtivos, carregados de simbologias.

Figura 42: Vitral do Salão Nobre (CORDIDO, 2002).

Em relação ao seu entorno, a implantação inicial do edifício era centralizada em relação à antiga Praça Clóvis Bevilacqua, conferindo-lhe imponência, destaque e monumentalidade. Após uma reorganização do espaço público, promovida pela Cia.

do Metropolitano de São Paulo por ocasião da construção da estação Sé do metrô, havendo a unificação das praças Clóvis Bevilacqua e da Sé, o edifício perdeu a condição que possuía e, portanto, também sua acentuada referência no centro urbano.

Figura 43: Imagem da antiga Praça Clóvis Bevilacqua (NALLINE, 1989, p. 34).

Figura 44: Demolição para a construção da nova Praça da Sé.¹⁰²

O Palácio da Justiça foi totalmente elaborado, incorporando a relação simbólica derivada da arquitetura neoclássica. Toda a monumentalidade que essa arquitetura agrega, neste sentido, é um marco referencial na produção forense em São Paulo, em termos arquitetônicos e sociais. A porta citada, mais do que um rito de passagem, problematiza a entrada, quase indicando o caráter seletivo da Justiça no País e não a sua universalidade.

2.1.6. O Departamento de Obras Públicas (DOP) – “projetos-padrão”

Com um corpo funcional mais organizado composto por técnicos e profissionais de engenharia e arquitetura, o Departamento de Obras Públicas, produziu intensamente obras pelo Estado de São Paulo.

¹⁰² Imagem do arquivo da Cia. do Metropolitano de São Paulo.

Segundo o arquiteto Ivan Gilberto Castaldi, que atuou no DOP desde 1957, no final dos anos 1950 o DOP contava com um considerável corpo técnico.¹⁰³

Seguindo as necessidades de expansão dos serviços e equipamentos públicos, noções de racionalidade, eficácia e economia foram agregadas aos trabalhos do DOP no desenvolvimento, a partir dos anos 1930, de novos edifícios para a Justiça.¹⁰⁴

O mesmo conjunto de conceitos também foi aplicado em outros equipamentos públicos, como escolas e correios.

Nos anos 1930, conceitos de funcionalidade, eficiência e economia na arquitetura – termos próprios das equações racionalistas – tiveram firme aplicação nas obras públicas. Boa parte delas, projetos e obras de repartições oficiais de engenharia e arquitetura.

(SEGAWA, 1998, p. 66)

Assim como outros equipamentos públicos no período, os edifícios da justiça construídos a partir do final de 1930, até meados dos anos 1960, possuíam um projeto-padrão para seus edifícios, ainda que as resoluções construtivas correspondessem à técnica tradicional, desenvolvida de acordo com a mão-de-obra local.

Conforme visto anteriormente, as restrições construtivas atendiam, segundo Castaldi, a uma condição imposta pelo Estado na formulação de seus equipamentos, os quais deveriam ser desenvolvidos com a finalidade de atender a uma grande demanda de obras de forma ágil, mas com orçamentos limitados.

[...] tinham que ser uma coisa dentro de certo padrão, que o Estado pudesse pagar, e fazer maior número de obras e que, depois, a manutenção pudesse ser a mais barata possível.

(CASTALDI, 2007)

Para atender à demanda de Fóruns de Justiça do DOP até meados de 1960, o sistema adotado pelo corpo técnico ainda era o de “projetos-padrão”, que, na virada de 1950 para 1960, passou a conviver com outras resoluções arquitetônicas, como será visto à frente.

¹⁰³ No DOP o arquiteto Ivan Gilberto Castaldi atuou como Chefe da Equipe Técnica de Arquitetura em 1960, Diretor da Subdivisão de Arquitetura em 1966, Coordenador de Equipe Completa de Projetos em 1968, Diretor da Divisão de Projetos Básicos da Diretoria de Planejamento em 1973, Membro da Comissão Técnica de Serviço em 1985 até 1989.

¹⁰⁴ Não foi identificada a precisão de datas dos projetos derivados destas formulações arquitetônicas dos edifícios da Justiça. Os processos de construção que se encontram no CPOS nem sempre identificam os projetos que realmente tenham sido construídos, e, com um acervo incompleto, nem todas as plantas foram localizadas. A relação destes edifícios, que estão no Instituto de Previdência do Estado de São Paulo – IPESP –, contém uma precisão de datas, porém nem sempre identifica o modelo de arquitetura adotado. Para determinar o período de sua construção, foi elaborado um entrelaçamento dos dados encontrados.

A concepção arquitetônica desses projetos ainda carece de precisão. Segawa sugere os termos “vertentes racionalistas”, arquitetura “cúbicas”, moderno “à parte”, para denominar, sobretudo, a produção de equipamentos públicos pós-1930, não só pelo Governo Federal, mas também pelos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro.¹⁰⁵ Colhendo depoimentos da época, informa que “as linhas geometrizaras foram caracterizadoras da arquitetura escolar em São Paulo dessa época”. Ao tomar como referência declarações de José Maria das Neves, engenheiro responsável pelos projetos DOP-SP, deduz-se que as preocupações excediam o caráter estético (formal), abarcando preocupações funcionais, programática, diretrizes de acabamento, etc.

Sobre o período 1930/1940, mas no contexto europeu, Frampton focalizou uma produção denominada “nova tradição”, assim a descrevendo:

A origem da nova tradição será da diretriz principal do Movimento Moderno; pode ser situada no surgimento, entre 1900 e 1914, de um estilo historicista conscientemente modernizado.

(FRAMPTON, 1997, p. 255)

Este “estilo historicista” protagonizou conflitos entre tradição e modernidade de forma diversa: no concurso para a construção da Sede da Liga das Nações em 1927 (dos 27 projetos que foram classificados, 9 eram de extração Beaux-Arts, 8 Moderna e 10 Nova Tradição), no concurso para o Palácio Soviéticos em 1931, etc. Para Frampton, o conflito entre “modernidade e tradição assumiu uma forma particularmente sutil na Itália”, pois vários arquitetos racionalistas estavam comprometidos com uma “reinterpretação da tradição clássica”, tendo como objetivo a representação do Estado fascista italiano.

Esta arquitetura, que se fundava na relação, problemática ou sutil, entre historicismo arquitetônico e modernismo, com exemplos mais voltados ao funcionalismo (muito pensado sob a égide econômica), ou às resoluções formalistas de composição arquitetônica, ou ainda mesclando (ecleticamente) essas formulações, pareceu informar a produção do DOP de projetos-padrão, além da parte da produção do Governo Federal (particularmente a produção dos Correios e Telégrafos) e do Distrito Federal (particularmente do seu Departamento de Educação).¹⁰⁶

A manutenção da edificação em dois pavimentos, na mudança para Fórum e Cadeia com resistência da hierarquia espacial, indicava o conservadorismo

¹⁰⁵ Ver: SEGAWA, 1998, pp. 66-76.

¹⁰⁶ Ver Segawa op. cit.

nas soluções dessa arquitetura “geometrizante”. O termo medievalista para essa arquitetura talvez seja excessivo, pois indicaria uma visão social, de conjunto social, pensada segundo princípios racionalistas, cuja expressão arquitetônica reforçaria. Se havia um racionalismo, ele deve ser entendido de forma restrita, como já observado, sob o ângulo econômico e precário, ainda que aponte um interesse do Estado em organizar um sistema nacional (seja o correio, a educação, etc.), reforçando a sua própria presença no território (quer nacional, quer regional), o que também implica a representação do Estado necessária, sob a égide de um historicismo modernizado, ao tomar emprestado a formulação de Frampton.¹⁰⁷

Os projetos-padrão para Fórum, desenvolvidos segundo a linguagem discutida acima, estavam divididos em quatro categorias: padrão A, B, C e D, divisões que obedeciam a capacidade de acomodação do número de cartórios e varas no edifício.

Embora estes Fóruns de Justiça tivessem formulações próximas da racionalista quanto à sua concepção construtiva, não previam para a sua acomodação um ajustamento às variações das topografias dos terrenos, o que tornava sua implantação precária. Não contemplavam também a necessidade de expansão dos serviços da justiça na acomodação de, por exemplo, novas varas e cartórios, sendo por vezes necessário improvisar novos espaços internos para esses ajustes, tornando os ambientes internos inadequados.

O programa de necessidades dos edifícios da justiça, ditado pelas próprias Secretarias, seguiram um padrão tradicionalista. Suas formulações estéticas e programáticas ainda utilizavam pé-direito duplo, amplo *hall* de distribuição de acessos, “passos perdidos”, acabamentos mais elaborados nos gabinetes dos juízes, advogados, promotores, etc.; no andar inferior, as varas, cartórios, protocolo e secretarias, serviços da justiça de acesso mais intenso pelo público; no superior, o júri, sala de audiência, sala secreta e testemunhas, além dos gabinetes para os juízes, promotoria e advogados.

¹⁰⁷ É importante salientar que, no uso do Estado nacional e conteúdo, o embate entre modernos, acadêmicos e neocoloniais e, em que pese o edifício do MESP, tal embate só se concluiu ao final do Estado Novo. No caso do Estado de São Paulo, veremos adiante como as mudanças ocorreram.

Figura 45: Diagrama de distribuição interna dos edifícios padrões.

O material de acabamento utilizado era menos luxuoso, mais despojado de ornamentos. Embora conservassem distinção entre eles, no andar superior, lugar dos acessos mais específicos da justiça, eram ainda utilizados vitrais, mármore, pisos e revestimentos em madeira. No andar inferior, para os cartórios e serviços de acesso mais amplo, os acabamentos internos eram mais simples, como, por exemplo, o piso em ladrilho hidráulico, janelas basculantes simples, paredes acabadas só em pinturas, entre outros.

As platibandas recobriam uma tradicional cobertura de telhas cerâmicas, geralmente de quatro águas.

A fachada, por vezes, utilizava elementos com referência aos modelos greco-romanos, adotados como representação da Justiça, porém estilizados, tais como o pórtico de entrada ladeado por colunatas. Contudo, movidos de princípios funcionalistas e priorizando a organização do edifício, contemplavam as distribuições de acessos mais ou menos restritos e especificidades da justiça, como aguardo para réus, testemunhas, etc. O “Fórum”, entretanto, era compreendido estritamente como um equipamento prestador de serviços à justiça.¹⁰⁸

¹⁰⁸ Os Fóruns também possuíam cartórios para certidões, na época incluindo o de móveis e de menores, locais de grande acesso público para usuários, que nem sempre tinham pendências judiciais a serem resolvidas.

Segundo Castaldi, no final dos anos 1950, quando a produção de equipamentos públicos se intensificou, a sistemática de distribuição de projetos-padrão assemelhava-se a uma linha de montagem, na qual as suas inadequações tinham que ser desconsideradas:

O “projeto-padrão” era produzido em linha de montagem. A gente via o terreno, pegava o gabarito do projeto e colocava nele. E dentro do que era possível na topografia, você tinha que fazer mais ou menos cortes e, orientando o acesso principal, então saía isso da linha de montagem e era assim.

(CASTALDI, 2007)

Essa “linha de montagem” para execução dos projetos-padrão foi defendida pelo corpo técnico do DOP como uma alternativa viável para construir de forma rápida uma demanda elevada de edifícios públicos.

[...] a gente fazia locação das obras com muita rapidez, porque o governo queria mostrar para população o que estava fazendo. E era locação desse tipo: pegava o gabarito, punha no terreno, via como ficava melhor, etc. Já estávamos acostumados com a linha de montagem, então construímos muitas escolas, centro de saúde e delegacias.

(CASTALDI, 2007)

Na visão do corpo técnico, segundo Castaldi, este edifício ainda atendia com celeridade as restrições orçamentárias e políticas do governo do Estado, em benefício de melhor aplicação dos recursos públicos e seu retorno para prestação de serviços à população.¹⁰⁹

[...] a gente, como funcionário do Estado, tinha que trabalhar de acordo com o Estado, com limites orçamentários bem restritivos.

(CASTALDI, 2007)

Além de Castaldi, os arquitetos Marcolino Vaccari e Maria Lúcia Novaes Britto Passos, que também atuaram no DOP desde o final dos anos 1950, em entrevista relataram que as inovações tecnológicas implicavam em alto custo;

¹⁰⁹ A eficácia desse modelo de produção é uma questão bastante polêmica e de difícil alcance em sua comprovação. O Prof. Celso Lamparelli, em entrevista ao arquiteto Alexandre Seixas em 2002, disse que essa solução, referendada pelo professor como “carimbo”, não se ajustava aos diversos programas em que era utilizado. “[...] o encarregado de construir escolas era a DOP – Departamento de Obras Públicas, do Governo Estadual – tinha o procedimento de contratar a obra e desenvolver internamente os seus projetos-padrão. Algumas obras deles eram consideradas como ‘carimbos’, uma repetição de projetos. Por exemplo, na época, construía-se Postos de Puericultura para a rede do Estado de São Paulo. O Posto tinha um programa e tinha um projeto-padrão que estava pronto na gaveta quando precisasse. Escolas: quem é que contratava? Era a DOP, então [...]”.

portanto, a adoção de novos padrões arquitetônicos, presentes, por exemplo, nos uso de grandes lajes, era praticamente proibitiva.¹¹⁰

[...] tijolo sempre, bloco de concreto quase nunca, porque no interior era muito mais difícil do que em São Paulo, então era tijolo sempre, reboque, argamassa, esquadrias de ferro. Se pensasse em esquadrias de alumínio, era impossível, laje nunca.

(CASTALDI, 2007)

Para eles, as construções praticadas no mercado de forma mais corriqueira, “arroz com feijão”, eram viáveis por utilizarem materiais e tecnologia mais disponíveis na época e também de fácil execução por empresas sem grandes especializações, espalhadas pelo interior do Estado.

Essa era a fórmula que o Departamento considerava a melhor para atender às necessidades do Estado: menos gastos para servir muito, com uma arquitetura, segundo seus autores, “justa”.

Essas formulações defendidas pelo DOP como uma sistemática viável e adequadas para construir de forma celerada uma grande demanda de serviços públicos, racionalizada através de um método de produção em série, porém com técnicas construtivas tradicionalistas, desenvolvidas de acordo com a mão-de-obra local, entretanto, enfrentava algumas dificuldades na implementação, dada a sua repetição em terrenos nem sempre favoráveis.

[...] as prefeituras cediam para o Estado e o Estado tinha que aceitar porque a prefeitura sempre dava o terreno pior. Porque eles se viam livres de um problema e nós tínhamos que trabalhar com aquilo.

(CASTALDI, 2007)

Para ter sua efetiva doação, os terrenos disponibilizados para o assentamento dos edifícios padrões tinham de ser vistoriados e aprovados pelos técnicos do DOP. Entretanto, eles enfrentavam, além da escassez de áreas disponíveis para desapropriação, problemas de ordem política.

[...] eu falei que não podia aceitar e fui obrigada, eu escrevi não aceito, mas a autoridade diz tem que ser.

(PASSOS, 2006)

¹¹⁰ Além de arquiteto, Vaccari também ocupou as funções de Diretor da Divisão de Projetos Básicos de 1971 a 1979, Diretor da Divisão de Projetos Básicos da Diretoria de Planejamento de 1974 a 1975, Agente de Serviço Civil de 1975 a 1990 e, por fim, Diretor Técnico da Divisão de Projetos de 1990 a 1991, ano em que o DOP foi extinto. A arquiteta Maria Lúcia é a atual responsável pelos novos Fóruns construídos pelo Centro de Engenharia da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. No DOP, exerceu as funções de arquiteto e chefe de diversos Departamentos, onde trabalhou entre 1959 e 1990.

Problemas com os terrenos que eram doados pelas prefeituras, nem sempre apropriados para o assentamento destes edifícios, e inadequações às novas necessidades da justiça questionavam a própria funcionalidade deste modelo de produção.

Além disso, viam-se a consolidação da arquitetura moderna, o compromisso com a modernização do país, que as novas concepções espaciais e as possibilidades construtivas incorporavam, e as mudanças na formação dos arquitetos nas escolas. A partir das décadas de 1950, contribuíam para que novas expressões fossem elaboradas para os edifícios públicos, abrindo espaço para que outras concepções acontecessem ainda sob a égide do Estado, mesmo que houvesse resistências.

[...] o governo tinha, em geral no DOP, o IPESP já estava inovando, mas o DOP continuava que era o que tinha mais obras com os chamados projetos-padrão. (SAMPAIO, 2007)¹¹¹

Para leitura e análise desta produção de edifícios forenses, foram visitados os seguintes municípios: Barretos, Campinas, Cunha e São Carlos.

BARRETOS

Figura 46: Fachada principal.

¹¹¹ Entrevista com Plínio Soares de Arruda Sampaio, coordenador do Grupo de Planejamento do Plano de Ação, ao grupo de pesquisa “Arte e Arquitetura, Brasil – diálogos da cidade moderna e contemporânea”, em 9.3.2007.

Figura 47: Pavimento térreo.

Figura 48: Pavimento superior.

Figura 49 e 50: Lateral e frente do edifício (VOTTA, 2006).

História/Construção: Este edifício Fórum, padrão “C”, foi elaborado em 1951 e concluído em 1959 pelo Departamento de Obras Públicas do Estado de São Paulo, já durante o Plano de Ação. Está situado na Rua 19.¹¹²

Volumetria/Agenciamento espacial/Técnica: Por se tratar de um exemplar do “projeto-padrão”, sua arquitetura acolhe princípios racionalistas, possuindo simetria na volumetria e na planta a partir de um eixo central, sendo mais despojada, quase sem ornamentos, embora utilize ainda algumas recorrências adotadas para representação da Justiça, como as colunatas do átrio da fachada, onde também se vê uma espessa porta de ferro trabalhada, solenizando seu acesso e apresentando dois pavimentos. No térreo, entrando pelo *hall*, centro do edifício, encontram-se os cartórios, arquivos, registros, serviços de maior acesso público. No superior, ao centro está o júri, ladeado pelos gabinetes dos juízes, promotores, sala secreta e audiência. Tal modelo repete-se em vários municípios.

Os agenciamentos dos espaços internos seguem os mesmos padrões adotados pela produção anterior, os fóruns ecléticos. O tribunal judiciário, situado no segundo pavimento, além da restrição de acesso, contempla também um “ritual de entrada”, com seu átrio para o público em geral e a circulação separada para magistrados e outros componentes do júri.

Esta resistência dos paradigmas adotados anteriormente pela simbologia da justiça também é evidente na escolha de materiais de acabamento interno, no qual o segundo pavimento, área “mais enobrecida” pelo seu uso, utiliza madeiras, vitrais e pisos de madeira. Não obstante, seu acabamento externo, janelas (com exceção de um balcão do júri), platibandas, etc., possuem o mesmo padrão simplificado do conjunto.

¹¹² Segundo os relatórios apresentados à Assembléia em 1960, 1961, 1962, este edifício foi finalizado através do Plano de Ação. Em pesquisa realizada no Instituto de Previdência do Estado de São Paulo, IPESP, seu contrato de construção data de fevereiro de 1958 e sua conclusão, de 1959.

O edifício está locado em uma situação que favorece o aspecto de monumentalidade, propiciado pelas colunas de pé-direito duplo, pelo central mais alto que as laterais, pela elevação do bloco de elevação ao nível do solo e pela composição da fachada que acentua a verticalidade. Encontra-se em uma praça, separado de outros equipamentos urbanos que possam interferir na sua visibilidade.

É ainda ocupado pelo Fórum para o município, porém, por ter sua capacidade insuficiente para a atual demanda da Justiça, este edifício brevemente será substituído por outro, o qual está em construção em novo padrão modular desenvolvido pela Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania.

CAMPINAS

Figura 51 e 52: Palácio da Justiça de Campinas; vista geral e detalhe do adorno da fachada (CORDIDO, 2005).

História/Construção: O Palácio da Justiça foi construído em 1950 pelo Departamento de Obras Públicas do Estado de São Paulo.¹¹³

Volumetria/Agenciamento espacial/Técnica: O edifício de seis andares apresenta um acabamento mais elaborado por se tratar de um Palácio da Justiça, onde ocorrem cerimônias de posse de Desembargadores, Juízes e outros, além dos serviços ordinários da justiça.

Adotando o princípio de uma arquitetura racionalista, atributo do projeto-padrão, como já explicado anteriormente, é simétrico e tem densa volumetria, contemplando um deslocamento dos volumes, cuja fachada principal avança em

¹¹³ A autoria do projeto não constava nas plantas encontradas; suspeita-se tratar-se do arquiteto José Maria das Neves, em 1941, tendo sido as obras concluídas em 1950. Em outros relatos encontrados, o ano de conclusão foi o de 1953.

relação ao corpo do edifício. Possui uma rigorosa distribuição das janelas, predominando a relação de “cheios sobre os vazios”; entretanto, assinala entre elas as colunas do edifício, remetendo à simbologia de templos greco-romanos.

A fachada no nível térreo tem revestimento em mármore preto e possui esculturas em bronze com símbolos da justiça.

Seu acesso principal está acima do nível da praça e se dá através de uma ampla escadaria. Uma grande porta de ferro marca a transposição solene, a divisão entre os espaços (do essencialmente público para público com regras de uso) e sua hierarquia.

Sua monumentalidade está presente também na relação que faz com seu entorno, situado defronte a uma praça central, de visibilidade desembaraçada, sem interferências, destacando-se do cenário urbano.

CUNHA

Figura 53: O tratamento de demarcação dos cunhais, ao decorar a fachada, repete-se simetricamente, simulando colunas, referência aos símbolos da justiça. (CORDIDO, 2005)

História/Construção: O Fórum de Justiça, padrão “A”, foi construído em 1957 pelo Departamento de Obras Públicas do Estado de São Paulo.¹¹⁴

Partido/ Técnica: O edifício, embora se trate de uma das derivações racionalistas do “projeto-padrão” produzido pelo Departamento de Obras do Estado, apresenta também aspectos evidentes de uma produção eclética, no uso de adornos como os adotados nas platibandas, cunhais simulando colunas, a balança simbolizando a justiça em relevo e a palavra “Fórum” utilizando fonte romana.

¹¹⁴ Data de construção segundo o levantamento no IPESP.

Sua entrada recuada e com nível acima do terreno também faz alusão aos modelos anteriores, que pretendiam solenizar seu acesso principal; porém, por esta cidade situar-se no Vale do Paraíba, de origem colonial, onde ainda existem Casas de Câmara e Cadeia, sua distribuição em dois pavimentos, num volume retangular, em que o pavimento superior também se destaca pelo uso de balcões, enfatizando sua hierarquia, sua associação formal com estes modelos está presente.

Sua distribuição interna segue os mesmos padrões de outros modelos desenvolvidos para justiça: superior para acesso mais restrito, incluindo o júri, e inferior para usos públicos mais intensos.

Por se localizar em região serrana, Cunha possui relevo acentuado; o Fórum, na esquina de uma ladeira, tem as construções de seu entorno em nível mais baixo. Se, por um lado, a utilização de projeto-padrão exigiu uma adequação ao modo de uso do terreno pouco racional, por outro, o resultado contribuiu para destacar o edifício em relação ao sítio urbano, reforçando sua monumentalidade.

SÃO CARLOS

Figura 54: Fachada principal.¹¹⁵

História/Construção: O Fórum de Justiça foi construído em 1950 pelo Departamento de Obras Públicas do Estado de São Paulo.

Partido/ Técnica: O Fórum de São Carlos também apresenta os princípios de uma arquitetura racionalista, presentes na produção desenvolvida pelo

¹¹⁵ Imagem do acervo histórico municipal. A data de sua conclusão foi fornecida pelo mesmo arquivo.

DOP. Seu ajustamento formal é de natureza eclética, com uma dimensão que o destaca. Além da expressão de sua arquitetura alcançada pelo grande porte do volume edificado, é acentuado pela implantação em terreno não adequado a um projeto-padrão (ou uma derivação desses), o que exige cortes e compensações que alimentam a sua monumentalidade.

O edifício é uma sólida composição de três volumes destacados, por meio do qual o volume central destaca-se dos demais e, na seqüência, possui janelas estreitas e verticalizadas com rebaixo na alvenaria, acentuando a verticalidade e “unificando” as janelas dos dois pavimentos ritmadas. No conjunto, predominam “os cheios sobre os vazios”.

O volume central apresenta colunas de pé-direito duplo, de base quadrada e acabamento liso, celebrando a imponentia do edifício, que adota para isso algumas recorrências utilizadas para representar a Justiça. Complementando o seu acabamento externo com formulações ecléticas, ainda utiliza adornos na platibanda, nos cunhais, bossagem no nível do solo, além da comunicação “Fórum” utilizando fonte romana.

A distribuição interna segue os mesmos padrões adotados pelos outros edifícios analisados, cujo pavimento superior, marcando a hierarquia pretendida pela justiça, abriga os serviços mais restritos, incluindo o júri, enquanto os inferiores são de uso público mais intenso. Cabe registrar que a locação dos serviços de uso mais intenso no andar inferior poderia denotar certa funcionalidade; contudo, acreditamos que a permanência da hierarquia simbólica, traduzida como uma tipologia de agenciamento espacial de longo uso, informou prioritariamente o projeto.

É um edifício cujos espaços internos se encerram de forma introspectiva, e a sua comunicação com o exterior não está contemplada para além da monumentalidade do conjunto. Essa condição também é evidenciada a partir de sua implantação, situada em terreno alicive, defronte a uma praça central, em nível abaixo, do município, tendo sua percepção destacada em relação aos demais equipamentos urbanos.

Lembremos que esses edifícios também foram construídos durante as ações do PAGE, como ocorreu nas cidades de Araçatuba, Dois Córregos, Getulina, Guará, Martinópolis, Ourinhos, Paraguaçu Paulista, Pindamonhangaba, Presidente Bernardes, Rancharia, Itapetininga, Tupã, Votuporanga, Pompéia e São Joaquim da Barra; tais cidades estão listadas no segundo relatório do plano apresentado à Assembléia em 1962. Na relação de edifícios construídos pelo IPESP no período a partir de projetos-padrão, constam ainda as cidades de

Adamantina, Apiaí, Cajuru, Jacareí, Oswaldo Cruz, Vaparaíso, Dracena, Flórida Paulista, Guararapes, Leme e Lençóis Paulista.

Eles foram produzidos concomitantemente aos projetos de “arquitetura moderna” financiados pelo IPESP, o que indica a não-unanimidade arquitetônica na produção de edifícios públicos no período.¹¹⁶

2.2. A produção “moderna” do Estado e do Instituto de Previdência do Estado de São Paulo, IPESP, através do PAGE

O Departamento de Obras do Estado de São Paulo, como já visto, desde a sua formação, foi se estruturando através da capacitação do aparelho do Estado, com a contratação de novos profissionais que contribuíram para a evolução do saber técnico, criando normas projetuais e construtivas, verificadas na nova produção dos edifícios da justiça. Entretanto, os problemas surgidos que questionavam a própria funcionalidade deste modelo de produção, tais como terrenos inadequados, restrita possibilidade de ampliação, entre outros, associado a afirmação da era moderna brasileira, criaram solo para que a produção, ainda sob a égide do Estado, fosse elaborada com técnicos fora de seu quadro funcional, que sem as limitações imposta aos arquitetos de dentro do Estado puderam renovar a linguagem dos edifícios do Judiciário propugnando novos objetivos.

Para o enfrentamento das inadequações, dificuldades, também, de desafios com a adoção de uma arquitetura nova, esta produção encontrou respaldo político no Plano de Ação de Carvalho Pinto e seus propósitos modernizadores. Segundo o coordenador do Grupo de Planejamento, Plínio Sampaio, mesmo admitindo ser um “leigo” em arquitetura tendo em sua “roda particular” amigos arquitetos de filiação moderna, como Joaquim Guedes, Vilanova Artigas, Carlos Milan, entre outros, a abertura para as novas possibilidades arquitetônicas era imperativa, pois a adoção moderna era uma “lógica” dos novos tempos, um percurso natural. Para ele, os profissionais envolvidos eram recém-formados e, portanto, adeptos às mudanças e críticas da prática de obras do Estado.

(...) eu andava com os arquitetos, eles chegavam para mim e diziam: – Olha Plínio, o que se gasta para preencher o terreno ou tirar o terreno você gasta em um bom projeto que aproveita o terreno e faz uma obra muito melhor, em sóis melhores, com a insolação bem feita.

(SAMPAIO, 2007)

¹¹⁶ Foram localizados no arquivo morto do DOP os seguintes modelos finalizados durante o Plano de Ação: Eldorado, de 1957, padrão “A”; Dracena, 1957, padrão “A”; Cunha, 1957, padrão “A”; Barretos, 1957, padrão “C”; Dois Córregos, 1957, padrão “A”; Tietê, 1959, padrão “B”; Pompéia, 1958, padrão “A”.

Para Sampaio, a compreensão das implicações da adoção dessas normas de construir, através de projetos-padrões, os edifícios públicos, pelo Departamento de Obras do Estado, só viria à luz através do encontro com os arquitetos de sua relação pessoal:

Aí que eu fiquei sabendo que era um padrão. Eu coloquei novos engenheiros e arquitetos no Departamento e eles conseguiram mudar.
(SAMPAIO, 2007)

O reconhecimento deste questionamento, certamente à crítica dos arquitetos citados, ia além dos problemas de implantação, mas foi através deles que a produção do DOP passou a ser inicialmente inquirida e encontrou, pelo PAGE, uma proposta para um processo mais amplo nas iniciativas públicas, em que ações “modernas” compreenderam não só projetos, programas locais e uso de novas tecnologias, mas também a abertura para fluir a prática de uma nova visão arquitetônica que questionava fundamentos teóricos e valores anteriores presentes nos edifícios públicos.

Sampaio, ao ser indagado sobre a idéia da arquitetura moderna representar de fato transformações, ou se foi apenas um casamento entre os arquitetos e o Plano, afirmou que “(...) era óbvio que tinha que ser moderno. Nem se discutia, era uma coisa de senso comum. Era tão hegemônica a idéia e eles todos eram ligados a isso, tinham acabado de sair da arquitetura. Eram todos alunos do Artigas, desse pessoal ‘craque’”.

Sob o impacto dos projetos e da construção de Brasília, um pensamento “minimamente” renovador em termos políticos via na arquitetura moderna a sua contra-face simbólica. Sobre a recepção destas obras nos municípios em que foram construídos, indicando a sua adesão, disse ainda Sampaio: “Eu me lembro que todo mundo achava muito bonito, nós recebemos muitos elogios. Os prefeitos ficavam contentes, tinha maquete que era bonita. Então eu recebia muito telegrama, muito obrigado”.¹¹⁷

Esse “enlace” de renovações, possibilidades e expectativas animadas pelo “espírito da época”, aliando a “modernização” do País à produção de edifícios públicos, intensificada através do Plano de Ação, com o objetivo de “varrer o atraso do Estado”, conheceu uma inflexão peculiar de procedimentos e estruturação,

¹¹⁷ No processo interno da Viação e Obras Públicas nº. 5184, de 22 de julho de 1952, encontrava-se no requerimento inicial efetuado pelo Prefeito Vicente Lomonico da Prefeitura Sanitária da Instância de Socorro a avaliação do então edifício da Justiça como “um prédio antiquado e sem a estética moderna”. Pedia a autoridade “um prédio adequado ao seu foro, a exemplo de outras cidades deste Estado, cuja construção reflete num melhoramento de imprescindível valor e que muito virá concorrer para o progresso desta Estância.” Socorro recebeu em 1961 o Fórum com autoria de David Libeskind financiado pelo PAGE.

adicionando novos conceitos e principalmente incorporando a noção de Plano em grande escala, que era condição necessária para viabilizar os projetos contratados pelo Estado, financiados com recursos do IPESP e de fundos especiais, entre outros.

Para os edifícios da Justiça, as novas formulações arquitetônicas constituíram-se em um processo germinal viabilizado através do PAGE, cuja concretude questionava as fórmulas, concepções e adoções de longa data, continuadas através dos projetos-padrões do DOP. Eram indagações que iam além da sua estrita condição formal, e a própria finalidade do equipamento era discutida.

A arquitetura dos novos fóruns discutia, entre outros aspectos, a publicação de seus espaços e a hierarquia espacial vigente, tendo no seu posto, e plano mais alto, as necessidades e representações que a Justiça reconhecia como ideais para serem identificadas. Sobre essa questão, comentou Fábio Penteado ao elaborar o estudo para o Fórum de Araras:

O que é um Fórum? Você pode pegar a história para enriquecer, aumentar o livro, história antiga, etc. Aí vem a realidade se aproximando da realidade: onde ele é? A quem ele vai atender? Em Araras devia ter quinze mil habitantes. Também fui ver o que era um Fórum e tinha um padrão geral, assim era a descrição que vi na época: um padrão dentro daquela linha dos juízes, do comando não sabe da onde. Um prédio Vestusco. E acomodava no terreno, conforme o projeto vinha uma escada, com pé direito duplo na entrada na porta, uma réplica de salas dos passos perdidos a que as pessoas se dirigem. (...)

(PENTEADO, 2007)

O arquiteto na análise deste equipamento observou que o Fórum não era e não devia ser visto de forma restrita aos serviços da justiça, mas sim para atender ao cidadão comum acima de tudo, que vai até lá à procura principalmente dos serviços oferecidos, como os cartoriais, por exemplo.¹¹⁸

O Fórum não é só Fórum de Justiça, ele tem lá o registro imobiliário, os cartórios... Então, quando nasce o filho do cidadão, ele vai registrar... morreu alguém, ele tem que fazer inventário. Aí entra todo o aspecto da realidade.

(PENTEADO, 2007)

¹¹⁸ Entrevista de Fábio Penteado ao grupo de pesquisa “Arte e Arquitetura, Brasil – diálogos da cidade moderna e contemporânea”, EESC-USP, em 09.4.2007: “A minha formação aconteceu tudo por acaso, eu comecei como jornalista de arquitetura. Também saí do zero para editor da revista que era a mais importante na época. A revista Visão. Fui editor durante vários anos. Eu aprendi e convivi com gente muito boa do jornalismo”. Em função dessa experiência, o arquiteto reconhece na sua análise sobre o equipamento da justiça: “Eu fui visitar os fóruns, eu tinha uma visão jornalística, eu fui editor de arquitetura da revista Visão durante muito tempo”. O arquiteto trabalhou no periódico entre 1956 e 1962.

Ainda sob esse campo de análise, Penteado, notando as relações cognitivas absorvidas através dos espaços construídos, constatou que os cidadãos comuns ficavam intimidados pela arquitetura forense recorrente pela simbologia e universo que representava.

O cidadão comum ao se aproximar já tem dúvida, já tem medo é ancestral. Na porta daquele prédio tem um cidadão que é guarda que pode barrá-lo e ele pode não fazer nada, mas está lá relaxado, já maltratando pelo princípio de ser autoridade.

(PENTEADO, 2007) ¹¹⁹

Concluiu o arquiteto que, ao romper essa tradicional fórmula adotada para os equipamentos, rompia-se também o “princípio de autoridade” e hierarquia em que ela se fundamentava, favorecendo a real apropriação destes espaços pelo cidadão comum, e para tanto propôs para o município de Araras:

(...) eu propus um Fórum que não tivesse porta. A área era uma praça grande, tinha espaço. Então a idéia em princípio foi usar um espaço que chamaria de Fórum. Ele gerava uma sombra na pracinha onde o cidadão descansava.

(PENTEADO, 2007)

O mesmo princípio para romper a hierarquia tradicional destes edifícios formulados em Araras – fazer do edifício forense uma praça coberta – foi adotado por Paulo Mendes da Rocha, autor do projeto, em Avaré. Para o arquiteto, também a importância do conforto e atendimento ao público, que nem sempre ia aos fóruns em busca de serviços da justiça, estava no topo das necessidades básicas de seus usuários.

As modulações que esta produção guardava aparecem nas distintas concepções em que foram elaboradas, apesar das formulações comuns presentes na arquitetura moderna, tais como a verdade construtiva, a liberação da vedação do sistema tradicional construtivo, entre outros. A quebra da hierarquia nem

¹¹⁹ No editorial da *Folha de São Paulo*, Tendências e Debates, de 16.7.2007, “Chega de Excelências, senhores!”, o Promotor de Justiça do Distrito Federal Fausto Rodrigues de Lima comenta um episódio em que o juiz cancelou uma audiência porque um trabalhador compareceu no Fórum de chinelos: “(...) os palácios de mármore e vidro da Justiça, os altares erguidos nas salas de audiência para juízes e promotores e o tratamento ‘Excelentíssimo’ dispensado às altas autoridades são resquícios diretos da mal resolvida proclamação da República brasileira, que manteve privilégios monárquicos aos detentores do poder”. Conclui o promotor que aos “nobres” foram mantido por lei tratamentos diferenciados e aos demais cidadãos coube a função de “súditos”. Esses comentários bastante atuais conferem realidade às observações que o arquiteto Fábio Penteado e outros, durante as ações do PAGE, fizeram dos edifícios da Justiça; e, para “romper o seu princípio de autoridade” instituído, elaboraram sua arquitetura com a visão utópica de superá-la.

sempre foi interpretada nas mesmas condições, e as necessidades básicas da justiça, nem sempre contempladas.¹²⁰

A “produção forense IPESP” apresentou diversificadas elaborações projetuais e colaborou para identificar, através de sua leitura, os profissionais que as conceberam, mas, sobretudo emblematicamente, agenciou-se também entre eles uma comunhão de aspectos formais e de sentido social dos projetos. Seus agentes participaram do mesmo cenário cultural da produção arquitetônica do período, em que a arquitetura moderna, incluindo a desenvolvida em São Paulo, procurava expressar e auxiliar a modernização do País.¹²¹

Foram realizadas através do PAGE aproximadamente quatrocentas construções, projetadas por vários arquitetos modernos paulistas, ou que exerciam a profissão no Estado, mesmo de forma pontual, como Afonso Eduardo Reidy, um dos nomes paradigmáticos dos arquitetos do chamado “grupo carioca”,¹²² que projetou o edifício para o Fórum de Justiça do município de Piracicaba (1961).

Entre os edifícios executados para o Poder Judiciário, podemos citar os Fóruns: de Araras, por Fábio Penteado (1959); de Avaré, por Paulo Mendes da Rocha (1962); de Itapira, por Joaquim Guedes (1958); de Orlândia, por Jorge Wilhelm (1961); de Promissão, Vilanova Artigas (1959, o projeto; 1969, a construção); de São José dos Campos, por Paulo Sérgio Souza Silva (1965?); de Rio Claro, por Carlos Gomes Cardim e Luciano Gomes Cardim (1963); de Porto Feliz, por Alberto Botti e Marc Rubin (1963); e de Socorro, por David Libeskind, (1961).¹²³

A filiação moderna destes edifícios, como será visto, era evidente e contribuiu para o reforço simbólico de modernização que o Estado buscava imprimir. Entretanto, a diversidade dessas obras ocasionou problemas ope-

¹²⁰ Classificação adotada para diferenciar esta produção da elaborada pelos arquitetos e engenheiros funcionários do DOP, que ainda durante os anos 1950 e 1960 construíram edifícios-padrões. Em Promissão, de Artigas e Cascaldi, o edifício organiza-se contornando um grande jardim interno articulado por rampas de acesso. O júri está no pavimento superior dentro do corpo principal do edifício. Entretanto, a quebra da hierarquia dá-se na relação entre o interior e o exterior do edifício, nas aberturas expondo os seus equipamentos. Não é uma praça coberta, mas um confortável ambiente agregando jardim e espaços franqueados.

A condição básica de atendimento da Justiça a que o texto se refere é separar acusação e defesa, com locais e circulações independentes para o réu e a defesa, além de espaços mais reservados para juízes e promotores.

¹²¹ Em levantamentos aos arquivos do CPOS e IPESP foi constatado que o uso pelo governo do Estado de recursos do IPESP na construção de edifícios públicos já havia sido praticado na gestão anterior, de Jânio Quadros (01/1955 – 01/1959). Entretanto a contratação, de forma mais intensa, de profissionais fora do aparelhamento do Estado aconteceu a partir do PAGE.

¹²² A denominação “grupo carioca” é imprecisa, mas é utilizada aqui para caracterizar a arquitetura moderna produzida no Rio de Janeiro a partir da atuação de Lúcio Costa, tanto na Escola Nacional de Belas Artes, como no projeto do Ministério da Educação e Saúde Pública, ainda que Reidy não tenha participado do projeto do MESP.

¹²³ Ver: PENTEADO, Fábio, *Fábio Penteado: ensaio de Arquitetura* / Fábio Penteado, São Paulo, Empresa das Artes, 1998, p.56.

racionais na sua manutenção, ampliação e adequação às novas necessidades do Judiciário.

Essa produção, conforme previamente comentado, estabeleceu diversos campos de confrontos. Iniciando-se pela própria validade da forma de contratação pelo Estado, discutida pelos arquitetos e representantes do Governo na época do Plano de Ação. As posições dividiam-se: por um lado, havia uma oportunidade de trabalho que se ampliava na atuação em obras públicas, para os arquitetos autônomos, significando uma chance para materializar novos conceitos e ideologias; por outro, existia a possibilidade do enfraquecimento do DOP, onde atuava um significativo número de profissionais de arquitetura.

As atas das reuniões em que foi discutida a repercussão das ações do Estado ao contratar profissionais fora de seus organismos, que aconteceram entre agosto e setembro de 1959, no IAB-SP, Instituto dos Arquitetos no Brasil, Departamento de São Paulo, registram a participação de arquitetos filiados ao IAB – Alfredo Paesani, Carlos Millan, Eduardo Corona, Fábio Penteado, Ícaro de Castro Mello, Joaquim Guedes, Jorge Wilheim, Jon Maitrejan, Luis Saia, Luiz Carlos Costa, Oswaldo Correa Gonçalves, Pedro Paulo Saraiva, Rui Gama, Victor Reif, Vilanova Artigas – e de Francisco Whitaker Ferreira, arquiteto representando o IPESP.¹²⁴

Para Artigas, os arquitetos estavam unidos num plano de cultura e não havia contradição nessa nova atitude do governo, que para ele estava desaperelhado pelas últimas administrações e sem condição de atendimento para o volume de obras que estavam sendo feitas no momento, e esta seria uma “oportunidade tática” adequada na evolução desse processo, com interesse para toda a classe de arquitetos.¹²⁵

Rui Gama apelou para que o IAB se pronunciasse prestigiando e apoiando os arquitetos de planejamento de caráter permanente do Estado, estimulando o seu desenvolvimento. E foi apoiado por Luiz Carlos Costa, para quem a falência do mecanismo do Estado foi decretada pela manutenção da padronização de seus edifícios.

Jorge Wilheim atentou para duas importantes consequências que se constituíam em uma “autêntica vitória de classe”: tratava-se da primeira vez que o

¹²⁴ Atas das Assembléias Gerais Extraordinárias, realizada em 08.9.1959, na sede do Departamento de São Paulo no Instituto dos Arquitetos do Brasil, e em 01.12.1959, na sede do IAB-SP.

¹²⁵ Artigas ainda se referiu a esta oportunidade gerada pelo Estado, através do PAGE, a quem chamou de PLADI – Plano de Ação e Desenvolvimento Integrado –, como uma atitude emergencial do Estado, cujos órgãos de projeto não estavam aparelhados, principalmente ante a grande demanda de escolas. E, portanto para ajudá-los “resolveu-se atribuir projetos a arquitetos de fora da estrutura do funcionalismo público”, que adquiriram sua capacitação técnica realizando obras particulares. “Sobre escolas”. In *Acrópole*, São Paulo, nº. 377, set. 1970, pp. 10-13.

Estado reconhecia o arquiteto como um profissional que poderia ser contratado para projetos e fiscalização de obras e, ao reconhecer isso, decretava a falência de seus organismos de planejamento, como também reconhecia que cada obra precisava ter um arquiteto como autor.

Francisco Whitaker, representando o governo, esclareceu que o IPESP, sendo uma autarquia, não correspondia propriamente a uma atitude do governo e que a reestruturação do Estado prevista através do Plano de Ação daria a condição de reequipar seus organismos em caráter permanente.

Joaquim Guedes, insistindo na manutenção de uma unidade de planejamento no programa de obras do Estado, julgou necessário que qualquer atitude pública do IAB-SP não acarretasse em desprestígio dos “arquitetos funcionários”.

Como consenso ficou estabelecido, em assembléia, que o IAB deveria promover, junto ao governo do Estado, entendimentos necessários para criar cada vez mais medidas que permitissem utilizar “o esforço criador dos arquitetos paulistas nas obras públicas para comunicar-lhes o significado cultural da arquitetura brasileira”, bem como o apoio à reestruturação dos mecanismos do Estado.

Os debates revelaram que as oportunidades geradas pelas ações do Estado significaram para os arquitetos, fora de seu quadro funcional, envolvidos nesta produção a possibilidade de uma prática em que a nova arquitetura poderia se constituir em um significado cultural e social de alcances ampliados, em que a própria condição de equipamento público como uso, acesso e representatividade poderia ser questionada e renovada.

Para os “arquitetos funcionários” significou a possibilidade de a reestruturação do organismo estatal suscitar o seu fortalecimento, impondo um planejamento unificado em caráter permanente.

Essa formulação possibilitou “um acordo” para a contratação de profissionais por parte do Estado, resguardadas a manutenção do trabalho técnico dos profissionais do DOP e uma alimentação mútua entre os profissionais. Ainda que possam ser lidas apenas pelo lado econômico, como uma garantia de trabalho aos profissionais autônomos via Estado, as intervenções revelavam a preocupação em garantir um papel dirigente do Estado, através do Plano, que agregava e era aumentado pelo conjunto dos arquitetos.

Após este período (meados dos anos de 1960) de “conflitos” e debate, a produção diversificada se retraiu, derivando para um retorno ao processo anterior, através de um novo projeto-padrão, “standardizado”. Cabe salientar que as produções se sobrepunham.

No final dos anos 1960, concomitantemente à execução de alguns fóruns dentro desta condição (contratação de escritórios particulares para desenvolver projetos de arquitetura), o DOP também elaborou novos projetos adotando o sistema modular, padronizando seu programa, o que se firmou como modelo adotado até a atualidade, variando as concepções conforme a coordenação política do Estado.

Embora o sistema modular tenha sido elaborado e adotado no final dos anos 1960, segundo Vaccari, idealizador do primeiro padrão modular, denominado “F”, com a orientação do então Secretário Hely Lopes Meirelles para a formação de sua base modular a partir da capacidade de atender o número de feitos “processos”, somente em 1970 é que houve a iniciativa de criar normas precisas para a sua execução, regulamentadas através de Decreto estadual. O Decreto consubstanciou o processo de organização, iniciado no começo de sua gestão.¹²⁶

(...) O Hely Lopes Meirelles, na ocasião, começou a ver este tipo de coisa. Ele argumentou para o Secretário que esses programas tinham que ser padronizados para poder definir bem: Fórum de segunda instância é isso, primeira é aquilo...
(VACCARI, 2006)

A modulação aplicada nas redes de serviços públicos, processo decorrente das formulações e objetivos da arquitetura moderna, já era utilizado em outros equipamentos, como nas escolas, por exemplo, mas, segundo Vaccari, a padronização de programas para fóruns foi implantada para que as diversidades desta produção acabassem coibindo os “abusos” dos desmandos políticos e “mau uso” dos recursos financeiros do Estado.

Vamos ver a questão do programa, pois a padronização do programa é importantíssima! Os programas desses outros arquitetos eram fornecidos pelos juizes, pelo promotor, pelas autoridades dos municípios; então, cada um “puxava a sardinha para o seu lado”, e o resultado: às vezes, um Fórum de primeira instância custava o dobro do de segunda, e era muito mais monumental... Naturalmente elaborado por ótimos arquitetos.
(VACCARI, 2006)¹²⁷

Firmando o mesmo argumento apresentado por Vaccari, que representa o pensamento dominante do DOP, na ocasião Departamento de Edifícios e Obras

¹²⁶ O jurista Hely Lopes Meirelles (1917-1990) exerceu o cargo de Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo (1969-1971). Durante sua gestão, a padronização dos projetos na construção de Fóruns foi implantada através do Decreto Estadual nº 52.430, de 1 de abril de 1970, consubstanciando um processo de organização iniciado no começo de sua gestão.

¹²⁷ A padronização atingiu os programas e as áreas dos terrenos e dos projetos para obras (ARAÚJO, 1974, p.8)

Públicas, seu Superintendente em 1974, o engenheiro Aurélio Araújo, expôs, na abertura de seu discurso oficial nas festividades comemorativas do departamento, a defesa da adoção modular ante a diversidade de produção dos edifícios forenses, uma condição classificada como “antecedente”. Referiu-se aos problemas identificados nela como “exagero, discriminações pessoais e até mesmo requintes de grandiosidade em cada obra pública”. Para ele, as diferenças de projeto “estavam intrinsecamente ligadas ao custo da obra em si”, em que o gosto particular de cada juiz, “um mais sofisticado do que o outro”, fazia nascer “obras majestosas, que iriam acolher serviços, que, por sua vez, iriam proporcionar áreas perdidas e espaços vazios”. Apontava, ainda no mesmo texto, outras inconveniências no sistema de produção adotado, com projetos especiais para cada caso, tais como a variedade do material especificado, as dimensões dos terrenos utilizados e a demora de sua execução, já que “muitas vezes isso levava meses, pois o jogo de interesses se arrastava em discussões totalmente improdutivas e inócuas” (ARAÚJO, 1974, p. 7)

Guardada a dimensão de um discurso oficial proferido pelo representante do Estado, chefe do departamento, essa posição, ainda no ano de 1974, constituiu-se em um dos rebatimentos da oportunidade gerada pelo Estado na contratação de arquitetos fora de seu quadro funcional.

O embate entre as questões de custos que serviam de sustentação para argumentar a validade de posições distintas colocava, de um lado, os custos elevados para acomodações no terreno, implicando em grandes movimentações e, do outro, distintas elaborações para os edifícios da justiça, com uso de novas tecnologias e interpretações sociais que elevavam os custos de sua execução e manutenção. No entanto, isso significava que as formulações que se confrontavam mediam forças entre concepções abstratas e concepções estritamente funcionalistas.

Em meado dos anos 1970, o DOP, que contava em seu quadro funcional com um grande número de arquitetos e engenheiros, sob a orientação do então Secretário da Justiça Manuel Pedro Pimentel, continuou com a implementação da padronização e modulação dos Fóruns de Justiça, absorvendo de forma distinta, dos projetos anteriores, princípios elaborados pela arquitetura moderna.¹²⁸

¹²⁸ O Desembargador Manoel Pedro Pimentel foi Secretário da Justiça do Estado de São Paulo, durante o Governo Paulo Egydio Martins, entre 1975-1979.

Após a primeira produção modular, denominada padrão F, com formulações de Hely Lopes Meireles, Secretário da Justiça do Governo Abreu Sodré, (março de 1967/março de 1971), a produção elaborada pelo DOP continuou com a modulação através do “MPP”, iniciais de Manuel Pedro Pimentel, Secretário da Justiça do governo Paulo Egydio Martins, (março de 1975/março de 1979), projeto que contemplava sua expansão por acoplamentos; a seguir, o “PSM”, Paulo Salim Maluf (março de 1979/maio de 1982) e, depois, o “FAM”, André Franco Montoro (março de 1983/março de 1987). Com o fim do DOP com Orestes Quêrcia (março de 1987/março de 1991), com a Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania vieram os modulares “LAF”, Luis Antonio Fleury Filho (março de 1991/janeiro de 1995) e, por fim, o “MCJ” Mário Covas Júnior (janeiro de 1995/março de 2001), que são edifícios distintos que se acoplam, tendo ao centro o salão do júri com acesso independente.

Essa produção constituiu-se em uma variação “moderna” da concepção de projeto (e obra) que interrompeu e substituiu a tipologia da produção forense. Ocasionalmente, o Judiciário ainda contratou projetos forenses elaborados por profissionais que não faziam parte do quadro funcional do Estado, como ocorreu em Bragança Paulista, em 1985, cujo projeto de Fórum é de autoria dos arquitetos Abrahão Sanovicz e Edson Elito. De qualquer modo, a data desta obra escapa do universo cultural dos anos 1950 e 1960.

2.3. O significado da produção DOP/IPESP: Fóruns como representação do Brasil Novo

Envolvidos com o propósito de elaborar uma nova arquitetura pretendendo contribuir para a modernização da arquitetura, modernidade social do País e sua representação através dos edifícios públicos na representação, condição nem sempre explícita e comum a todos jovens arquitetos contratados, a produção dos Fóruns de justiça viabilizada através do PAGE contemplou a possibilidade dessa condição e renovação, além da aproximação com o sentido social no seu campo de atuação. Essa oportunidade “histórica” foi constatada e comentada por Artigas, identificada como ímpar para que o arquiteto pudesse desenvolver uma aproximação social mais profunda, ampliando a compreensão do seu “verdadeiro” papel:

No avanço da arquitetura paulista, num certo momento, o governo do Estado, no tempo do Carvalho Pinto, precisava atribuir aos arquitetos paulistas tarefas de nível diferente das que vínhamos tendo até aquela época: tratou-se de construir escolas, edifícios da justiça, uma série de espaços adaptados a um critério funcional. A miséria cultural, digamos assim, o afastamento social do arquiteto pela incompreensão de seu papel a desenvolver, até aquele período histórico, fazia com que nós só conhecêssemos o exercício espacial até o nível da residência [...]
(ARTIGAS, 1997, p. 84)

A nova tipologia arquitetônica, com novos materiais, ganhou um sentido político explícito. Como representação do Estado-Nação que se queria afirmar como moderno e modernizador, a arquitetura, por ser uma arte de massa, atribuiu à própria representação um caráter social. O signo desse caráter, explorado pelos arquitetos, foi o de mudança, não qualquer transformação, mas aquela que aliava modernização e democracia, ruptura do arcaísmo social. Sobre esse momento disse José Tavares de Lira, ao contextualizar as atividades de Artigas:

(...) Aos arquitetos, cabia cooperar para o desenvolvimento da nação, funcionando para sua emancipação política, rompendo valores coloniais e zelando pelos interesses populares.

(LIRA, In: ARTIGAS, LIRA (org), 2004, p.10).

Os arquitetos valeram-se das motivações do período desenvolvimentista, da expressão de Brasília, consolidando o vínculo com a administração pública, aliado à execução de obras buscando, ou imaginando através da arquitetura, aprofundar mudanças sociais. Evidentemente, isso variava de arquiteto para arquiteto, e a clareza da atitude dependia da sua filiação política. Mas o conjunto da produção reafirmava o signo apontado.¹²⁹

De forma mais incisiva, na produção forense foi proposta, por alguns arquitetos, a reinvenção do Direito, através da dissolução do forte simbolismo, presente na hierarquia espacial, já apontada, e na sua monumentalidade.¹³⁰ Como afirmou Mônica Junqueira ao analisar o Fórum de Araras:

Na busca por desvendar o funcionamento e a mecânica das atividades que um fórum deveria abrigar, o arquiteto acabou por reinventar sua organização. A intenção – assim como no projeto para Cabo Frio – era adequar o ambiente às condições de seus usuários, tornando-o mais acessível e humano, para que todas as camadas da sociedade pudessem apropriar-se do espaço e nele sentir-se à vontade. Para isso, havia visitado alguns fóruns em outras cidades do interior, constatando que todos seguiam a mesma fórmula, imitando construções greco-romanas com colunas, imensos portais pomposos e pé-direito altíssimo. Foi contra essa materialização de força impessoal, que a justiça fazia questão de ostentar, que o projeto de Fábio se insurgiu.

(JUNQUEIRA, In: PENTEADO, 1998, p.56)

Fábio Penteado, em Araras, tentou articular até mesmo uma aprovação do Judiciário para as suas proposições:

(...) Fábio obteve a aprovação do Poder Judiciário para que a sala do júri – com capacidade para cem pessoas, na época utilizada uma vez por ano - pudessem ser aberta à população, para pequenos espetáculos de teatro e música.

(JUNQUEIRA, In: PENTEADO, 1998, p.56).

¹²⁹ Sobre Brasília, reconheceu Artigas, em sua arguição para concurso de professor titular, em 28.6.1984, na FAU-USP, tratar-se de uma experiência de caráter social da arquitetura brasileira com formulações inteiramente da Ville Radieuse de Le Corbusier, abrangendo as quatro funções fundamentais: circular, trabalhar, habitar e recrear o físico. Contudo, segundo Artigas, nessas formulações “o homem está sempre ausente” (ARTIGAS, Lira (Org.), 2004, 4. ed., p. 197).

¹³⁰ A “reinvenção do Direito” foi reafirmada pelo arquiteto Fábio Penteado, em ocasião de sua homenagem no III Seminário DOCOMOMO São Paulo, ocorrido em 2005, e em entrevista em 2006.

A inversão proposta para estes edifícios recolocava a própria condição de equipamento público, ao que se destinava como princípio básico e inicial de atendimento. Como visto, colocava no topo das relações o cidadão comum.

Na elaboração dessa nova tipologia foram postas as questões de acessibilidade, pelo despojamento de seus símbolos evidentes, como será observado pela extração do júri do corpo principal do edifício; na fluidez entre os espaços franqueados, vistos na elevação do edifício sob pilotis, onde se formaram praças cobertas para múltiplos usos, deslocando o eixo da hierarquia espacial anterior, além de generosos espaços para circulação e convívio, introduzindo aspectos de sociabilidade e de publicidade nos seus edifícios.

As visitas técnicas a esses edifícios foram um passo fundamental para se conhecer os propósitos presentes em suas formulações, pois a situação atual destes edifícios, além de revelar os aspectos dos seus desgastes naturais procedentes do uso há décadas, também revela questões relativas ao uso social previsto e a condição de uso efetiva, problematizando os ideais e conceitos.

O levantamento foi organizado levando-se em conta os seguintes itens: autores, data de construção, ocupação atual dos edifícios, alterações no edifício, existência de prédio anexo e estado de conservação. Além das características espaciais, construtivas, tipológicas e relação do edifício com o entorno, foram verificados como são abarcadas representação, hierarquia e monumentalidade no seu conjunto.

Além disso, analisou-se de que forma foram tratadas as necessidades específicas dos edifícios da Justiça, ou seja, em seu agenciamento espacial, como foi concebido o salão do júri; como se privilegiariam as distinções de seus acessos ao público, magistrados, réus e testemunhas; como foram divididos os ambientes para aguardar as audiências e júri, separando réu de testemunhas de acusação e defesa, além da localização da sala secreta, gabinete do juiz e da promotoria.

E, por fim, como se dividiram os espaços de acesso mais restritos dos ambientes de acesso público, levando-se em consideração práticas racionalistas aliadas a uma revisão de valores.

Apresentamos a seguir a análise de nove Fóruns, nas seguintes cidades: Amparo, Araras, Avaré, Itapira, Orlândia, Piracicaba, Porto Feliz, Promissão e Socorro. Uma ficha abre a análise, contendo a localização da cidade, a população na época da execução do equipamento e outras informações sintéticas.

FÓRUM DE PROMISSÃO

<p>MUNICÍPIO: PROMISSÃO Região de Bauru, centro-oeste do Estado de São Paulo.</p> <p>POPULAÇÃO: 1960: 19.884 hab. 2003: 32.186 hab.</p>
<p>LOCALIZAÇÃO NO MUNICÍPIO ÁREA CENTRAL, Av. Rio Grande</p> <p>DATA: Projeto: 1959 Inauguração: 29/06/1969</p> <p>AUTOR (ES): Vilanova Artigas e Carlos Cascaldi</p>
<p>OCUPAÇÃO (x) JUSTIÇA () OUTROS PRESERVADO () MUITO (x) RAZOÁVEL () POUCO</p>	<p>MODIFICADO (x) SIM () NÃO ANEXOS () SIM (x) NÃO</p>

PLANTAS

IMPLANTAÇÃO / TÉRREO: CARTÓRIOS/ REGISTRO CIVIL/ JARDIM / RAMPAS
GROUND LEVEL: OFFICE / REGISTRY OFFICE / GARDEN / RAMPS

TÉRREO

SUPERIOR

CORTE TRANSVERSAL

ESPECIFICAÇÕES: A edificação conforma-se como um único corpo, que abriga todo o programa sob a grande laje de concreto, interrompida por um jardim interno que propicia uma visibilidade do conjunto dos ambientes, organizando e promovendo integrações visuais de todos os espaços.¹³¹ Estes são articulados em níveis por uma rampa, cuja dimensão segue a modulação estrutural. A solução construtiva é definida por paredes “de carga”, apoiadas em pilares que recebem a laje em concreto armado. Configura-se, assim, como uma variação da solução recorrente da “caixa de concreto armado” (resultante do conceito estrutural que

¹³¹ Ao se referir sobre a “caixa brutalista” de concreto aparente sem qualquer revestimento como uma tipologia criada por Artigas, Buzzar atenta que esta “grande peça arquitetônica delimitadora de um espaço fruto da ação humana” pode abrigar uma escola, um clube, uma faculdade, uma casa, neste caso um Fórum. Ver Buzzar, Miguel, *Rodrigo Brotero Lefèvre e a idéia de vanguarda*, Tese de Doutorado, São Paulo: FAU-USP, mimeo, 2001, p.35.

rompe o tradicional sistema laje, viga e pilar), característica da obra desenvolvida por Vilanova Artigas, a partir do final da década de 1950, dando corpo à chamada “escola paulista”.¹³²

O edifício evidencia os princípios projetuais mais recorrentes de seus autores no repertório de sua produção arquitetônica, tais como: continuidade e dissolução entre exterior e o interior, explorando a horizontalidade e o uso da rampa que, em conformidade com a espacialidade, dinamiza e atribui movimento ao interior da edificação, sugerindo a ultrapassagem dos seus limites físicos.¹³³

Para atender ao ajustamento proposto para dividir os ambientes de usos públicos mais intensos dos mais restritos, o edifício foi dividido em dois pavimentos: no térreo, pouco acima do nível da rua, estão lotados os serviços mais gerais e de maior fluxo de pessoas: o protocolo, cartórios, secretarias e, atualmente, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O pavimento superior foi destinado aos serviços de acessos mais limitados, tais como: o salão do júri, gabinetes do juiz e da promotoria, além da sala secreta. Ainda no subsolo, aproveitando o desnível natural do terreno, foram alocados o arquivo geral e o almoxarifado.

A aparente introspectiva caixa com distribuição organizada através do jardim central, além das interações espaciais e compositivas, promove o esmaecimento das hierarquias no edifício da Justiça, dando força à requalificação de seu uso e reconhecimento.

O acesso ao salão do júri é feito pela rampa aberta, substituindo o austero e simétrico átrio dos Passos Perdidos, ladeado por colunatas, que promoviam sentido unidirecional de percurso. Este trajeto na obra de Artigas e Cascaldi flui rompendo barreiras de visibilidade, onde o exterior e o interior do edifício se comunicam sem demarcações, sendo isto o ápice representativo do rompimento que esta tipologia alcançou, explorada por seus autores.

Os materiais e soluções recorrentes, como concreto aparente e vedações em “panos de vidro”, sustentam a proposta de oposição em relação aos antigos modelos com os novos padrões e uso das novas tecnologias para elaborar os equipamentos da Justiça, completado através da recepção de seu conjunto formal aspectos de despojamento.¹³⁴

¹³² Para Buzzar, os arquitetos brasileiros ao final da segunda guerra não se inseriram diretamente nos propósitos debatidos nos congressos internacionais de arquitetura. De maneira paradoxal, faziam críticas ao projeto moderno em relação às formas de sua arquitetura, “num ângulo oposto ao dos propósitos do grupo moderno (basicamente carioca), classificadas por eles de abstratos e internacionais, portanto anti-populares e anti-nacionais” (BUZZAR, 1996, p. 185). Portanto, a “escola paulista” ganhou forma regada por esse enfoque.

¹³³ A continuidade dos espaços, segundo Buzzar, era um elemento que Artigas absorveu do contato com a obra do arquiteto norte americano Frank Lloyd Wright (1867-1959) (BUZZAR, 1996, p. 246).

¹³⁴ SSobre a vedação em pano de vidro do salão do júri, fica difícil precisar se foi escolhida como princípio de natureza crítica, sugerindo uma visibilidade total do ato que ali se processa, pois o arquiteto pouco se

Não há o uso de forma explícita dos símbolos greco-romanos, embora se contemplem algumas analogias, como a rampa, substituindo de forma crítica, não como uma simples rejeição “histórico-formalista”, o átrio “Passos Perdidos”. Entretanto, por destacar-se do padrão construtivo do município onde predominam construções ecléticas de pequena volumetria, este edifício assume um aspecto de monumentalidade. A recepção de seu volume adquirido ainda é acrescida por associação à sua implantação, onde o edifício ocupa um nível mais elevado em relação à rua, destacando-o de seu entorno.

CONDIÇÃO ATUAL: Na edificação foram realizadas algumas alterações que, ainda que não tenham alterado o seu corpo único, prejudicaram a recepção original que o volume propiciava. As paredes e pilares, originalmente de concreto aparente, foram chapiscados (chapisco grosso) e pintados de verde-água. Foram fechados ou subdivididos alguns ambientes abertos, como átrio, circulações e espaços de distribuição, para criação de novas salas. Notoriamente a entrada foi modificada, pois no térreo duas novas salas foram criadas, diminuindo e alterando as dimensões e o significado (franqueado) da entrada do edifício.

Sobre a laje de cobertura, onde somente era prevista a impermeabilização com “super-zone”, lençol de “pumex” em placas sem juntas tomadas, foram colocadas telhas de fibro-cimento, solução improvisada para compensar a precariedade da execução da obra.¹³⁵ Estão previstas novas modificações para o uso do subsolo, onde se encontra o arquivo. Externamente, o gradeado sobre o muro de contenção e a vegetação de copa baixa, aliados às edificações vizinhas construídas posteriormente, aparentemente sem nenhuma restrição de ocupação do solo, prejudicam as qualidades arquitetônicas que o edifício oferecia.

Em relação ao uso, no edifício ainda funciona o Fórum de Justiça e, apesar de ter sofrido várias alterações, como apontado acima, seu estado de conservação é bom.

O salão do júri, embora tenha salas para o juiz e secreta, não contempla sala para réu, nem para testemunhas, não se ajustando às condições ideais do programa da justiça, separando acusação e defesa. Para o réu foi improvisada

referiu a esta obra. No entanto, cabe esclarecer que as sessões de júri popular são destinadas exclusivamente aos crimes de natureza penais aplicadas aos cidadãos comuns. Portanto, sua exposição não atinge exclusivamente a fiscalização dos préstimos do Judiciário, mas também envolve a privacidade das partes. O alcance do pensamento do arquiteto nesse caso, que sempre aliou sua produção a uma prestação social voltada à elevação e à melhoria da condição humana, acima dos poderes instituídos, fica embaraçado nessa solução adotada.

¹³⁵ As novas tecnologias ainda em desenvolvimento adotadas nesta produção, e que fizeram que ela se constituísse em um vasto campo de experimentações, nem sempre obtiveram resultados satisfatórios. Vale lembrar, entretanto, que no procedimento em obras públicas no Estado, no que diz respeito a sua manutenção e reformas, seus autores nem sempre foram consultados e, por vezes, por questões políticas e orçamentárias não acompanharam a execução da obra..

uma “gaiola” atrás da antecâmara das salas especiais. O uso do fechamento da parede de divisa com o saguão de espera, por pano de vidro, provoca constrangimentos pela exposição dos participantes do júri, além de problemas de segurança, sendo provisoriamente fechado por venezianas.

Alguns ambientes também foram subdivididos com divisórias para acomodar novas necessidades. Está previsto, conforme informação do encarregado administrativo, o uso do porão para ampliação dos cartórios. Também há a previsão de uma nova construção para acomodar o Fórum da cidade, inicialmente um anexo, mas, em função da ocupação dos lotes vizinhos, este objetivo é incerto.

As questões de manutenção, reorganização dos ambientes, ampliação e relação com o entorno imediato são recorrentes em praticamente todas as edificações analisadas e implicam em discussões sobre valor arquitetônico, revisão e substituição de projetos sociais que informavam a arquitetura, política patrimonialista, particularmente em relação à produção moderna, e o trabalho não abordará isso de forma específica, ainda que uma visão sobre esta produção reconheça a necessidade de preservá-la.

IMAGENS:

Figura 55: Fachada do edifício, onde se observam a sua volumetria alcançada e sua relação como espaço urbano. (CORDIDO, 2006)

Figura 56: Fachada do edifício, onde se observa o novo fechamento na alvenaria para acomodar sala para Oficiais de Justiça e colocação de gradis. (CORDIDO, 2006)

Figura 57: Entrada, acesso para galeria, cartórios, rampa e jardim. (CORDIDO, 2006)

Figura 58: Cartório, fechamento em pano de vidro. (CORDIDO, 2006)

Figura 59: Rampas de acesso ao nível superior. (CORDIDO, 2006)

Figuras 60 e 61: Detalhe da iluminação sobre a rampa. (CORDIDO, 2006); Detalhe do escoamento de águas pluviais da rampa, canaleta, grelha e buzinode, revelando as preocupações com os detalhes construtivos da obra. (CORDIDO, 2006)

Figura 62: Andar superior, onde se vêem ao final da rampa o vestíbulo e salão do júri. (CORDIDO, 2006)

Figura 63: Articulação de níveis pelas rampas. (CORDIDO, 2006)

Figura 64: Salão do júri, fechamento em pano de vidro, detalhe da estrutura independente, obstruindo o campo focal do tablado. (CORDIDO, 2006)

Figuras 65 e 66: Corredor de acesso das salas do juiz e promotoria ao salão do júri. (CORDIDO, 2006); Salão do júri, mobiliário e acabamento original da época da construção, incompatíveis com a arquitetura que ocupam. (CORDIDO, 2006)

Figuras 67 e 68: Trava da janela basculante revelando a tendência dos materiais. (CORDIDO, 2006); Instalações sanitárias ainda no acabamento original, expondo a tendência dos materiais. (CORDIDO, 2006)

Figuras 69 e 70: Sala do juiz. (CORDIDO, 2006); Sala do promotor. (CORDIDO, 2006)

Figura 71: Fachada posterior, onde a recepção do conjunto volumétrico da obra é interrompida pelo paisagismo adotado, tornando-a precária. (CORDIDO, 2006)

FÓRUM ANTÔNIO DE QUADROS - ORLÂNDIA

<p>MUNICÍPIO: ORLÂNDIA Via Anhanguera, 365 Km- Região de Franca – Norte do Estado de São Paulo</p> <p>POPULAÇÃO: 1960: 12.067 hab. 2003: 37.427 hab.</p>
<p>LOCALIZAÇÃO NO MUNICÍPIO: ÁREA CENTRAL, Avenida 5</p> <p>DATA: Projeto: 18-10-1961</p> <p>AUTOR: Jorge Wilhein</p>
<p>OCUPAÇÃO (x) JUSTIÇA () OUTROS PRESERVADO () MUITO (x) RAZOÁVEL () POUCO</p>	<p>MODIFICADO (x) SIM () NÃO ANEXOS (x) SIM () NÃO</p>

Diagrama de Distribuição interna

PROMOTORIA	W. C.	C o p	Test. Açu-sa-ção	Test. Defesa	W .C .	Réu	Sala Secreta
Audiência	Átrio inferior		Salão do Júri				
Sala Juiz	Escadas Nível Superior	Escadas Para o nível do salão do júri (Vestíbulo)					

Cartório	W. C.	OAB	Cartório	W. C.	Cartório
Cartório	Átrio superior				Cartório
Vazio / Sala Juiz	Escadas Nível Superior	Vazio Saguão		Cartório	
		Vazio Vestíbulo		Cartório	

TÉRREO/ SUB-SOLO

SUPERIOR

PLANTAS

TÉRREO

SUPERIOR

COMENTÁRIOS: O edifício configura-se também em um corpo único, com volumetria retangular. Consistindo em uma caixa vedada com panos de vidros na fachada frontal e do fundo, recuada em relação à cobertura, sob uma grande laje, na qual se arranja todo o programa abrigoando os ambientes, distribuídos em dois níveis, intermediados por outro de distribuição de acessos, ao nível da rua.

Os níveis são articulados através do patamar central, por onde se entra ao edifício, e possui uma escada orientada em dois sentidos que conduz aos átrios superior e inferior. Essa distribuição de acessos organiza de forma hierárquica os ambientes, ao mesmo tempo em que promove a integração dos espaços internos.¹³⁶

A solução construtiva é determinada por paredes “de carga”, apoiadas em pilares, evidenciando as estruturas independentes, que recebem a laje de concreto armado. Trata-se de uma variação da recorrente solução “caixa de concreto armado”.

Os materiais e a resolução formal e estética adotados na obra revelam que, embora aparente no seu conjunto formal uma solução simples e “espartana”, na verdade, essa técnica em desenvolvimento no período tratava-se de um complexo sistema construtivo. O caixão perdido encontrado em loco aponta uma dessas dificuldades, inutilizando uma grande quantidade de madeira.

A tensão interna e externa entre o edifício e o espaço urbano é diluída através do uso dos fechamentos em panos de vidro, corroborando também para a permeabilidade do campo visual do edifício, ultrapassando os seus limites físicos.

O desnível do terreno também é aproveitado para distribuir os acessos e distinguir funções, agenciando a sua divisão de categorias, de espaços mais ou menos restritos.

O programa de necessidades tem sua organização espacial distribuído em dois pavimentos: no subsolo estão o salão do júri, que está dentro do corpo principal do edifício; as salas de uso mais restrito da justiça, como sala secreta, testemunhas, réus, promotoria, gabinete do juiz e audiência, que têm acessos privativos para o júri, separados por um corredor interno.

O pavimento superior é destinado aos serviços menos reservados da Justiça, sendo ocupado pelos cartórios, sala para OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e, atualmente, pela promotoria.

¹³⁶ Aqui, a questão de hierarquia não remonta aos espaços de natureza simbólica presentes nos fóruns anteriores, mas à noção formulada por Kahn de espaços servidos e espaços serventes (que servem os primeiros). A formulação de espaços contínuos e indistintos (pressupostos da arquitetura moderna), entretanto, excluía as especificações necessárias aos espaços dos serviços judiciais, que abarcam, entre outras questões, além de sua estrita funcionalidade, a privacidade e a segurança dividindo os acessos públicos mais ou menos restritos. Neste edifício, por praticamente não existir o pavimento térreo (é somente um vestíbulo) e contemplar-se uma única entrada, essa condição não se expressa totalmente.

O agenciamento adotado neste fórum para a distribuição interna dos ambientes promoveu uma quebra das tradições construtivas e analogias recorrentes nesta tipologia, pois no superior estavam locadas as funções mais “nobres” e, no térreo, as menos enobrecidas.

O edifício também rompe formal e conceitualmente com a resistência aos paradigmas greco-romanos adotados para os edifícios da justiça. Entretanto, a sua relação com o espaço construído está enfatizada por sua implantação. Centralizado em uma praça, com as laterais livres, assentado sobre um platô, onde o terreno possui um ligeiro desnível, o edifício assume aspecto monumental. O Fórum também se destaca do tecido urbano, pois no seu entorno predominam edifícios ecléticos de pouca volumetria.¹³⁷

CONDIÇÃO ATUAL: Embora o edifício ainda seja utilizado para atender à Justiça, ele sofreu várias adaptações. Ao lado do corpo principal da obra, foi feito um anexo comprometendo a sua leitura e descaracterizando o seu conjunto.

Além disso, no edifício original, os ambientes tiveram usos e espaços modificados para atender às novas necessidades da Justiça, cujas novas áreas foram criadas com precárias condições climáticas e de salubridade. Os espaços de circulação e vãos de escada foram fechados com divisórias, comprometendo o princípio básico da articulação entre os planos.¹³⁸

Os usos dos ambientes destinados em projeto também foram modificados, principalmente no pavimento térreo. As salas das testemunhas e réu foram ocupadas como depósitos e almoxarifados. A sala do juiz é usada para o setor administrativo. No pavimento superior, a promotoria ocupa a sala onde era previsto um cartório.

O novo prédio anexo, com características distintas ao edifício original, é ocupado pelo juiz e seu gabinete, mais uma sala de audiência e um cartório. A comunicação interna entre ambos é bem deficitária, sendo feita através de uma escada íngreme, com espelhos fora do padrão técnico, por onde circulam com frequência servidores carregando grande volume de processos.

O edifício não previu a necessidade de crescimento dos serviços da justiça, tais como espaços para novos cartórios e varas, daí as improvisações adotadas para as novas acomodações. Foram colocadas divisórias em locais de circulação e espera, tais como átrios, patamares, vestibulos e vãos de escadas, promovendo uma desqualificação dos ambientes construídos, prejudicando ventilação e iluminação natural dos espaços internos.

¹³⁷ Em Orlandia, ao redor da praça em que o edifício está localizado, todas as construções são de natureza eclética, em que se inclui o prédio da prefeitura municipal defronte ao Fórum.

¹³⁸ O acréscimo, segundo a arquiteta Marluce da Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania, foi elaborado e construído pela prefeitura municipal.

Embora com usos dos ambientes alterados, o Fórum contemplava originalmente, no seu agenciamento espacial, algumas questões específicas da justiça, como a distinção de aguardo para réus, jurados, testemunha e juiz e acesso ao salão do júri, o que também garante em parte as atuais questões de segurança para estes edifícios. Ressalva-se, porém, que tal condição somente é atendida quanto a sua tramitação interna, pois para a entrada do edifício existe um único acesso.

IMAGENS:

Figura 72: Vista frontal, onde se observam a estrutura independente e a vedação da caixa com panos de vidro. (CORDIDO, 2006)

Figuras 73 e 74: Salão do Júri, onde se nota um mobiliário tradicionalista contrapondo a inovação construtiva do edifício. (CORDIDO, 2006); Salão do júri. Parede em jacarandá, piso taboado e forro em gesso acartonado cunhando austeridade ao ambiente. (CORDIDO, 2006)

Figuras 75 e 76: Ocupação dos espaços vazios com divisórias, vestíbulo de acesso ao saguão do salão do júri, modificando sua recepção. (CORDIDO, 2006); Ocupação dos espaços vazios com divisórias, sob escadas e saguão do salão do júri. (CORDIDO, 2006)

Figura 77 e 78: Hall de entrada (vestíbulo), onde se observam circulação, arranjo de níveis e saguão superior e inferior. (CORDIDO, 2006); Sistema de ventilação (veneziana) entre a laje da cobertura e o forro. (CORDIDO, 2006)

Figura 79 e 80: Cartório, onde se observam esquadrias originais, porém com adaptações para ar condicionado. (CORDIDO, 2006); Detalhe do puxador em alavanca da janela de persiana indicando as novas tendências dos materiais. (CORDIDO, 2006)

Figuras 81 e 82: Saguão do andar superior. (CORDIDO, 2006); Saguão superior e entrada para salas de promotoria, originalmente destinados a cartórios. (CORDIDO, 2006)

Figuras 83 e 84: Detalhe do caixão perdido da laje do piso do andar superior, sob a antiga sala do juiz, demonstrando as condições construtivas do período. (CORDIDO, 2006); Instalações sanitárias originais. (CORDIDO, 2006)

Figura 85: Ampliação anexada à construção original. (CORDIDO, 2006)

Figura 86: Cartório do prédio anexo. (CORDIDO, 2006)

Figura 87: Balcão na fachada frontal. (CORDIDO, 2006)

Figura 88: Detalhe da fachada posterior e junção com anexo. (CORDIDO, 2006)

Figura 89: Fachada lateral onde se vê o platô de assentamento. (CORDIDO, 2006)

Figura 90: Fachada posterior que fica em frente à praça e à Prefeitura. (CORDIDO, 2006)

Figura 91: Detalhe da calha (gárgula) para escoamento de águas pluviais da laje. (CORDIDO, 2006)

Figura 92: Fachada frontal, o edifício em relação à avenida na extremidade da praça. (CORDIDO, 2006)

FÓRUM: Dr. MANOEL AUGUSTO DE ORNELLAS – ITAPIRA

<p>MUNICÍPIO: ITAPIRA Região de Campinas, sudeste do Estado de São Paulo.</p> <p>POPULAÇÃO: 1960: 35.969 hab 2003: 65.191hab.</p>
<p>LOCALIZAÇÃO NO MUNICÍPIO: Praça Cel. Ferreira</p> <p>DATA: Projeto 20/08/1958</p> <p>AUTOR(ES): Joaquim Guedes, Helio Penteadó J. Caetano de Mello F.</p>
<p>OCUPAÇÃO (x) JUSTIÇA () OUTROS PRESERVADO () MUITO (x) RAZOÁVEL () POUCO</p>	<p>MODIFICADO (x) SIM () NÃO ANEXOS (x) SIM () NÃO</p>

PLANTAS

TÉRREO

SUPERIOR

CORTES LONGITUDINAIS

ESPECIFICAÇÕES: O Fórum de Itapira conforma-se em um arranjo de blocos distintos, organizados em diversos níveis, dividindo e articulando suas funções em torno de um jardim aberto, que fica ao seu centro. Configuração também observada por Mônica Junqueira de Camargo na análise de seu projeto:

No Fórum de Itapira, o programa se articula em torno de um grande espaço central aberto, como uma praça, que se integra com o exterior e para onde convergem as áreas de trabalho, facilitando a distribuição do programa e o atendimento ao público.

(CAMARGO, 2000, p. 21).

O edifício está implantado no topo de uma praça com acentuado aclive, enfatizando sua imponente e volumetria. Sua entrada principal é destacada por uma escada de acesso, para o primeiro nível, onde se situam os cartórios, serviços de uso públicos mais intensos, voltados para um jardim (pátio aberto) e arranjados seqüencialmente em um corredor, protegidos pelo recuo do bloco, sob a laje do nível superior.

No nível abaixo (da praça), estão as celas, depósito, bar e cozinha.

O andar superior, por onde se acessa por duas escadas distintas, sendo uma delas privativa, estão os serviços mais restritos da justiça, tais como: gabinetes do juiz e promotor, sala de audiência, além de um majestoso salão do júri. O júri contempla dois acessos: um único privativo para réu, magistrados, jurados e testemunhas, não separando acusação e defesa, e outro para o público em geral, ante a uma grande varanda, com campo focal voltado para a praça, ligada a uma escada com acesso independente do corpo do edifício, permitindo seu uso para múltiplas atividades.

O agenciamento espacial adotado neste Fórum reorganiza alguns de seus usos, como, por exemplo, o do salão do júri para atividades além das específicas da Justiça, mas ainda mantém a hierarquia mais tradicional adotada para estes edifícios, em que o uso público mais intenso está no nível inferior e o mais restrito, “nobre”, no superior. Neste caso, ao que parece, o arquiteto adotou esta formulação para atender a funcionalidade dos acessos, em razão da grande declividade do terreno.

Há uma aparente introspecção: a comunicação e a articulação entre os blocos acontecem através do jardim interno e se sobrepõem à percepção da fluência entre os espaços interior e exterior, na medida em que essa relação é minimizada pela restrição focal que o desnível do terreno impõe, embaraçando esta comunicação, através da escadaria para entrada principal.

O tratamento estrutural do edifício indica um virtuosismo que questiona a monumentalidade, na medida em que enfatiza as novas possibilidades construtivas, através de um esbelto pilar adotado na estrutura aparente, que parece “desafiar a estabilidade do corpo que acomoda” (CAMARGO, 2000, p. 21), opondo-se às robustas colunas greco-romanas. Desta forma, constitui um denotativo crítico às rupturas dos paradigmas adotados para esta tipologia anteriormente. A exposição da independência estrutural, nesta obra, também é destacada, percebida nas reentrâncias das paredes de vedação, onde o pilar se separa delas e, por vezes, como no júri, torna-se um ponto focal do ambiente construído, diluindo a tensão do ato que ali se processa.

O edifício é dotado de uma plástica suntuosa, valorizado pelo contraste dos materiais de acabamento adotados, como o concreto aparente e o tijolo, observados por Camargo como um componente da exploração plástica de seu conjunto:

O desenho dos volumes é valorizado pelo contraste entre tijolo e concreto aparente usados nas superfícies e pelo número reduzido de aberturas, com formas e posições variadas, o que ajuda a enfatizar a liberdade na exploração dos materiais e na composição desse projeto.
(CAMARGO, 2000, p. 21)

A obra contém ainda uma distinção construtiva, que valora a imponência deste equipamento através do caimento das lajes de coberturas adotado, intercalando sua amarração, com aberturas de iluminação zenitais.¹³⁹

O uso das novas tecnologias e materiais nas soluções arquitetônicas adotadas, além da singularidade do conjunto da obra, inova o habitual cenário urbano em que predominam construções ecléticas, firmando uma forte presença na cidade.

CONDIÇÃO ATUAL: OO prédio está bem conservado, apesar de algumas alterações que prejudicam o entendimento original do seu volume. Ainda funciona como edifício da Justiça, mas sofreu modificações no uso de algumas salas, pois várias estão vazias ou servindo de depósito, além de ganhar um edifício anexo, o que compromete a leitura espacial do seu conjunto.

No novo anexo funciona boa parte dos serviços do Fórum. Para lá foram alocados os gabinetes dos juízes e promotores, sala de audiência, sala para OAB, oficiais de justiça e alguns cartórios.

¹³⁹ Para Mônica Junqueira, a partir do Fórum de Itapira Guedes começa a pesquisar uma disposição estrutural mais livre, com uma complexidade volumétrica com influências do finlandês Alvar Aalto (1898-1976), arquiteto que admirava (CAMARGO, 2000, p.21).

As celas estão sendo utilizadas para depósitos, e as salas para os magistrados e jurados estão vazias. Do edifício original são utilizados somente os cartórios, sendo que algumas salas estão subdivididas, e o júri.

As paredes externas de concreto do salão do júri foram rebocadas com “chapisco grosso” e pintadas de branco.

O entorno do edifício, a praça, possui atualmente muitas árvores de porte alto, prejudicando a visibilidade do jogo de volumes e lajes explorados pelo arquiteto como recursos para qualificar a composição arquitetônica.

O gradil de proteção colocado no seu acesso principal obstrui a permeabilidade dos espaços franqueados, desfigurando a proposta inicial do projeto.

Como edifício da justiça atende a quase todas as divisões programáticas necessárias para o seu funcionamento, separando os acessos e locais de maior e menor privacidade. Ressalva-se, porém, que, para acesso ao salão do júri, existe somente uma única entrada para defesa e acusação, comprometendo a segurança entre as partes.

Figura 93: Imagem da época de sua construção, onde se viam o conjunto do edifício e o jogo de volumes. (CAMARGO, 2000, p. 59)

Figura 94: Entrada principal, onde se articulam os níveis e acessos entre os blocos. Observa-se o gradil interferindo na sua permeabilidade. (CORDIDO, 2006)

Figuras 95 e 96: Fachada onde se destacam os “delgados” pilares de sustentação e cobertura do salão do júri. (CORDIDO, 2006); Fachada onde se observa o conjunto, movimento dos volumes e inclinação das lajes. (CORDIDO, 2006)

Figura 97: Articulação dos níveis e jardim interno. (CORDIDO, 2006)

Figura 98: Acesso à cozinha, nível inferior. (CORDIDO, 2006)

Figura 99: Escada independente de acesso público ao júri, aos fundos, aos cartórios. (CORDIDO, 2006)

Figuras 100 e 101: Varanda de entrada para o público, ao salão do júri, com campo visual voltado para a praça. (CORDIDO, 2006)

Figura 102: Salão do júri sobre os cartórios. (CORDIDO, 2006)

Figuras 103 e 104: Cobertura do salão do júri onde se vê o recuo para iluminação zenital. (CORDIDO, 2006); Iluminação zenital com janelas em persiana, vista interna do júri. (CORDIDO, 2006)

Figuras 105, 106 e 107: Afastamentos (vãos) e aberturas para ventilação na parede do júri. (CORDIDO, 2006); Local para jurados, em desnível. Ao fundo, paredes em tijolos aparentes com jogo de ventilação. (CORDIDO, 2006)

Figuras 108 e 109: Detalhe da estrutura independente destacada da parede interna enfatizando a liberdade estrutural e interferindo no campo focal da audiência. (CORDIDO, 2006); Salão do júri sob o jogo das lajes e aberturas zenitais. (CORDIDO, 2006)

Figuras 110 e 111: Destaque da composição da laje do júri com recuos para iluminação zenital. (CORDIDO, 2006); Projeção da laje de cobertura sob a varanda de acesso ao júri. (CORDIDO, 2006)

Figuras 112 e 113: Bloco onde se acomodavam as salas para juiz, promotoria e advogados com acesso para o júri. Ao fundo, o novo prédio anexo. (CORDIDO, 2006); Projeção em balcão para ventilação da sala dos magistrados. (CORDIDO, 2006)

Figuras 114 e 115: Fachada posterior das antigas salas para magistrado. Ao fundo a construção anexa. À frente nota-se o símbolo do Plano de Ação (CORDIDO, 2006); Encontro das lajes de cobertura da sala do juiz (hoje depósito). (CORDIDO, 2006)

Figuras 116 e 117: Fachada lateral, júri e cartórios. Ao fundo, o anexo novo. (CORDIDO, 2006); Rasgos para iluminação na parede do júri e prédio anexo. (CORDIDO, 2006)

Figuras 118 e 119: Destaque da estrutura independente em frente à praça, onde seu deslocamento permite a visibilidade. (CORDIDO, 2006); Projeção das salas secretas e recuo do piso inferior para iluminação do depósito atrás dos cartórios. (CORDIDO, 2006)

Figuras 120 e 121: Símbolo do Plano de Ação na fachada do edifício. (CORDIDO, 2006); Pórtico de entrada (a pintura do nome também é recente) e projeção do gabinete do juiz. (CORDIDO, 2006)

FÓRUM DE AVARÉ

<p>MUNICÍPIO: AVARÉ Região sudoeste do Estado – Mesorregião de Bauru.</p> <p>POPULAÇÃO: 1960: 36.192 hab. 2003: 81.428 hab.</p>
<p>LOCALIZAÇÃO NO MUNICÍPIO: Praça Rubião Júnior</p> <p>DATA: 12/02/1962</p> <p>AUTOR(ES): Paulo A. Mendes da Rocha João Eduardo de Genaro</p>
<p>OCUPAÇÃO (x) JUSTIÇA () OUTROS PRESERVADO () MUITO (x) RAZOÁVEL () POUCO</p>	<p>MODIFICADO (x) SIM () NÃO ANEXOS () SIM (x) NÃO</p>

PLANTAS

MEZANINO

PLANTA PAVIMENTO SUPERIOR

PLANTA NÍVEL DA PRAÇA

CORTES

PERFIS

ESPECIFICAÇÕES:

O edifício acomoda-se em diferentes níveis e blocos rebatidos, alojando funções distintas com restrições de acesso. Configura-se em um único corpo de concreto armado com paredes de “carga” recebendo as lajes, com aberturas de vãos e balanços para iluminação zenital. Sua conformação espacial remete a uma “praça coberta”, solução também adotada por Fábio Penteado, como já visto. Trata-se, na verdade, de um grande pátio coberto, integrado com um agradável espaço aberto e fluído, espaços franqueados, onde é possível uma apropriação pública dos espaços administrados de acesso restrito.

Segundo os arquitetos, o “abrigo natural” gerado pela elevação e projeção do edifício, partido conceitual da obra, seria para que a população, por vezes famílias inteiras, vinda de lugares distantes, encontrasse um lugar confortável e de sombra apropriado para espera, podendo aguardar e passar muitas horas.

Os arquitetos explicam sua solução no entendimento de que “para a região, muito quente, o espaço, assim organizado, cria um clima interno bastante adequado, com luz natural controlada e atmosfera de sombra desejada.” (ROCHA, 1996, p. 26).

No nível da praça, com acesso direto para o público em geral, está o Salão do Júri. Essa liberdade de acesso facilitaria e estenderia o pressuposto inicial de utilizá-lo para atividades diversas, além das específicas da justiça.

O salão do júri também contempla, além da entrada independente, que elimina a necessidade de transitar pelo corpo principal do edifício, entrada privativa para o réu, circulação e entrada distinta para magistrados, como o local reservado para aguardo e reunião dos jurados (sala secreta), garantindo a operacionalidade desse serviço da justiça e preservando os seus participantes. O Júri também traz uma inovação nos seus equipamentos; para assento do público foram executados bancos de alvenaria, conferindo um aspecto de despojamento e quebra da sobriedade excessiva. Porém, sua laje de cobertura possui um aprimorado jogo de inclinação e aberturas para iluminação zenital focada no seu tablado, colaborando para a formação de um espaço cênico, onde se desloca o eixo da lógica de seus participantes, introduzindo-os numa ambientação reflexiva e introspectiva.

No pavimento superior, dividem-se duas grandes galerias (abertas e rebatidas na caixa), que também possuem circulações e entradas distintas. Em um dos blocos com acesso público mais restrito, estão: o gabinete do juiz, promotoria, advogados e audiência; no rebatido, com maior movimentação do público, localizam-se os cartórios e, ainda acima deles, os mezaninos para arquivos.

As vedações das paredes externas são de “panos de vidro”, corroborando também para a permeabilidade visual do edifício. Elas também são recuadas sob a laje de cobertura, ladeadas por brises verticais na sua fachada frontal e aos fundos. Um pergolado completa a proteção climática dos ambientes.

O edifício rompe com os padrões recursivos adotados para esta tipologia, inclusive na sua representação e hierarquia. Entretanto, pelo complexo jogo de blocos, vãos, desníveis, aberturas com iluminações zenitais nas lajes, o edifício têm qualidades arquitetônicas que, no seu conjunto, podem remeter a aspectos de monumentalidade.

Os níveis para sua acomodação seguem a mesma configuração do terreno que ocupa, suavizando a relação do espaço construído com seu território. Existe uma grande permeabilidade entre o seu interior e exterior.

Trata-se de uma construção que explora a economia de meios, tão cara ao modernismo da “escola paulista”, no sentido do uso dos materiais, predominando o concreto bruto aparente, da precisão das soluções espaciais e dos dispositivos (como o brise).¹⁴⁰

CONDIÇÃO ATUAL: O edifício sofreu uma série de modificações. A mais proeminente e evidente oposição ao fundamental princípio adotado pelos arquitetos foi o fechamento da “praça coberta” por grades de segurança.

Novos ambientes foram criados usando espaços sob a laje ao nível da praça e do Júri, na entrada principal, modificando sua ligação com o exterior, a fluidez, bem como os acessos do edifício.

Nos ambientes internos, os cartórios foram subdivididos, deixando os espaços de trabalho diminuídos, comprimidos e com pouca circulação de ar. As escadas para os mezaninos, que ficam sobre os mesmos cartórios, destinados para arquivos, não são mais do tipo “helicoidal”, seu modelo original. Foram substituídas por outras precárias (íngreme, reta com altos espelhos, ocupando mais espaço interno) e, por serem vazadas, foram recobertas com placas de madeira improvisadas.¹⁴¹

A sala de audiência também foi dividida por ocasião da criação de mais uma vara, para atender as novas demandas da justiça.

¹⁴⁰ A “economia de meios” representa o número reduzido de elementos utilizados para obtenção do máximo efeito no seu conjunto espacial e construção formal do objeto arquitetônico. Um dos rebatimentos dessa formulação aparece na “poética da economia” com Sérgio Ferro e Rodrigo Lefrève que tem como proposta básica: o mínimo útil, o mínimo didático e o mínimo construtivo que equacionam as etapas de produção e serviços executados. Ver: BUZZAR, Miguel, *Rodrigo Brotero Lefrève e a idéia de vanguarda*, Tese de mestrado, São Paulo: FAU-USP, mimeo., 2001, p. 41.

¹⁴¹ Para que “as funcionárias pudessem utilizá-las trajando saias e vestidos sem constrangimentos”, segundo funcionários presentes na ocasião da visita. Esta mudança está registrada no levantamento iconográfico.

Ainda em um nível abaixo da entrada principal, acompanhando o declive da praça, foram construídos novos espaços para acomodar o setor administrativo e mais cartórios, embaraçando a assimilação do espaço construído.

A iluminação original, perfurações elípticas na laje de cobertura para colocação de lâmpadas, que garantiria o apuro no acabamento dos espaços internos, não foi utilizada. Foram instaladas luminárias com lâmpadas fluorescentes, provocando um efeito desagradável nos ambientes com improvisação e desarmonia, essas que, inversamente das originais, tinham suas fiações embutidas na laje, ficaram com o cabeamento exposto, resultando em um acabamento precário e sem unidade.

Foram colocadas grades de proteção em todas as janelas e aberturas, vedando ventilações cruzadas e comprometendo o conforto térmico dos ambientes, os quais ficaram abafados e quentes.

Segundo informação local, em ocasião da visita técnica, o arquiteto Paulo Mendes da Rocha foi contatado para elaborar um novo projeto para acomodar as novas necessidades e ampliação dos serviços da justiça. Foi planejado um novo prédio anexo, com quatro andares, ocupando um terreno que faz divisa com os fundos da praça, área desapropriada pela prefeitura, ligando-se ao prédio atual por meio de uma passarela. Entretanto, sua execução está sem previsão.

IMAGENS:

Figura 122: Fachada principal (CORDIDO, 2006).

Figura 123: Lateral: a variação dos níveis da praça e acesso ao júri (CORDIDO, 2006).

Figura 124: Fachada posterior: pergolado e novo fechamento para acomodar os cartórios e serviços administrativos, interrompendo a continuidade da "praça coberta" (CORDIDO, 2006).

Figura 125: Fachada lateral: a alteração do perfil original da estrutura. Construção de novas salas: obstrução da "passagem sob o edifício", sua permeabilidade (CORDIDO, 2006).

Figuras 126 e 127: Lateral e praça fechadas por grades de segurança (CORDIDO, 2006); Espaço reformado para abrigar protocolo, defronte ao júri (CORDIDO, 2006).

Figuras 128 e 129: Entrada para os cartórios (CORDIDO, 2006); Comunicação entre os blocos, entrada para o júri e cartórios (CORDIDO, 2006).

Figuras 130 e 131: Salão do Júri (CORDIDO, 2006); Salão do júri: ao fundo, escada de acesso exclusivo dos magistrados (CORDIDO, 2006).

Figuras 132 e 133: Escada tipo "helicoidal": acesso ao júri para os magistrados (CORDIDO, 2006); Detalhe da iluminação zenital do salão do júri (CORDIDO, 2006).

Figuras 134, 135 e 136: Sala secreta (CORDIDO, 2006); Sala secreta: detalhe das janelas pivotantes no recuo da viga invertida (CORDIDO, 2006); Cella (CORDIDO, 2006).

Figuras 137 e 138: Circulação em frente aos cartórios e atrás do júri (CORDIDO, 2006); Cartório (CORDIDO, 2006).

Figuras 139, 140 e 141: Mezanino: anteriormente destinado para arquivos (CORDIDO, 2006); 140: Detalhe da perfuração elíptica na laje de cobertura: para colocação de lâmpadas (CORDIDO, 2006); Janelas basculantes do cartório e passagem improvisada entre eles (CORDIDO, 2006).

Figura 142 e 143: Acesso (rebatido) para os cartórios em desuso (CORDIDO, 2006); A praça sob a ligação dos blocos (CORDIDO, 2006).

Figuras 144, 145 e 146: Detalhe da laje de cobertura com abertura zenitais localizada na interligação dos blocos (CORDIDO, 2006); Relação de fluidez entre o edifício e a praça interrompida pelos novos acréscimos (CORDIDO, 2006).

Figuras 147 e 148: Circulação interna do bloco onde se acomodam promotoria, juiz e audiência. A iluminação zenital é para o júri (CORDIDO, 2006); Circulação entre as galerias superiores vista da praça; acréscimo para administrativo (CORDIDO, 2006).

TÉRREO

SUPERIOR

ESPECIFICAÇÕES: O edifício de elementos pré-moldados em concreto possui simplicidade formal, remetendo-o a uma arquitetura funcional, propriedade intrínseca de seu sistema construtivo.¹⁴² Configura-se em um único corpo de contorno retangular. Ele organiza-se, internamente, em torno de um pátio central, por onde se distribui as funções.

A fachada tem uma composição tripartida, duas alvenarias cegas, com placas de arenito aparelhadas na tonalidade amarela e elementos vazados de concreto e uma com pele de vidro (entrada) ao centro. Lembrando certa organização tradicional, na qual a exposição dos pilares alinhados em sua fachada sugere no conjunto da obra uma analogia com as pilastras greco-romanas, além de indicar as novas tendências dos materiais.

A estrutura aparente, destacando apoios e travamentos, marca a volumetria horizontal e revela também o assentamento da base, onde se solta do solo com vigas aparentes e nivelamento pela laje do piso.

O pavimento térreo foi destinado para um grande *hall* aberto, um átrio de distribuição de acessos, com pé-direito duplo, ladeado pelos cartórios, arquivos e ambientes de maior fluxo público, além da cela.

O pavimento superior abriga gabinete dos juízes e promotores, salas de audiência, comissário de menores, advogados, oficiais de justiça e salão do júri, locais de uso mais restritos da justiça.

Essa divisão não renova a distribuição hierárquica deste equipamento, porém atende a sua funcionalidade, partido conceitual desta obra.¹⁴³

As dependências do júri, copa, sala para testemunhas e secreta com acesso distinto do público ao salão (o público entra por uma porta de folha dupla no *hall* do pavimento superior), estão dentro do corpo principal do edifício, não possibilitando o seu múltiplo uso. Atende às necessidades específicas da justiça, ao contemplar no júri acessos diferenciados para o público em geral e

¹⁴² A pesquisa não concluiu sobre quais elementos eram de fato pré-moldados, se existia uma fábrica deles ou se era uma experiência de laboratório, em que as peças eram fabricadas no próprio local, portanto, sem cumprir a proposta de barateamento da obra a partir de uma pré-fabricação de seus elementos construtivos.

¹⁴³ Bratke, segundo Segawa, tinha na sua formação uma aproximação intensa com as novas possibilidades construtivas que se revelavam através da introdução de novas técnicas e novos materiais. Esse campo experimental levou o arquiteto a ser permanentemente procurado por indústrias da área da construção civil para avaliar seus novos produtos oferecidos ao mercado. Era profundamente aberto a novas experiências: “Em sua vida profissional, Bratke acompanhou a introdução e o desenvolvimento das novas técnicas e dos novos materiais de construção no país.” (SEGAWA, 1997, p. 31). Entretanto, longe de limitá-lo a um profissional de mercado sua atuação no campo social, distante de uma amplitude “revolucionária”, é profundamente experimentada com os projetos urbanísticos para a Vila Serra do Navio e Vila Amazonas, ambas contratadas em 1955 e projeto finalizado em 1960. O Fórum de Amparo reflete esse modo de produção recorrente pelo arquiteto, onde seu resultado formal se compõe com os demais edifícios residenciais produzidos por ele no período. Aliás, isto é uma formulação moderna que se repete também em outros edifícios forenses por seus autores, mas, no caso de Bratke, fica mais evidente por sua adesão ao sistema de pré-fabricação, no qual a semelhança é intrínseca a esse sistema construtivo.

para os demais participantes das atuações jurídicas, réus, magistrados e testemunhas.

A comunicação e relação entre o interior e exterior do edifício acontece através de seu amplo *hall* de entrada, que, na sua concepção original, era vazado. A apropriação pública dos espaços administrados ocorre com aparente introspecção, na medida em que o átrio se interpõe na entrada do edifício como um leve obstáculo.

Sua acomodação em um terreno plano, em uma região alta do município de Amparo, confere a ele certo aspecto monumental, corroborado ainda, no seu conjunto, à sua volumetria, que lhe proporciona também um destaque pela sua singularidade no ambiente urbano no qual está inserido.

Está localizado ao lado da antiga Cadeia e Fórum, defronte a uma praça que contém um mirante para a cidade, cuja predominância é das construções com arquitetura eclética de pequena volumetria.

CONDIÇÃO ATUAL: O edifício está em bom estado de conservação, porém sofreu algumas intervenções para acomodar ampliações, ajustando-o às novas necessidades da justiça, prejudicando o seu conforto térmico, além de outras qualidades arquitetônicas do projeto.

Na entrada, para atender novas exigências técnicas, mediante força da lei, foi introduzida uma rampa de acesso para deficientes físicos. Elaborada de forma precária, intervém de forma desarmonica com sua fachada.

Na laje de cobertura foram colocadas telhas de fibrocimento para conter infiltrações e vazamentos, interferindo no seu volume e compondo de forma não intencional um “sugestivo frontão” na sua fachada.

O grande átrio de entrada e de distribuição de acessos foi fechado com vidros, isolando os ambientes e deixando-os sem ventilação cruzada, o que prejudica seu conforto térmico e torna estes espaços abafados e quentes. Além disso, sob o mezanino do segundo andar, no átrio de distribuição com pé-direito duplo, foram colocadas divisórias para criar novos espaços para uso de cartórios e setor administrativo. Estas intervenções modificam, também, o significado deste espaço, na medida em que deixa de coexistir como espaço franqueado.

A cela está com uso alterado, sendo utilizada precariamente como um pequeno posto bancário.

O pavimento superior, entretanto, ainda funciona sem mudanças físicas; foram ajustados apenas alguns de seus usos, a fim de adequar as novas funções que substituíram outras no antigo programa de necessidades do judiciário.

IMAGENS:

Figura 149: Fachada principal: a rampa para deficientes e fechamento do *hall* de entrada com vidros (CORDIDO, 2006).

Figura 150: Fachada: a composição volumétrica horizontal acentuada pelos elementos construtivos e de vedação (CORDIDO, 2006).

Figura 151: Imagem da época de sua inauguração: o hall de entrada sem a atual vedação (Imagem de um folheto comemorativo do município, cedida por um funcionário do Fórum).

Figuras 152 e 153: Vedações alternando placas de arenito aparelhadas na tonalidade amarela, com elementos vazados de concreto (CORDIDO, 2006); Fundação aparente, nivelando a base do edifício (CORDIDO, 2006).

Figuras 154 e 155: Salas acrescidas para novos cartórios com divisórias (CORDIDO, 2006); Detalhes internos originais, das janelas de persiana, arrematadas com vidro aramado, protegidas pelos brises de concreto (CORDIDO, 2006).

Figura 156: Hall do pavimento superior, acesso para gabinetes, audiência e júri (CORDIDO, 2006).

Figura 157: Salão do júri: ao lado do tablado, as entradas independentes para magistrados, réu, testemunhas e jurados. A lateral em panos de vidro: proteção por elementos vazados de concreto (CORDIDO, 2006).

Figuras 158 e 159: Salão do júri: parede revestida em cerejeira e piso de tacos (CORDIDO, 2006); Porta divisória original das salas de audiência: uma adoção tradicionalista nos ambientes (CORDIDO, 2006).

Figuras 160 e 161: Hall de entrada: ao fundo, sob o mezanino, as divisórias para acomodar novas salas (CORDIDO, 2006); Antigo Fórum e Cadeia ao lado do novo Fórum de Justiça (CORDIDO, 2006).

FÓRUM DE ARARAS

<p>MUNICÍPIO: ARARAS O Município de Araras Noroeste do Estado.</p> <p>POPULAÇÃO: 1960: 38.875 hab. 2003: 109.046 hab.</p>
<p>LOCALIZAÇÃO NO MUNICÍPIO: Av. Zurita 181, Jd. Belvedere.</p> <p>DATA: 10/10/1959</p> <p>AUTOR(ES): Fábio M. Penteadó</p>
<p>OCUPAÇÃO () JUSTIÇA (x) OUTROS PRESERVADO () MUITO (x) RAZOÁVEL () POUCO</p>	<p>MODIFICADO (x) SIM () NÃO ANEXOS () SIM (x) NÃO</p>

PLANTAS

PERSPECTIVA

TÉRREO

SUPERIOR

ESPECIFICAÇÕES: O Fórum configura-se em blocos distintos, abrigado sob uma grande laje de concreto, que possui aberturas zenitais, apoiada em quatro pilares principais, cujos aspectos formais remetem a uma balança, símbolo da justiça.¹⁴⁴

Sob o vão livre, acomodam-se as funções independentes da estrutura e em blocos recuados e distintos, articulados por um pátio coberto de dimensão generosa, uma “praça coberta”, onde os espaços são franqueados e fluídos.

O torreão que abriga a caixa de escada destaca-se na totalidade da obra, rompendo a horizontalidade do seu conjunto.

Os fechamentos dos blocos são em concreto e panos de vidro, alternando a comunicação e fluidez entre o interior e exterior do edifício.

Segundo o arquiteto Fábio Penteado, o fórum foi concebido para desvendar o seu funcionamento, adequar o ambiente às condições do usuário e romper a fórmula tradicionalmente adotada pelos edifícios da justiça que imitavam as construções greco-romanas: “foi contra essa materialização de força impessoal que a justiça fazia questão de ostentar [...]”.¹⁴⁵ Nesse sentido, conjuntamente com o fórum de Avaré, de pressupostos bastante semelhantes, também é um dos mais emblemáticos desta tipologia. A quebra de hierarquia proposta inverte o topo da pirâmide, para o cidadão comum ele se destina, condição ratificada por seu autor.

Para a ruptura desse paradigma, Fábio optou por um edifício sem porta nem saguão, extinguindo o solene e austero “Passos Perdidos”, átrio que antecede o Júri. Recuando os blocos sob a laje, conformou-se uma grande “praça coberta”, onde as pessoas poderiam se socializar, permitindo uma apropriação pública dos espaços administrados.

No piso inferior, acomodaram-se os serviços de acesso público menos restrito, tais como cartórios, setor administrativo, além do Salão do Júri, o qual possui entrada independente, para que pudesse ser utilizado pela população local em diversas atividades, além das exclusivas da justiça.

¹⁴⁴ Esta referência simbólica identificada pelo trabalho não foi confirmada pelo seu autor em entrevista. Penteado reconhece essa intenção apenas no painel de azulejos de Gruber, que provavelmente não tenha sido executada; em fotos anteriores à visita ela também não estava.

¹⁴⁵ In: PENTEADO, Fábio, *Fábio Penteado: ensaio de arquitetura / Fábio Penteado*. São Paulo: Empresa das Artes, 1998. p. 56. Segundo o arquiteto em recente entrevista, este fórum foi elaborado priorizando o tratamento aos seus usuários que, na grande maioria, não utilizavam os serviços específicos da justiça, que na época, além dos atuais cartórios, também comportava no seu programa básico registro de imóveis e juizados de menores. Conforme já visto, para a compreensão do funcionamento deste equipamento da Justiça, Penteado utilizou uma investigação “jornalística”, fruto de sua experiência na área. Para ele, era fundamental romper o “medo ancestral” que estes edifícios impunham ao cidadão comum, o qual muitas vezes para lá se dirigia, a fim de utilizar as funções cartoriais. Romper o “princípio de autoridade” com espaços franqueados e agradáveis era a fórmula proposta pelo arquiteto para que o cidadão comum identificasse como possível o seu amparo pela justiça.

O salão do júri, extraído do corpo principal do edifício, privilegiando o seu múltiplo uso para serviços da justiça, possui, porém, somente único acesso, por onde entram indistintamente o réu, júri, testemunhas, acusação e defesa, além do juiz, comprometendo a proteção e privacidade entre as partes, acusação e defesa. Não contempla, também, cela para aguardo do réu.

Uma das paredes externas do Salão do Júri, defronte ao pátio coberto, deveria receber um painel de azulejos de autoria de Mário Gruber, adotando uma solução plástica e conformidade com a idéia de síntese das artes.

No pavimento superior foram alocados os serviços mais reservados da justiça, como a sala dos advogados, promotoria e juiz.

Mesmo com o objetivo de romper com as ostentações utilizadas pela justiça nos seus edifícios, este Fórum ainda utiliza representações e ornamentações que solenizam tais equipamentos, visíveis pela analogia de seus pilares, uso de cascata ornamental e espelho d'água em sua entrada e painel de azulejos com desenho de uma balança estilizada que, no seu conjunto de recepção formal, enfatiza-os.

Embora a praça coberta proporcione o alargamento espacial e a fruição de sua espacialidade, constituindo uma inovação no conceito e uso desta tipologia ao atender a condição de preservar a “privacidade e segurança” de seus espaços internos, seu agenciamento espacial segue o modelo convencional: usos mais públicos no térreo; mais restritos no andar superior.

O equipamento mais “proeminente” do fórum, o júri, priva suas questões de segurança, que são considerados imprescindíveis ao funcionamento das sessões públicas para a justiça, embora apresente uma condição inovadora, ao ser retirado do corpo principal do edifício, ao admitir outras formas de uso. Assim, a funcionalidade por vezes cede lugar à inovação e, no caso do júri, a funcionalidade da segurança é subtraída em nome de uma publicidade a ser conquistada, o que na crítica tornou-a questionável, pois as mudanças sociais, talvez pensadas de modo esquemático, não encontram uma correspondência na poética social do projeto.

Implantado no centro de uma praça, em local de destaque no sítio urbano, o edifício ostenta aspectos de singularidade que o tornam proeminente, relacionando-se com seu entorno como um marco.

CONDIÇÃO ATUAL: O edifício é usado atualmente para acomodar a Câmara Municipal de Araras. Com uso modificado, seu agenciamento espacial perdeu seus significados. Está razoavelmente conservado, embora possua alterações em alguns ambientes, distribuídos com divisórias e alvenarias.

Ainda como Fórum, foi improvisada uma cela para o réu em local destinado para copa no pavimento térreo, atrás do salão do júri.

O pátio coberto foi circundado por gradis e seu uso atual é para estacionamento de veículos, perdendo todo seu sentido original de espaço de convivência.¹⁴⁶

Há bastantes infiltrações na laje de cobertura, sendo previsto um novo tratamento para sua impermeabilização.

O concreto aparente foi rebocado com chapisco grosso e pintado na cor creme. O painel de azulejos na parede do salão do júri não existe, segundo informação do presidente da Câmara, vereador Irineu Norival Maretto, em ocasião da visita técnica: relata que já não existia quando o prédio foi ocupado pela Câmara, supondo-se que não tenha sido executado.

No andar superior, parte da circulação que era aberta, como uma varanda, voltada ao pátio coberto, foi fechada em alvenaria, o que prejudicou o conforto térmico e ventilação cruzada dos ambientes, tornando-os abafados, além de perder também o seu significado de contemplação e comunicação entre os domínios.

Os ornamentos, cascata e espelho d'água, estão desativados e deteriorados.

Além do desgaste natural do edifício, sua concepção e pressupostos originais foram alterados não só pelo novo uso, mas pelo conjunto das intervenções que sofreu.

IMAGENS:

Figura 162: O edifício antes da colocação dos gradis e modificações, mas já funcionando como Câmara Municipal. Observa-se o perfil de sua estrutura sugerindo uma balança, símbolo da justiça. (Imagem In PENTEADO, 1998)

¹⁴⁶ Há relatos em jornal do município “Opinião Jornal”, de 27.12.1984, ter sido palco de um linchamento público, quando os réus eram conduzidos ao júri, cogitando o seu fechamento, quando ainda funcionava como fórum, embora isso só ocorresse efetivamente com seu novo uso.

Figura 163: Fachada atual, com a colocação de gradis (CORDIDO, 2006).

Figuras 164 e 165: Fundos do edifício e uso de ar condicionado: tentativas de compensar as intervenções que modificaram a sua ventilação natural (CORDIDO, 2006); Lateral: recuo do edifício sob a laje, conformando o pátio coberto (CORDIDO, 2006).

Figuras 166 e 167: Lateral do edifício: sua implantação em relação à praça (CORDIDO, 2006); Espelho d'água e cascata: desativados (CORDIDO, 2006).

Figuras 168, 169 e 170: Pátio Coberto; ao fundo, o corpo do edifício e torreão de escada (CORDIDO, 2006); Torreão de escada e circulação superior: fechada por vidros (CORDIDO, 2006); Escada em caracol (CORDIDO, 2006).

Figuras 171 e 172: Abertura sobre o torreão de escada: espessura da laje de cobertura (CORDIDO, 2006); Iluminação zenital (clarabóia) do torreão de escada (CORDIDO, 2006).

Figura 173: Sheds de iluminação zenital na cobertura do antigo salão do júri (CORDIDO, 2006).

Figuras 174 e 175: Salão do antigo salão do júri: atualmente para assembléias da câmara (CORDIDO, 2006).

Figuras 176, 177 e 178: Cella improvisada atrás do júri (CORDIDO, 2006); Azulejo de Mário Gruber desenvolvido para painel (PENTEADO, 1998)

Figura 179: Perspectiva do pátio coberto: o torreão de escada, painel de azulejo na parede do júri e espelho d'água com cascata (PENTEADO, 1998.)

FÓRUM DR. ALFREDO DE CARVALHO PINTO - SOCORRO

<p>MUNICÍPIO: SOCORRO Mesorregião de Campinas, 135 km da capital.</p> <p>POPULAÇÃO: 1960: 20.959 hab. 2003: 33.336 hab.</p>
<p>LOCALIZAÇÃO NO MUNICÍPIO: Praça 9 de Julho</p> <p>DATA(S): Projeto – 15/10/1961 Obra – 27/06/1965</p> <p>AUTOR (ES): David Libeskind</p>
<p>OCUPAÇÃO (x) JUSTIÇA () OUTROS PRESERVADO () MUITO (x) RAZOÁVEL () POUCO</p>	<p>MODIFICADO () SIM (x) NÃO ANEXOS () SIM (x) NÃO</p>

PLANTAS **TÉRREO** **SUPERIOR**

SUBSOLO

CORTES

TÉRREO

SUPERIOR

FACHADAS

SOCORRO

ESPECIFICAÇÕES: O edifício conforma-se em um bloco horizontal elevado. Um corpo único, dividido em quatro blocos contrapostos por seis pares de pilares, interligados por vigas que sustentam o edifício. Essas são revestidas em mármore branco, enfatizando a sua estrutura independente, evidência também presente no recuo da caixa e no ritmo da repetição de seus apoios verticais. O destaque da matriz geométrica através da exposição e acabamentos utilizados nos elementos construtivos que organizam o projeto constitui o princípio fundamental desta obra, na qual os esquemas do racionalismo moderno são utilizados em favor de uma maior expressividade plástica e de um caráter mais solene, conferindo-lhe um aspecto imponente.¹⁴⁷

¹⁴⁷ O arquiteto paranaense David Libeskind (1928), graduado na Universidade Federal de Minas Gerais em 1952, vem a São Paulo em 1953 com recomendações de Sylvio Vasconcelos, com quem estagiou e é apresentado ao “clubinho” – Instituto dos Arquitetos do Brasil por Luis Saia. O IAB era o “ponto de encontro privilegiado aos profissionais da época em São Paulo”. Através desse contato, as novas formulações arquitetônicas são absorvidas, marcando sua incursão pela arquitetura moderna. No Fórum de Amparo, Libeskind busca caracterizar aspecto de imponência e solidez explorado por sua plasticidade e localização. Não há a intenção pelo arquiteto de propor uma reformulação para este equipamento, apenas explorar as novas possibilidades construtivas em favor da imagem projetual recorrente pelo judiciário. Isto indica a pluralidade em que esta condição é tratada, ainda que seus autores participassem do mesmo cenário cultural e possuísem uma consciência corporativista. “Uma vez por semana, nas 4ª feiras, almoçavam juntos quando aconteciam as famosas brigas entre os acadêmicos, os irrequietos e os do “meio”, como Artigas e Rino Levi. Apesar das disputas, em todos era forte a consciência de corporação”. Ver: Brasil, Luciana Tombi, *A obra de David Libeskind: ensaio sobre as residências unifamiliares*, Dissertação de Mestrado, FAU-USP, São Paulo: 2004.

Está acima do nível da praça em que foi implantado, sobre uma plataforma elevada revestida em pedra. No pavimento térreo, estão alocados os serviços de maior acesso ao público, os cartórios, protocolo e distribuidor, além de entrada distinta para o réu.

No pavimento superior, estão os serviços mais restritos do judiciário e o Salão do Júri. Para dividir a ala em que estão locados os gabinetes dos promotores e juízes do saguão de acesso ao júri, foi colocada uma porta, garantindo privacidade e segurança aos magistrados.

A vedação das paredes em panos de vidro promove a integração visual entre o interior e o exterior do edifício.

O júri que se encontra no corpo principal do edifício é dotado de sala secreta e cela para o réu com localizações distintas, possuindo, porém, entrada privativa somente para o réu. O público e os participantes dos atos jurídicos (juízes, promotores, testemunhas e jurados) utilizam o mesmo acesso. Sua localização, no segundo pavimento, não permite o uso para outros fins além dos específicos da justiça.

O subsolo é reservado para arquivos, apoiados no terreno, para não sobrecarregar a estrutura.

A distribuição deste edifício interno não promove uma ruptura nas concepções tradicionais destes equipamentos.

No Fórum, o uso de seus materiais e organização construtiva adotada, onde a relação estrutura/vedação é explorada de forma destacada, contribuem para sua hierarquia e monumentalidade, evidentes na sua implantação e nos materiais de revestimentos, tais como o mármore branco dos seus pilares. Mesmo presentes, nestas condições apontadas não existem recorrências explícitas aos modelos acadêmicos ou greco-romanos na sua elaboração, mas a recepção de seu conjunto indica uma adesão aos modelos adotados para esta tipologia, onde sua imagem projetual traduz “imponência e solidez”.

Não há a intenção, como visto em Avaré e Araras, de inverter o topo da hierarquia adotada pelo judiciário; assim, o cidadão comum ante este edifício mantém a recepção “vetusta” deste equipamento, apontada pela percepção de Penteado, com algumas diluições amenizadas pela transparência de sua vedação em “pano de vidro”, o qual promove a interação entre o interior e exterior do edifício com uma agradável praça ajardinada.

Em relação ao seu entorno, é gerador de um impacto urbano, firmando-se como um marco referencial. Está na borda de uma praça, onde no seu limite promove um confronto de escalas entre as construções existentes que são, na sua maioria, ecléticas de baixa volumetria.

A praça em que está locado fica defronte a antiga Cadeia e Fórum do município, possibilitando um processo comparativo entre os diferentes momentos da arquitetura forense.

CONDIÇÃO ATUAL: Encontrando-se em bom estado de conservação, o edifício sofreu poucas intervenções, apenas adequações internas aos novos usos e da justiça, quase sem modificações de espaços. Os ambientes, no geral, estão preservados, não sendo subdivididos, sofrendo apenas alterações do próprio programa do judiciário, como, por exemplo, os cartórios de imóveis, que se tornaram cartórios civis.

São evidentes, porém, alguns desgastes do edifício relacionados à sua manutenção, tais como espelhos d'água quebrados, alguns pontos de infiltrações, descolamento das pastilhas de revestimento, ausência de luminárias e desgaste dos pisos.

Segundo informações locais, com o departamento de administração, quando da visita técnica, o edifício está no limite da sua capacidade de uso, necessitando de outro local para atender a expansão dos serviços judiciários na região.

Outro aspecto, apontado como atual inadequação do edifício, foi a falta de segurança gerada pelo fechamento das paredes em panos de vidros, que, embora contenham a beleza da visibilidade e integração entre o interior e o exterior do edifício, expõe os ambientes, criando dificuldades para permanecer com o uso jurídico, em função dos constantes ataques criminosos que estão sujeitos. Os gabinetes dos juízes, por exemplo, ficam bastante expostos, ainda que internamente tenham seu acesso restrito.

Portanto, a necessidade de ampliações e reformas prementes, como as solicitadas em razão da segurança, pode comprometer a integridade e a qualidade arquitetônicas do edifício se forem efetuadas improvisações para acomodar novas funções e para solucionar os problemas apontados.

IMAGENS:

Figura 180: Fachada principal (CORDIDO 2006).

Figuras 181, 182 e 183: *Hall* de entrada, distribuindo circulação e acessos; Entrada do edifício, onde a elevação do acesso ao átrio de distribuição de acessos retorna ao nível anterior através de outra escada. Possui pé-direito duplo, o que acentua sua imponência. As portas de enrolar de ferro são originais do projeto (CORDIDO 2006).

Figuras 184, 185 e 186: Cartório com parede revestida de pastilhas e piso em granito. Gabinetes com janelas de persiana e piso tabuado; *Hall* do pavimento superior com acesso para júri, audiência e gabinetes (CORDIDO 2006).

Figura 187: Salão do júri com mobiliário convencional (CORDIDO 2006).

Figuras 188 e 189: Cella; Sala secreta (CORDIDO 2006).

Figuras 190, 191, 192 e 193: Detalhe do pilar de mármore e plataforma em pedras com juntas secas e ventilação para subsolo: lugar dos arquivos; Escada de acesso do cartório para subsolo. Detalhe dos pilares: vigas de apoio e travamento em mármore e paredes em pastilhas (CORDIDO 2006).

Figuras 194, 195 e 196: Luminária do hall principal; sistema de comunicação ainda operante; janelas em persiana translúcidas, na base com vidro aramado fixo (CORDIDO 2006).

Figuras 197 e 198: Detalhe da projeção da lateral do edifício em balanço. Destaque da estrutura independente, apoiada na plataforma elevada. Esta fachada está no limite da praça, promovendo uma recepção de impacto na sua forma, na medida em que suas dimensões se sobrepõem sobre o conjunto arquitetônico de seu entorno (CORDIDO 2006).

FÓRUM DR. MORATO – PIRACICABA

<p>MUNICÍPIO: PIRACICABA Região sudeste do Estado de São Paulo.</p> <p>POPULAÇÃO: 1960: 115.403 hab. 2003: 345.210 hab.</p>
<p>LOCALIZAÇÃO NO MUNICÍPIO: Rua Alfere, nº 781</p> <p>DATA: 1964</p> <p>AUTOR (ES): Affonso Eduardo Reidy</p>
<p>OCUPAÇÃO () JUSTIÇA (x) OUTROS Secretaria da Fazenda, Procuradoria do Estado, Cartório Eleitoral, Instituto Histórico e Geográfico e Academia Municipal de Letras Municipal.</p> <p>PRESERVADO () MUITO () RAZOÁVEL (x) POUCO</p>	<p>MODIFICADO () SIM (x) NÃO</p> <p>ANEXOS () SIM (x) NÃO</p>

MAQUETE

PLANTAS

CORTE

1º PAVIMENTO

2º PAVIMENTO

PIRACICABA

ESPECIFICAÇÕES: Configura-se em uma grande “caixa cúbica”, marcada pela repetição vertical dos brises de concreto, que desempenham também função estrutural. Possibilidades plásticas exploradas pelo partido conceitual da obra na criação do “espaço da modernidade arquitetônica”, conforme explicou Conduru:

“[...] No Fórum de Piracicaba e nos pavilhões do Parque Flamengo, de 1962, predominam espaços e volumes gerados a partir de retângulos, quadrados, círculos e triângulos. Ao final, o arquiteto continua a enfatizar o sistema, portanto, na configuração geométrica, mas concentra-se em formas puras e simples”.¹⁴⁸

¹⁴⁸ Afirma Conduru, ainda que desde 1935: “Reidy explorou as potencialidades plásticas da construção em concreto armado com linguagem arquitetônica sistematizada por Le Corbusier.” (CONDURU, 2005, p. 24). Em Piracicaba, o arquiteto concentra-se em formas puras e simples, volume gerado a partir de retângulo. Ver: CONDURU, Roberto, *Razão em forma: Affonso Eduardo Reidy e o espaço arquitetônico moderno*. In Revista Risco, nº 2, 2005, p. 31. Disponível em versão eletrônica: www.eesc.usp/sap/revista_risco/. Embora o trabalho escape deste campo de análise, ele identifica que assim como Libeskind, Reidy explora as possibilidades construtivas e plásticas em favor da expressividade da obra, onde a recepção do seu conjunto volumétrico favorece a sua monumentalidade. Apesar de o arquiteto inovar em seus espaços internos, como o mezanino por onde pode se observar o júri, sua elaboração está distante de uma condição crítica para esta tipologia, como visto, por exemplo, em Promissão por Artigas e Cascaldi. Nesta condição, também se inclui a ausência da inversão hierárquica para este equipamento, embora contemple aspectos de funcionalidade desejáveis para os serviços da justiça.

Desta feita, o Fórum de Piracicaba Dr. Morato “[...] foi projetado para ser construído numa quadra que mede cerca de 30.00m por 47.00m, situada junto ao edifício da Prefeitura local”.¹⁴⁹

Seu programa foi desenvolvido para acomodar três varas (cível, criminal e de menores), tribunal do júri, sete cartórios e três tabelionatos. Para “acomodá-lo no terreno de dimensões reduzidas”, o arquiteto elaborou uma solução compacta, distribuindo o edifício em dois pavimentos (superior e térreo) e um semi-enterrado. Nestas condições, segundo o arquiteto, “terá o público acesso cômodo e fácil a todas as dependências do edifício, sem recorrer a elevadores”.¹⁵⁰

Baseado ainda na sua funcionalidade, os serviços de acesso público mais intenso foram dispostos nas extensões mais largas do edifício. Por estarem nas faces que recebem maior incidência do sol, suas janelas foram protegidas por *brises-soleil* para manter seu conforto térmico.

O átrio de entrada, localizado ao centro do edifício e solenizado por uma escada que o antecede, de pé-direito duplo, é o centro da distribuição dos acessos. O salão do júri também possui a mesma altura para o pé-direito, aproveitado para um mezanino com acesso pelo 2º andar.

As varas, compreendendo salas para juízes, promotores, testemunhas, audiências e respectivos cartórios, foram localizadas no 2º pavimento para garantir sua privacidade e segurança.

No 1º pavimento foram localizados, além das dependências do Tribunal de Júri, os serviços de maior frequência de público: os cartórios de registro de imóveis e os tabelionatos.

Embora o Júri se situe no corpo principal do edifício, o que dificulta seu uso para outros fins, ele tem uma concepção bastante distinta das tradicionais para este equipamento. De seu mezanino também pode ser observada a sessão, apresentando portas de acesso diretas aos gabinetes dos magistrados. O júri contempla, ainda, acessos privativos desejáveis para o funcionamento da justiça, para testemunhas, magistrados e réus. A sala secreta de reunião dos jurados contém um elevador tipo “monta carga” para descer refeições, pois a cozinha está acima dela, servindo também aos gabinetes dos magistrados.

Os arquivos dos cartórios e dos tabelionatos, bem como almoxarifado, celas para presos, depósitos e instalações diversas foram dispostos no pavimento semi-enterrado. As celas possuem entrada independente do edifício e acesso exclusivo para o salão do júri.

¹⁴⁹ Artigo publicado na revista *Arquitetura*, Guanabara: Editora Artenova Ltda, nº 30, dezembro, 1964.

¹⁵⁰ *Ibidem*.

A composição interna de distribuição de seus espaços não inova suas funções, mesmo a originalidade de seu juri não requalifica seu uso, apesar de atender a funcionalidade para os serviços da justiça.

Os acabamentos internos adotados possuem distinção seguindo a hierarquia das funções: os cartórios e gabinetes têm piso de madeira; enquanto o primeiro é de tacos, o segundo, taboado.

A estrutura do edifício é de concreto armado. As lâminas verticais dos brises também funcionam estruturalmente como pilares, descarregando o peso da parte superior do edifício em fortes vigas longitudinais com apoios articulados e espaçados. Os elementos de concreto não deveriam, de acordo com o projeto, ser revestidos, somente apresentar sua textura e cor natural.

As portas dos cartórios possuem janelas pivotantes em suas bandeiras e as janelas externas são basculantes ao rés do piso, acima delas até o teto, de guilhotina, e as paredes, revestidas em cerâmica.

A escada de acesso ao pavimento superior ramifica-se em dois lanços em balanço, engastadas no *hall* superior, ainda que os espelhos não sejam vazados, tendo uma leveza estrutural acentuada, com acabamento em piso de mármore.

A cobertura do edifício é do tipo *shed*, permitindo iluminação zenital em toda extensão. O formato adotado, em ondas, cria movimento e leveza aos ambientes.

No lado externo, observa-se a estrutura de apoio do grande bloco em seus vértices, de formato trapezoidal, fazendo com que o edifício “flutue”. A marcação vertical dos brises reforça o desafio arquitetônico proposto da caixa, grande volume, que não toca o solo de forma direta.

Apesar da adoção geométrica aparentemente “simples” do cubo, ele contém elaborado sistema construtivo, em cada detalhe havendo uma ousadia conceitual.

CONDIÇÃO ATUAL: O edifício é ocupado atualmente pela Secretaria da Fazenda, Procuradoria do Estado, Cartório Eleitoral, Instituto Histórico e Geográfico e Academia de Letras Municipal. Embora tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Piracicaba¹⁵¹, está bastante modificado e descharacterizado pelas diversas intervenções.

A recepção externa do volume está preservada, ainda que apresente modificações no seu material de revestimento, como pintura do concreto aparente na cor branca, colocação de grades de proteção ao redor do vão da estrutura

¹⁵¹ O edifício do antigo Fórum Dr. Morato é tombado pelo CODEPAC (Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Piracicaba), por meio do Decreto N° 10.621 de 29.1.2004.

aparente (onde se vê um acúmulo de lixo) e proteção nos vidros da fachada principal com uso de películas para diminuir a reflexão solar (insufilme).

Os ambientes internos, por ter a ocupação para múltiplos usos, sofreram bastantes adaptações. No andar térreo, no qual está a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, muitas paredes internas dos cartórios foram demolidas, como também alguns banheiros. O Júri foi desmontado e colocou-se piso cerâmico, formando uma grande sala. Ainda possui algumas paredes revestidas em madeira originais da época. As salas secretas e testemunhas ainda existem, porém com uso de depósitos.

No pavimento superior, onde funciona o Instituto Histórico e Geográfico de um lado, no outro, Procuradoria do Estado, também foram trocados pisos, derubados banheiros e paredes. O mezanino ainda existe, sendo também usado para depósito.

No subsolo não foi permitido acesso durante a visita, funciona como cartório eleitoral.

A cobertura zenital do edifício foi toda fechada por fibrocimento, perdendo sua funcionalidade. Está com muitos pontos de infiltrações e com ventilação natural prejudicada.

Foram colocadas luminárias com lâmpadas fosforescentes para compensar a perda de iluminação, totalmente em desacordo com as linhas do projeto.

As vedações cerâmicas das paredes foram pintadas em amarelo de cádmio.

Pelo edifício, há muito lixo e materiais embalados, para demarcar a conflituosa propriedade do território.

Embora sua recepção externa esteja parcialmente preservada, internamente perdeu totalmente o seu sentido, pelo conflito e diversidade de sua ocupação atual.

IMAGENS:

Figura 199: Vista geral do edifício. (CORDIDO, 2006)

Figuras 200 e 201: Hall de entrada e superior com escadas subdivididas em dois lanços; Átrio visto do piso térreo: a leveza estrutural na composição das escadas. (CORDIDO, 2006)

Figuras 202 e 203: Parede dos cartórios revestida com elementos cerâmicos pintados, portas com bandeira de janela pivotante. Detalhe da bandeira pivotante. (CORDIDO, 2006)

Figuras 204 e 205: Antigo Salão do Júri; Cobertura zenital do Júri: desacordo das aletas do projeto original com as lâmpadas fluorescentes. (CORDIDO, 2006)

Figuras 206, 207 e 208: Encontro entre parede e cobertura zenital do Júri: leve inclinação na sua junção, provavelmente para seu tratamento acústico. Mezanino sob o Júri. (CORDIDO, 2006)

Figuras 209, 210 e 211: Entrada privativa do Júri, obstruída pela ocupação atual. Uma das salas do térreo onde provavelmente funcionava um cartório; Montacargas da sala secreta. (CORDIDO, 2006)

Figuras 212, 213, 214 e 215: Uma das escadas privativas dos magistrados para o Júri: peças cerâmicas não pintadas. Detalhe do patamar da mesma escada com iluminação direta por janelas pivotantes em paralelo; Detalhes da cobertura zenital do mesmo vão de escadas; Escada de acesso ao porão/ arquivo do cartório. (CORDIDO, 2006)

Figuras 216 e 217: Cartórios unificados pela demolição de paredes. As janelas de guilhotina e persianas são originais; Cartório preservado em tamanho original. (CORDIDO, 2006)

Figura 218: Corredor de acesso aos gabinetes do piso superior e ao mezanino. (CORDIDO, 2006)

Figuras 219, 220 e 221: Janela de um antigo gabinete onde a parte inferior é basculante e a superior, de guilhotina. O piso é original; Salas ocupadas precariamente pelo Instituto Histórico Geográfico; antigos gabinetes: sua cobertura zenital. (CORDIDO, 2006)

Figuras 222, 223 e 224: Cozinha do andar superior e acesso monta-cargas; Banheiro com piso e paredes em acabamento originais. (CORDIDO, 2006)

Figuras 225 e 226: Entrada do edifício em vidro com colocação de filtro para reflexão solar; Entrada do edifício vista pelo vão da escada em balanço. (CORDIDO, 2006)

Figura 227: Entrada do edifício por onde podia ser visto o átrio com distribuição de acessos. (CORDIDO, 2006)

Figuras 228 e 229: Lateral do edifício: sua composição, os apoios estruturais, os brises verticais, a vedação cerâmica da fachada, além da base semi-enterrada que acomoda cela e arquivos; Detalhe dos apoios da base. (CORDIDO, 2006)

Figura 230: Vista geral do edifício: a articulação de níveis e composição do volume. (CORDIDO, 2006)

FÓRUM DR.DRACO DE ALBUQUERQUE – PORTO FELIZ

<p>MUNICÍPIO: PORTO FELIZ Região Oeste da grande São Paulo.</p> <p>POPULAÇÃO: 1960: 21.590 hab. 2003: 47.912 hab.</p>
<p>LOCALIZAÇÃO NO MUNICÍPIO: Av. José Maurino, 252</p> <p>DATA: 1963</p> <p>AUTOR (ES): Alberto Rubens Botti Marc Rubim</p>
<p>OCUPAÇÃO (x) JUSTIÇA () OUTROS PRESERVADO () MUITO (x) RAZOÁVEL () POUCO</p>	<p>MODIFICADO () SIM (x) NÃO ANEXOS () SIM (x) NÃO - Está previsto para breve a construção de um novo Fórum</p>

MAQUETE

PLANTAS

TÉRREO

SUPERIOR

ESPECIFICAÇÕES: O edifício, segundo seus autores, enfrentou na sua concepção os limites impostos pelo pequeno terreno para acomodar suas funções, com suas confrontações ocupadas.¹⁵²

“A exigüidade do terreno ladeado de residências determinou uma cortina de elementos vazados de concreto na altura total do edifício, atualmente em construção. Essa cortina tem sua estabilidade garantida por uma cinta de amarração ligada à estrutura principal por vigas de concreto, cujo espaçamento se integra na modulação geral”.

(ACRÓPOLE, 1963)¹⁵³

O edifício de elementos pré-moldados com vigas e pilares de concreto constitui-se em um único bloco, protegido por uma cortina de elementos vazados em “neo-rex”, onde a base de sua modulação acompanha os espaçamentos da utilizada no edifício.

Sua fachada possui uma composição tripartida, duas alvenarias cegas e uma com pele de vidro (entrada) ao centro, conjugada com a abertura e avanço da cortina de elementos vazados, o que enfatiza seu acesso principal. Sua entrada possui ainda portas de enrolar (denotando o uso de um dispositivo que poderia ser definido como vernáculo comercial) para proteção do vidro utilizado, seguido de uma escadaria que vence o desnível do subsolo, aproveitado para acomodar o arquivo.

Seu agenciamento espacial organiza-se através de um grande átrio de distribuição de acessos, que tem ao centro uma escada de único lanço, ingresso para o segundo pavimento. Em balanço, engastada no *hall* superior, transmite leveza ao mesmo tempo em que se destaca no ambiente.

Está dividido em dois pavimentos: no térreo, os cartórios (que possuem escadas de acesso para o depósito), serviços de uso público mais intenso, ladeando o átrio de distribuição de acesso e, na mesma direção da entrada principal, há uma área reservada para uma pequena lanchonete. No segundo pavimento, os serviços mais restritos da justiça, gabinetes, salas para audiência, além do Salão do Júri. O júri, embora não contemple entrada separada do corpo principal do edifício para o grande público, possibilitando seu múltiplo uso, possui acessos e salas anexas

¹⁵² A associação entre estes dois arquitetos existe desde 1956. Botti (1931), formado pela Faculdade e Arquitetura Mackenzie em 1954, e Rubin (1931), também graduado na mesma instituição em 1953. Além do Fórum de Porto Feliz, também elaboraram na mesma época o Fórum de Jacareí, este último projeto recém localizado nos arquivos do CPOS, apesar dos arquitetos divulgarem a sua autoria, quem assina o projeto é o arquiteto Ney Marcondes. Assim como Bratke, sempre foram adeptos às inovações tecnológicas e a experimentação de novos materiais, como os brises de Porto Feliz. Neste Fórum, a racionalidade sobrepõe às questões de uma revisão hierárquica, porém inova no seu conjunto de aspectos construtivos, rompendo as tradicionais formulações adotadas nesta tipologia.

¹⁵³ *Acrópole*, nº 292, Editora Gruenwald Ltda, São Paulo, março de 1963.

para usos específicos da justiça bem distribuídos. A sala secreta, testemunhas, magistrados e réu não se comunicam entre si e possuem entradas separadas. O réu entra pelos fundos do edifício, com escada direta da rua para a cela, onde aguarda da sessão do júri. As testemunhas, jurados e magistrados (acusação e defesa) são acomodados em salas distintas e afastadas, com acessos privativos.

Quanto ao seu material de acabamento interno, neste fórum esse manifesta a opção pelo uso de novos materiais, encontrados de forma mais recorrentes no período em diversas obras públicas.¹⁵⁴ As salas dos gabinetes, cartórios e secreta, além do Júri, apresentam piso de assoalho e, nas áreas comuns, pastilhas na cor verde água, distinção que os arquitetos provavelmente escolheram em função da carga de impacto de seu uso. A escada principal tem guarda-corpo com vidro aramado. As janelas, excetuando as da fachada, que são de correr, são basculantes de “persiana”.

As portas dos cartórios e entrada principal são de enrolar em aço galvanizado.

As distribuições internas dos ambientes não trazem inovações ou rupturas, porém possuem qualidade organizacional, na qual a privacidade e segurança são contemplados de forma adequada para atendimento da justiça.

Não existem recorrências aos paradigmas anteriormente adotados nos fóruns de justiça. Ainda que seu acesso principal tenha na sua transposição escada e jogo de volumes, a passagem do logradouro público para os espaços administrados não soleniza o eixo de sua lógica de forma simbólica. Seu agenciamento espacial, de uso público mais intenso no térreo e mais restrito no segundo, obedece às condições acima comentadas.

O impacto de seu conjunto está diluído na sua dimensão. O município de Porto Feliz, de formação colonial, com relevo acentuado, tem seu crescimento comprometido pelos seus limites e grande densidade urbana, com ruas estreitas e terrenos pequenos, quase não tendo praças.

As inovações apreendidas através de seus materiais e de seu conjunto construtivo finalizam uma composição discreta, representando uma nova proposta para este equipamento da justiça.

CONDIÇÃO ATUAL: O edifício, segundo informações locais em ocasião da visita técnica, tardou para ser concluído e foi “invadido”, antes de sua entrega oficial, pelos cartórios. Tal entrega foi oficializada em 20.11.1965, o que comprometeu alguns de seus acabamentos.

¹⁵⁴ Material de acabamento também encontrado em São Paulo, no Tribunal de Contas do Estado, construído na mesma época, além dos projetos modulares para fórum e delegacias elaborados pelo DOP.

Apesar de ter seu volume exterior parcialmente preservado, exceto por algumas intervenções, como colocação de grades de segurança, ele sofreu intervenções internas que afetaram a sua qualidade arquitetônica.

Localizado em terreno reduzido e por não contemplar condições para sua expansão, necessária para atender as condições atuais do Fórum da cidade, as áreas livres para circulação interna foram fechadas com divisórias, dando lugar a novas salas.

Além do comprometimento do significado arquitetônico da entrada do edifício (também gradeado), estas novas salas não possuem qualidades ambientais, sendo pouco ventilados e iluminados.

Alguns de seus usos também foram alterados: a sala secreta está sendo utilizada como sala de audiências; uma das duas celas, como depósito. O uso para júri, segundo informações locais, é muito pouco, cerca de três vezes ao mês, parte dele também ocupado como depósito.

A estrutura dos brises estava caindo, sendo necessário fazer três cintas de amarração e travamento para sustentá-los. O “neo-rex” utilizado como elemento vazado é muito poroso e, em muitas partes, está se esfarelando.

O edifício está com muitos pontos de infiltrações, demonstrando desgastes na sua manutenção.

Devido à necessidade de expansão de sua estrutura de atendimento, está prevista a construção de um novo Fórum para o município. A Prefeitura já encontrou um terreno de doação com 10.000 metros quadrados, exigência de dimensões para o novo edifício, estando em aguardo sua avaliação pela Secretaria da Justiça e Defesa da cidadania, atual órgão responsável pela construção de novos fóruns no Estado.

IMAGENS:

Figuras 231: Entrada principal. (CORDIDO, 2006)

Figuras 232 e 233: Escada de acesso ao 2º pavimento em balanço, engastada na laje superior, com guarda-corpo em vidro aramado; Corredor de acesso aos cartórios e salas improvisadas fechadas com divisórias. (CORDIDO, 2006)

Figuras 234 e 235: Entrada do cartório com portas de enrolar de aço galvanizado. Quadro com a data de sua entrega oficial. (CORDIDO, 2006)

Figura 236: Entrada do cartório e corredor de circulação. (CORDIDO, 2006)

Figuras 237 e 238: Janelas basculantes de persiana dos cartórios e acesso ao subsolo/ arquivo. (CORDIDO, 2006)

Figuras 239, 240 e 241: Detalhe do piso de pastilhas das áreas de circulação; *Hall* do pavimento superior, com salas de divisórias. (CORDIDO, 2006)

Figura 242: Lanchonete no piso térreo. (CORDIDO, 2006)

Figura 243, 244 e 245: Salas de audiência; Sala secreta, atualmente usada para audiência. (CORDIDO, 2006)

Figura 246 e 247: Banheiro em piso cerâmico vermelho e azulejo branco, assentado em meia parede; acesso da sala secreta para o Júri. (CORDIDO, 2006)

Figura 248: Salão do Júri. (CORDIDO, 2006)

Figuras 249 e 250: Salão do Júri; ao fundo, janelas basculantes de persiana; Júri: detalhe do piso tabuado. (CORDIDO, 2006)

Figuras 251, 252 e 253: Celas; Escada de acesso exclusivo para as celas. (CORDIDO, 2006)

Figuras 254 e 255: Detalhe da cortina de brise, distanciada do corpo do edifício; Lateral do edifício: as novas cintas de amarração da cortina de brises. (CORDIDO, 2006)

Figuras 256, 257 e 258: Cinta de amarração, posteriormente colocada, ligada à estrutura principal por vigas de concreto, cujo espaçamento se integra na modulação geral; Canaletas para captação de águas pluviais ao longo do edifício; Vigas de concreto, cujo espaçamento se integra na modulação geral do edifício. (CORDIDO, 2006)

Figuras 259 e 260: Desgaste do elemento vazado em “neo-rex” devido à sua grande porosidade; Escada vazada, revestida em pastilhas na entrada do edifício. (CORDIDO, 2006)

Figura 261: Vista geral da fachada principal. (CORDIDO, 2006)

2.4. Os modulares, “estandardização”, a padronização unificando questões sob a influência da arquitetura moderna

Pelo fato de os edifícios analisados serem únicos, particulares para cada sítio, ainda que tenham servido à representação do Estado e de sua modernização, eles geraram críticas no interior do próprio Estado. Como visto, houve uma solução de compromisso entre o IAB e o Estado, no sentido de preservar a capacidade do Estado, embora os projetos fossem contratados junto aos escritórios de arquitetura. A natureza crítica fundava-se na excepcionalidade dos projetos, que dificultava a manutenção das edificações e não permitia a sua ampliação, na medida em que o Fórum necessitasse de expansão.

[...] programas inadequados, de interesses particulares, de obras suntuosas, de custos elevados e de perda de tempo.
(ARAÚJO, 1974, p. 15)

Considerando essas críticas e esses parâmetros tanto quanto interpretando os Fóruns como um equipamento constituinte de uma rede de serviços públicos, o mesmo ideário que levou à retomada da noção de padronização em outros equipamentos, como, por exemplo, as escolas, passou a orientar o trabalho do DOP.

Assim, no final daquele mesmo ano (1970), surgiu a Lei nº 10.395, que introduzia o princípio da padronização de modo mais amplo, a todas as obras e serviços rotineiros, que não justificavam diversificações inúteis, nas quais, muitas vezes, o espírito da novidade desprezava a funcionalidade, e a substituída pela plástica da fachada, pela grandiosidade, sem nenhuma vantagem para a administração ou para os usuários.
(ARAÚJO, 1974, p. 15)

Entretanto, como em outros exemplos, essa padronização se deu através do viés da modulação e da estandardização moderna, que apontam para um sistema de racionalização completo, indo do projeto à obra, o que deveria envolver a pré-fabricação de elementos, mas que de fato nunca ocorreu.

Assim, há uma rica experiência ainda em curso, que se adaptou às condições locais de produção (ou de cada localidade/cidade):

Eu sempre quis partir para o negócio pré-moldado, negócio mais industrializado. Então, quem pegava era uma empresa do local e eles não tinham acesso às novas tecnologias, e para levar de São Paulo para lá, ficava impossível. A idéia era fazer “feijão com arroz” [...] (VACCARI, 2006)

O mesmo ainda se vê às voltas com os problemas de terrenos inadequados:

[...] Eu conheço 280 cidades de São Paulo, saber chegar e sair, porque eu tinha que rodar a cidade para ver o melhor lugar, já que em geral esses terrenos eram oferecidos pelo prefeito.

(VACCARI, 2006)

O primeiro edifício modular forense criado pelo DOP no final de 1960 e regulamentado em decreto em 1970, em São Paulo, foi o Módulo Padrão “F”¹⁵⁵; este foi construído em aproximadamente 80 municípios. Seu projeto, racional, simples, singular e com elementos construtivos da arquitetura moderna (como destaque do acesso através do torreão da escada, *brises-soleil*, etc.), tinha o pressuposto de atender à necessidade imperativa de construir muitos Fóruns de Justiça pelo interior de São Paulo em tempo ágil, para a expansão de seus mecanismos administrativos (novos cartórios e varas).¹⁵⁶

O projeto padrão “F” possuía um limite de expansão que, muitas vezes, não era compatível com as necessidades da região jurídica, ainda que seu desdobramento estabelecesse uma possibilidade de acomodação classificada em três tipos: F1, F2 e F3:

F1= 1ª Entrância, até mil feitos (processos).

Terreno com 1.130.000 m².

Térreo: Cartórios, tabelionato, arquivos e apartamento para juízes.

Superior: Tribunal do júri, sala secreta, testemunha de defesa e acusação, cela, sala da guarda, copa, OAB, oficial de Justiça, gabinete dos juízes e promotor e sala de audiências.

F2= 2ª Entrância, de mil e um a quatro mil feitos.

Terreno com 1.399.000 m².

Térreo: Cartórios, tabelionato, arquivos e apartamento para juízes.

Superior: Tribunal do júri, sala secreta, testemunha de defesa e acusação, cela, sala da guarda, copa, OAB, oficial de Justiça, gabinete dos juízes e promotor e sala de audiências.

¹⁵⁵ O programa foi regimentado através do Decreto Estadual nº 52.430, de 01º.4.1970. A padronização atingia três itens: programa, áreas dos terrenos e projetos para as obras.

¹⁵⁶ Os cartórios servem para fornecer certidões pertinentes aos processos. As varas são compostas pelo conjunto de serviços que envolvem os processos, gabinetes e secretarias subordinados aos juízes. O Fórum é a somatória destes componentes, mais o administrativo e equipamentos que servem a todas as varas como: protocolo, almoxarifado, arquivo, celas, salão do júri.

F3= 3ª Entrância, de quatro mil e um a seis mil feitos.

Térreo: Cartórios, tabelionato, arquivos e apartamento para juízes.

Superior: Tribunal do júri, sala secreta, testemunha de defesa e acusação, cela, sala da guarda, copa, OAB, oficial de justiça, gabinete dos juízes e promotor e sala de audiências.

Seu programa contemplou a distinção ajustada para a Justiça de separar acomodações entre defesa e acusação. Incluía em suas necessidades o apartamento para juízes que, muitas vezes, não residiam na comarca.¹⁵⁷

Sua distribuição interna seguia os padrões anteriormente utilizados pela Justiça, não problematizando sua hierarquia.

¹⁵⁷ Em Bauru, Zenon Lotuffo também incluiu no programa apartamentos para juízes. O que demonstra que as inovações propostas pela produção anterior tinham recorrências nos projetos elaborados pelo departamento.

Para pensarmos os significados da produção moderna de edifícios de Fóruns do período do PAGE, abstraímos do trabalho uma interpretação elaborada ao longo do seu processo. Foi identificado que, até a implementação dos edifícios modernos, havia uma concepção rígida que informava os edifícios do Judiciário, expressa na sua hierarquia espacial através da separação de funções (nobres e não-nobres), acomodadas nos diferentes pavimentos (dois) dessas edificações. Lembramos que tal hierarquia já existia mesmo antes do Fórum configurar o equipamento de um poder independente republicano, no Império e antes, no chamado período “colonial”. Essa hierarquia configurou um tipo arquitetônico ou uma tipologia da edificação. Sendo um pouco mais explícito acerca do entendimento de tipo, a hierarquia espacial é a estrutura profunda, a qual informa as variações, neoclássicas, acadêmicas, ecléticas e geometrizantes daquelas edificações.

Os edifícios modernos da justiça foram elaborados, como visto, por distintos arquitetos que, embora participassem do mesmo cenário cultural, nem sempre conjugavam das mesmas preocupações sociais, do alcance, ou do lugar da arquitetura frente às questões socioculturais e dos princípios e interpretações que deveriam nortear as concepções do equipamento Fórum.

Por meio da leitura dos vários Fóruns, foi possível identificar, por vezes, os profissionais que os conceberam – é factível identificar a dupla Artigas e Cascaldi em Promissão e Paulo Mendes da Rocha em Avaré, por exemplo. Todavia, o sentido, o partido de cada projeto, ou grupo de projetos, extrapola um reconhecimento específico e demonstra a variação interpretativa e de respostas que estes arquitetos formularam frente a uma tipologia histórica. Ou seja, há distintas maneiras de afrontar a história. Desse modo, foram identificados nos edifícios de forma mais acentuada os seguintes aspectos:

- Resposta crítica à tipologia tradicional: Artigas e Cascaldi, Promissão (rampas que diluem o átrio “Passos perdidos” e o pano de vidro que

veda o júri, revelando o seu interior); Paulo Mendes, Avaré; e Fábio Penteado, Araras (pátio coberto e espaços franqueados, que invertem o topo da hierarquia tradicional e a retirada do júri do corpo principal do edifício).

- Resposta crítica à tipologia tradicional, mas com ênfase na materialidade e, também, na construtibilidade: Jorge Wilhein, Orlandia; Bratke, Amparo; Botti e Rubin, Porto Feliz (tendência à padronização construtiva).
- Resposta crítica à tipologia tradicional, porém “solenizando” o conjunto formal: Joaquim Guedes (espaços franqueados e retirada do júri do corpo principal do edifício).
- Resposta à tipologia tradicional, explorando mais a expressividade formal que a crítica ao agenciamento espacial: Libeskind, Amparo; Reidy, Piracicaba (exploração das novas possibilidades construtivas em favor de maior expressividade plástica).

Toda classificação é problemática, e essa certamente não escapa dos limites de uma generalização, ainda que tênue neste caso. Contudo, vale registrar que o valor adotado, talvez muito comprometido com o próprio modernismo nesta classificação, interpreta “resposta crítica” como ruptura ou recusa em adotar a hierarquia espacial de dois pavimentos, como dito, relacionada à hierarquia social e, apesar de nunca ter sido exatamente afirmado, como o avesso da função-fim desse equipamento, que deveria zelar pela igualdade.

Se há diferenças, também há convergências, que emblematicamente agenciam entre elas um conjunto comum de aspectos formais e, em que pese propostas espaciais distintas, concorrem em atribuir um sentido social e cultural, simbolizando inovações e rupturas.

Aos elaborar os Fóruns, os arquitetos organizaram novas fórmulas para os edifícios da justiça, estando, por vezes, sua reinvenção presente. Entre as experiências evidentes desse afrontamento, podemos apontar a sua acessibilidade e sociabilidade, presentes na apropriação do sítio, onde os espaços administrados têm seu uso publicizado através de praças cobertas e nos múltiplos usos previstos para o Salão do Júri, importante peça desse equipamento do Judiciário – como foi enfatizado, por exemplo, em Avaré e Araras, onde os edifícios configuram-se em um pátio abrigado; em Promissão, onde o júri foi “vedado” em pano de vidro, expondo uma ação pública do Judiciário que adquiriu uma natureza reservada; ou ainda no aproveitamento do Salão do Júri para atividades distintas do Judiciário, como o foi em Itapira, em Avaré e Araras.

As críticas foram diversas aos resultados. Os argumentos contrários pleitearam racionalidade, qualidade cara à arquitetura moderna. Conforme comentado por Araújo:

Ao lado dessas diferenças de projeto, estava intrinsecamente ligado o custo da obra entre si. Isto é, às vezes, um Fórum de segunda entrância saía muito mais caro que um de terceira, ou mesmo que um outro de segunda, justamente porque o gosto daquele juiz era mais sofisticado do que o do outro.

(ARAÚJO, 1970, p. 4)

O mesmo diagnóstico foi ainda referido por Vaccari:

Os programas, nesse tempo, desses outros arquitetos eram fornecidos pelos juízes, pelo promotor, pelas autoridades dos municípios, então cada um “puxava a sardinha para o seu lado”; resultado: às vezes, um Fórum de primeira instância custava o dobro do de segunda e era muito mais monumental. Naturalmente elaborado por ótimos arquitetos, nada contra.

(VACCARI, 2006)

Ainda que estas observações servissem de base para a sustentação do novo procedimento, adotado a seguir para a elaboração dos edifícios públicos, a “standardização”, pode-se observar que a não-unanimidade de suas formulações ocasionou inadequações para este equipamento, embora, por vezes, essas inovações tivessem apoio do próprio Judiciário, como comentado em Araras por Fábio Penteado:

[...] mas num certo projeto você coloca o que pode, o que foi permitido. Isso aqui foi permitido [...]

(PENTEADO, 2007)

Passado o momento da construção, as formulações críticas são as que mais sofrem com as permanências sociais. Verificado através das visitas técnicas, alguns destes edifícios nem sempre promoveram as adequações às necessidades de tal equipamento do Judiciário; sua concepção idealizada, ou simplesmente inovadora, por vezes não acolheu as demandas mais prementes da funcionalidade operativa dele que, certamente, conheceu mudanças, mas de várias ordens: as internas do Judiciário, na relação com a cidade, a sociedade e com o agravamento dos problemas sociais, mais especificamente com os de segurança, dos quais o Fórum, ou melhor, o Judiciário é parte indissociável.

Este episódio da produção moderna, entretanto, constituiu-se em um momento ímpar para os jovens arquitetos, gerando a oportunidade de, em alguns

casos, na ruptura proposta, serem colocadas discussões de natureza mais abrangente, propugnando a própria “reinvenção do direito”, o que para Penteado conquistou uma continuidade:

Acredito que foi mudado muito, porque os juízes têm uma forma de ver até hoje muito fechada. Evidentemente, esse projeto não estava de acordo com o pensamento deles.

(PENTEADO, 2007)

A inadequação aqui, portanto, foi problemática. A maior dificuldade talvez tenha sido o gradiente mínimo de questões que os arquitetos imaginavam como suficientes para rupturas permanentes. A arquitetura moderna pensava-se como um aparato ideológico de pedagogia social; a clareza de suas formas e ambientes deveria revelar e levar ao exercício de formas mais elaboradas (superiores) de convívio e sociabilidade (próprios de uma condição social progressista).

Guardada a dimensão do pensamento do arquiteto Fábio Penteado, que sintetizou o desejo de um grupo de arquitetos de sua geração, de “reformular a sociedade através da arquitetura”, deixa-se claro que, apesar de certa ingenuidade, a arquitetura moderna não deve arcar com o ônus daquilo por que ela não foi a responsável: os rumos da sociedade.

Entretanto, causa certo desconforto verificar que em Araras, por exemplo, o pátio coberto, hoje funcionando como estacionamento, tenha sido palco de um linchamento, facilitado pela continuidade espacial, e permitindo, ao não contemplar um acesso privativo para o réu como cela para aguardo da sessão – condição básica desse equipamento –, o comprometimento da sua segurança (do réu). A mesma concepção espacial, verificada no conjunto do edifício, também comprometia a privacidade dos locais mais restritos. Ou, ainda, as soluções de panos de vidro, favorecendo a exposição das pessoas, por exemplo, em Promissão, cuja sala de júri expunha seus participantes, no caso, os que estão sendo julgados, a uma exibição pública imprópria.¹⁵⁸

De qualquer modo, a condição atual da sociedade não escapou da leitura de um dos protagonistas do modernismo e atuante nesta produção específica. Assim, as questões sociais que a arquitetura trabalhou em projeto não podem mais ser contempladas apenas pelos projetos, como o próprio Artigas declarou ao final de sua vida:

¹⁵⁸ Mesmo em Avaré, por contingência das atuais ondas de violência e atentados de que estes edifícios são vitimados, a sala do juiz, fechada também em pele de vidro e localizada na sua parte frontal, expõe o magistrado a riscos, e seu conceito básico de se constituir numa praça coberta totalmente, integrada com seu entorno, pelo mesmo motivo teve de ser gradeada.

Sou de uma geração que procurou soluções para todos os problemas. No meu tempo, era possível ser meio enciclopedista, entregar-se individualmente à tarefa de pensar nestas questões. Podem ter me condenado. Me chamaram de sonhador, de comunista, mas foi nisso que gastei os melhores anos de minha vida. Sei que fiz uma poesia desse processo todo. Fiz uma imensa poética. Dos primeiros aos últimos versos. Tenho orgulho tão grande do meu passado, das minhas ilusões, de realizar essa pequena obra, me sinto tão muito bem. Duro seria se não tivesse nada para dizer e chegasse nessa hora ainda esperando uma oportunidade. É um papel cumprido integralmente.

O que me impressiona é que os problemas que nos restaram têm, hoje, uma escala que já está muito longe da minha capacidade individual de interpretá-los. Estarei fora de poder opinar sobre isso. Acredito que já estarei participando do Cosmo de uma maneira bem diferente.

(ARTIGAS, 1997, p. 33)

A história de concepção e de vida dos Fóruns de extração moderna parece corroborar a formulação de Artigas. Os problemas da sociedade contemporânea, para o bem ou para o mal, parecem exigir uma nova interpretação do lugar da arquitetura e do arquiteto na sociedade, sem uma autoridade social para respondê-los.

Não obstante, voltando ao período de sua concepção, os edifícios modernos dos Fóruns certamente concorreram para uma expressão simbólica de modernização do Estado de São Paulo, associada ao PAGE e às suas outras ações, ainda ligada à construção de Brasília e às esperanças sociais que o governo JK estimulou, embora parte das obras do PAGE tenha ocorrido já nos conturbados anos de Jânio Quadros e João Goulart. Vale atentar, no entanto, que há uma representação do Estado que se quer moderno, empreendedor e progressista, e que há outra representação, a que se faz presente no ritual da Justiça, sendo que, na busca de colocar novos eixos operativos nas apropriações e percepções, através de novos conceitos arquitetônicos, estas representações nem sempre foram rompidas.

O cerimonial quase ritualístico que persiste até hoje, objeto de discussão também pelos juristas, indica uma dessas permanências, que a beca, mas não só ela, representa de forma clara.

Há no rito uma simbologia muito forte, a qual Rossi associa ao mito e também ao monumento. Para Rossi, “a importância do rito e sua natureza coletiva, seu caráter de elemento conservador do mito, constituem uma chave para a compreensão do valor dos monumentos e, para nós, do valor da fundação da cidade e da transmissão das idéias na realidade urbana” (ROSSI, 1998, 2ª ed. p. 7). Apesar de Rossi estar se referindo à igreja e ao rito religioso, não é despropositado pensar o rito jurídico sendo possibilitado pelo monumento que abriga o Judiciário, particularmente, se pensarmos no Palácio da Justiça. Nesta lógica,

a mudança da arquitetura do “monumento” possibilitaria, ou permitiria, um rito distinto e democrático.

Dentro dessa perspectiva, houve o rompimento de certos paradigmas, como a ausência da referência aos modelos neoclássicos ou acadêmicos, como também dos símbolos tradicionais adotados pela Justiça, havendo, da mesma maneira, a modernização daqueles paradigmas na produção do século XX, o que caracterizava uma curiosa ambigüidade; por outro lado, havia o limite das inovações, pois inovar a Justiça não significa eliminá-la nem reconhecer o seu passado, a inovação sempre aponta para a democratização, para uma Justiça republicana, digamos radical. Desse modo, a simbologia da Justiça se fez presente, coincidindo com a possibilidade de um novo rito jurídico.

Iconográfica e materialmente, a simbologia foi elaborada com uma linguagem moderna, de certa forma estilizada, como nos quatro pilares principais de Araras, cujos aspectos formais remetem a uma balança, e nos azulejos de Mário Gruber, no mesmo edifício, cuja estampa é de uma balança em formato geométrico, ou no Fórum de Itapira, cujo júri é trabalhado de maneira cenográfica, com iluminações zenitais e jogos das lajes.

A extinção do simbolismo tradicional, em prol de uma nova simbologia que expressasse modernização, e a própria modernidade, entendida como uma condição social progressista – um dos aspectos fundamentais desta produção –, foram trabalhadas de aspectos distintos pelos arquitetos de filiação moderna. Nas suas elaborações, aparecem questões agregadas, que levam a refletir sobre a pertinência da simbologia adotada para representar a Justiça até a atualidade. Há, talvez, um sentimento de que os edifícios de extração acadêmica expressassem o contrário dos objetivos republicanos. Em vez de Igualdade, Liberdade e Fraternidade, teríamos a reafirmação de uma hierarquia social que desfiguraria os outros valores. De certa maneira, como indicado, hierarquia social e hierarquia espacial apareceriam irmanadas. A continuidade espacial, em que pese os problemas relatados, viria transfigurar essa harmonia, em prol da instituição dos valores republicanos da modernidade.

Ao falarmos de representação, não podemos deixar de lembrar que a questão da monumentalidade é um tema moderno do segundo pós-guerra, na busca pela ressemantização da própria arquitetura moderna:

O povo exige mais do que uma mera solução funcional dos edifícios que devem satisfazer as suas necessidades sociais e vida coletiva. Ele quer neles a sua necessidade de monumentalidade, de alegria e de elevação interior.

(GIDION, LÉGER, SERT, In: GIDION, 1963)

Novamente, temos a questão do monumento e da monumentalidade, esta última por vezes tratada no trabalho como sinônimo de volumetria expressiva, ou dissonante em relação ao entorno “modesto”. A busca da representação da modernização econômica e do modernismo social recoloca a questão da monumentalidade, não necessariamente, na chave de reposição de hierarquia social moderna, sem esquecermos a questão do rito, mas explorando outras dimensões.

Ainda que no âmbito regional do Estado de São Paulo vejamos a representação do Estado-nacional moderno e democrático, confirmando a monumentalidade dos Fóruns, esta produção revela-nos a representação da modernização do País, no caso, em São Paulo, associada à proposta de novas formas de relações sociais, de espaços mais democráticos, defendida na modernidade com o objetivo de obter expressão coletiva, identificação, ordenação e integração, ao possibilitar e educar o homem para a participação social.

De certa forma, nos Fóruns modernos podemos ler a definição de Kopp para a arquitetura moderna:

[...] a arquitetura “moderna” não era apenas formas depuradas e técnicas contemporâneas, mas também, e sobretudo, a tentativa de participar, ao nível da construção do ambiente, na transformação da sociedade.

(KOOP, 1990, p. 14)

Estes novos espaços propuseram a formação de um novo homem brasileiro, que ainda permanece como desafio para as novas culturas arquitetônicas, mas, ratificando as palavras de Artigas, “os problemas que nos restaram têm, hoje, uma escala que já está muito longe da minha capacidade individual de interpretá-los”: transformaram-se em uma nova chave sociocultural.

Como vimos, a experiência dos Fóruns modernos do PAGE foi sucedida pelos Fóruns estandardizados ou modulares, denominados assim pelo DOP. Esses modulares constituíram-se em uma resposta dos arquitetos “funcionários públicos” aos problemas anteriores e atuais, principalmente de ordem econômica e funcional, que levaram ao questionamento das ações modernas. As questões daquele momento traduziam-se na busca de racionalidade na execução, na manutenção e na ampliação da “rede” de fóruns.

A raiz dessa solução, ou da concepção de racionalidade associada a métodos industriais de produção, também é moderna e pode ser observada, embora o objeto fosse a habitação social, na declaração do I Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), realizado no Castelo de Sarraz. Naquele momento os arquitetos afirmavam:

1. A idéia de arquitetura moderna inclui o vínculo entre o fenômeno da arquitetura e do sistema econômico geral.

2. A idéia de “eficiência econômica” não implica a oferta, por parte da produção, de um lucro comercial máximo, mas a exigência, por parte da produção, de um mínimo esforço funcional.

3. A necessidade de uma eficiência econômica máxima é o resultado inevitável do empobrecimento da economia geral.

4. O método mais eficiente da produção é o que decorre da racionalização e da padronização. A racionalização e a padronização agem diretamente sobre os métodos de trabalho, tanto na arquitetura moderna (concepção) quanto na indústria da construção (realização).

5. A racionalização e a padronização agem de três modos diversos:

a) exigem da arquitetura concepções que levem à simplificação dos métodos de trabalho no lugar e na fábrica;

b) significam para as construtoras uma redução de mão-de-obra especializada; levam ao uso de uma mão-de-obra menos especializada, que trabalhe sob a direção de técnicos da mais alta habilitação;

c) esperam do consumidor (ou seja, do consumidor que encomenda a casa na qual vai viver) uma revisão de suas exigências, em termos de uma readaptação às novas condições da vida social. Essa revisão irá manifestar-se na redução de certas necessidades individuais, doravante desprovidas de uma verdadeira justificativa; as vantagens dessa redução irão estimular a máxima satisfação das necessidades da maioria, as quais se acham no momento restringidas.

(Declaração de La Sarraz, CIAM, 1928; In: FRAMPTON, 1997, 1ª ed: 327)

A estandardização e a modulação incidiram sobre um espectro muito grande de equipamentos do Estado e foram entendidas de fato, não só por funcionários do DOP, como uma resposta moderna adequada à expansão dos serviços públicos. A discussão é ampla e escapa aos objetivos desse trabalho. Por um lado, relaciona-se com o debate que vinculava arquitetura moderna, modernização e os limites do projeto nacional-desenvolvimentista, que na segunda metade dos anos 1960 dividiria os arquitetos paulistas, representados pelas posições de Vilanova Artigas e Sérgio Ferro e, por outro lado, de forma específica, registramos que tal concepção adotada pelo Estado, como solução para os edifícios dos Fóruns, continua até os dias atuais, ainda que agregue novas resoluções formais. Entretanto, muitas das dificuldades apontadas na produção anterior ainda são enfrentadas, tais como as novas necessidades para os edifícios da Justiça mediante suas reformulações administrativas ou da expansão das suas atribuições.

Mesmo assim, pode-se observar que, em certo sentido, houve uma assimilação da produção anterior, além da supressão, pelo menos até agora, das recorrências neoclássicas e ecléticas; foram explorados novos materiais e elementos construtivos, como os brises e o torreão, por exemplo, para acomodar

as escadas que tinham sido experimentados em Araras e Porto Feliz. Porém, as questões sociais propostas foram substituídas pelas formulações funcionalistas, mantendo a justiça no topo de suas relações. O júri voltou a ocupar o pavimento superior, dentro do corpo principal do edifício, e os espaços franqueados eliminados.

Por fim, ao analisar o conjunto dessas edificações, dado o reconhecimento das especificidades desta arquitetura e do grande volume de edificações produzido, podemos pensar o questionamento inicial acerca da inclusão desta tipologia no repertório de leitura da arquitetura moderna no Brasil, ao desmembrá-la da classificação “arquitetura oficial”, passando a ser adotada “arquitetura forense”. Como indicamos, houve uma forma histórica dos edifícios jurídicos derivada da articulação entre hierarquia social e hierarquia espacial, a qual chamamos de “estrutura profunda”, elemento típico desta arquitetura. Essa “estrutura” foi rompida pela arquitetura moderna, problematizando a permanência de um tipo histórico. Como visto, os modernos agregaram uma concepção também de monumento, representando a “modernidade” e inscrevendo-a na obra por meio de uma nova concepção espacial.

De todo modo, se a questão da tipologia pode e deve ser ainda explorada, especificamente aqui a da existência de uma arquitetura forense, ela parece ter uma resposta mais definitiva. Há, sim, uma arquitetura forense, não simplesmente por conta da existência de um programa funcional, mas pelo fato de que foi, e ainda é, um campo de investigação e de formulação dos arquitetos, campo esse que problematiza e nutre as concepções de arquitetura, quer modernas racionais, quer estritamente funcionalistas, quer historicistas ou de outra natureza, porém, que torna viva a continuidade da disciplina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE**, Antonio Luis Dias. *Um Estado completo que pode jamais ter existido*, Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, 1993. Orientação Prf. Dr. Carlos Lemos.
- ARANTES**, Otília. *O lugar da Arquitetura depois dos Modernos*. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2000.
- ARAÚJO**, Aurélio. *O DOP e a padronização de projetos para obras públicas* – Palestra do engenheiro Aurélio Araújo, Superintendente do DOP. São Paulo: DOP, 1974.
- ARGAN**, Giulio Carlo. *História da Arte como História da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- ARTIGAS**, Rosa; **LIRA**, José Tavares de (org.). *João Batista Vilanova Artigas, Caminhos da Arquitetura Moderna*, 4. ed., São Paulo: Cosac & Naify, 2004.
- ARTIGAS**, Rosa. *Bienal 50 Anos*, São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo: 2001.
- ARTIGAS**, Vilanova. In: Instituto Lina Bo Bardi e Fundação Vilanova Artigas, *Vilanova Artigas, Arquitetos Brasileiros*. São Paulo: Ed. Governo do Estado, 1997.
- AYMONIMO**, Carlo. *Il significato della città*, Laterza: Bari, 1975.
- BALTY**, Jean Ch. *Curia Ordinis, Recherches d'architecture et d'urbanisme antiques sue les curies provinciales du monde romain*, Impression Palais des Académies de L'université libre de Bruxelles, 1983.
- BANDECCHI**, Brasil. *Elementos de história do Direito Brasileiro*, Ed. Pannartz, São Paulo, 1984, 2ª Ed.
- BARRETO**, Paulo Thedim. *Arquitetura Oficial I. Casas de Câmara e Cadeia*. São Paulo: MEC, USP e IPHAN, 1978.
- BARROS**, Ricardo Paes de. *Pobreza e política sócia*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.

- BASTIDE**, Roger. *Variações sobre a porta barroca*. Novos estudos. – CEBRAP. São Paulo, nº 75, 2006. Publicado originalmente em Francês na 2ª revista Habitat em 1951.
- BELUZZO**, Ana Maria de Moraes (org). *Modernidade: Vanguardas Artísticas na América Latina*, Cadernos de Cultura 1. São Paulo: UNESP, Ed. Memorial, 1990.
- BRASIL**, Lúcia Tombi. *Ensaio sobre as residências unifamiliares*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAU-USP, São Paulo: 2004.
- BRUAND**, Yves. *Arquitetura contemporânea no Brasil*, São Paulo: Perspectiva, 2002, 4. ed.
- BRUNA**, Paulo. *Arquitetura, Industrialização e Desenvolvimento*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- BUZZAR**, Miguel Antonio. *João Batista Vilanova Artigas, elementos para uma compreensão de um caminho da arquitetura brasileira, 1938-1967*. Dissertação de Mestrado, São Paulo: FAU-USP, 1996. Orientação Prf. Dr. Paulo Valentino Bruna.
- _____. *Rodrigo Brotero Lefèvre e a Idéia de Vanguarda*. Tese de Doutorado, São Paulo: FAU-USP: 2001. Orientação Prf. Dr. Paulo Valentino Bruna.
- CAMARGO**, Mônica Junqueira. *Joaquim Guedes*, São Paulo: Cosac & Naify, 2000.
- CHAUÍ**, Marilena de Souza. *Cultura e Democracia: O discurso competente e outras falas*, São Paulo: Ed. Moderna, 1981.
- _____. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- CHING**, Francis D. K. *Dicionário Visual de Arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- CONDEPHAAT**. *Patrimônio Cultural – Guia dos bens tombados (1968 – 1998)*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1998.
- COSTA**, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: Momentos Decisivos*. 7. ed. São Paulo: UNESP, 1999.
- _____. *O Supremo Tribunal Federal e a Construção da Cidadania*. 1. ed. São Paulo: Instituto dos Estudos Jurídicos e Econômicos, 2001.
- CORRÊA**, Maria Elizabeth Peirão; **FERREIRA**, Avany de Francisco de; **MELLO**, Mirela Geiger de (Org.). *Arquitetura Escolar Paulista – Restauro*. São Paulo: FDE/ IMESP, 1998.
- DURAND**, J. Carlos. *Arte e privilégio no Brasil, 1855/1985*. São Paulo: Perspectiva, 1989.

- ESTADO DE SÃO PAULO.** *Collecção das Leis e Decretos – 1889/1891*. 2. ed. Edição oficial. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1938.
- _____. *Coleção das Leis e Decretos – 1952*. Edição oficial. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1952.
- _____. *Coleção das Leis e Decretos – 1966*. Edição oficial. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1966.
- _____. *Coleção das Leis e Decretos – 1975-1980*. Edição oficial. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1980.
- _____. *Coleção das Leis e Decretos – 1987-1988*. Edição oficial. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1988.
- _____. *Coleção das Leis e Decretos – 1991*. Edição oficial. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1991.
- _____. *Perfil da Administração Pública*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1966.
- _____. *Perfil da Administração Pública*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1990.
- FERREIRA, Waldemar Martins.** *História do Direito Brasileiro*. São Paulo: Ed. Saraiva. 1985, 2. ed.
- FISCHER, Sylvia.** *Os arquitetos da Poli: ensino e profissão em São Paulo*. São Paulo: Edusp, 2005.
- FRAMPTON, Kennet.** *História Crítica da Arquitetura Moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 1997, 1. ed.
- GARCEZ, Lucília; OLIVEIRA, JÔ.** *Explicando a arte brasileira*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- GAVAZZONI, Aluisio.** *A história do Direito Brasileiro – Dos sumérios até a nossa era*. Rio de Janeiro: Ed. Freitas Bastos, 1999.
- GROSS, Pierre.** *L'Architettura Romana. Dagli inizi del III secolo a.C. alla fine dell'alto impero*. Milano: Longanesi & C., 2001.
- HALBWACHS, Maurice.** *A memória coletiva*. Ed. Vértice, São Paulo, 1990.
- HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (Org.).** *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1997, 2. ed.
- HARVEY, David.** *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1993.
- IANNI, Octávio.** *Industrialização e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1963.
- _____. *Estado e capitalismo: estrutura social e industrialização no Brasil*, Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1965.

- _____. *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, 3. ed.
- JACOB**, Robert. *La formazione storica dell'architettura giudiziaria*. In: Zodiac, nº 14, Itália, setembro de 1995, p. 30.
- KATINKY**, Julio Roberto. *Casas Bandeiristas, nascimento e reconhecimento da arte em São Paulo*. Instituto de Geografia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1976.
- LE MOS**, Carlos A. C. *Alvenaria Burguesa*. 2. ed. São Paulo: Nobel, 1989.
- _____. *Casa Paulista*. São Paulo: EDUSP, 1999.
- _____. *Arquitetura Brasileira*. São Paulo: EDUSP.
- _____. *O que é Arquitetura*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- _____. *Dicionário da Arquitetura Brasileira*. São Paulo.
- LÉVAY**, Emeric. *O Palácio da Justiça: marco cívico-cultural no coração de São Paulo*. São Paulo: Monografia, s/d.
- MACAULAY**, David. *Construção de uma Cidade Romana*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- MANTEGA**, Guido. *A Economia Política Brasileira*. São Paulo/ Rio de Janeiro: Polis/ Vozes, 1984.
- MAHFUZ**, Edson da Cunha. *Ensaio sobre a razão compositiva; uma investigação sobre a natureza das relações entre as partes e o todo na composição arquitetônica*. Viçosa: UFV/AP, 1995.
- MARTINS**, Carlos F. *Arquitetura e Estado no Brasil – Elementos para uma Investigação sobre a Constituição do Discurso Moderno no Brasil; a Obra de Lúcio Costa (1924/1952)*. Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, 1987, mimeo.
- MONTANER**, Josep Maria. *Después Del Movimiento Moderno, arquitectura de la segunda mitad del siglo X*. Barcelona: Gustavo Gili, 1993.
- MORSE**, Richard M. *Formação Histórica de São Paulo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.
- NALINE**, Alcides Pereira. *Palácio da Justiça São Paulo, patrimônio da cidade*. São Paulo: Ed. Três, 1998.
- OLIVEIRA**, Francisco de. *A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- _____. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal, 1980, 3. ed.
- PENTEADO**, Fábio. *Fábio Penteado: ensaio de arquitetura / Fábio Penteado*. São Paulo: Empresa das Artes, 1998.

- PEREIRA**, Paulo César Xavier. “A modernização de São Paulo no final do século XIX, da demolição da cidade de taipa à sua reconstrução com tijolos”, In: Sampaio, M. R. A. (Org.). *Habitação e Cidade*. São Paulo: FAU/USP, 1998.
- PINSENT**, John. *Mitos e Lendas da Grécia Antiga*. São Paulo: Melhoramentos, 1978, vol. 28.
- _____. *Mitos e Lendas da Roma Antiga*, São Paulo: Melhoramentos, 1978, vol. 32.
- REIS-ALVES**, Luiz Augusto dos. *O que é o pátio interno?* Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2004. il., p. 28, Mimeo. Está disponibilizado em: *Portal Vitruvius*, ago. 2005. *Arquitextos*, Texto Especial nº 322. <www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp322.asp>
- RENK**, Valquiria Elita. *Educação de Imigrantes alemães em Curitiba*. Dissertação de mestrado— PUC – Curitiba, 2000.
- _____. *A Educação dos Imigrantes Alemães Católicos de Curitiba*. Curitiba: Champagnat, PUCPR, 2004.
- ROBERTSON**, D. S. *Arquitetura grega e romana*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- RODRIGUES**, Lêda Boechat. *História do Supremo Tribunal Federal*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. I e II.
- ROCHA**, Paulo Mendes da. *Mendes da Rocha*. Lisboa: Ed. Blau, 1996.
- ROSSI**, Aldo. *A Arquitetura da Cidade*, São Paulo: Martins Fontes, 1995, 1. ed.
- SALLA**, Fernando. *As prisões em São Paulo— 1822-1940*. São Paulo: Annablume, 2003.
- SEGAWA**, Hugo. *Arquiteturas no Brasil, 1900-1990*. São Paulo: EDUSP, 2002.
- SERT**, J. L.; **LÉGER**, Fernand; **GIDEION**, S. *Nueve puntos sobre monumentalidad – Necesidad*. In: **GIDION**. *Arquitectura y comunidade*. Buenos Aires: Ed. Nueva Visión, 1963, ed.
- SCHWARTZMAN**, Simon; **BOMENY**, Helena Maria Bousquet; **COSTA**, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: EDUSP e Paz e Terra, 1984, 1. ed.; FGV e Paz e Terra, 2000.
- STRÖHER**, Eneida Ripoll (Org.); **MAMBRINI**, Honores; **ROCHA**, Isabel Amália Medeiro Rocha; **LUZ**, Luís Fernando da; **STRÖHER**, Ronaldo de Azambuja; **ROSSARI**, Tânia Torres; **MAYER**, Vilmar Francisco. *O tipo na arquitetura: da teoria ao projeto*. São Leopoldo: UNISINOS, 2001.
- SKIDMORE**, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, 12. ed.
- TAFURI**, Manfredo. *Projet et Utopie: de l’avant garde à la métropole*. Paris: Dunod, 1979.

TELLES, Augusto C. da Silva. *Arquitetura Civil II, Vassouras, estudo da construção residencial urbana*. São Paulo: MEC, USP e IPHAN, 1978.

TOLEDO, Benedito Lima de. *Victor Dubrugras e as atitudes de inovação em seu tempo*. São Paulo: FAU/USP. Tese – Livre Docência, 1985.

TORRES, Flávio. *Tribunal de Justiça de São Paulo, páginas de sua história centenária*. São Paulo: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, 1979.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Excertos da evolução histórica do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo*. São Paulo: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, 19(?).

WISNIK, Guilherme Teixeira. *Formalismo e Tradição: A arquitetura moderna brasileira e sua recepção crítica*. Dissertação de mestrado na USP, 2003. Orientação Nicolau Sevcenko.

Periódicos:

Acrópole, São Paulo: Editora Gruenwald Ltda.

_____ nº 209.

_____ nº 256; 1960.

_____ nº 257; 1960.

_____ nº 273; 1961.

_____ nº 292; 1963.

_____ nº 315; 1965.

_____ nº 320; 1965.

_____ nº 324; 1965.

_____ nº 342; 1965.

_____ nº 377; 1970.

Arquitetura, Guanabara: Ed. Artenova Ltda, nº 30, 1964.

Arquitetura e Urbanismo, nº43.

HABITAT – São Paulo: Editora Habitat Ltda.

_____ nº 4, 1951.

_____ nº 63.

Jornal *Folha de S. Paulo*. “PCC lança bomba no Fórum de Osasco”. 16.3.2002.

_____. “Justiça sofre 6º atentado”. 19.3.2002.

_____. “Medo avalia abuso policial e gera ‘elite exterminadora’”. 23.2.2004.

_____. Gullar, Ferreira. *A turma da casa de Mário*. Caderno Ilustrada, 16.1.2005, p. E12.

- _____. Rocha, João Cezar de Castro. *Os profissionais da nacionalidade*. Caderno Mais, nº 672, de 16/01/2005.
- Jornal *O Estado de S. Paulo*. “Existe uma resistência cultural muito grande na própria Justiça”. 18.5.2003.
- Revista da Directoria de Engenharia*, Rio de Janeiro, maio, 1936.
- ZODIAC* nº 14, Itália, setembro de 1995.

Artigos disponíveis em versão eletrônica

- ANDRADE**, Juan C. P. de (Org.). Vida e obra de Euclides da Cunha. Cronologia. Disponível em: <<http://www.euclides.site.br.com>>. Acesso em: <25/09/2006>.
- BASTIDE**, Roger. *Variações sobre a porta barroca*. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002006000200009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: <01/11/2006>. 10.1590/S0101-33002006000200009. Acesso em: <12/08/2006>
- KESSEL**, Carlos. *Vanguarda efêmera: arquitetura neocolonial na semana de arte moderna de 1922*. Estudos históricos, Arte e História, nº 30, 2002. Disponível em: www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/334.pdf>. Acesso em janeiro de 2007.
- REIS-ALVES**, Luiz Augusto dos. “O que é o pátio interno?” *Arquitextos*. Texto Especial nº 322 e 327. São Paulo, *Portal Vitruvius*, agosto e setembro de 2005. <www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp322.asp> <www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp327.asp>

Portais eletrônicos

- Arquitetura: www.vitruvius.com.br, acesso em 2004, 2005 e 2006.
- www.arcoweb.com.br, acesso em 2003, 2004 e 2005.
- Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo: www.usp.br/fd/, acesso feito em 2002, 2003, 2004.
- Folha de São Paulo “Online”, www.folhadesaopaulo.com.br, acesso em 2005.
- Governo do Estado de São Paulo, www.saopaulo.sp.gov.br, acesso feito em 2003, 2004.
- Município de Botucatu, São Paulo: www.botucatu.sp.gov.br, acesso feito em 2002. Município de Itanhaém, São Paulo, www.itanhaem.sp.gov.br, acesso feito em 2002.
- Portal de história: www.historianet.com.br, acesso em 12/01/2005.

Supremo Tribunal Federal: www.stf.gov.br, acesso feito em 2002, 2003, 2004.

Tribunal de Justiça da Bahia, www.tj.ba.gov.br, acesso feito em 2003.

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: www.tj.sp.gov.br, acesso feito em 2002, 2003, 2004.

Entrevista: Francisco Witaker Ferreira

Data: 16 de abril de 2007

Local: São Paulo

Grupo de Pesquisa: Arte e Arquitetura Brasil: diálogos na cidade moderna e contemporânea.

Tereza: Nós estamos aqui com o Francisco Witaker arquitetos, formado na FAU em que ano?

Witaker: Em 1957 de fato, deveria ser em 1955.

Tereza: Na FAU-USP, não é?

Witaker: É, na FAU-USP.

Tereza: E o Plano de Ação foi o primeiro trabalho profissional seu?

Witaker: Não, já no último ano de faculdade, em 57, eu comecei a trabalhar com o Lebrecht com aquela pesquisa que ele fez em São Paulo. A primeira grande pesquisa sobre São Paulo. Começou antes de 57, sobre as estruturas urbanas e os níveis de vida e eu fui trabalhar como desenhista dessa pesquisa. Depois disso, eu fui integrado ao grupo de Economia e Humanismo, a SAGMACS, que é a Instituição que o Lebrecht tinha criado para fazer exatamente pesquisa social de estilo de vida, pesquisa para planejamento e desenvolvimento, etc. Em 59, quando o Carvalho Pinto foi eleito, o Plínio foi chamado para trabalhar como subchefe da Casa Civil e encarregado pelo Plano de Ação. O plano foi uma idéia que ele propôs para o Carvalho Pinto, que foi assumida, e aí ele constituiu uma equipe. Nessa altura, ele chamou algumas pessoas, quatro na verdade, e mais uns economistas de outras áreas, entre os quais o Celso (refere-se ao professor Lamparelli). E nós quatro constituíamos o que ele chamou de Equipe Técnica do Grupo de Planejamento. E eu fiquei lá, portanto, foi a segunda atividade profissional que eu tive mais específica.

Tereza: E o Padre Lebrecht, trouxe alguma influência no seu trabalho?

Witaker: Muita, na minha, pessoalmente muito grande. Porque ele era um geógrafo que tinha desenvolvidos métodos de pesquisa com vistas ao desenvolvimento. E esse método era centrado nos níveis de vida das populações. Tem toda uma teorização sobre as necessidades e tal... E isso vinha de uma aplicação prática de umas iniciativas que ele tinha tomado na França, participando com outros que criaram um movimento chamado Economia e Humanismo. Que dizia que precisava pôr a economia a serviço do ser humano e não autônomo em relação ao ser humano. Então, tudo isso se vincula e ele nos influenciou muito e a minha geração, anos 50, com essas perspectivas, mas também porque ele era um teólogo, ele era um pensador cristão. Inclusive na minha geração de JUC, que eu era da Juventude da Universitária Católica. Ele trouxe uma grande provocação, que era em um livro que ele tinha escrito nos anos 50, chamado “Renovar o exame de consciência”, porque naqueles tempos a gente, antes de comungar, fazia a confissão e tinha idoneidade. E tinha todo um método de fazer exame de consciência e, nesse exame de consciência, ele dizia que o pecado mais duro era o pecado da omissão diante da miséria e da opressão. Então, era uma colocação muito provocadora, que nos pegou, a nós, jovens. Inclusive na Páscoa dos universitários de São Paulo em 1954, eu era, nesse momento, Presidente da JUC daqui, nós distribuímos para todos os participantes um trechinho do livro dele que falava desse pecado. Pecado da omissão diante da miséria e da desigualdade. Porque ele tinha descoberto no Brasil a situação de miséria que, para ele, foi um susto. Ele já tinha passado por outros países, ele tinha um conhecimento universal da coisa, mas aqui a idéia desse conceito ele desenvolveu a partir do Brasil. Antes dessa pesquisa em São Paulo, ele tinha feito uma grande pesquisa nos estados do sul, Paraná, Santa Catarina e São Paulo, sobre as necessidades e possibilidades de desenvolvimento. Ele tinha feito pesquisa sobre condições de habitação urbana no Recife. Eu entrei na área profissional dele, porque, digamos, espiritualmente eu já estava na JUC tendo outros tipos de colocações, mas para ele foi a quarta ou quinta vez que fez pesquisa no Brasil.

Tereza: Ele lecionou na FAU, não foi?

Witaker: Não chegou, não chegou a lecionar; ele só passava por aqui e constituía equipe, passava meses trabalhando, e essa equipe era orientada, depois ele ia embora. Ele tinha pesquisa no Líbano, Vietnã, Senegal, América Latina, andou por aqui no Chile, Peru, Colômbia, ele andou por diversos lugares, tinha proposta de criar um movimento de Economia e Humanismo no mundo todo. E fazendo pesquisas concretas sobre situações de vida e procurava dar essa missão. Nossa equipe toda: o Celso Lamparelli fez parte da equipe da

SAGMACS, o Plínio nunca fez parte da equipe SAGMACS, mas ele era da JUC, portanto, teve também influência do Lebre. Os outros, como o Mário Laranjeira, que estava no Plano de Ação também, ele trabalhou nessa pesquisa de São Paulo, ele foi coordenador de pesquisa de níveis de vida. O quarto do grupinho inicial era o Domingos Teodoro Azevedo, que atualmente trabalha na Secretaria de Planejamento aqui e que é arquiteto. O Dunga também fez parte da equipe do SAGMACS. No fundo, o Plínio puxou a equipe do SAGMACS para o Plano de Ação. O Celso trabalhava lá, éramos nós quatro exatamente. Depois a equipe foi se ampliando com outras pessoas. O núcleo inicial foi constituído por nós e dois economistas do Rio, Diogo e Sebastião Advíncula, e outros que também foram se agregando.

Tereza: O Delfin participou também.

Witaker: O Delfin fazia parte do grupo porque lá tinha a seguinte estrutura: tinha o Grupo de Planejamento, que era cerca de dez pessoas, tinha o professor Salles, o Ruy Leme, e vários outros que eram economistas, advogados e outros tipos de atividades que constituíam o Grupo de Planejamento. E tinha outro grupo de pessoas, que constituíam a Equipe Técnica. Eles eram aqueles que transformavam o que o grupo de planejamento decidia em opções concretas, mas principalmente eram encarregados de elaborar o Plano de Ação. A Equipe Técnica elaborou o Plano de Ação. O Grupo de Planejamento dava a política a seguir. Dessa Equipe Técnica, tinha o chefe, que era o Diogo Gaspar, que era o economista, e o Sebastião Advíncula, cada um no seu setor de trabalho elaborando o Plano. O Plínio era o coordenador geral entre os dois grupos, como subchefe da Casa Civil.

Tereza: E nessa elaboração do Plano, as referências, as bases, elas vinham da onde? Desse trabalho do Lebre?

Witaker: Muito seguramente, por exemplo, a própria pesquisa sobre São Paulo é uma pesquisa que determinou uma série de recomendações que nunca foram seguidas, porque o Lebre entregou o trabalho não para o prefeito que o contactou, mas o que o seguiu.

Tereza: O prefeito que o contratou foi...

Witaker: Foi o Toledo Pizza e o que o seguiu foi o Adhemar de Barros. Outra perspectiva. Então, naturalmente Adhemar fez toda festa que podia fazer, mas “engavetou”. Então, as recomendações do Lebre, que até hoje estão aí como referências, eram muito na linha da chamada **descentralização**, por exemplo, São Paulo, subprefeituras, isso, naquele tempo, nós já falávamos disso. Isso, num certo sentido, numa perspectiva geral, não havia uma teoria absolutamen-

te articulada, era uma série de influências. Tinha uma preocupação de eficácia e seriedade por parte do governo. A idéia de planejamento naquele tempo no Brasil nem era muito difundida. O Plano de Ação foi o primeiro plano de governo mesmo. Feito com as características de plano com objetivos, metas, políticas precisas, metas quantitativas para cumprir, prazos, nesse sentido a influência de Lebrez tenha existido. Porque o Plínio, por exemplo, ele tinha essa visão adquirida da Economia e Humanismo, dessa perspectiva, mas ao mesmo tempo entrava outras influências. O próprio Diogo Gaspar era um economista que vinha com toda uma perspectiva tradicional da economia. Por exemplo, tinha umas coisas engraçadas que a gente fez, o que era para a gente naquele tempo totalmente natural, que fazia parte da nossa vida. A gente criou um Fundo de Participação da Indústria Paulista que implicava em financiar o nordeste. Era o princípio da dominação externa, porque aqui era um coronelismo interno. A gente ajudava o nordeste a comprar a produção de São Paulo. Então, a gente financiava, não me lembro bem do mecanismo, mas o Fundo de Participação da Indústria Paulista de expansão, que não era para dominar o nordeste, mas era de abrir mercados, criar mercados lá, para a produção do Estado poder vender. E além de vender, também era para a exportação. Misto de dominação com expansão interna objetiva. Mas são coisas da economia tradicional, não tinha nada a ver com outras visões mais avançadas, mais de outras naturezas.

Tereza: Era keynesiana?

Witaker: Ainda toda essa teoria não se tinha, não se criticava muito. Chamava de capitalismo, um pouco como agora, não se criticava, não tinha essa perspectiva de socialismo, essas coisas nem passavam. Tinham todos os grupos políticos que nessa altura já existiam, os partidos comunistas que existiam eram pequenos, não existia partido socialista que eu me lembre. O resto era tudo dentro do sistema capitalista: vamos usar os mecanismos deles, para fazer “a coisa andar”. Mecanismos que funcionaram nos países eleitos. Aqui era tudo voltado para a exportação, não considerando o mercado interno que elevaria o salário. E daí criou essa desigualdade. Então, naquele tempo, a gente não tinha essas cogitações. Mais para adiante é que a coisa começou a ficar mais definida, depois... Carvalho Pinto saiu em 62, ele foi candidato... O Jânio ganhou...

Tereza: O Jânio ganhou na Presidência e no Estado ganhou o Adhemar de novo.

Witaker: O fato era que o vice do Jânio era o Jango, que tinha já uma tradição de esquerda mais caracterizada. Para ele tomar posse, quando o Jânio renunciou, foi um “Deus nos acuda”. Tudo isso foi uma discussão mais de forças

políticas genéricas de esquerda do que de socialismo e capitalismo. Embora, quando Jango entrou, ele começou com reformas de base, ele entrou nessa perspectiva, que era o que apontava para um regime de outra natureza. E os Estados Unidos, por via das dúvidas, resolveu breçar essa experiência. E para nós isso tudo ficou mais claro bem mais adiante, em 64 mesmo. O golpe de 64, os movimentos políticos que tinham, alguns se designavam auto-socialistas, outros nem isso, era ainda a luta pela democracia, coisa assim, por um novo golpe. A saída nossa para o exterior, como ainda do Chile, por exemplo, que era uma afirmação de uma proposta diferente, bem mais para adiante, 1970, quando a maior parte do nosso pessoal foi para o Chile exilado. O Plínio, quando começou, era Democrata Cristão e tinha política partidária, então, tudo isso, para nós, foi um crescimento de consciência. Para mim, eu só vim a me debruçar mesmo a entender o interesse capitalista quando fui para a França em 1974, depois do golpe do Chile. E lá no Chile a gente acompanhava essa experiência como um governo que queria essa igualdade, mas ainda era um socialismo meio genérico, não tinha evidentemente muita definição. Chegava o Fiel lá, falava, não tinha nenhuma intenção de aplicar aquelas fórmulas todas que faziam parte do regime socialista, meios de produção, era tudo uma mescla e algumas medidas de natureza mais, digamos, “estatal”, até certo ponto: mais a presença de políticas públicas mais dirigidas para as necessidades do país e não submissas ao interesse norte-americano. Tudo isso, naquele tempo, foi fundamental para os Estados Unidos “arrebentar” com o Allende. Porque depois de Cuba, se nascesse um outro território na América Latina com um mesmo nível de contestação, podia virar naquele tempo guerra fria, um continente para o socialismo, um mundo socialista. Coisa que dificilmente se faria, mas poderia virar isso e eles se anteciparam. Então, a própria colocação do Chile e vários governantes daquele tempo, a Bolívia, o general Alvarado do Peru, toda uma turma muito na linha do chamado nacionalismo, não colonialismo, se liberaram. Ainda uma luta pela independência econômica saindo do capitalismo periférico e tentar fazer um desenvolvimento capitalista mais autônomo. Mas no fundo, tudo isso era ainda... Na época nossa do Lebrecht, nós começamos, eu naquele tempo era uma espécie de “Caxias” que queria fazer que as coisas funcionassem do jeito que elas eram: diminuir e amenizar um pouco as amarguras do sistema, sem pretender mudá-lo. Achávamos que podíamos mudar, achávamos que as coisas vinham para o Brasil, uma delas era a reforma agrária, que, se tivesse sido feita, nós teríamos melhorado muito. Eu trabalhei na reforma agrária.

Tereza: Na época do plano de Ação?

Witaker: Pouco, no segundo entrou um pouco mais. O primeiro Plano foi de quatro anos?

Tereza: Sim.

Witaker: Mas o segundo Plano eu não me lembro...

Tereza: É que ganhou o Adhemar, ele ficou “engavetado”.

Witaker: Então é isso. Então, antes disso, o José Bonifácio Nogueira Coutinho foi governador...

Tereza: Acho que não.

Witaker: Não, ele foi o candidato contra o Adhemar. Ele era o Secretário da Agricultura. E, como secretário, ele fez algumas experiências de reforma agrária muito limitadas no Estado de São Paulo. Agora eu estou ligando um pouco as coisas, é que eu não fiquei até o fim do Plano de Ação. No fim de 61, eu deixei o grupo de planejamento e voltei a trabalhar na SAGMACS e durante esse período, entre 62 e 63, eu me lembro de ter feito uma pesquisa em uma região do nordeste do Estado com vistas na reforma agrária. Perto de Jales, Votuporanga, por ali. Daí para diante, em 62, tendo feito isso... Em 63, o Plínio foi eleito Deputado Federal. E, como deputado, ele ganhou logo uma tarefa: fez o relatório da reforma agrária. Na reforma condicional pela (...) Daí, como relator da reforma agrária, ele já montando a possibilidade de passar o projeto, ele me chamou, indicando meu nome para Diretor da Superintendência da Reforma Agrária. E aí eu fui para a Instância Federal, portanto em maio, junho de 63. Depois veio o golpe de 64.

Tereza: No Plano de Ação, você atuou no DOP?

Witaker: Nós dividimos os setores: o Celso, eu me lembro, que estava na área de educação. Eu, na área de obras públicas, DOP e de Justiça e Segurança. Então todas as delegacias, polícias e os fóruns regionais de São Paulo para serem centralizadas, foi obra do Plano de Ação. Eu que era o responsável por isso aí. Além das coisas que a gente podia fazer no interior, que era uma coisa mais específica. Inclusive o que você estava falando sobre os arquitetos contratados fora do DOP, eu mal me lembro... Os Fóruns talvez a gente tenha dado para os arquitetos, mas delegacias de polícia não, nós fizemos padrões. Fóruns muito vagamente.

Tereza: Foram feitos pelo Artigas, Fábio Penteadó, Jorge Wilhein, entre outros.

Witaker: Aqui em São Paulo ou no interior?

Tereza: No interior.

Witaker: Eu, como arquiteto, fiquei com essa responsabilidade e aí tem dois elementos que tiveram **a influência do Lebrecht, por exemplo, na questão**

da Justiça, a descentralização do fórum que só existia no centro, na Praça João Mendes, um fórum para essa imensa cidade, e tinha que descentralizar, tinha que aproximar mais a condição da justiça do cidadão. Isso dificultava a vida das pessoas; então, uma das teses do governo foi na cidade de São Paulo construir fóruns regionais. Embriões da descentralização das subprefeituras, que depois começou a existir. Então, eu me lembro de um episódio engraçado, que ele (governador) lá no governo tentava convencer os Desembargadores que precisava descentralizar a Justiça, mas não havia meio. Então um dia ele me chamou e disse: – Chico, faz o seguinte, pega uma Kombi e mostra para esses Desembargadores o que é essa cidade.

Aí eu peguei uma Kombi do governo do Estado e sai e dei uma volta de um dia, passei por Santana, Lapa, em cada centro que já existia forte, cheio de gente a cidade inteira, grandes aglomerações comerciais, e os Desembargadores iam ficando com o queixo caído. Nunca tinham visto. Porque a vida deles era de uma casa na zona sul ao centro e do centro para zona sul e, quando sai, ia pela estrada de Santos. Não tinham a mínima idéia do que era essa cidade. Então foi uma espécie de “golpe de tacape”. Funcionou. Com essa visita, eles se convenceram de que era possível descentralizar. A polícia não precisou de tanto esforço não, ela tinha essa compreensão.

Outro episódio que eu me “meti” e que foi muito significativo nesse sentido foi que nós todos tínhamos uma preocupação muito grande com consciência, quer dizer, fazer acontecer. Tínhamos uma meta. Nós vamos construir tantos centros de saúde, tantas creches, tantos fóruns, tantas delegacias, tantas casas de lavouras... Aliás, **as Casas de Lavoura, nós fizemos maiores do que as cidades que elas estavam, eram grandes demais para a realidade da cidade.** A cidade achava bom aquela grande obra, mas no ponto de vista objetivo era, não “elefante branco”, mas grande demais. Mas isso é uma análise que na hora a gente observava pouco, porque o mais importante para nós era a capacidade de realizar. E isso era um bloqueio porque **o DOP trabalhava por procedimentos ainda antigos.** Tinha um setor de arquitetura, um setor de projetos, um setor de hidráulica, um setor de eletricidades, um setor de... Tudo separado. E quando chegava um projeto de alguma coisa qualquer, entrava na arquitetura, depois ia passando para outro setor, voltava para arquitetura, que passava para outro setor e ia e voltava, ficando num círculo “infernai”, que não se conseguia sair da fase do projeto. Perdia-se muito tempo. Aí nos veio a idéia... Tudo isso por **influência do Lebrecht, porque ele é que tinha essa idéia de interdisciplinaridade,** então resolvemos fazer lá no DOP ateliês completos. Quer dizer, dentro de um

ateliê tinha que ter o arquiteto, o hidráulico, a engenharia, todas as partes, as fundações, tudo. E tinham que pegar um projeto e resolver integralmente. Não tinha que sair de cada um. Então, nós vínhamos fazendo uma reforma administrativa muito grande no DOP.

Tereza: A divisão foi de acordo com programas também? Um pessoal para escola, outro para fórum?

Witaker: Não. Eu não me lembro desse tipo de divisão. Podia ser até que tivesse, mas o principal era que a equipe fosse multidisciplinar. Que pegava todos os aspectos da obra da fundação até o final e pegava o projeto e tinha um mês para fazer o projeto. Não era para sair, mandar para outro e dizer que o outro demorou em devolver, etc. Por uma necessidade de eficiência, nós pensamos de fazer dessa forma. E de novo eu fui encarregado de convencer o DOP disso aí. Eu tinha uma relação muito intensa com os diretores do DOP e com o secretário que, naquele tempo, era a Secretaria de Viação e Obras Públicas. O secretário daquele tempo era o Faria Lima, o Brigadeiro. Era uma situação muito engraçada essa do Plano, porque nós, os inimigos do Grupo de Planejamento, eramos muito jovens, eu tinha naquela altura uns trinta anos, quando eu comecei tinha vinte e nove anos e íamos lá com todo o poder do governador, era do gabinete dele. E metíamos a dar palpite, em todas as áreas. Então esses “donos” desses aparelhos todos... chegava lá essa “molecada” e começa a dizer o que tinha que ser feito, trazendo uma ordem do governador: eles tentavam nos bloquear. Eu com a minha tarefa, pior ainda: tinha que reestruturar todo o DOP. Ele estava todo organizado, os departamentos, etc., e tinha que montar equipes multidisciplinares. Imagine o nível de questionamentos do poder instalado... era muito grande, era muito difícil de eles aceitarem. Aí, quando chegou o ponto de bloqueio, que eu vi que não dava... Aí, sempre o Plínio com suas idéias geniais de fazer funcionar as coisas, ele assoprou isso para o Carvalho Pinto e ele falou “Está bem, vamos lá amanhã”. Eis que um dia o governador me chama no Palácio, me coloca no carro dele e nós dois saímos com sirene até o DOP. Chegamos lá, entramos na garagem e de lá desce o Carvalho Pinto e eu. Daí para diante, o pessoal aceitou todas as coisas que eu colocava. Ou seja, deu uma demonstração de poder num certo sentido, porque era a única maneira de “sacudir”. Era muito complicado. Porque mexeu com muitos interesses, muitas estruturas de lá, mas deu certo. Aí que estouraram os projetinhos das delegacias. E quando eu vejo uma, eu penso: e lembrar que eu vi os projetos, que são os mesmo até hoje. Tinha uma série de aspectos que entrava nisso o programa de humanização, tudo isso estava nos nossos valores, que agente tentava passar, mas não eram

assim com clareza absoluta, princípios, era natural. Não diria difuso, mas natural. Era natural nos nossos valores, que entrava uma série de coisas, a própria estrutura dentro das delegacias, as prisões dentro delas, cadeias dentro delas, as prisões provisórias... Mas eu não entrava nesse detalhe. A gente dava umas orientações, mas tinha a equipe que desenvolvia.

Tereza: Uma orientação geral no projeto?

Witaker: Muito geral, no projeto. Eu funcionava muito mais como um administrador do que arquiteto. Não me metia como arquiteto nessa seara. Era administrador.

Tereza: E nessa mudança administrativa, você achou que essa produção teve um rumo diferenciado?

Witaker: Teve. Primeiro, pela eficácia e, segundo, porque melhorou sua qualidade. Talvez essa condição, de outros arquitetos desenvolverem projetos pelo interior, foi decorrência do projeto ser pensado mais globalmente a cada caso. Eu não tenho lembrança dessa relação com o IPESP, talvez eu já estivesse saído desse circuito.

A visão humanística de aproximação com o cidadão comum também estava presente na necessidade de construir mais equipamentos públicos. Daí aumentar o volume de obras. A descentralização fazia parte disso. E abriu o espaço para esse pessoal contratado pensar um pouco mais sobre isso. Coisa que eu nem sabia que tinha existido.

Eu fiquei por lá até 61, porque tive algumas divergências com as maneiras que estavam acontecendo algumas coisas. Talvez eu tenha perdido as fases mais agudas desse enfrentamento.

Tereza: Como foram quantificados ou identificados esses problemas que o Plano enfrentou?

Witaker: Cada setor tinha que fazer a sua. Não tinha uma recomendação geral. O que havia, em termos de Lebrecht, o primeiro estudo de necessidades e possibilidades que ele fez em 1952. Depois ele fez em 54, 55, o resto da bacia Paraná, Uruguai, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, depois em 56, 57, ele fez a cidade de São Paulo. Então, a pesquisa que ele fez de São Paulo, primeiro volume data de 1952. Depois, que eu me lembre, a definição de objetivos e metas foi muito de cada secretaria, que ficou encarregada no assunto. Não tínhamos uma estrutura para pesquisa, os dados vinham das próprias secretarias. O corpo técnico estava instalado em frente ao Carvalho Pinto, em um palacete que tinha ali no bairro dos Campos Elíseos.

Tereza: Como eram as reuniões da Equipe Técnica?

Witaker: Eu não me lembro muito detalhe disso não. Mas a gente se reunia, pelo menos para decidir o que cada um tinha o que fazer. Cada um de nós tinha certo número de tarefas... O que nós tínhamos muito naquela época, a grande preocupação era com a eficácia. E dessa integração, eu me lembro de umas histórias que a gente contava naquela altura de desvinculação entre setores da administração. Por exemplo, entre estradas e pontes: tinha um departamento de pontes, obras de artes, e tinha o departamento de estradas, os dois não trabalhavam de forma conjugada. Então, não me lembro de quem falando dessas “incertas”... A gente fazia “incertas” no interior, visitava as cidades para ver o estágio das obras, tinha uma preocupação de produzir resultados... Nós entendíamos muito de planejamento como uma capacidade de organizar, prevendo resultados e fazendo com que eles acontecessem com políticas que levassem a isso. Eu escrevi depois um livro sobre planejamento, com o título bem indicativo do conteúdo, “Planejamento sim e não”, com toda uma época de atividades e serviço social que isso mudou bastante. E tinha uma linha de saber que o planejamento se situa entre a improvisação absoluta e o planejamento absoluto e que os dois não existem totalmente, o que existem são situações segundo circunstâncias de você estar mais perto possível do planejamento e mais longe possível da improvisação. Você tem que ter uma visão realista e colocar, às vezes, a improvisação absoluta quando não tem condições de tomar decisões por conta de prazos, recursos, etc. Então essa é a tese do livro e que é todo um diálogo entre dois “caras” que estão, um que está começando a entender do assunto e outro que quer entender um pouquinho mais. Aliás, vou reescrever esse livro, vou fazer uma nova edição revista e ampliada. Vou introduzir o quarto personagem, porque já aprendi muito depois daí, de 76 para cá. Vou introduzir outras idéias de rede, de limite... Então a nossa visão de planejamento em arquitetura era muito na linha de eficácia. Tanto que nós entendemos o governo Carvalho Pinto como um governo que realizou. Ele não só prometeu, realizou. Éramos nós, que naquele tempo tinha a velha dependência do Legislativo, porque sem ele o executivo não faz nada. Então o Carvalho Pinto teve a capacidade de ganhar um cheque em branco do Legislativo para realizar o Plano de Ação. Isso foi uma grande briga política. Você imagina o Presidente de Assembléia, era o Abreu Sodré. No fundo, a Assembléia deu ao Carvalho Pinto uma autorização para gastar do jeito que ele achasse melhor. Então, os opositores do Carvalho Pinto criticavam muito. Mas a gente tinha lá demonstrativos da nossa eficácia. Então a gente jogava com os deputados, de que era melhor ficar com a gente do que contra nós. E uma estratégia usada era o que a gente chamava

de “tacape”: nós tínhamos uma parede lá com colunas de cada setor e a gente tinha umas fichinhas que andavam e demonstravam que pontos estavam sendo feitos pontos agudos, controlava o processo executório todo, direto da abertura de concorrência, da contratação, da primeira fase, segunda fase, tudo isso era extremamente rigorosamente demonstrado. Nós montamos um sistema de controle, nossa tarefa era essa, porque antes era aquele sistema de governo que ia enrolando, “empurrando com a barriga”, decisão tomada sem nenhuma organicidade. Então nós tínhamos essa parede inteira com esse demonstrativo, que nós chamávamos de “tacape”. Porque o deputado que queria saber para “puxar a sardinha” para o lado dele ou mesmo o cidadão que vinha de fora para conhecer de outros estados do Brasil, a gente mostrava aquilo e o pessoal saía de lá absolutamente “abobalhados” de ver que capacidade técnica de prever e realizar. Essa, na realidade, era muita a nossa tarefa lá. Então, por exemplo, esta questão de incertas... Numa dessas incertas, havia sempre essas histórias que contavam: um dos nossos foi para um lugar de avião, passou por uma mata absoluta e tinha uma ponte de um nada para outro lugar nenhum e não tinha estrada para nenhum dos lados. Porque o departamento que fazia pontes, fazia pontes e onde dissessem para ele fazer. Não tinha nada com o departamento de estradas para chegar à ponte e sair da ponte. Esse tipo de coisa era a nossa problemática daquele tempo. Tenho impressão que agora já superou isso aí, mas era esse problema. Então devo ter feito, não sei... por que esse setor era meu, devo ter mexido na integração dos serviços da Secretaria do Setor de Obras Públicas. Enquanto faz um plano e uma integração que implica em construção de obras de arte, a programação do trabalho tem que implicar em na estrada chegar à ponte, que tem que transpor o rio, depois continua a estrada, ou seja, o trabalho tem uma unidade objetiva, tem que ligar uma coisa a outra e não fazer coisas que não se ajustam.

Tereza: As ações eram modernizantes?

Witaker: Sem esses conceitos, era. No fundo, o governo tem que trabalhar. Precisa fazer coisas necessárias pelo bem do povo. As Casas de lavoura: por que tinham sido pensadas? Eu não estava nesse setor e o pessoal só via o lado crítico delas, uma cidadezinha com o tamanho delas. Mas era um centro de difusão de tecnologia para o pequeno agricultor, o agricultor em geral, tinha que ter todos esses especialistas da área da agricultura e lá funcionando, dando curso de manutenção, dando assistência técnica, fornecendo insumos. Casa da lavoura era um pouco disso aí, um centro. Se isso se chama modernizar, não sei. Tem que pensar que aquilo era ido dos anos de 59, 60. O Brasil, naquele tempo,

tudo isso era muito novidade. **O Juscelino tinha feito antes disso o Plano de Metas, mas não sei se ele tinha tido uma equipe técnica tão bem aguerrida para realizar. O Juscelino tinha dado o primeiro choque de planejamento no Brasil.** E foi em 54, 55... E era um plano com a construção de Brasília, estradas para chegar lá, e era um plano de metas na área econômicas, indústria de automobilística, etc., não era como o Carvalho Pinto, que era um governo do cotidiano. O governo federal, eu acho que tinha mais um governo de impulso, de uma liderança que queria passar que acontecessem as coisas.

Tereza: Você se lembra se foi discutido algo sobre habitação?

Witaker: Eu não me lembro de alguma discussão disso naquele momento.

Tereza: E da reforma agrária das bases que se lançaram no Plano de Ação?

Witaker: Estávamos tateando a maneira de pensar, tanto que, quando eu fui em 63 no governo federal, isso era um desafio, entrava na linha de equacionar e tinha outros tipos de situações sociais, camponeses do nordeste, os sem-terra daquele tempo, mas idéia de assentamento mesmo era uma fase muito primária disso tudo. As medidas que o ministro adotou eram recorrências das iniciativas que ele tinha. Portanto, o que o José Bonifácio Coutinho fez foi fazer uma pesquisa mais para a implantação do saneamento, condições sócias econômicas da época. O que motivou a entrada disso, eu não me lembro muito bem. Eu participava mais dessas reuniões decisórias políticas do governo. O nosso grupo, a não ser o Diogo, que era chefe da equipe técnica, eu pelo menos não participava de reuniões políticas dessa natureza. Isso era mais governador, chefe da casa civil, subchefe da casa civil, o “grupão” de planejamento. Eu me lembro da única reunião política de que eu participei daquela instância, nem junto com o Carvalho Pinto, mais na nossa instância era em relação à tomada de posse do Jango. A gente discutiu muito isso. O Carvalho Pinto tinha que tomar uma decisão se era a favor ou não e nós optamos pelo respeito absoluto à Constituição. Então tomamos essa posição e o Jango tomou posse.

Tereza: Você era do PDC na época?

Witaker: Eu não só... o Plínio. Eu era um técnico da equipe técnica do SAGMACS, na nossa equipe inteira só tinha o Plínio do PDC. Nós não tínhamos um trabalho político partidário.

Eu me lembro que quando o Jânio foi eleito, o Carvalho Pinto já era governador, então o Jânio promoveu algumas reuniões regionais. Eu me lembro de ter participado de uma reunião no Rio de Janeiro. Era um encontro do governo federal com governadores.

Tereza: Você percorria o interior?

Witaker: Pouco. Quem fazia isso mais era o Plínio mesmo, que era o mais político mesmo, que tinha contato com prefeitos.

Quanto à produção de obras dessa época, era muito marcada por esquemas que consideravam sua capacidade produtiva financeira. Seguramente, o IPESP entrou no esquema porque viabilizava a parte financeira.

Quanto à possibilidade de renovação dos projetos feitos pelo DOP, no fundo, os novos companheiros daquele período eram da arquitetura moderna, precisando “cavar” espaço para convencer. E aquilo foi um início realmente. O governo Carvalho Pinto foi aberto para o futuro. Mas tudo isso se fazia de uma maneira natural, quase obrigatório. Não era uma decisão de ser moderno, não. Essa história do Guedes, do Milan... Tudo isso, na maneira que nós vivíamos, era um mundo meio limitado, era um mundo pequeno dos privilegiados do país. Naquele tempo mais ainda, e a gente se encontra numa festa, numa reunião de um amigo e conversa e automaticamente que ninguém estava defendendo ou fechando questões em torno de privilégios, mas tentando uma atitude lebreiana da omissão diante da miséria, tudo isso fazia com que nós estivéssemos abertos para estas propostas inovadoras. Ninguém querendo conservar coisa nenhuma. Por exemplo, a própria idéia da equipe multidisciplinar isso era lógico, os episódios em que eu estive metido eram todos decorrentes de uma necessidade de melhorar o que se fazia. Melhor o atendimento, o serviço prestado. Tinha uma outra elucubração, mas...

Tereza: O planejamento vem nesse conjunto, era uma novidade...

Witaker: Sim, era uma das etapas necessárias. Eu mesmo, depois do golpe, eu me liguei ao planejamento da igreja, o planejamento pastoral, 64, 65, 66. E antes tinha havido um plano de emergência da conferência dos bispos em 62, que era um tipo do plano de metas chamado de Plano de Emergências. Quem elaborou foram pastores e teólogos. Dom Hélder Câmara e Raimundo Caramuru, que era Secretário Executivo da Conferência, e eram, no fundo, grandes objetivos sociais, objetivos que a igreja deveria tentar alcançar para que elas se definissem. Coincidiu com o concílio do Vaticano II, que era uma mudança da presença da igreja no mundo. O João XXIII, puxando as igrejas para planejarem as atividades, ao invés de simplesmente “tocarem” o barco. E Dom Hélder captou isso aí e lançou o primeiro Plano de Emergência e tinha naquele tempo, como hoje, situações muito “bravas” de desigualdade e as reformas de base eram por causa disso, mudar certas estruturas educacionais, fiscais, econômicas, agrárias, etc. Estruturas com vistas à igualdade. Ele fez aquele plano, que era muito mais

do que intenções. Mas aí se deu a necessidade da época de fazer com que esse plano fosse mais tecnicamente elaborado. Para isso que me chamaram. Depois do golpe, eu estava desempregado. Então, um ano depois do golpe, fui trabalhar na conferência para estruturar um plano, no processo de planejamento da conferência. Daí tinha muito mais uma definição de objetivos, de programas, projetos, coisas que em tempos idos a gente usava em planejamento; eu dei aula sobre isso e a idéia do participativo que atualmente é fundamental, naquele tempo a gente estava começando. No plano pastoral, eu já introduzi essa idéia como uma condição. Ele inteirinho foi feito de baixo para cima, mas de baixo para cima com participação. E o processo de planejamento pastoral que nós implantamos foi totalmente dando a voz aos agentes que estavam lá, concretamente. São todos os processos que vão a um crescimento na mesma direção. Como coincidiu esse planejamento pela igreja com o golpe e os militares entraram em um esquema de disciplina, então, muita gente criticou a própria igreja como mimetismo dos militares no aspecto disciplinar de estruturação. Isso deu boas discussões. E o plano apareceu com sua dimensão participativa muito mais forte. Diziam que o autoritarismo civil entrou que na igreja através do planejamento. Total distorção do objetivo do processo. Mas tudo isso na época do Carvalho Pinto; nós, cinco anos antes, para fazermos a coisa funcionar, podíamos até dar margem a pensar que o plano era autoritário. Nós não tínhamos naquele tempo uma sensibilidade tão grande para participação. Eu me lembro que em 62, quando eu voltei para trabalhar na SAGMACS, nós começamos a fazer plano de desenvolvimento das cidades com regionais e sub-regionais e aí nós já introduzíamos a dimensão participativa, só que pegamos os consórcios de municípios e com os prefeitos, participando muito mais das decisões. Mas isso em 62, ainda não tinha a dimensão da participação popular propriamente dita. Isso foi crescendo e a gente foi redimensionando as coisas.

Tereza: Mas, naquele tempo do Plano de Ação, ele foi pensado em questões participativas?

Witaker: Talvez surgissem. Eu tento rememorar um pouco porque que eu saí. Tento, mas não consigo me lembrar, mas às vezes eu me pergunto se não é por aí. Tanto assim que, quando eu voltei para a SAGMACS, eu intensifiquei a parte participativa. Talvez a abordagem que estava prevalecendo fosse uma abordagem excessivamente tecnocrática. Mas não consigo lembrar. Lembro-me que criou um mal-estar em mim e eu falei: se a tendência é esta que está, eu vou sair. Evidentemente apoiando o Plínio, todo mundo, mas saí da equipe. Mas para mim este processo foi uma caminhada que fui vendo acontecer. Mas eu queria

me lembrar da minha saída, porque eu me separei. Meio incompreendida, não sei até como para o Carvalho Pinto isso apareceu.

Tereza: Havia algum consenso do Estado com as ações do PAGE?

Witaker: No fundo, a questão da Assembléia ter dado um “cheque em branco”, não de um ano, e sim de quatro anos, não é propriamente um consenso, porque as coisas eram meio distorcidas. Mas as forças políticas do Estado... Carvalho Pinto conseguir “emplacar” quatro anos no plano; no fundo, todo mundo pagou para ver. Podia ter sido um desastre, talvez isso tenha sido um dado muito importante, porque eu não me lembro que para a provação do plano já se tivesse uma clareza de todas as metas. Acho que tinha uma visão genérica. Para ser aprovado, tinha uma previsão de investimento em diferentes áreas.

Tereza: O Plínio comentou o trabalho do Garcez.

Witaker: Que era o estudo do Lebret. Garcez é que contratou ele. Quando ele esteve aqui em 52, na verdade, a primeira vez foi em 47. Veio para dar um curso sobre Economia e Humanismo. Dentro desse curso na escola de sociologia e política, ele fez um curso de introdução ao marxismo. Aí a igreja “caiu em cima”. E o Lebret foi proibido de voltar ao Brasil durante cinco anos, porque ele veio trazer idéias extremamente diferente. Então ele ficou de 47 a 52 proibido de voltar ao Brasil. E quando ele veio novamente em 52, o Garcez esteve lá na Europa como governador e encontrou o Lebret e foram armando a volta dele. Isto tem nos livros sobre o Lebret, que leio para rememorar a minha entrada nisso tudo. E o Garcez foi um dos fundadores da Economia e Humanismo, eu acho. Depois o Garcez pediu para o Lebret fazer essa pesquisa. Garcez... deve ter sido entre 50 e 54 e a pesquisa do Lebret sobre São Paulo foi em 52. Depois ele fez a bacia Paraná/ Uruguai, quando o Garcez não era mais governador do Estado, mas talvez fosse presidente da comissão da bacia Paraná/Uruguai. Garcez é que deu esse salto. Essa parte de energia foi importantíssima, com a barragem de Ilha Comprida que foi construída pelo Carvalho Pinto. Nós fomos à inauguração de Viracopos, me lembro de sair com um Boeing e a grande demonstração que se dava era que não dava tempo de se tomar um Champanhe. E lá na Ilha Comprida temos uma fotografia que estavam eu o Plínio, Nereu, que depois foi o presidente da STJ aqui e que era assessor jurídico do Carvalho Pinto, e o Hélio Bicudo, que era também assessor jurídico do Carvalho Pinto. E no monumento tinham as abelhinhas do Plano de Ação. Outro personagem dessa época foi o Hélio Bicudo. Eu fiz a casa particular do Hélio, éramos todos amigos. Eu fiz e ele mora até hoje nessa casa.

Tereza: Você fez bastantes projetos?

Witaker: Não só esse, depois o Carvalho Pinto me pediu também. Aí eu juntei a equipe toda e falei: gente, só assino se for todo mundo junto. Aí o Nereu pediu também, mas eu nem cheguei a terminar. Não era a minha seara. O do Hélio teve só que refazer o muro para proteção.

Tereza: Você, quando exilado, foi para o Chile?

Witaker: Não, eu fui primeiro para a França. Plínio teve que sair de imediato, ele era Deputado. Ele foi para o Chile via Paraguai. Eu fiquei dois anos trabalhando na CNBB. Depois, não teve jeito, eu tive que sair também no fim de 67. E aí eu fui para a França. Lugar que tinha possibilidade de trabalho, pelo contato com o Lebrecht no Instituto de Pesquisa e pela minha formação, eu fui dar aula. Eu tinha que pensar em sobreviver porque saí com a família inteira, com quatro filhos. Fiquei lá na França por três anos. Aí veio o convite para trabalhar na CEPAL no Chile. E fui com a família inteira, depois veio o golpe do Chile. E voltei para cá. Depois mais oito anos, total de quinze anos fora. Retornei ao Brasil em 80, de fato em 81.

Tereza: E quais eram suas atividades em planejamento?

Witaker: Não, depois do golpe do Chile eu mudei. Não dá para trabalhar tecnicamente nessas coisas, tem que trabalhar politicamente. Então eu entrei num projeto contra dominações. Projeto da CNBB internacional com Direitos Humanos, toda essa problemática. Mas quando eu voltei aqui, eu trabalhei com Dom Paulo Evaristo Arns já na questão de comunidade de base e desemprego e participação da Constituinte com o plenário na participação popular na Constituinte. Daí de lá eu fui ser vereador, fiquei oito anos como vereador e depois saí de novo. Eu fui para a Justiça e Paz em Brasília. E agora Fórum Social Mundial.

Tereza: E sobre o Fórum Social Mundial, fale um pouco sobre suas experiências.

Witaker: O Fórum foi uma coisa que me preenche a vida toda. Tem algumas lutas, digamos, ainda brasileiras, como lutas contra a desigualdade, as iniciativas do CONIC a APCD, a Associação Brasileira de Combate a Desigualdade, que está ainda “patinando”. Tem uma luta contra a corrupção eleitoral. Mas o que está me tomando a maior parte do tempo é o Fórum mesmo. Porque ele se tornou um negócio de peso. E depende muito da nossa capacidade do coletivo de entidades. No meu caso, eu estou com mais tempo livre, então eu estou muito mais engajado no Fórum. É uma proposta totalmente nova, em que calhou num momento justo, em que se sentia que a luta contra o neoliberalismo através da pura resistência se esgotava. E precisava dar um salto para cima, tendo alternativas. Não basta ser contra, é preciso dizer o que eu quero no lugar. E isso estava

precisando de um instrumento novo, que foi justamente o Fórum. Aberto em que todas as ações, que estão se montando na sua diversidade enorme contra o sistema, possam se encontrar sem disputa entre elas. Sem hegemonizar nada, ouvir umas as outras, reconhecer mutuamente suas diferenças. Identificar convergências e lançar novas linhas de ação. E é um espaço que a gente convive com uma prática política completamente diferente de partidos, sistemas, sindicatos. Embora seja um espaço para movimentos sociais e organizações, só estão excluídos desses espaços os partidos. Não é uma disputa pelo poder do país. Fórum é um espaço de outro tipo, não tem bandeiras, movimentos políticos. Espaço de intercâmbio, incubador de novas ações. E durante muito tempo, desde que foi lançado, ele foi se afirmando com essa perspectiva. E havia permanentemente uma tensão entre todos que participavam disso: e na linha, ele era um espaço ou um movimento? Se fosse um movimento, ele tinha que ter um teor político e tudo isso. Se for um espaço ele tem que pretender a não representar um movimento nem nada, não tem regras, nem documento final, etc. Mas isso é extremamente inovador na prática política. Então tem uma enorme incompreensão do mundo e principalmente da mídia. Como não tem um documento final, não saiu nada do Fórum. Como, na realidade, não é para sair um único mesmo e, sim, diversos documentos. O Fórum é uma entidade, não é um movimento. Agora esse processo está avançando, muito apesar dos noticiários recentes que quase que dizem que o Fórum acabou. Como, na verdade, ele está em expansão. Só para dar um exemplo, este ano tem um Fórum Social nos Estados Unidos, no coração dele, engajando todos os movimentos sociais lá nessa perspectiva de espaço aberto e convergências; no Canadá, logo em seguida. Terá na mesma época na Dinamarca, na Alemanha, no nordeste da Índia, na Mauritânia, na Guatemala, um nordestino em Salvador. Tem um na periferia sul de São Paulo, “Outra periferia possível”. O Fórum está absolutamente em expansão e já ultrapassou a dúvida sobre espaço e movimento. Tem uma nova tarefa agora, que é a tarefa de comunicação. Nós estamos totalmente falhando. Porque o Fórum, para quem vai, é uma experiência riquíssima, inovadora. O pessoal sai de lá com uma energia, descobrindo que dá para funcionar a horizontalidade das redes, que é a grande proposta organizativa que surge, dá para funcionar. Pessoal sai de lá acreditando que um outro mundo é possível. Mas quem não está lá, não. Nosso problema é vencer o conformismo. De quem não acredita que outro mundo é possível e está em construção. Que tem uma quantidade enorme de coisas sendo feita pelo mundo afora, alternativos. Que ninguém sabe que acontece. Então nosso problema é fazer saber que um outro mundo é possível,

que ele está em construção, que uma outra prática política, diferente dessa que a gente está vendo por aí é possível e que ela está sendo experimentada. Então nossa tarefa agora é essa de comunicação. Eu estou muito engajado nesse processo e participando das discussões que se fazem no nível mundial por causa disso. Estou indo agora daqui a quinze dias para Europa, para participar de uma reunião sobre comunicação. Depois uma reunião do Conselho Internacional do Fórum para decidir onde vai ser em 2009. Como faremos em 2008, que vai ser uma multiplicidade de iniciativas estruturadas no mundo todo, ao mesmo tempo com DAVOS, que é uma data simbólica. Estou tendo uma possibilidade de atuação maior nisso porque recebi um prêmio por causa disso. Esse prêmio está me dando muita visibilidade fora, aqui no Brasil não. Fora está me fazendo ser convidado para muitas coisas do Fórum, porque o prêmio pegou minha trajetória de vida, mas pondo o dedo principalmente na minha participação na construção do Fórum. Tanto assim que fui indicado para receber esse prêmio por indianos. Isso está me dando muita possibilidade de trabalhar com isso.

Tereza: Isso me lembra uma conversa nossa inicial da retomada de uma crença para a juventude que está tão dispersa, difusa...

Witaker: A vocação dele é reacender utopias. Não na base da retórica, mas na base de se viver experiências concretas e saber de outras experiências. O drama é fazer o pessoal saber que isso é possível. Esse prêmio foi dado pelo Right Livelihood Award, entregue em dezembro no Congresso sueco, um dia antes da cerimônia do Prêmio Nobel, que ninguém no Brasil sabe. É chamado prêmio Nobel alternativo, que dão desde oitenta para pessoas que tem uma trajetória pela globalidade pela luta da justiça. Quem criou era para que fosse uma categoria do Nobel, mas o testamento do Nobel não permite que se crie uma nova categoria, então, teve que se montar uma fundação para isso. Tive uma homenagem na FAU porque estudei lá, pelos amigos, uma na Assembléia Legislativa, outra pequena no Rio.

Tereza: Que você gostaria de dizer para finalizar?

Witaker: Eu me pergunto por que me deram esse prêmio? Eu costumo dizer que eles vieram me dar dois recados: um, que o Fórum Social Mundial é um sucesso. E que precisa divulgar. Para que mais gente participe deste processo, não só de Fórum, mas toda outra condição de que outro mundo é possível. E que, portanto, o recado que eu tinha que ajudar para que isso se espalhasse. E outro recado é que a gente não pode “pendurar a chuteira”. E esse é o recado para a juventude, eu estou com 75 anos e, olha, tem muita coisa para fazer. Não dá para agente se acomodar, as coisas como elas são... tem que dar um

jeito que elas sejam diferentes. E tem o que fazer, o que pode cada um na sua possibilidade, dentro da força que ele possa dispor, mas não pode “pendurar a chuteira” não.

Entrevista: Fábio Moura Penteado**Data: 09 de abril de 2007****Local: São Paulo****Grupo de Pesquisa: Arte e Arquitetura Brasil: diálogos na cidade moderna e contemporânea.**

Fábio: Estou tentando lembrar das coisas, a Mayumi de Souza Lima, ela dirigiu aquele “negócio” de escolas que se chamava FECE, Fundo para Escolas. Isso foi também na década de 60. Ela queria fazer um levantamento do Plano de Escolas com qualidade, buscando sempre algumas informações, referências para as escolas que viriam a ser construídas. E na verdade, de certa forma, voltando ao Carvalho Pinto, que, de repente, foram assim quatrocentos projetos... Eu me lembro que nessa época por aí eu estive na Checoslováquia e tinha sido uma coisa muito curiosa, não tinha que ser construído nenhuma escola lá porque não tinha criança, não nascia ninguém. E aqui em São Paulo faltava... Usava-se na época muita telha de “eternit”, faltava, não tinha, acabou pelo volume que foi construído. Como é que eles eram construídos, então queria fazer uma análise, na verdade como qualidades, possuíam falhas lamentáveis. Eu aceitei até certo ponto. Para começo de conversa, a minha formação, que aconteceu tudo por acaso, eu comecei como jornalista de arquitetura. Também saí do zero para editor da revista, que era a mais importante na época, a revista Visão. Fui editor durante vários anos. Eu aprendi e convivi com gente muito, muito boa do jornalismo. E se observa as coisas sobre a arquitetura entre o ato de desenhar e pensar e somar coisas. Eu me lembro até para colocar o tema, colocar em evidência, para chamar, marcar ponto, eu me lembro que eu tinha que pegar a sala de aula e quantas horas de uso tinha uma sala de aula numa escola e somando dias, semanas, etc., dava bilhões de horas. Então essas horas tinham uma razão de ser, uma rentabilidade, a maior possível para justificar o empenho político de fazer escolas, o dinheiro gasto. Mas aí tinham três problemas básicos: crianças ou adolescentes tinham que ver e ouvir. Tinham tantas falhas na elaboração. O próprio direcionamento da janela, problemas de sol, de calor e de não enxergar o quadro negro depois de duas passadas com o apagador. Exigia que o professor tivesse uma habilidade de falar para ser ouvido. Então a rentabilidade era de 40%. Então, começando disso, era tudo demais, o banheiro da escola, a cozinha da escola, todos são pontos que na verdade que hoje seriam... Não que sejam bons, mas obrigatoriamente mais práticas de uso de conservação.

Eu analisei, a pedido da Mayumi, esse projeto do governo de São Paulo sobre escolas. Eu me lembro que, para definir o trabalho, eu pedi, queria 2% da verba para fazer a pesquisa com um grupo grande, etc. Eles buscavam, o que me aconteceu algumas vezes, um arquiteto que tivesse presença e disposição de enfrentar uma briga. Então eu aceitei, estando consolidado. Eu pedi 2%, não tinham. Quero então 1%, 0,5%, não tinham. Então, “tchau”. Também não era o caso de aceitar, era para fazer um edifício, um piloto de teste para matérias novas. Mas é curioso que esse trabalho não tem ainda . E o especialista de escolas foi depois de muitos anos o João Honório. Eu até me lembro que ele teve uma bolsa na Europa, na França, onde fez um curso de pré-fabricação. O João Honório acabou fazendo um estudo de organização de técnicas de idéias para escolas, muito discutível porque o arquiteto ficava montado aquilo conforme... Bom, mas ele basicamente pode adequar as novas construções.

Miguel: Isso já na CONESP.

Fábio: Já era CONESP.

Miguel: Que tinham os “projetinhos-padrão”: os cadernos vinham prontos.

Fábio: É, assim... eu acho que aconteceu no geral, não é? Projetei escolas.

Miguel: E aí, como foi sem ter essa pesquisa?

Fábio: Eu não fiz muita não. Eu tenho um caso curioso: eu fiz uma escola, incrivelmente fantástica essa escola. E eu fui chamado ao IPESP e era... Depois ficou meu amigo, ele ficou como Diretor de Obras da CECAP, eu vou lembrar já o nome dele... E foi uma coisa, no meu caso, extraordinária. Ele disse “Olha, todo mundo gostou do seu projeto”. Era uma escola de telhado de barro e era muito alegre.

Então, o diretor pegou um pedaço de papel, não uma folha, pegou e rasgou um pedaço de papel e fez um desenho assim e disse: “Eu quero que você refaça esse desenho neste terreno. E tem que ser de graça!” Isso em 60. E eu estava particularmente numa situação terrivelmente precária. Então, eu falei “Mas o senhor quer que eu faça de graça? O senhor que quer ou o governo que quer?”

Então ele me respondeu que seria uma condição “*sine qua non*” de fazer qualquer outro projeto no IPESP. Eu sei que eu fui posto para fora do prédio da Eduardo Gomes. Duas vezes: uma outra vez foi no Kremlin, que eu fiz de propósito. Fui por uma porta, na outra **Kruchevsky** entrava, vieram aqueles homens enormes, me puseram de pé. Para mim, esse fato ficou muito importante, porque no dia seguinte, no meu precário escritório no prédio do IAB, o meu pai me procurou, a única vez que ele foi ao meu escritório. Ele disse assim: “Olha, eu tive lá com o Chico e ele disse que você pode até ser um bom arquiteto, mas

que você tem um gênio...” E eu respondi: “mas que Chico?” Era o presidente do IPESP, que tinha sido companheiro de trincheira de meu pai na revolução de trinta e dois. Era o Chico, que hoje a avenida tem o nome dele. Eu nunca fui ao IPESP pedir projeto nenhum para o Chico. Fui posto para fora de lá, não tive mais projeto, tive o Fórum e tive uma unidade de saúde em Barretos. Um projeto bem legal, mas não foi construído.

Tereza: E o Fórum foi antes desse episódio?

Fábio: Deve ter sido.

Miguel: Qual a concepção do Fórum? Ele é bem inovador ou arrojado até hoje.

Fábio: O Fórum foi o seguinte. Eu tenho uma linha de projetos, todos são a mesma linha. Também como professor que fui. O que é um Fórum? Você pode pegar a história para enriquecer, aumentar o livro, história antiga, etc. Aí vem a realidade se aproximando da realidade: onde ele é? Para quem que ele vai atender? Então, Araras devia ter... Não tinha trinta mil habitantes de jeito algum, vinte mil, quinze mil. Também fui dentro do limite precário ver o que era um Fórum e tinha um padrão geral, assim era a descrição que vi na época: um padrão dentro daquela linha dos juízes, do comando não sabe da onde um prédio “Vestusco”. E acomodava no terreno, conforme vinha uma escada, com pé-direito duplo na entrada na porta, uma réplica de salas dos passos perdidos que as pessoas se dirigem. Como eu coloquei na época, você tem uma cidade parada, população rural, pouca coisa fulminante que escapa ao arquiteto, porque ele é obrigado a seguir uma linha ditada pelo programa daquele juiz, daquele promotor. **O Fórum não é só Fórum de Justiça, ele tem lá o registro imobiliário, os cartórios, então, vem o cidadão, nasce um filho, vai registrar, morreu alguém, ele tem que fazer inventário.** Aí entra todo o aspecto da realidade. O cidadão comum, ao se aproximar, já tem dúvida, já tem medo, é ancestral. Na porta daquele prédio, tem um cidadão que é guarda, que pode, ele pode não fazer nada, está lá relaxado, já maltratando pelo princípio de ser autoridade. E ele indica ao cidadão que veio a pé da terra, tem um cartório, tem um garoto que atende no cartório que carimba o papel, que também não está. Manda ele vir no dia seguinte, que já vai fechar a tarde. Essa é a visão de Fórum. Então eu propus um Fórum que não tivesse porta, uma área que era uma praça grande, tinha espaço. Então a idéia em princípio foi de usar um espaço onde chamaria de Fórum, ele gerava uma sombra na pracinha, onde o cidadão aguardava na sombra.

Miguel: Era franqueado.

Fábio: Franqueado. Não tinha porta. Embaixo, você teria uma galeria aberta, que seriam os cartórios, etc. Coloquei sanitário público. Aí tinha uma escada que levava a esta galeria, que também era aberta, onde tinha as salas dos juízes, dos promotores, dos advogados, sempre visível. E a “sala de espetáculo”, que eu apresentei um painel do pintor Mário Gruber, nós convivíamos juntos, tinha conseguido na Secretaria da Justiça, o júri que não era usado, era para julgar pessoas, mas era uma média de uma vez por ano, porque quase não havia sessão de júri popular. Então eu pedi seu uso para uma pequena sala de música para a comunidade ou de reuniões pequenas. Essa foi a idéia, uma coisa absolutamente contrária a visão que era dos Fóruns que eu conhecia.

Miguel: Você pretendia com isso que essa hierarquia, esse temor que a pessoa tem numa cidade como Araras, ou todas as pessoas, que de alguma maneira se minimizasse?

Fábio: Era contra mesmo. Tem um detalhe: que eu fui visitar os fóruns. Eu tinha uma visão jornalística, eu fui editor de arquitetura da revista Visão durante sete ou oito anos.

Miguel: Isso com o Makssoud?

Fábio: Não, isso aí foi muito depois. Eu, quando conheci o IAB recém formado, o Eduardo Kneese de Mello me levou à força, puxado para ter escritório no prédio do IAB. E ele tinha sido júri de dois concursos que eu tinha participado, um eu tinha ganho e o outro classificado. E eu tinha um escritório muito precário perto da Praça da Sé, muito ruim, feio. Eu disse: “Eu não vou, não sei se vou ter trabalho para pagar”.

Mas ele queria que eu fosse de qualquer jeito. E aí quando eu fui ao IAB, eu desci para ir ao restaurante, mas eu me sentia muito mal, eu não era do ramo. Em geral, o pessoal ficava sentado numa mesa, só Ícaro, Artigas e outros. E eu não sabia se sentava em uma mesa separada: ficava mais evidente o constrangimento. Aí o Artigas... Eu, se pudesse entrar em um buraco da laje, entrava. O Artigas começou a me satirizar: “Olha aí o arquiteto quatrocentão, milionário e tal”. E eu ria. Isso aconteceu até pouco tempo, depois estava em uma reunião recebendo arquitetos recém formados numa festa e o Artigas estava falando, falando, aí eu disse: “Artigas, aquele rapaz (podia ser qualquer um), ele entrou aí e perguntou quem é aquele “cara” com cabeça “raspadinha”, com jeito estranho que fala, fala, fala”.

Ele caiu meio duro assim e depois disse: “Porque você fez aquilo? Você me pegou.” Depois ficamos amigos, acho que em quinze anos eu comi mais com ele do que a família dele. Todo dia jantávamos juntos, viajávamos juntos. Ele era mui-

to trabalhador. Nós estávamos numa dessas reuniões quando chegou o diretor da revista, aliás, um homem notável, Naum Kirovski. Então ele trouxe uma pilha de revista Visão que eu nunca tinha visto e disse: “Estou mudando a imprensa brasileira e estou criando setores novos”. E tinha setores de agricultura, energia atômica, medicina e arquitetura. O que eu ia fazer? Podia falar que a revista devia buscar um caminho de fato, ele era uma “cara” especial e genial. Até mesmo “propaganda: só vou buscar aquilo que é verdade”, ele disse. Por coincidência, estava vendo um anúncio de Cerotex que não pegava fogo. E estava lá no forro do IAB, que tinha pegado fogo, e eu mostrei: “Esse aqui pegou fogo”.

Isso foi no almoço; de tarde ele me ligou, nunca tinha visto ele “Quero falar com você amanhã cedo”.

Eu fui lá à Rua Sete de Abril e ele disse: “Quero convidar você para ser meu editor de arquitetura e urbanismo”. Eu não conhecia nada de jornalismo e nada de arquitetura. E ele respondeu: “É exatamente o que eu quero”.

E eu fiz esse trabalho, que foi muito importante, mas, também, eu pedi ao Eduardo, Artigas e outros que considerassem meu trabalho de jornalismo e televisão como um trabalho do Instituto dos Arquitetos. Então, até por uma gentileza, fizemos uma reunião do conselho para oficializar isso.

Então o que aconteceu: eu fiz o seguinte papel, exatamente como aconteceu com o governo Carvalho Pinto, que de repente contratou “centos” arquitetos, era levado, como diz a Mônica Junqueira, a fazer o papel do arquiteto e ir para rua para ser conhecido. Meu papel ficou de “falador” de arquitetura. Nunca fui crítico de arquitetura; então, onde tivesse no Brasil um projeto, uma coisa ligeiramente diferenciada eu publicava. Nunca publicava coisa assim, Adhemar... Publicava da mesma maneira de analisar um Fórum, ou de buscar participar de um projeto de levar arquitetura, que era a minha função, e foi muito útil, foi muito bom.

Miguel: E foi quando?

Fábio: Foi em 66. Tudo antes de 64... 62, 63.

Tem um detalhe: escrevi um artigo sobre arquitetura religiosa, então a revista ficou aborrecida. Solicitei material fotográfico e cada um que mandava, cobrava muito dinheiro. Recebi dezenas de fotos. Mas escrevi esse artigo e eu me lembro que eu coloquei uma capela na França na cidade de Prouve de Vence que os padres locais proibiram que fosse aberto o auditório, porque o Matisse estava em um hospital ali perto e os amigos que iam visitá-lo e ficaram lá fazendo desenhos numa capelinha branca. Aí o Padre lá mandou fechar a Igreja porque dizia que aquelas pessoas não professavam a fé católica. E então eu escrevi

que provavelmente a capela de Pampulha também estava na mesma situação, porque o Portinari tinha sido comunista, Niemeyer se diz comunista, etc. E me consta que Dom Hélder Câmara, com a revista numa reunião de bispo, conseguiu abrir a capela. Então, sem dúvida, com auxílio do artigo. Interessante como as coisas são... E eu trabalhei nisso. Eu acho também que esse projeto que fiz (refere-se ao Fórum) naquela época eu faria outra vez na mesma forma. O que é para sempre tem essa condição de se manter muito rentável, como se fosse um negócio que o cidadão pudesse ganhar muito dinheiro usando esse espaço, transformando-se em um uso público, que é fundamental. Levou dez, onze anos para construir, mudaram a forma nunca mais vi. Acredito que foi mudado muito porque os juízes têm uma forma de ver até hoje muito fechada: evidentemente esse projeto não estava de acordo com o pensamento deles. Mas durante a obra, isso para mim foi importante, o mestre da obra não tinha entendido, outra forma curiosa que o trabalhador mestre de obra geralmente não sabe o que está fazendo, tem uma linha muito precisa que o sujeito vê o projeto e não sabe o que está fazendo. Ele não estava entendendo e, quando eu expliquei, ele me olhou e disse: **“Olha, doutor, nós estamos achando que “num” Fórum deste a gente até pode ganhar uma questão”**. Está aí a pergunta, está aí.

Tereza: A mão de obra era da cidade?

Fábio: Isso nunca foi. Você pegava essas concorrências e ganhava a que dava preço mais baixo, ninguém sabia do processo. Seria muito bom que sempre fosse mão de obra local, é claro.

Tereza: Eu vi umas analogias simbólicas, não sei se é uma interpretação minha: os pilares semelhantes a uma balança... Havia essa intenção?

Fábio: Tem aqui no painel do Mário Gruber, é uma balança. Mas não foi feita. O Mário fez várias coisas, fez um painel enorme e foi feito com extrema dificuldade numa estação de tratamento de água em Campinas, em 1956. Uma beleza de trabalho, como sempre não tinha verba para fazer o painel, aí eu consegui trocar materiais e ganhou mais do que o arquiteto no projeto e fez um painel com ladrilhos de aço esmaltados em Campinas, tudo foi feito aos sábados de tarde. Eu acho uma beleza. E como todo artista plástico, ele renegou o trabalho, tinha uma maquete do trabalho na minha casa, ele foi lá e roubou, depois fui lá e peguei de volta. O Mário, o Artigas e eu éramos muito amigos. Ele renegou a obra, eu até briguei com ele. Disse que nunca tinha feito. Fez com entusiasmo uma obra lindíssima. Eu acho que eu tenho aqui no meu livro (pega para mostrar). Olha aqui, isto é uma fotografia recente, até hoje está nestas condições.

Miguel: Ele renegou isto aqui?

Fábio: É. Ele disse que fez forçado. Aliás, duas coisas que ele fez bonito que renegou.

Tereza: O material é...

Fábio: Azulejo de aço. Porque não tinha dinheiro nenhum, eu consegui isso de presente. Bonito isso, ele disse que nunca faria uma coisa dessas, mas ele fez o projeto, ladrilho por ladrilho com as cores. Um trabalho de “cão”. E renegou.

Miguel: Essa solução da laje que abriga todo o programa é uma solução recorrente naquele momento. Vocês conversavam muito, você, o Artigas, Paulo Mendes da Rocha?

Fábio: Claro, a gente convivia, aconteceu comigo no Mackenzie, onde estudei, praticamente não havia curso de arquitetura, mas tinha um grupo paralelo de alunos que se reunia, o Carlos Milan, praticamente o Milan, o Pedro Paulo, o Paulinho Mendes da Rocha, Jorge Wilhelm, então falávamos de arquitetura. Depois no IAB convivendo e havia um pensamento, isso aqui é um produto de vivenciamento de um grupo com que convivia. Agora, a maneira de compor essa observação de interpretar a justiça em termos dela, essa é muita em função da minha formação e da minha convivência com o jornalismo. Para mim, foi muito importante.

Miguel: E essas viagens suas para antiga Europa do Leste? Era motivado a conhecer um outro sistema, você chegou...

Fábio: Não, eu comecei essas viagens quando tive um Congresso em Moscou em 60, eu acho, e depois eu viajei muito porque eu era do UIA. E o UIA tem reuniões em tudo quanto é lugar do mundo e metade delas era no bloco do leste.

Miguel: E a arquitetura produzida lá, ela te empolgava?

Fábio: Nada, nada.

Miguel: É uma decepção?

Fábio: Não é aquela história, não é? Eu tenho um arquiteto, o Valovia, que escreveu dois livros até muito interessantes até, todas as revistas de arquitetura do mundo são xerocadas e colocadas à disposição na biblioteca dessas cidades. Foi uma surpresa. Agora, o Valovia pegava desenhos dessas publicações e fez vários livros de arquitetura brasileira. Eu me lembro, por exemplo, do cinquentenário da revolução Russa. Fizeram uma avenida nova em Moscou com vários prédios: era um desastre, parecia a Avenida Paulista nossa até recente. Cópia de prédios internacionais, caixilhos, não eram de boa qualidade aquelas coisa. E tinha um prédio em especial que mostra a arquitetura. Eles me mostraram como

o prédio que achavam mais bonito e: “o que você acha?” Eu tinha essa resposta sempre, não só para a arquitetura, e disse: “Olha, antes de eu ficar mais um pouco mais civilizado, eu diria que é ruim!” Pelo menos, ele é melhor que estes tantos “bolos de noiva” que marcam a paisagem de Moscou, um prédio quadrado em baixo e vai subindo (gesto de rebuscado). E um é o hotel que eu frequentei, outro é a Universidade, outro é o Ministério da Fazenda, coisas horrorosas. O primeiro foi feito em 35 ou 37, o Stálin gostou e fizeram outros. Aí ele deu uma risadinha e disse que o arquiteto era o mesmo. O cara que em 37 fez aquela bomba em 57, 58, fez mais. Eu achei sempre isso não só na Rússia, mas em outros lugares, como o juiz aqui assume os mais velhos no seu pleno direito depois da guerra, onde mataram quarenta milhões de homens que dirigiram aquele fantástico país com coisa muito velha e barrando as idéias. É essa a forma que eu vejo, o restante é uma pressão evidente, tão contínua. Um fato curioso que eu via em toda Moscou: não via uma propaganda, nada de cigarro ou qualquer outra coisa, mas, mais do que toda propaganda que você vê na cidade ocidental, era a paz. Prédios, prédios! Quer dizer crianças na escola, o que se vê era a paz. A paz evidente, tudo tem a sua lógica que ainda da época das armas nucleares com alcance menor, toda a região deles estava cercada por base da Turquia, etc., ameaça de destruição ele não tinha, os Estados Unidos. Quando chegaram a ter, a coisa mudou, porque não dava mais. Eu acho que as coisas têm uma explicação simples. Arquitetura, por exemplo, muito pouco expressiva. Porque havia na Armênia, por exemplo, a dureza dos mais velhos de não permitir aos mais jovens discutir arquitetura. E era um clima horroroso. Fizeram uma exposição de arquitetura e os jovens não podiam entrar.

Miguel: E com o Artigas, você chegava a conversar sobre a arquitetura da União Soviética?

Fábio: Acho que nunca viu...

Miguel: Nunca? Nessas viagens você nunca comentou?

Fábio: Acho que nunca, eu não me lembro. Viajei com ele, sim, fui à Bulgária. Você sabe que fomos amigos durante dez anos e nunca falamos de arquitetura. Também não interessava, a gente convivia.

Miguel: Agora você falou do Kneese, que levou você praticamente arrasado para o prédio do IAB. Você teve uma experiência com pré-fabricação com aquele sistema inglês que ele acabou introduzindo?

Fábio: Inglês... eu não me lembro disso... eu sei que teve. O Kneese era um homem muito interessante, era muito rico. Um aristocrata: ele tinha a melhor coleção de obra de arte, tinha automóveis italianos de corrida esportivos, ao

mesmo tempo era esse homem que foi me buscar, ele foi me buscar no meu escritório, e me puxou mesmo a força. Depois que estava nesse escritório há dois meses, ele subiu no escritório e disse: “Olha, eu tenho que pagar uma conta, aí está o “cara”, lá embaixo no automóvel, tenho que vender esse escritório”. Ele faliu, quebrou por causa dessa aventura.

Eu respondi: “Então me dá duas horas, eu tiro a mesa de desenho e vou embora”.

– Não, eu quero que você fique, você tem que ficar.

– Eu não vou ficar, não há condição. Pedir dinheiro para o meu pai, eu não vou.

– Você não tem um automóvel?

– Tenho. Eu me lembrei que eu tinha um automóvel que eu não usava.

Ele vendeu o carro, me deu algum dinheiro e passou o escritório para mim. Era um homem desprendido. Mas ele então entrou nessa bobagem, logo depois da guerra. Alguns malandros de empresa do ramo resolveram inundar a Europa com construção pré-fabricada para abrigar multidões que perderam as casas em bombardeio, mas sempre materiais difíceis, de alumínio, era preferível esperar mais dez anos do que colocar de alumínio. E o Kneese embarcou em uma coisa dessas, se apaixonou e ficou sócio, assinou os papéis e “quebrou”. Mas ele não mudou nunca o jeitão dele. Quando eu o conheci, ele já estava “quebrado”. Não conhecia a história anterior.

Miguel: E quando vocês fizeram a CECAP: como é que eram as idéias de industrialização? Para vocês era importante naquele momento?

Fábio: Não digo que era para nós: para mim naquele momento não era importante. O que aconteceu era uma fantasia. Eu fui responsável do maior contrato que o Figueiredo Ferraz teve. E quem assumiu a direção de toda máquina burocrática fui eu. O Zezinho de Magalhães convidou o Artigas, que só aceitou se fosse comigo. Tanto que o contrato é Artigas e/ou eu.

Eu disse: “Você está louco! Você está penhorado ainda com processo na justiça militar”.

Eu tinha sido eleito presidente do IAB na chapa que só podia se reunir à noite escondida. Mas embarcamos e fizemos um escritório independente, que não era do governo, para fazer o projeto.

Miguel: Da CECAP? Independente da CECAP?

Fábio: Não. A CECAP formou um escritório de projetos para obras de Guarulhos dirigida pelo Artigas e por mim; tinha alguns funcionários do DOP e eu convidei o Paulinho num certo momento e outros arquitetos. O escritório era do

governo, mas, nós não éramos funcionários do governo. Até eu tinha tanta reação que eu assumi o nosso contrato, foi só o Artigas e eu por um valor mínimo, simbólico. Eu falei para o Artigas: “Eu vou fazer assim, porque se os nossos poucos amigos nos mandarem embora, vão ter que assumir para o Tribunal de Contas pelo menor valor de projeto”.

Eu me lembro que o Niemeyer ficou muito contente: “Ah! Isso que é bom!”.

O valor a ser pago era o equivalente de um desenhista na época. Ninguém sabia fazer um projeto daquele tamanho. O terreno estava cheio de água, na época era ruim. O Artigas pouquíssimo participou desse projeto, quase nada. Talvez porque eu formei uma equipe de trabalho e ele não ficou com vontade de guiar o veículo. E arquitetura de pré-fabricação era assim uma idéia. Eu tinha pouquíssimo contato com o que é pré-fabricação. Na verdade, eu praticava... Eu tentei na CECAP, da mesma forma, a padronização, por exemplo, de materiais de construção, equipamentos, eu me lembro de uma preocupação mobiliário. Um apartamento de cinquenta e sete, não me lembro, quarenta metros, usar aqueles móveis, mobília de São Bernardo. Não só com os mobiliários, mas com quase todos os equipamentos: eu buscava formar uma pesquisa para o futuro da industrialização quando ela chegasse ao Brasil. No Brasil, por exemplo, tinha a mobília contemporânea do [Alberto], também esteve cassado, preso. Era uma indústria fabulosa, inclusive tinha móveis de bom desenho, muito bom desenho, preços muito razoáveis, mas para fazer valer numa escala industrial, um pé de mesa tem que fazer valer para um pé de cama, essa fantástica aventura industrial, e fica num custo de uma garantia que a produção vai ter mercado. O que nunca houve. Então, quando se pensa em pré-fabricação, foi feito um contrato, mas não foi feito. Foi feito depois peça de escada, etc., mas na obra. Eu me lembro que, para aprovar o contrato de duzentos reais, me deu um grande trabalho. Não assumia nada de responsabilidade.

Miguel: O Figueiredo Ferraz foi o calculista?

Fábio: Foi o engenheiro calculista. Quando foi contratado para fazer pré-moldado. Eu tive que fazer um laudo de apreciação, tinha lá o Instituto de Engenharia e várias entidades. Para aprovar no Tribunal de Contas o valor daquele projeto! Foi feito o projeto e eu o apresentei. Apresentei esse projeto uma vez em Moscou, ao Ministro da Construção, não era da Habitação. Aliás, foi uma calamidade. Mas ele não foi usado. Eu lembro que apresentei ao Ministro da Cultura um projeto meu, tinha levado à convite, um teatro que teve um prêmio na Tchecoslováquia. Depois levei o meu projeto do Centro de Convivência, que também está abandonado hoje. Eu perguntava à minha intérprete,

que eu conhecia desde 58: “Escuta, acho que você não está traduzindo bem, o homem está com raiva?”.

– Não, ele está querendo colocar você para fora.

Eu disse: “Ele então não está entendendo? É uma cidade em que 98% das pessoas nunca estiveram no teatro. Esse teatro é um teatro aberto para o povo”.

Tentei explicar aquela noção de arquitetura soviética. O homem normal comum até hoje, ele pressente onde não deve entrar. Se ele passa num “boteco” e vai ao outro que é mais barato é porque ele não tem dinheiro no bolso. A cultura no Brasil está fechada e teatro é exatamente desse jeito, todos em geral, e o teatro é onde é o cidadão senta em cima dele e o chão vira um teatro. Ele achou que aquilo era um desrespeito a cultura.

E esse pré-moldado também lá, não com o Ministro da Cultura, Ministro de Obras Públicas, eu tinha levado uma proposta que eu tinha assumido pelo governador do Estado, Reitor da USP, e muito mais para negociar a compra do laboratório de pesquisa em concreto. O Brasil produzia cinco ou seis milhões de toneladas de concreto e qualquer cálculo que tem um coeficiente de segurança tão grande que se consome barbaridade a mais de material. E o engenheiro de cálculo, que foi meu grande amigo Waldemar [Tites], era russo. Ele mantinha um contato permanente com doze ou treze laboratórios de concreto. Eu me lembro que quando eu fiz o Harmonia, com quarenta metros o *hall* de acesso, ele mandou o projeto para os russos. Eles queriam saber o comportamento daquela massa de concreto no primeiro minuto até o sétimo dia após o decimbramento. Para saber qual era o comportamento. Ele tinha me dito “nós não temos nada”. Não temos laboratório, não tínhamos nada.

Eu era muito amigo do Falcão Bauer; aí depois desta convivência, eu propus trazer um laboratório russo, pelo menos para servir de base. E mostrei Guarulhos e ele saía dando risada. Ria: “Isso aqui não é estável. Não tem isolamento térmico”.

Eu disse: “Não tem terremoto, não tem temperatura baixa”.

Uma vez, na Ucrânia, participei de um grupo de estudos chamado Técnicas e Materiais de Construção. Eu fui convidado pela Federação das Indústrias no Brasil através do José Mindlin. E lá na Ucrânia fazia parte do grupo um cubano que falava russo, estava numa obra, tudo em pré-moldado, onde só trabalham mulheres. As paredes internas de gesso, sempre eu falei: “Isso é um projeto muito ruim”. Então elas começaram a fazer um projeto muito mais bonito, elas começaram a desenhar no gesso e fizeram várias outras coisas.

Aí as operárias me chamaram e confirmaram: “É mesmo, é mesmo, isso aqui é muito ruim”.

Estava lá o vice-ministro. Eu falei: “Está aqui a prova: isso aqui na mesma área”.

Tudo em pré-moldado, acompanhando a fachada enorme, já fazia com as janelas antes de colocar. E eu disse: “Olha, até as moças estão de acordo”.

Ele disse: “É, você não esquece que esse painel...”

– Um painel de fachada de vinte e cinco centímetros?

– Eu não sei se você sabe, esse painel aqui... nós temos a temperatura desse isolamento de argila expandida, não sei se você sabe que isso existe.

– Isso aí é tão comum que nas ruas crianças jogam bolinha com isso aqui.”

E depois ele disse: “Ainda mais, eu não discuto essa planta porque nós estamos executando e todas as plantas vêm de Leningrado”.

É assim tudo repetitivo, igual. Esse pré-moldado da CECAP foi uma aventura. Custou caro.

Miguel: Caro?

Fábio: O projeto. Mas era inviável. Custou caro porque a empresa que ia fazer gastava de equipamento desde o chão, guindaste, para fazer uma obra. Se tivesse um plano de repetição no Brasil.

Miguel: Teve aqueles outros conjuntinhos do CECAP em algumas cidades do interior: estes, você participou?

Fábio: Participei um com o Artigas em Jundiá.

Miguel: Mas tiveram outras com o mesmo projeto.

Fábio: Teve o Abraão Sanovicz em alguma cidade aí. Era bem melhor do que era na CECAP e tem um do Abraão em Jundiá do mesmo nível, mas também já com mais aprimoramento.

Miguel: CDHU, não é?

Fábio: Não, teve uma empresa lá, a Forma e Espaço. Mas ele fez um conjunto de três pavimentos.

Miguel: Você falou do mobiliário do conjunto da CECAP e do Fórum. O projeto tem uma linguagem...

Fábio: Isso aqui eu não cheguei a ver.

Miguel: Você nem pretendeu fazer o mobiliário?

Fábio: Não fazia parte.

Miguel: Não tinha como... Mas você imaginava uma coisa diferente?

Fábio: Teria que ter. Primeiro, que esse chão do jardim... o que me preocupava mais era isso. É com aquele edifício “Vetusto”. Você tem uma praça grande

e o edifício tem uma sombra, onde você pára para não ter insolação, ficar na sombra.

Tereza: A dificuldade para os materiais nessa época na execução desse Fórum...

Fábio: Não tinha nada, nem nas escolas. **Houve a ótima intenção do Plano de abrir espaço para a arquitetura, para os arquitetos, ótimo. Os arquitetos muito jovens entraram correndo, faziam um grande projeto de vida e, em grande parte, esses projetos não tinham condições, as melhores.** Manutenção difícil. E também não tinham... A sala de aula, o aluno era prejudicado. Enxergar o quadro negro depois das quatro e meia da tarde era impraticável. Teria que ter um estudo... Isso nunca foi feito, até hoje não foi feito.

Miguel: O grupo que vocês se reuniam, eles pensavam essas coisas coletivamente? Isso era uma coisa que preocupava, porque São Paulo acabou tendo essa experiência do Plano de Ação, depois o FECE... CONESP acabou sendo uma referência para o Brasil, porque aqui é que se produziram escolas, etc.

Fábio: Isso aí era outra coisa. Eu vejo da seguinte forma: **Tudo era o Rio de Janeiro. Tudo começou e era realizado lá e de muita qualidade. Pegue as obras dos apartamentos do Rio então, habitação social apareceu, o Reydi com o conjunto com também um pouco de futurismo. Mas com a mudança de Brasília acabou. Rio de Janeiro teve um desastre. E São Paulo ocupou este vazio. Porque eu acho que não só a arquitetura do Rio, mas uma grande parte do pensamento do Rio não gostou. E esse espaço foi ocupado muito pela maneira de pensar do Artigas. Uma arquitetura completamente diferente, fechada. A do Rio abre para o mar. De São Paulo é muito fechada.** E eu até exagero um pouco, eu digo que o maior reflexo da ditadura no IAB no Brasil é aqui em São Paulo; teve uma ocupação do IAB pelo pessoal da direita, mas já muito ligado ao pessoal do Rio, que queria, não é mudar a parte política, era contra o espaço ocupado pela arquitetura de São Paulo.

Miguel: Queria retomar uma hegemonia que tinha.

Fábio: Retomar. Quando eu falei das reuniões, eram no Mackenzie no começo da década de cinquenta. Eram encontros com o pensamento da arquitetura contemporânea. O Mackenzie também era um fenômeno; o diretor, o Cristiano das Neves, um homem muito interessante, mas ele não só tinha ponto de vista. Como escrevia nos jornais de São Paulo, em minha opinião, representava o ponto de vista da elite de São Paulo. Qualquer transformação na arquitetura obrigaria pensar na transformação no pacote inteiro. E o Cristiano, por exemplo, era proibido até aos professores de arquitetura citar os nomes de Lê Corbusier

e Oscar Niemeyer. Segundo, quem fazia isso era comunista. Fantástico, não é? Então esse grupo se reunia na sala de desenho artístico e era, sobretudo, uma introdução de leve, mas uma introdução para mim.

Miguel: Esta questão de mudar a arquitetura e mudar várias coisas, na verdade, quem optava pela arquitetura moderna acabava tendo esse compromisso de mudar várias coisas também, não é?

Fábio: Ali é um anexo: você faz ou não. O que eu fiz nos meus projetos era iniciativa minha, não era nem mesmo aceito pelos meus amigos.

Miguel: Não?

Fábio: Não fazia parte. Talvez; é ruim porque você fala isto aqui e está escrito, então é assim que deve ser. Você pega qualquer documento por uma pessoa que é zero nas coisas e está escrito que a arquitetura tem que servir tais e tais... Está no estatuto, não é? Você pega tudo, não é? Só que na verdade não é para valer, **tem que mudar a maneira da Justiça, mas não mudar a maneira da Justiça, mas num certo projeto você coloca o que pode, o que foi permitido. Isso aqui foi permitido porque eu tive com o Fórum, com outros projetos.**

Miguel: Você imagina que pelo menos como possibilidade fica como um manifesto.

Fábio: Pode ser. Eu acho que, pessoalmente, deveria existir basicamente nas escolas de arquitetura ou até antes uma cartilha que abrisse muito espaço para o que serve. Não só para ser bonito, para ser moderno. Que é um encontro que particularmente num país onde as pessoas são jogadas fora.

Miguel: Então, mas neste momento do Plano de Ação, do Plano de Metas, talvez você tenha dito: eu, os outros não...

Fábio: Eu não quero falar eu...

Miguel: Mas existia uma possibilidade de um compromisso social.

Fábio: Havia, havia sempre, não é?

Miguel: Que hoje talvez já não tenha...

Fábio: Numa certa época também o pensamento da arquitetura se dirigia a mega-projetos. Eu, pessoalmente, durante muitos anos, falava-se, vendia-se, eu virei chato nisso: “o fim do século acabou e vai ter cinco bilhões de pessoas, como é que vamos regularizar?”. O Brasil, por exemplo: a população crescia, em vinte anos duplica, triplica, então, nós vamos ter que duplicar tudo o que existe e como é que vai ficar rua, praça, tudo, de que jeito? No mesmo alinhamento? Ou discutir? Essa discussão envolve particularmente a produção, não é só a idéia. O jeito é de entrar numa escala de um modelo mil, dez mil... E entra todo um

processo, que é da produção industrial. Outra coisa que está tudo ligado. Uma reunião que eu participei, aliás, a única que eu usei a reunião da UIA para participar, e consegui que o Artigas fosse diretamente com o Ministro Jarbas Passarinho, que não dava passaporte para ele de jeito algum. E tinha um Ministro, que não era Ministro, fazia o trabalho do Ministro francês, que me impressionou muito, mas também virou no conjunto das utopias. Ele apresentou o seguinte conjunto: ele era contratado pelo governo francês como se fosse um Ministro para estabelecer critérios e regras de como o governo francês deveria contratar projetos de arquitetura e urbanismo. Para não deixarem evidente o que Supremo Tribunal de Justiça fez no Brasil um prédio maluco do Niemeyer, que foi discutido até a estabilidade dele, com vaga para mil e duzentos carros, onde só precisava de duzentos, cada cadeira de Mies Van de Rohe e o que custou... E ainda está fazendo outro hoje. Então, como o governo francês não pode deixar que o “cara” faça sem critérios, como contratar? Precisava informar e isso foi em 1970, ou 71. É um trabalho de “cão”, não é? Colocar tudo que existe como necessidade e durante a vida inteira você não consegue atingir tudo, para somar conhecimentos para poder trabalhar na escala da modernidade. Eu me lembro que fui visitar em Paris: quis estudar muito as prostitutas, sujeiras de cachorro na rua. Sim, a sujeira na rua é um problema mesmo, alguém tem que pensar e não pode esperar que o fabricante de vassouras diga quem tem que definir critérios. Então, ele dizia o seguinte: “A menor construção, a mais singela de um homem representa cinco a dez mil pontos de responsabilidade”.

Se você pensar bem, deve ter até mais. Um hospital, milhões de pontos, desde o chão que não pode ser escorregadio, como a pessoa é atendida, etc. Porque cada um que você fizer novo vai ter que reaprender. E eu me lembro da primeira aula que eu dei quando abriu a escola de arquitetura de Campinas, a PUC, que eu fiz uma palestra que eu até estou tentando relembrar para escrever, baseado no [Terriar] francês. Eu disse: “Amanhã, quando vocês acordarem numa casa, façam a seguinte observação: quando você levantar, você vai apertar um botão, vai acender uma lâmpada, vai ao banheiro, vai girar uma torneira e vai sair água. Se você observar o chão, deve ter piso de cimento, madeira, alguma coisa, mas vão aprender que este chão não era tão liso assim, teve que ser cortado, teve que ter algum material para a unidade não subir, e aí, quando você encontra o rodapé, a parede tem que ter uma janela com tais e tais formas, a porta... O fio que aperta o botão, veja o que acompanha o fio, vai ver que tem uma caixa, depois o poste, depois você vai parar em Itaipu. Você abrir a torneira, vai ver que tem uma caixa de água na casa, ela ligada à calçada, passa num

cano, esse cano você acompanha, pega o rio Atibaia, tinha uma estação de tratamento, e se você pega o rio, quer dizer... São milhares de pontos que você não passa por ele. Se você for projetar para uma sede nova, se você conseguir reduzir a visão política de quem faz o governo 10%, você faz cem mil a mais. Então não cabe ao arquiteto, quando ele faz a casa dele, da tia dele pode até ser, mas não pode fazer o projeto da habitação brasileira nas suas concepções”. De certa forma, voltando ao CECAP, houve uma tentativa de fazer. Houve no projeto final uma tentativa de coisas revolucionárias. Essa eu não aceitei.

Miguel: Mas aí quem buscava isso?

Fábio: A equipe.

Miguel: De que tipo?

Fábio: Era uma unidade habitacional meio impraticável, em minha opinião. Impraticável para receber dez ou onze membros de uma família, que vinham da terra de outros lugares, se você fizer para sua tia ou para você, tudo bem... Mas para fazer para uma massa tem que ser estudado, testado, não pode usar...

Miguel: Mas o que você pretendia com os equipamentos?

Fábio: Banheiros, cozinha.

Miguel: A padronização?

Fábio: Padronização interna.

Miguel: Chegou a ter uns projetos, não é?

Fábio: Teve. Tiveram vários. O projeto de Cumbica, minha amiga, a diretora Giselda Visconti, que trabalhou na planta de arquitetura, localizou um desenho que eu fiz e que propunha como organizar o conjunto, que era uma planta livre. Eu, às vezes, para ironizar mesmo, conto como se fosse verdade, que eu, numa conversa minha, disse: “Mas Artigas, como colocar esses prédios aí? Parece coisa lá do Stálin! Parece uma coisa militar!”.

Então ele teria me dito: “Botamos informação militar, que é uma grande homenagem ao nosso glorioso exército brasileiro”.

Miguel: Você falou dessa implantação do conjunto, essa implantação livre...

Fábio: Não só isso. Duas coisas: primeiro, que ele foi imaginado num caminho de contramão, como se fosse um projeto novo, num mundo novo, onde ele seria auto-suficiente. Quando, na verdade, era uma extensão de uma cidade, que é hoje a maior do Estado, depois de São Paulo. Então, por exemplo, o serviço de escola, eu contratei a Mayumi para fazer o projeto, contratei outro para conduzir o plano de alimentação. Eu me lembro, que com o apoio do governador, reuni todos os Secretários de Estado para contribuir com um projeto que absorvia todas as coisas. Mas era para o município de Guarulhos, primeiro, que já tinha

uma defasagem nesse sentido, segundo, o terreno deles foi ocupado por uma espécie de carimbo porque deu certo, mais ou menos o que sobrou do terreno. A vida inteira eu tive conflito com o CDHU; eles nunca me aceitaram porque o direito autoral sobre qualquer coisa lá é meu, nunca aceitaram e nem discutiram. Agora parece que aceitaram porque não tem mais nada o que fazer. Aceitaram sem eu imaginar porque me deram. O terreno foi todo ocupado, mas não sobrou nada, porque a implantação do que foi feito implica no que sobra como na cidade universitária, calçadas muito largas, mas não tem sentido no conjunto. Você tem sua biblioteca, sua cozinha e perde o espírito de encontro. E também lá em Guarulhos: o que sobrou não dá para fazer mais nada e tem muita terra.

Miguel: Aquelos equipamentos coletivos não possibilitaram...

Fábio: A prefeitura vai ocupando tudo. Pode parecer incrível, aquilo do CDHU nem mesmo aprovaram o projeto na prefeitura. Áreas que sobraram viraram terra de ninguém, então a prefeitura come tudo. Há uns dez anos eu fui lá convidado para estabelecer regras, chega a ponto que o comprador do apartamento não tem título de propriedade completo.

Miguel: Aquela ocupação tem alguns projetos do Ernest May, que tem aquelas [Hidelungues], o Zezinho tem uma configuração muito semelhante. Tem essa idéia, tem um núcleo da cidade que se pensa separado da cidade.

Fábio: Tem trinta e pouco mil habitantes. Teria escolas específicas, abastecimento específico, saúde para um programa de cinquenta mil. Mas, na verdade, grudou tudo.

Miguel: Mas vocês tinham alguma referência de fora ou não?

Fábio: A minha proposta, que eu me lembro, ele merecia uma grande área verde para onde ele encontrava com Guarulhos com o que vinha. Porque na verdade era base militar. Aí você teria então comércio, escola, tudo que atenderia até mesmo uma justificativa. E muitas das contradições que aconteceram é porque não atendia a política da cidade. Eu acredito.

Miguel: E o Zezinho?

Fábio: O Zezinho?

Miguel: Ele convidou você?

Fábio: O Zezinho era um “doido”. Quando o Governador do Estado, o Abreu Sodré foi nomeado pelo governo militar na festa de distribuição dos cargos para os amigos; esqueceu-se de um que era o Zezinho. Que era amigo fraternal do governador. Ele era prefeito de Jaú e presidente do futebol Quinze de Jaú. O Zezinho tinha um irmão que nunca mais apareceu, que tinha participado de um grupo comunista e que orientou o Zezinho. Quando o Abreu Sodré deu para o

Zezinho uma entidade como o CECAP, ele em dezoito anos de vida tinha feito trinta casas e, então, mandaram para ele carro oficial, secretário, etc. Então o Zezinho partiu para um terreno que estava livre da Caixa Econômica Federal, que tinha sido do Adhemar de Barros e partiu para um projeto que nunca tinha se visto igual no Brasil. Para trabalhadores sindicalizados com salários de um a seis salários mínimos. É tão curiosa essa mentalidade, como aquela do velho [russo], é que havia uma escala. Uma escala um para dez, um para cem, é que o Brasil de fato virou uma escala e essa gente nunca percebeu. E o conjunto foi visto como uma aberração pela sua impossibilidade, inviabilidade. Quando eu levei o projeto ao Rio, ao BNH, o Zezinho já tinha morrido e o irmão tinha assumido. E como fiz uma apresentação muito demorada, eles entenderam como impossível. A escala para pensar habitação era cinco, dez, um detalhe, por exemplo, área verde, são seiscentos mil metros de área verde, aquilo foi visto não só como área inviável, como indecência, como “pornografia”. Uma coisa era fazer uma casinha e por uma árvore, mas uma área verde seiscentos mil metros. Aí eu perguntei: quanto custa? Fui buscar recurso do Estado; era impraticável, mesmo porque não tinha nunca a verba prevista. Qualquer jardim que tinha um custo mínimo de vinte reais o metro quadrado, trinta... Como é que você vai pegar um plano e propor bastante bilhões para área verde. Era uma loucura. Entendeu porque eu acabei fazendo um estudo?

Veja que interessante: o Lucas Garcez era colega de escola do Artigas na Politécnica, o Garcez representava aqui no Brasil a Societè General, do banco francês; eu propus um centro comercial muito grande para oferecer ao grupo francês, na medida em que ele pagaria em área verde. Seria viável para o governo, mas desde que tivesse mais gente para comprar e não tinha. Eu fui, estive com o pessoal do banco francês e visitei com eles Sarcelle, um primeiro grego conjunto tipo CECAP, construído por um grande escritório de Paris, onde meu amigo Mário Santos [...] mais ou menos igual a CECAP, só que a sessenta quilômetros de Paris, ligado por ferrovia. Então eu estava sentado num banco, ele estava falando, e me perguntou o que eu achava e eu falei que era ruim, mas, para não fica feio, fomos a Paris; na primeira livraria que achamos ver o significado da palavra Sarcellit: – Vou morar em Sarcelli, o maior número de suicídio de mulheres da França. Claro, você toma o trem, vai para lá e não tem nada. Talvez, hoje, com o automóvel... Vi um filme que colocaram Brasília, também gostavam dos jardins, as crianças também queriam jardins... E esses conjuntos de habitação, eu não sei o futuro, como é que eles devem ser vistos. Porque para nós aqui temos um grande problema: os terrenos são muito caros, o mercado imobiliário

é um dominador. Em Campinas, os conjuntos habitacionais geraram conflitos sociais tremendos.

Miguel: Cidade Tiradentes...

Fábio: Foi.

Miguel: Mesmo lá agora?

Fábio: Depois? Claro, vendeu. Uma grande jogada: convidaram o Artigas como se fosse certa provocação. Não sei quem ele teria convidado. O Artigas me convidou porque se, não fosse comigo, ele não faria. Tem uma explicação: porque o Artigas era muito sensível, ele foi muito agredido. Além de ser muito amigo dele, eu cuidava da defesa dele. O advogado era o Orlando Fragoso do Rio de Janeiro; eu ia tanto lá que até fiz a casa dele no Rio.

Então vou contar uma história que é muito interessante: eu fui eleito presidente do IAB numa condição muito especial, arquitetos de todo Brasil contra os de São Paulo e Rio. São Paulo tinha sido ocupado por um pessoal direitista. Eu teria sabido de madrugada pelo Artigas, pelo telefone, era impossível eu ganhar uma eleição. Eu nunca apareço, nem conhecia o tal do IAB e aí eu disse: “Olha, agora eu sou presidente desse “troço”: o que eu posso fazer?”

Ele disse: “Olha, você pode pedir um documento enaltecendo o candidato. Eu estava tão cercado que, qualquer atitude minha que fosse significar usar o Instituto para uma finalidade não específica, eu tinha permanentemente trinta assinaturas para depor no Rio de Janeiro e São Paulo. Eu disse: “Como é que essa gente pensa?”. Respeitam muitos títulos, propriedades, cargos. Eu liguei para o garoto que me ensinou tudo lá, o nome dele é Azeredo da Silveira, cujo irmão foi embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Ministro de Exterior, e numa reunião pública eu disse a ele, quando ele era embaixador do Brasil na Argentina:

– Embaixador, eu quero lhe informar que meu irmão está proibido de pisar em qualquer lugar no Brasil ou no exterior.

– Então eu quero que você informe ao seu irmão que minha casa é a casa dele e diga a ele que ele tem dignidade.

Eu me lembro que perguntei que o que é que tem de medalhas por aí. Tem uma, mas nunca foi dada para ninguém. Um grande colar de ouro, etc. Eu disse: “me arranja aí uma razão para dar um colar para o Artigas, mas que não seja só para ele”. Aí descobriu-se um grupo de trabalho, ex-presidentes, e sei que saiu uma porção de colares de uma só vez e acabou com a história de colar. Eu levei um colar para o meu amigo advogado e teve um que não tinha o colar e mandou fazer, mandou por cem reais.

Miguel: Ganhou, mas teve que mandar fazer.

Fábio: O Zezinho um dia me disse: “aquele trabalho tem que ser muito importante. Você está aprovado”. E outra vez ele me alertou: “Olha aqui, tem duas pessoas para serem prejudicados, eu e você”. Era coisa de muita responsabilidade e eu recebia todo tipo de propostas indecorosas de representantes de indústria de material de construção. Tudo o que você possa pensar. Na licitação de obras, eu pedia: “Não dá, Zezinho, eles vêm com quinze advogados e eu quero dezesseis”.

Eu chamei o Falcão Bauer e o meu sócio, o Pazelli, para fazerem a gerência da obra. Ainda hoje é uma obra notável. Você passa lá hoje e está tudo diferente, tudo cercado, tem condomínios.

Miguel: Vocês foram consultados do parcelamento do condomínio?

Fábio: Não. Depois da morte do Artigas, várias vezes vieram alguns sujeitos, vereadores, advogados, mas não.

Miguel: Porque tornar em condomínio foi uma dimensão de uma ausência de administração. O CDHU tem terras que ninguém sabe...

Fábio: Não tem doação.

Miguel: E a população fica ali e...

Fábio: Sim, os moradores. Eu me lembro que, quando ficou pronto, tinha hoje um arquiteto, que era um desenhista com uma situação muito precária, que comprou um. Era cem reais por mês a prestação. A mulher dele fez cara assim (gesto de repulsa), hoje ele aluga isso por mil reais. Atende uma necessidade básica do aeroporto das pessoas que trabalham lá.

Tereza: Não deram conta nem do controle da renda dos compradores.

Fábio: Também. Nem tem mais aquilo, era tudo... era uma coisa de exceção. O terreno não teve preço. A infra-estrutura toda. Eu me lembro que eu levei lá um arquiteto, que estão fazendo homenagem para ele agora, um iugoslavo que trabalhou comigo. Era a única pessoa que eu desconhecia que ia participar de uma implantação de uma cidade que ele tinha projetado na Europa. Eu o levei para lá para coordenação. Todas as ruas, as grades todas. E essa foi a minha escola: teve muitos arquitetos que passaram por lá. Mas tudo saiu de graça, hoje não poderia fazer mais. Foi tudo meio subsidiado. Aqueles pilotis tiveram até dois casos, você passa por lá está cheio de casos, fecharam por segurança para passar por lá, você tem que tocar. É evidente, isso é normal. Eu me lembro que havia uma preocupação, sempre há, o cidadão dizia: “e se vender?” Se vender, é dele, não é? O sujeito faz outra coisa melhor.

Eu tenho que admitir que essa parte de baixo (analisando o fórum), que seriam os cartórios, talvez tivesse uma segurança. Tanto que aqui em baixo era

um praça de uso público, você conseguia entrar... Um pouco também irreal. Mas há quarenta anos atrás a segurança não era importante.

Tereza: Não fazia parte de uma grande preocupação.

Fábio: Eu moro aqui perto, num apartamento que eram de meus pais, que eu projetei na década de sessenta e não estava previsto isso. Hoje o cidadão tem que entrar por duas portas, não dá para agora, porque não havia essa preocupação. Eu almoçava todo dia com o Artigas e andávamos a pé na Vila Buarque, vários restaurantes que abriam, nós éramos os primeiros clientes porque a gente estava andando. E um deles era na calçada. Eu estava sentado, aí passou um moleque, pegou a comida do Artigas e passou na cara dele, o Artigas ficou uma semana triste porque era muito sensível, deve ter visto ali toda a tragédia humana.

Miguel: E na época, como vocês foram chamados para o projeto diretamente: foram convidados?

Fábio: Fui convidado.

Miguel: E o IAB teve alguma interferência, no sentido de ampliar o número de convidados naquele momento?

Fábio: Possivelmente sim, mas eu não estou lembrado disso. Eu não participei. Mas possivelmente sim, porque nessa mesma época eu me lembro que eu entrei, fiquei como segundo tesoureiro, de repente um dia fiquei presidente, etc. **Eu entrei na sala de diretoria e percebi um clima. Percebi depois que estavam discutindo um grupo de trabalho para a reformulação da USP.** Quando eu saí da sala, eu encontrei o Abraão Sanovicz e o Júlio Katinsky, que eram outros tantos recém formados, e contei para eles: “Olha, está todo mundo aí pegando projeto para a cidade universitária”. Eram todos: estavam o Rino, o Ícaro, o Eduardo, o Milan. E então retruquei: “E eu até amanhã ao meio-dia vou ser convidado”.

Subi para meu escritório, pedi para minha secretária ligar para o Reitor, que era famoso médico, o Ulhôa Cintra, que, além de ser um grande amigo que eu tive, era primo da minha mãe, etc. No dia seguinte, estava lá o projeto. O meu foi pego pedindo. Eu me lembro que eu encontrei com o Abraão e com o Julinho. Aí eu tive um projeto. Esse meu projeto não foi construído e também tem, faz parte de uma história muito maluca. Eu tenho um documento recente da cidade universitária de dez anos atrás.

Miguel: A Maria Adélia.

Fábio: A Maria Adélia... Localizaram, eu tenho o contrato, que eu tive os pagamentos que eu recebi, mas não conta da história da USP do meu trabalho e nem minha contratação.

Tereza: O que você fez?

Fábio: O Instituto de Eletrotécnica. Era o maior projeto, era enorme.

Miguel: Lá na Poli?

Fábio: Na cidade Universitária.

Tereza: No complexo da Politécnica?

Fábio: Era um terreno separado. Até tinha uma planta enorme, que foi riscada com gilete. Mas não consta o meu contrato. Só pode ser uma razão: eu estava em um avião indo para o Rio, numa reunião do IAB, que eu já era presidente, tinha uma nota na folha: proibido ao aeroporto buscar o Niemeyer em Brasília. Chegando, eu com meu relacionamento com o Ministro Azeredo da Silveira, tinha uma reunião com a coletiva de imprensa e saiu no Correio da Manhã, até o Niemeyer buscando não encontrou, nem eu também, não sei o que aconteceu e ainda saiu uma nota, que sorte que na Grécia antiga não tinha Ministro da Aeronáutica, porque senão tinha proibido o Paternon, porque também não era extensível. Isso foi dito pelo Maurício Roberto. E eu tinha dito que São Paulo mandou demolir obra construída dessa universidade, que era o Gama e Silva, que depois virou ministro da Justiça. Derrubou mesmo o prédio do Eduardo Kneese de Mello e cancelou toda a obra do Centro de Convivência, que era do Rino Levi, com toda estrutura pronta. E sob a alegação fantástica de que o projeto da USP novo, eu participei, tinha sido feito em Praga. Era de propósito porque, do jeito que estava previsto, o Reitor podia entrar e sair na parte da reitoria, não é possível o projeto da USP, foi feito de uma maneira também, eu digo, “sem pé nem cabeça”. O Artigas e o Milan fizeram a proposta da noite para o dia seguinte em uma maquete de papel crepom.

Miguel: Qual parte do plano?

Fábio: Inteirinha. O plano inteiro, que, em minha opinião, levou cada escola com mão única, não tinha ligação, mas uma batalha lamentável. Que foi feito assim da noite para o dia. Não tinha nem tanto o que pensar.

Miguel: Isso quando?

Fábio: Sessenta. Eu me lembro que quem dirigia o projeto era o Paulo Camargo de Almeida. Mas ele, eu me lembro bem, colocou lá uma porção de gente nova, propôs a padronização para todos os caixilhos, todos os edifícios, porque talvez até tivesse um sentido, mas sem discutir com o grupo.

O Bratke fazia parte. Eu me lembro até numa manhã fria, estávamos eu o Bratke numa fila para receber os nossos honorários e o Paulo Camargo passou numa fila de peão e disse: “Olha, aqui esses dois, esses dois são milionários na fila”. E eu saí da fila e falei: “Não, o Bratke, sim, ele é milionário, ele sim!”. Eu até abandonei o projeto.

Miguel: Da edificação?

Fábio: O meu projeto. Deixei de receber e olha que era muito dinheiro. Porque a Politécnica, segundo o diretor, não tinha na eletrotécnica equipamento de alta tecnologia, não tinham Os únicos laboratórios que existem, têm dois: um em Praga e um em Londres. Nós não temos material para fornecer.

Bem, o que eu faço? Eu tinha feito o ante-projeto, as coisas não estavam boas lá, e então entreguei o projeto e fui embora. E falei para os outros todos: “todo mundo leva embora porque está degradingolando”.

Tereza: Foi na época do Carvalho Pinto?

Fábio: Sessenta. O Reitor era o Ulhôa Cintra.

Miguel: Era época da construção dos prédios do Kneese.

Fábio: Foi essa época. **Foi a época que a arquitetura ocupou espaço pela primeira vez.** Eu me lembro que escrevia sobre arquitetura e era época de Brasília, naquela época o que mais a mídia mundial falava eram duas coisas: Brasília e Fidel Castro. Muito curioso, o mundo cansado da história, não vê beleza no futuro e via Brasília como aquela cidade do futuro, e Fidel como liberdade, etc. O Oscar Niemeyer disse a frase: “Estamos fazendo a cidade ideal do futuro onde o trabalhador da obra vai morar ao lado do senador”. É o fim, não é?

Miguel: Não deu certo.

Fábio: Não era para dar certo, não estava programado.

Miguel: E esse ante-projeto, você tem?

Fábio: Tenho.

Miguel: Está na sua publicação?

Fábio: Está. Peguei da Maria Adélia para isso. É isso aqui: tem até o mural do Antonio Maluf, que eu acho uma beleza. Isso aí foi feito com uma “pilha de cálculo”, foi feito em um computador que havia na USP. Projetado todo com matemática. E é lindo isso aqui. Mas aqui conta que não existe. Eu, então calculo que o Gama e Silva como autoridade não podia me cassar nada, era vingança de motorneiro, tem coisa muito engraçada.

Miguel: Apagou a memória.

Fábio: Deve ser. Você não está... a Maria Adélia esteve lá e não achou nada. Quando o Gama e Silva fez a cassação do Artigas, do Maitrejan e o do Paulinho, o Diretor Jurídico da CECAP era muito competente, o Pinheiro Dória, era aquele que o Zezinho dizia ser o melhor advogado que ele tinha. Então o Ministro disse: “Você e o Pinheiro Dória tem que acertar tudo”. Então, como é que eu vou acertar? Com doze advogados, quinze para cada coisa? Ele não permitiu que o Paulinho continuasse na CECAP: foi proibido de fazer projetos

federais, estaduais e municipais. Mas o Artigas não foi cassado, ele continuou normalmente. Acho que o Artigas teve contrato reincidido, senão, como é que ele não sofreu penalidade? Ele ficou amarrado nos processos, acusações.

Tereza: Você foi bastante perseguido nessa época?

Fábio: Não, eu fui depois presidente do IAB, eu andei pelo Brasil todo fazendo palestra, mas eu sei que cada reunião tinha mais gente fotografando e gravando do que ouvintes. Eu fui muito observado, mas o Instituto, através da minha pessoa, realmente deu talvez a única contribuição que já existiu para o governo do Brasil em que diz respeito a planejamento. Eu fiz uma reunião em Curitiba, mas consegui levar o ministro Roberto Campos, foi uma grande, ninguém acreditava e ele fez perder... Exigiu do CONFEA o direito de assinar projetos aqui no Brasil todos os arquitetos e engenheiros norte-americanos. Que não foi aprovado nessa reunião de Curitiba, que tinha duas mil pessoas, ele ouviu a conclusão dos arquitetos e engenheiros: "Vimos reiterar seu maior repúdio, etc.". E ele levantou da mesa que eu dirigia, eu acho que tem até a fotografia aqui. Eu disse: "o que eu faço agora, não é?" Fui atrás dele. Eu disse para ele que a única coisa que podia fazer era dar para ele ler, mas era um direito legítimo de uma manifestação de um grupo. Ele leu com ódio e depois ficou lá... Chamou a gente de comunistóitas, etc. Mas logo depois, lá em Curitiba, pela primeira vez no Brasil se abriu espaço para discutir planejamento em uma linha de trâmite correto. A palavra lazer, na nossa linguagem, não existia; por exemplo, a lei brasileira, que estava programada, colocava que qualquer município do Brasil tinha que ter um plano diretor, se não perderia; havia uma verba única, sobra de imposto de renda, que era dividido igualmente para todos municípios do Brasil; ninguém sabia no Brasil quantos municípios tinham, quanto custava um plano diretor. Isso que aconteceu em Curitiba que foi mostrado, por exemplo, e aí se descobriu que havia vinte e poucas cidades com mais de cinquenta mil habitantes. Tinha oitocentas cidades registradas que não existiam, eram políticos que usavam nome para receber no Rio de Janeiro. Era o que é hoje mais confuso. A proposta, enquanto IAB, com os recursos era dar prioridade aos municípios, isso foi absolutamente inédito, municípios com desenvolvimento, municípios com importância de preservação histórica, não só de arquitetura, como da paisagem, todo um conjunto de ações. Tinha muita gente competente, muitos estrangeiros, o que levou o governo com Roberto Campos, famoso homem do planejamento, a colocar naquela confusão de coisas, a formar um grupo. Eu participei desse grupo no Rio de Janeiro em nome do IAB.

Entrevista: Ivan Gilberto Castaldi**Data: 9 de março de 2007****Local: São Paulo****Grupo de Pesquisa: Arte e Arquitetura Brasil: diálogos na cidade moderna e contemporânea.**

Miguel: Estamos com o arquiteto Ivan, que trabalhava no DOP, São Paulo. Nós vamos fazer uma entrevista para o Grupo de Pesquisa, sobre a difusão da arquitetura moderna brasileira.

Miguel: Você trabalhou no DOP. Como foi o início do seu trabalho no DOP, quando exatamente você começou, quais as funções que você exercia lá?

Ivan: Eu comecei depois de ter feito um concurso público pelo DEA e depois de certo tempo a Diretoria não nos chamava e, quando reclamamos disso, conseguimos que fôssemos chamados, éramos os primeiros da fila, pela colocação do concurso, e fomos começar isso em 57. O concurso foi em 54 e começamos em 57. Logo de início, nós fomos para a Divisão de Arquitetura, e fomos trabalhar em uma sala que tinha mais ou menos uns dez arquitetos. E os projetos vinham e tínhamos que fazer. Com o correr do tempo, a dinâmica de entrar projeto e a dinâmica política de se fazer um plano do governo abranger o que queria, para mostrar a população o que se fazia e dizia que se fazia; foram criados equipes dentro do DOP, para que a coisa fosse dinamizada. Então se formaram equipes de arquiteto e desenhistas. Mais tarde, foram formados equipes de desenhistas, arquitetos e engenheiros que faziam a cubagem dos projetos para que depois fossem colocados orçamentos e, dali, fossem colocados em concorrência, para ver quem ia fazer o projeto. E a coisa foi caminhando desse jeito, a gente trabalhava num ambiente muito bom e com o correr do tempo as modificações que surgiram nos dirigiam para outro tipo de atendimento ao trabalho.

Tereza: Gostaria de saber onde você se formou e quando?

Ivan: Eu me formei no Mackenzie, na primeira turma da Faculdade de Arquitetura Mackenzie, porque antes era Escola de Engenharia Mackenzie com o curso de Arquitetura. Até 1951, se formavam engenheiros arquitetos. De 52 para adiante, ano que me formei, a primeira turma, se formaram arquitetos da Faculdade de Arquitetura Mackenzie.

Tereza: E o DOP foi o primeiro local que você ingressou?

Ivan: Não, o primeiro foi quando eu estava no terceiro ano, por conhecimento de meu pai, no escritório, na época chamado Jacques Pilon. Jacques Pilon era mais ou menos um Alfredo Matias em uma outra época, mais ou menos uma

Gomes de Almeida Fernandez em outra época e mais ou menos um Cirella de hoje, por exemplo. Só que não eram incorporações, eram projetos. Então fui trabalhar como desenhista no terceiro ano da escola, no meio dele. Achei que eu fui trabalhar tarde, não fui antes não sei o porquê. E eu me lembro que desde que fui fazer a entrada no escritório do Jacques Pilon como simplesmente desenhista, eu tive muita sorte porque o chefe do escritório do Jacques Pilon chamava-se Adolph Frans Heep. Isso foi para mim uma enciclopédia. Então, o que a gente aprendia com o Heep era uma coisa bárbara de “toneladas, não era de quilos”. Então fazia um mês que eu estava trabalhando no escritório do Jacques Pilon, quando tinha aquela cadeira de projeto de 24 horas no Mackenzie. Periodicamente, tinha projeto de 24 horas ou projeto de 8 dias, uma coisa assim, não tenho certeza, mas era mais ou menos isso, e desse projeto de 24 horas, que era um portal, coisa do Cristiano Stokeler das Neves, projetava um portal “del” Palácio da Justiça, uma coisa de louco, ninguém ia fazer isso, mas nós tínhamos que fazer.

Miguel: Modelo Belas Artes.

Ivan: É. Aí o que aconteceu é que eu fiz aquilo com depois de um mês de trabalho, apenas um mês, eu fiz aquilo, não digo com as duas mãos nas costas, mas com uma mão nas costas, com uma facilidade extraordinária, quando eu percebi o que o trabalho... que a escola não ensinava praticamente nada.

Miguel: E tinha muitas discrepâncias entre as idéias do Cristiano e as idéias do Heep naquele momento?

Ivan: Eu não podia comparar, porque o Heep também foi professor do Mackenzie.

Miguel: No mesmo período?

Ivan: Não no mesmo período que eu fui desenhista; quando eu entrei, ele estava saindo. Mas o Cristiano era um grande sujeito o Cristiano, um grande homem, muito talento. Mas a escola dele não era para nós naquela época. Tinha sido mais do que ultrapassada.

Miguel: Isso era um entendimento de todos os alunos?

Ivan: Todos, todos. Ele dava um projeto, por exemplo, acesso a um terraço. Meu Deus do céu, ele projetava uma escadaria com balaústres, depois... Se quisesse balaústre, podia escolher o tipo de balaústre, umas colunas, podia escolher do tipo que quisesse. Primeiro livro que estava na nossa mesa do Cristiano das Neves da cadeira de projetos era o Vignolia. O Vignolia era uma coisa clássica; então tudo o que tinha no Vignolia a gente tinha que saber de cor. Então tinha que fazer o que ele pedia: farol monumental, uma fonte, umas coisas que não existem.

Miguel: E a sala dos passos perdidos, você também teve que fazer?

Ivan: Mas isso o Niemeyer usou bem, o Passos Perdidos.

Tereza: E quando você entrou no DOP, que tipos de projetos vocês desenvolviam?

Ivan: Escolas.

Tereza: Mais escolas?

Ivan: Principalmente escolas.

Miguel: E era governo do Jânio?

Ivan: Agora você me pegou.

Tereza: Em 1957 era do Jânio.

Ivan: É antes do Carvalho Pinto, foi do Jânio. Carvalho Pinto foi “cria” do Jânio.

Miguel: E já eram escolas?

Ivan: Escolas: Primeira escola, Grupo escolar Dom João Néri em Campinas.

Miguel: E o DOP tinha uma formulação dos programas de necessidades dessas escolas? Ou isso foi alterado?

Ivan: Tinha, sempre tinha, porque era da Secretaria da Educação. Evidentemente o DOP, que era o maior escritório de engenharia do Brasil, senão da América do Sul, digo que foi pela quantidade de engenheiros e arquitetos que tinham lá, então esse escritório de arquitetura e engenharia tinha que estar ligado, não era independente, era Departamento de Obras Públicas, tinha que estar ligado a alguém, Diretoria de Obras, Secretaria de Obras. Então a Secretaria de Obras, Saúde, Educação, cada um fazia a sua reivindicação mediante força política que o Governador dava. E quando chegou a hora de fazer escolas, parece que a Secretaria de Educação tinha uma força enorme lá. Então eu fazia muitas escolas.

Miguel: O programa tinha alguma influência?

Ivan: Tinha uns programas. Tinha um tipo de grupo escolar, tinha um tipo de escola normal, grupo, ginásio. Cada tipo de estabelecimento de ensino que tinha um nome tinha seu programa. Então, conforme os processos chegavam na nossa mesa, tinha já o processo com o programa determinado. E era distribuído para um arquiteto, para outro, para outro, cada um fazia o seu. E era sempre projeto individual.

Miguel: Dentro do DOP cada um fazia o seu projeto?

Ivan: Cada um fazia o seu mediante uma assessoria do chefe.

Miguel: E as discussões do Convênio Escolar no início dos anos cinquenta na prefeitura: tinham algum rebatimento no DOP, ou vocês naquele momento não tinham conhecimento?

Ivan: Não sei, honestamente eu não sei te dizer, porque isso entrava na parte política e a minha era exclusivamente técnica.

Miguel: Não, mas em termos de conceitos...

Ivan: Deveria ter, aliás, tinha gente dentro deste contexto de político e técnico, tinha gente que defendia... Tinha arquitetos que defendiam... Eu me lembro de um chamado Flávio Villaça, era um arquiteto que trabalhava na Secretaria, senão me engano da Educação, que ele defendia sob o ponto de vista da arquitetura das possibilidades, que teria para ser feito um determinado tipo de projeto. E aí depois que era distribuído para o DOP. E ele vinha às vezes para a visita semanal que tínhamos com o pessoal da educação para acompanhar o que estava sendo feito.

Miguel: E quando houve a mudança do Jânio para o Carvalho Pinto, no Plano de ação houve de fato como aparece em termos dos relatórios uma produção muito maior de projetos?

Ivan: Teve épocas em que a demanda foi muito grande. Tinha logo que eu entrei no DOP uma demanda muito grande de escolas. Depois foi passando para Centro de Saúde, depois foi passando para Fóruns, ou antes, de Fóruns para Penitenciárias e Segurança, e depois sempre misturavam, não é que era exclusivamente determinado tipo de projeto.

Miguel: E os profissionais faziam todos os tipos de projeto, não se especializavam?

Ivan: Todos tinham naturalmente. Como a gente era arquiteto do Estado, ninguém podia se atrever a fazer alguma coisa muito diferente. Então tinha que ser uma coisa dentro de certo padrão que o Estado pudesse pagar, fazer maior número de obras e que depois a manutenção pudesse ser a mais barata possível. Então não se pensava em determinados acabamentos, jamais era “arroz e feijão”, talvez um “bife à cavalo” de vez em quando. “Arroz feijão” sempre! E com isso a gente tinha um determinado padrão para determinada obras, por exemplo, o Centro de Saúde já tinha um determinado tipo de Centro de Saúde onde a gente fazia apenas a locação. E isto era... Como diziam da Ford era... Projeto padrão em linha de montagem. A gente via o terreno, e via onde você pegava, tinha seu gabarito... Não era muito bonito, mas era como a gente fazia e tinha que fazer assim... Pegava o gabarito, colocava no terreno dentro do que era possível e dentro do possível da topografia, você tinha que fazer mais ou menos cortes e colocava, dependendo do acesso principal, então saía isso da linha de montagem e era assim.

Miguel: Então nos Fóruns a gente conheceu esses projetos-padrão; lá em São Carlos, por exemplo, tem um que sofre com esse problema do terreno,

porque o terreno é acidentado e o projeto-padrão tem que ser implantado num terreno acidentado, e esses projetos, pelo menos os de fórum, ele tem uma tipologia, digamos assim, ecléticas, não é em termos arquitetônicos. Essas tipologias não modernas, digamos assim, elas sobreviveram mais ou menos até que período? Os projetos desenvolvidos internamente no DOP?

Ivan: Eu gostaria de dar uma resposta positiva, mas como eu me retirei do DOP há um tempo atrás, dediquei uns anos fora do DOP, tudo que se relacionava ao DOP para mim ficou no passado. Então eu não acompanhei essa influência do correr do tempo, mas eu me lembro, por exemplo, aqui no meu currículo, vendo hoje novamente, depois de muito tempo, que tem dois Fóruns que eu projetei, talvez em parceria com mais alguém, um é o Fórum de Bauru e outro Fórum de São José do Rio Preto.

Tereza: Bauru?

Ivan: Com a Maria Lúcia.

Tereza: Talvez pelo DOP, porque tem outro projeto pelo IPESP do Zenon Lottufo.

Ivan: Esse foi com a Maria Lúcia e com o Marcolino, não me lembro bem. Mas então estes Fóruns não eram padrões. Nós elaboramos um Fórum para aquele terreno e tem um aspecto satisfatório.

Miguel: Que a impressão que a gente tem é que até meados dos anos cinqüenta, e aí esses meados pode ser um pouquinho mais para lá ou para cá, ainda existia esses projetos ecléticos, mas já próximos dos anos sessenta, aí em tese a maioria dos projetos, tem assim uma extração moderna, moderno assim num sentido amplo.

Ivan: Moderno dentro do que o Estado podia pagar.

Miguel: Digamos assim, uma arquitetura despojada sem ter a pretensão de remeter a algum outro sentido.

Ivan: Não entrava em concurso nada disso, uma coisa modesta mesmo.

Miguel: E quando o DOP passou a contratar projetos fora, isso foi como?

Ivan: Foi mais o IPESP, não é?

Miguel: Só o IPESP; o DOP sempre o pessoal interno.

Ivan: Eu não me lembro se o DOP contratou... O IPESP eu me lembro que certo tempo contratou uma porção de gente para fazer projetos por fora e esses projetos eram praticamente escolas, muitas escolas.

Tereza: Vocês estavam fazendo projetos paralelos a essa produção IPESP?

Ivan: E aí eram dados projetos para arquitetos que não eram funcionários, então eles podiam diversificar um pouco.

Miguel: Aí era permitido fazer algo além do que se fazia.

Ivan: Não sei se a palavra certa foi permitida, mas, automaticamente foi permitido porque quando a pessoa é dona do próprio nariz, desde que tivesse uma diretriz, é lógico, porque senão é loucura, então alguma coisa melhorzinha eu acredito que tenha saído pelo pessoal que não trabalhava no DOP. Não que o pessoal do DOP não tivesse capacidade, diga-se de passagem.

Miguel: Mas aí tinha as condicionantes.

Ivan: Dançava-se conforme a música.

Lúcia: O senhor se lembra a partir de que época passou a se fazer estes fóruns?

Ivan: Década de 60, eu acredito.

Miguel: Agora da sua produção: no currículo que você estava vendo, quantos projetos você fez no DOP?

Ivan: Têm muitos.

Miguel: Mais ou menos. Todos esses aí são projetos?

Ivan: Fórum de Ribeirão Preto eu fiz em conjunto, está aqui... Grupo escolar, Instituto de Educação, Ginásio Estadual, Centro de Saúde, Fórum de São José do Rio Preto, Fórum de Bauru, Penitenciárias, nós fizemos, tem muita coisa que foi feita, Centro de Saúde, por exemplo, desse tipo... E escolas inclusive, locação de escolas, locação de centro de saúde e locação de delegacias, fizemos muitas. No tempo do Quércio, teve um “boom” de delegacias, tinha mais de cem.

Miguel: No Quércio, foram muitas delegacias.

Ivan: Eu me lembro que a gente fazia locação disso muito, a “toque de caixa”, porque o governo queria mostrar para população o que estava fazendo. E era locação desse tipo, pegava o gabarito, punha no terreno, via como ficava melhor, etc. Já estávamos acostumados com a linha de montagem; então escolas, centro de saúde e delegacias saiu muito.

Tereza: Vocês cuidavam mais do projeto e o acompanhamento de obra também?

Ivan: Acompanhamento de obra a gente poderia fazer também, mas a gente só ia quando era realmente necessário. Principalmente, quando era penitenciária. A penitenciária de Araraquara que eu me lembro, que a primeira que foi feita pelo Marcolino, Maria Lúcia e eu, nós três fizemos esta penitenciária. E a gente ia fazer esta vistoria sempre que necessário lá em Araraquara, para acompanhar, porque realmente era uma coisa nova e tivemos praticamente carta branca, fomos visitar Brasília, fomos visitar o Paraná, fomos visitar o Rio de Janeiro, no interior de São

Paulo as penitenciárias existentes, então nós tivemos uma aula do que não se deveria fazer em penitenciária, e nós fizemos, cumprimos nossa aula “direitinho”, agora os presos não deixaram mais. Porque teve um dia aí que eles acabaram com a penitenciária de Araraquara, muito tempo depois que ela estava pronta, porque, quando ela estava pronta, era um modelo. Tinha muita coisa nova que jamais tinham visto e era realmente funcional, depois foi a de Pirajuí e, daí para frente, depois, a Maria Lúcia voltou para a Justiça e não ficaram mais fazendo prédios.

Miguel: Então é assim: lá no DOP vocês faziam os projetos, a engenharia fazia a cubagem e orçava, preparava para a licitação e aí a licitação era feita por quem, para a mão-de-obra? Aí não era mais o DOP?

Ivan: Era o DOP.

Miguel: Era o DOP e tinha uma equipe que se encarregava depois da fiscalização?

Ivan: A comissão de orçamento que resolvia quem é que ia ganhar aquela execução e tocar a obra em diante.

Miguel: Mas aí a fiscalização tinha outro corpo?

Ivan: E a fiscalização é que media a obra e que determinava quando que a empreiteira ia receber aquele pagamento. Nós, da arquitetura do projeto, não interferíamos em absoluto na seara alheia, ou seja, a fiscalização era autônoma.

Miguel: Você disse então que o DOP foi durante um tempo o maior escritório de arquitetura do Brasil, isso mais ou menos de que período de 57 até...

Ivan: Isso no período em que ele existiu. Todo o período em que ele existiu. Porque desde que ele foi formado, eu não tenho precisão da data, deve ter começado pequenininho, mas depois foi aumentado contratando mais técnicos devido às necessidades do Estado e depois formou o maior escritório do Brasil.

Miguel: Então faziam escolas de todos os tipos, os postos de saúde?

Ivan: Centro de saúde.

Miguel: UBS depois?

Ivan: Não, UBS não.

Miguel: Aí a parte de seguranças delegacias.

Ivan: Cadeias e delegacias.

Miguel: E penitenciárias, os fóruns e as Casas de Agricultura, lavoura também?

Ivan: Essas não eram do meu tempo. Talvez fizesse, eu não sei.

Miguel: E outras obras assim, Secretarias, alguma coisa que fugia do padrão, alguma coisa excepcional? Que nem centro educacional, algum outro tipo de educação, mas com outro tipo?

Ivan: Não acredito que tenha sido feito algo com um título, digamos assim, mais importante do que era o corriqueiro, pode ser que tenha tido, mas eu não me lembro, não posso dizer, mas eu desconfio que não, mas se houve, foram muito poucos. Se houve, não posso especificar.

Miguel: A maioria dos projetos era na cidade de São Paulo ou no interior?

Ivan: Interior. A maioria do interior, por exemplo, diversos tipos de centro de saúde construídos em 50 cidades do interior de São Paulo. Só esse item aqui, 50.

Miguel: Você não tem discriminado esses 50?

Ivan: Não.

Miguel: É uma pena, 50 é um número...

Lúcia: Nessa época se construíram muito, não é?

Ivan: Muito. O DOP estava com o “vento em popa”. Então era uma maravilha, aí vem a política e... Eu me lembrei de uma coisa muito interessante: quando eu estava no DOP, veio parar na minha mão um projeto de um hospital de cardiologia, onde hoje é o Instituto Dante Pazzanese aqui. Aquilo era um centro de saúde, não um pronto-socorro; o Adib Jatene trabalhava lá. Então me incumbiram de fazer um projeto do hospital de cardiologia. Aquela foi a minha “menina dos olhos”: eu fiz todos os andares, cada serviço de cada andar, de acordo com o médico que ia tomar conta dele, dentro de que trabalhava em cardiologia. Então eu nunca vi funcionar tão bem um projeto como aquele, porque cada médico dava as suas diretrizes e eu as desenvolvia no projeto. Então aquilo estava um “reloginho”. Era um prédio de mais ou menos uns nove andares, eu tenho cópia disso guardada, tinha auditório, etc. E estava situado aí no lugar que deveria ter estado. Aconteceu que foi para a Secretaria da saúde e “morreu” na gaveta do secretário. E, portanto, nunca mais foi executado. Este, por exemplo, é um projeto que não tinha padrão. Mas foi feito assim com o coração. Foi feito como se fosse para mim. Uma coisa que funcionaria de uma forma maravilhosa e, quando eu soube que não ia ser construído, eu fiquei aborrecido. Então esse foi um projeto que você falou nesse estilo fora do padrão.

Tereza: Você falou que individualmente vocês trabalhavam dentro de um determinado padrão, eles se assemelham muito, teve uma discussão desse padrão, baseado em quê, formalmente? Os materiais que se utilizavam naquela época indicavam essa formatação?

Ivan: Exatamente, como eu lhe falei, a gente estava como funcionário do Estado, a gente tinha que trabalhar de acordo como o Estado, não digo que mandasse, mas visualizasse assim de longe: “olha, mais ou menos isso que tem que fazer”, porque o que mandava em tudo era o dinheiro e para você fazer uma

obra que custasse pouco e fosse barata, não se podia pensar muito, então, a gente fazia dentro da nossa consciência o que a gente devia fazer para atender o Estado e em parte o que a gente queria também pra que não fosse uma casinha, um telhado, uma janela, uma porta e acabou... a gente tinha que fazer utilização de muito elemento vazado para poder quebrar o sol, para não ser caro, então... tijolo sempre, bloco de concreto quase nunca, porque no interior era muito mais difícil do que em São Paulo, então era tijolo sempre, reboque, argamassa, esquadrias de ferro. Se pensasse em esquadrias de alumínio, era impossível, laje nunca! Mas tinha de vez em quando, escapava uma, mas no geral laje nunca, porque a impermeabilização não vai dar conta.

Miguel: Mas de qualquer maneira vocês já tinham a estrutura em concreto e o fechamento em tijolo.

Ivan: Sim, tinha a laje de cobertura e o madeiramento do telhado sobre ela, conforme o lugar eram materiais comuns, não tinha muita escolha.

Miguel: Os terrenos era aquilo que as prefeituras cediam?

Ivan: Que as prefeituras cediam para o Estado e o Estado tinha que aceitar, porque e a prefeitura sempre dava o terreno pior. Porque eles se viam livres de um problema, e nós tínhamos que trabalhar com aquilo.

Miguel: Mas e os terrenos dos Fóruns, como é que fazia? Fórum tinha que ser no centro? Num lugar mais nobre?

Ivan: Evidente, acho que nesse caso a Maria Lúcia, que vocês entrevistaram, deve te dar uma resposta melhor do que a minha. Também, Fórum tinha que ser mais bem escolhido porque o Estado podia dizer para a prefeitura: “senhor prefeito, esse eu não quero, eu quero aquele”. Então, conforme a força política do cidadão, o Estado ganhava aquele.

Miguel: E fora a interferência do próprio Estado e das Prefeituras, você tinham algum outro tipo de contato ou o DOP determinava um determinado tipo de trabalho?

Ivan: Eu não me lembro de contato com prefeitura, honestamente, pode até ter tido, mas eu não me lembro; às vezes ficava conhecendo o prefeito quando ia visitar uma obra numa determinada cidade, mas por causa do empreiteiro, para vistoriar a obra... Podia acontecer.

Miguel: No ciclo do DOP que você participou, tem diferença antes ou depois de 64? As coisas continuaram a mesma ou ele tem uma autonomia institucional muito forte?

Ivan: Eu tenho impressão de que, conforme a atuação do Governador, ele dirigiu o Diretor do DOP, conforme o entendimento entre o Governador e Diretor

do DOP, o andamento dos serviços podia variar sem dúvida alguma, mas, eu não posso dizer como que variava, porque eu sei que nós estávamos lá para trabalhar e a gente tinha que trabalhar e o que vinha, tinha que ser mandado embora, às vezes mais, às vezes menos.

Ivan: O Período do Carvalho Pinto, ele foi algo excepcional na produção ou ele foi como a média?

Ivan: Teve uma época que o DOP mudou-se para a Rua Venceslau Braz, onde tinha a Diretoria de Obras Novas: foi uma experiência que, se não me engano, foi na época do Carvalho Pinto. Depois nós fomos para outro prédio na Rua Riachuelo, lá perto da Praça da Sé, e fizemos duas equipes de Obras Novas e eu era o chefe de uma das equipes, e essas equipes funcionavam como um relógio, porque eram arquitetos, chefe de equipe, desenhistas, eram encubadores, orçamentistas. E com isto, o DOP, com a Diretoria de Obras Novas, as coisas saíam completamente, era um pacote pronto. Então não tinha ninguém que quebrar a cabeça: “e agora, agora vai ter que fazer isso” Não, a coisa saía pronta e funcionava como um relógio e novamente a política acabou com ela. E hoje o DOP não existe mais, inclusive colegas meus lamentavelmente, vim a saber, que não ficaram tão bem como deviam.

Tereza: Você, quando entrou, estava na Riachuelo e a equipe era reduzida. Com o Carvalho Pinto deu uma aumentada?

Ivan: Teve uma mudança, porque, como vocês sabem, cada governador, não especificamente o Carvalho Pinto, cada político que aparece na mídia que aparece um pouco mais, que surge, ele quer mostrar que ele apareceu, às vezes com mérito e às vezes à toa; então, no caso do Carvalho Pinto, eu não posso dizer que foi à toa, absolutamente eram projetos e muita coisa foi feita, mas estava lá sempre dentro do DOP. Pessoalmente, nunca acompanhei a política fora.

Tereza: Mas não houve uma mudança quantitativa ou qualitativa nesta produção?

Ivan: Não, tinha época que teve mudanças. Mas não posso associar a este ou aquele governador.

Miguel: De qualquer maneira, o DOP neste período acumulou conhecimento que hoje talvez tenha se dispersado, não é?

Ivan: Foi perdido, não é? Só se salvam em alguns arquitetos ou engenheiros que trabalharam lá e que ainda guarde alguma coisa na cabeça e precisem dessa experiência para fazer alguma coisa hoje. Senão, foi totalmente dispersado.

Miguel: E as construtoras, você falou que teve contato com elas, teve alguma construtora que, digamos assim, era mais presente?

Ivan: Tinha, vamos dizer, não vou dizer um cartel, que esta palavra é meio esquisita, para este caso, mas vamos dizer que tivesse uma carta de construtoras, onde elas se arrumavam para que cada uma fizesse determinados trabalhos e isso tudo era dentro da lei. As construtoras maiores que ganhavam os projetos mais importantes e as secundárias que ganhavam os projetos menores.

Tereza: Você lembra o nome de algumas delas?

Ivan: Tinha uma de Campinas que era muito boa, mas não me lembro.

Miguel: Mas elas não deviam se especializar umas mais para escolas, ou era generalizado?

Ivan: Não era generalizado. Conforme o porte da obra, elas entravam ganhavam ou não.

Miguel: Você comentou da penitenciária. Fiquei um pouco curioso: o que ela tinha de diferente e de excelência que, depois, por “pressão”, não houve continuidade?

Ivan: Bom, o próprio projeto mostra como ela era. Os raios dos locais das celas eles tinham um controle a partir de um centro de controle. Então nós elaboramos um centro de controle superior; os raios tinham as celas embaixo apenas, é claro. No pátio interno, cela individual, jamais para duas pessoas e a bacia foi estudada, o lavatório foi estudado, as prateleiras foram estudadas. Como fazer para que o preso não se escondesse quando o guarda abrisse a porta. Então a última prateleira era um triângulo de concreto caído, não tinha apoio algum para ficar ninguém lá, não tinha como. A passagem dos pratos para alimentação quando precisasse. O local em que eles comiam em cada raio era separado, não era um refeitório para todo mundo, cada raio tinha o seu refeitório. As gaiolas eram todas controladas; enfim, o campo de visão do controle foi projetado de tal maneira que o guarda tinha de controle de tudo, absolutamente de tudo, não tinha como se esconder. Passagem, por exemplo, de um corredor para a capela, nós fizemos um túnel que era para o preso passar o mínimo possível dentro da administração. Toda administração ficava de forma que o administrador ficasse protegido. Tinha muralha interna, muralhas externas, tinham as guaritas, tinha as torres de vigia, tudo pensado de tal maneira que na época era uma novidade. Hoje já acostumaram com isso, já foi incorporado como normas de elaboração. Mas na época era novidade, então todo o projeto era uma beleza, funcionando bem; na época funcionou. Tinha o Diretor das Penitenciárias, na época era da Secretaria de Segurança, chamava-se Werner, ele nos deu carta branca e tudo o que fazíamos era apresentado ao Sr. Werner e conversávamos: “está perfeito assim, a gente pode fazer ou não pode fazer isso”. Era tudo de acordo com o

seu uso, como o hospital de cardiologia. Então era uma maravilha, daí foi feita a de Pirajuí.

Miguel: Era derivada?

Ivan: Derivada. Essa foi a primeira, depois Pirajuí, depois foram outras. E todas elas, até hoje; Maria Lúcia pode confirmar, com alguma coisa daquilo que foi projetado em Araraquara.

Lúcia: Araraquara foi, então, um padrão estabelecido quando o senhor foi o diretor das Obras novas, não é?

Ivan: Foi, parece que foi nessa época.

Lúcia: E esse padrão foi totalmente concebido pela equipe sem qualquer orientação ou com alguma orientação?

Ivan: Com orientação do Departamento dos Institutos Penais, cujo seu diretor era seu Werner. Então era de acordo com esse departamento que a gente fazia o projeto e desenvolvia cada parte do projeto.

Miguel: Que época mais ou menos isso?

Ivan: Araraquara? Por volta dos anos 60.

Miguel: Tem alguma excepcional fora do DOP que o senhor gostaria de contar? Que o senhor ache interessante em termos de conhecimento, ou uma mensagem?

Ivan: Bom, eu gostaria de comentar que naquela época que trabalhávamos no DOP, o nosso coleguismo, nossos companheiros eram muitos agradáveis, e deixa saudades. E lamentavelmente tudo que acaba não volta, não é?

Tereza: Parece-me que até o final do DOP vocês mantiveram um ritmo muito grande de obras. Você já não estava mais lá, mas...

Ivan: Parece que foi absorvido pelo DER, uma coisa assim.

Tereza: Exato, e como foi recebido na época por vocês terem já uma estrutura de trabalho, e esses projetos serem contratados fora pelo IPESP? Esses projetos, vocês tinha contato, vocês vinham de alguma forma se interessavam por eles?

Ivan: Havia um modo de a gente participar, mas era muito difícil. Então nós achávamos uma espécie de injustiça que outros arquitetos ganhassem dinheiro de uma maneira que nós não estávamos habilitados a ganhar, porque o nosso salário sempre foi baixo no DOP. E eles ganhavam salários baseados no Instituto do IAB. Tabela do IAB. Então, evidentemente, ganhavam muito mais do que a gente fazendo, não digo a mesma coisa, mas algo muito parecido.

Tereza: Mas você teve uma participação no IAB; eu levantei umas atas e vi você como Secretário.

Ivan: O que eu tenho no meu currículo no IAB está aqui olha.

Tereza: Esse seu contato com o IAB deu alguma influência no seu trabalho?

Ivan: Não, não deu. Simplesmente a gente permanecia lá, participava das reuniões, das assembléias lá, como... Para dizer que o DOP estava presente. O que tinha que ser falado a gente falava. Mas nunca teve uma influência da forma de trabalho de cada um. IAB fazia o que tinha de fazer e o DOP estava lá para dizer sim ou não.

Tereza: Você soube de umas reuniões que teve na época pra contestar essas contratações do IPESP na época?

Ivan: Teve qualquer coisa, mas eu não posso me lembrar o que era.

Tereza: E o DOP aceitava essa condição. Não se posicionou?

Ivan: Não. Aqui tem aqui uma participação minha como membro do Conselho Diretor no biênio 1964, 1965. Participando como membro do DOP, participava só das reuniões.

Tereza: E havia algum questionamento dessas reuniões sobre o trabalho do DOP?

Ivan: Não, a gente defendia o DOP dentro do possível.

Tereza: A discussão sobre o projeto do DOP teve no IAB alguma discussão nesse sentido?

Ivan: Não, nada. Nós éramos autônomos, politicamente falando, ao IAB. Nós tínhamos que prestar conta ao DOP e pagar a mensalidade do Instituto.

Miguel: O que eu acho importante é que houve uma mudança muito importante dentro do DOP durante o governo Carvalho Pinto. Na verdade, o que a gente vê é que existe um aumento de obras, mas já existia uma equipe técnica, um corpo uma atividade. Na verdade, o DOP era um organismo que já existia há um bom tempo e ele já vinha se construindo há muito tempo dentro dessa perspectiva.

Ivan: No tempo do Quércia também, foram mais de cem cadeias. Também fui chamado para fazer um projeto de uma pista de *cooper* dentro do Palácio dos Bandeirantes. Coisinhas que apareceram de vez em quando...

Entrevista: Plínio de Arruda Sampaio

Data: 05 de março de 2007

Local: São Paulo

Grupo de Pesquisa: Arte e Arquitetura Brasil: diálogos na cidade moderna e contemporânea.

Miguel: Nós pretendemos verificar a difusão da arquitetura moderna no Estado, as obras civis, fóruns, escolas, etc., do Plano de Ação, que foram produtos significativos no âmbito da arquitetura moderna. Mas, metodologicamente, nos interessa também saber do ponto de vista social como foi organizado, implementado o Plano de Ação. Quais eram os seus objetivos genéricos. Lógico que existe todos os documentos, mas isto é importante para saber do ponto de vista conceitual como foi pensado, estruturado, e para poder até localizar socialmente e economicamente essa difusão da arquitetura moderna.

Plínio: Vocês estão naquele que foi o Horto da Paulista, não é?

Miguel: Horto da Paulista? Não esse é a fazenda da Federal.

Plínio: Ah! Sei. Aquele ali fomos nós que fizemos no Plano de Ação. Ali era o Horto da Paulista. Quando nós aprovamos a Paulista, aprovamos todos os Hortos da Paulista. Esses Hortos da Paulista, nós fizemos com uma entidade para fazer reforma agrária, depois passou na mão do governo e então saiu a universidade. Então, ótimo. Nós fizemos isso em 60.

Miguel: Nosso interesse é discutir o Plano de Ação sob o ponto de vista da difusão da arquitetura moderna, mas no interessa muito metodologicamente: saber o contexto no qual o Plano de Ação foi pensado, as questões que foram pensadas e articuladas.

Plínio: Isso foi no governo Jânio Quadros em 1955. Quando deu aquele semi-golpe, que o Lott deu, um golpe democrático. Aquela confusão tremenda, o meu pai foi nomeado Secretário da Segurança Pública para garantir a não-intervenção Federal em São Paulo. E ele mandou me chamar e disse: – Eu quero você aqui ao meu lado. E eu então trabalhei com ele e lá eu fiquei conhecendo o Prof. Carvalho Pinto. E que era colega de turma de meu pai, mas que nunca tinha ido em casa, não, aliás, eu já conhecia ele, mas lá que eu convivi com ele. E aí se tornou amizade e quando ele foi para o governo, ele me convidou para Subchefia da Casa Civil e coordenação do Plano.

Miguel: O senhor foi coordenador do Plano diretamente?

Plínio: Sim, diretamente.

Miguel: Do Grupo de Planejamento?

Plínio: Do Grupo de Planejamento e da Secretaria Executiva. E ele sabia que eu tinha uma relação estreita com um grupo de arquitetos da USP que tinham trabalhado com o padre Lebrecht. O padre Lebrecht é um dominicano criador do movimento de Economia e Humanismo. Que era um movimento da Igreja para humanizar a economia. Era um movimento entre o capitalismo e o socialismo. Ele propunha outra fórmula, era a economia das necessidades. E este grupo de arquitetos católicos da JUC – Juventude Universitária Católica. Trabalhei muito com eles e eu era da presidência da JUC; então, conhecia todos eles, eram grandes amigos meus. E o Carvalho Pinto teve algum contato com o Lebrecht. Então ele sabia quinze dias antes da eleição, eu estava chefiando a campanha e ele disse: – Plínio, eu já ganhei, pelos dados aí e pelas projeções, eu vou ganhar. Então você não precisa mais ficar na campanha. Saia da campanha e chame aqueles seus amigos, que vocês vão fazer um plano para mim. Um plano, se não vem empreguismo, clientelismo e o plano ordena essas despesas e a gente pode fazer isso direito. Nós estávamos num táxi, indo para casa dele, descendo uma daquelas Ruas a Peixoto Gomide, uma delas.

Eu saí da casa dele, chamei a turma, reunimos todo o pessoal e aí vimos que não tínhamos economista. Que nós só tínhamos advogados, médicos, arquitetos, engenheiros e não tínhamos um economista de peso que pudesse topar uma coisa dessas.

Então me disseram, olha, tem um economista cristão muito bom no Rio de Janeiro, o Aníbal Vilela. E eu despachei para o Rio, fui lá e encontrei com o Aníbal Vilela e ele me disse: – Olha, Plínio eu não quero te ofender não, mas vou te dizer uma coisa: eu nem morto vou morar em São Paulo.

– Mas, veja, uma possibilidade tão grande e você não vai pegar.

– Não. Mas tem em São Paulo um rapaz do Rio Grande do Sul, que trabalhou no banco do nordeste, trabalhou no BNDS e que agora está com a lambreta e sei que não está muito contente lá. Se você falar com ele, acho que ele aceita, viu?

Cheguei em São Paulo, chamei-o e ele topou: – Só preciso de mais um economista; se você pedir para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, eles dão.

Fui com ele para o Rio, falamos com o Almirante Meira, que fez a indústria automobilística. E eu pedi e esse, que era o Sebastião Advíncula, um moço de altíssimo padrão, e ele nos cedeu. Aí nós tínhamos dois economistas, quatro arquitetos, dois engenheiros, advogados, não precisava dizer, que tem muitos, e fizemos o Grupo de Planejamento.

Miguel: Qual eram os arquitetos?

Plínio: Os arquitetos eram: Francisco Witaker Ferreira, Celso Lamparelli, Domingos Theodoro de Azevedo Neto, Antonio Cláudio Moreira e Moreira e tinha o Luis Carlos Costa, não sei se o Salles, esse eu acho que era engenheiro e não arquiteto. Você tem um exemplar do Plano, ali tem aquela partezinha no fundo, aqueles ali é que são... Mário Laranjeira Mendonça, que era engenheiro. E aí fizemos essa equipe homogênea e começamos a planejar.

Miguel: Mas a idéia que se tem é que o Plano de Ação foi de fato a primeira vez que o Governo do Estado, digamos assim, ao que anteriormente não tivesse plano, mas teve um plano unitário.

Plínio: Compreensível de toda administração é o primeiro. Havia o Plano Salte; o Garcez tinha feito dois planos, um plano rodoviário e um energético que nós usamos muito. É preciso pagar um mérito, um tributo ao Garcez, não teríamos feito o plano, não fora os dois planos dele. Entendeu? Porque eles fizeram estudos básicos e esse material estatístico primário já estava recolhido, o que nos permitiu fazer o plano em seis meses, senão era impossível.

Miguel: Então, o diagnóstico, de onde partiu o diagnóstico? Já existia uma base anterior?

Plínio: Nós fizemos uma atualização e usamos pela primeira vez um computador. Daqueles que usavam uma sala deste tamanho (gesto do espaço que estavam), refrigerado, e fizemos o estudo que nos permitiu que tivéssemos um índice de transporte rodoviário, com que nos permitiu atualizar todos os outros dados daqueles planos. Fazíamos uma projeção de crescimento e isto nos permitiu desenvolver o trabalho rapidamente. Isso foi o Sebastião que fez, ele era um econometrista de primeira, ele inventou esse processo e eu consegui no Departamento de Água e Esgoto que é quem tinha o “tal computador” e ele fez o Índice do Transporte Rodoviário.

Eu me lembro de que quando mostrei isso ao Ministro, ele disse: – Vocês fizeram essa confusão toda para isso? Um “numerinho” que me permitia de ver tudo muito rapidamente e fizemos tudo em seis meses.

Miguel: Quais eram os objetivos principais do Plano?

Plínio: O Carvalho Pinto era um homem conservador, um burguês quase aristocrático, descendente de Rodrigues Alves, um patriota. Um patriota! O homem tinha uma seriedade, de uma capacidade de trabalho espantosa, metódico, tudo limpinho. Esse homem passou quatro anos no Palácio, não deu um grito, tudo suave, organizado. Ordem dele era inútil tentar esconder. Porque era dada de um jeito que não tinha maneira. Ele dava num memorando, toda ordem ele

dava oral, depois punha no papel. Tinha uma capacidade enorme de escrever, escrevia rapidinho, punha traço, passava para a secretária dele. A secretária tirava uma cópia e punha num calendário. Naquele dia, podia “chover canivete” que ela ligava: – Dr. Plínio, aquele memorando “tal” não chegou ainda. Isso ela fazia com todos que recebiam memorandos. Então ninguém deixava a ordem do governador.

E ele era um burguês que não queria mudar fundamentalmente a sociedade, mas que acreditava que se organizasse bem o governo e se tivesse um sentimento de generosidade, etc., era possível construir uma sociedade mais justa. Essa era a ideologia do Carvalho Pinto.

Discutimos isso várias vezes e ele era esse homem. Era tremendamente nacionalista porque tinha feito a carreira dele em contradição com a Light.

Ele era um homem muito rico de herança, nunca trabalhou para ganhar dinheiro. Mas ele se dedicou a se tornar um funcionário público exemplar. Ele ganhava um “ordenadico” que, para ele, tinha a menor importância. Mas ele punha um empenho nisso.

Ele foi advogado do Maia, Preste Maia, e ele topou uma briga com a Light e, nessa, o Carvalho Pinto não cumpriu o contrato. Ele foi vendo e descobrindo o imperialismo. Então, era muito interessante, ele tinha uma clara visão nacionalista, ele era um extremado e tinha uma boa visão social. Uma posição assim, mais de vontade do que de ideologia. Mas dava uma combinação boa na época. E me deu carta branca, deu carta branca total, nenhuma interferência. Fizemos tudo, mas ele viu tudo.

Quando nós fizemos o primeiro texto, nós entregamos para ele e então ele disse:

– Bem, eu vou sair, vou ficar quatro dias no Horto Florestal e, no sábado de manhã, vocês vão para lá, para agente discutir isso.

Quando chegamos lá, ele tinha no texto dele ponto por ponto marcado: – Por que isso aqui, por que essa meta, por que razão não pôs isso, por que razão não pôs aquilo...

E eu tinha feito também o programa de habitação e ele disse: – Não, Plínio, habitação não. Nós já temos muita coisa na nossa mão. É um problema difícil, o Governo Federal está nisso, o Governo Municipal está nisso. Faz o seguinte, guarda esses estudos, faça um estudo aí; talvez para o outro Governo a gente possa propor. Mas vamos ficar no nosso, porque no nosso nós cumprimos.

Quer dizer, dava gosto trabalhar porque não era fazer um “planinho” assim não. Então a ideologia do Carvalho Pinto era essa. De conservador, eu

chamei de conservador inteligente, que percebeu que, para conservar, precisava mudar.

Miguel: Não é um Antônio Carlos...

Plínio: Era um conservador de bons sentimentos, um homem virtuoso.

Miguel: Não chegava a ser um reformista social?

Plínio: Não e nem queria. Ele queria aplicar corretamente a coisa mais radical, mais lógica em benefício dos mais pobres. Isso ele queria. Entendeu? Ele tinha uma idéia vertical das coisas, da situação social, como uma elite, digamos assim, esclarecida.

Miguel: E o Grupo de Planejamento: ia um pouco mais além?

Plínio: Íamos, nós íamos um pouco além. Naquele tempo, eu diria pouco além e eu fui definindo mais depressa, mais além. Entendeu? Porque a experiência do Plano foi me fazendo mais para a esquerda. A tal ponto que me separei. Uma separação amigável com o Governador.

Miguel: Mas, durante o governo?

Plínio: Durante o governo. Porque eu virei socialista. E fui para ele com aquela candura de vinte e seis anos e disse: – Professor, eu descobri o socialismo, o senhor precisa ser, o senhor é um socialista, o senhor precisa vir conosco.

– Plínio, não faça isso. Você tem tanta possibilidade aqui, Plínio, não faça isso, eu não posso ir com você, nem pensar, mas eu entendo.

– Olha, professor, então eu não posso mais trabalhar no seu governo.

– Não tem importância.

Miguel: Isso já era no final do governo?

Plínio: Já era no final, finalzinho. Aí eu me elegi deputado, mas continuamos a trabalhar juntos. Porque, quando ele foi Ministro da fazenda, ele me procurou, porque eu estava no Congresso e eu era porta-voz dele. Nós tínhamos uma amizade pessoal muito grande.

Miguel: Mas o partido continuava o mesmo?

Plínio: Eu era Democrata Cristão.

Miguel: O senhor continuou?

Plínio: E o Democrata Cristão era um partido, uma filial da UDN e eu e o Paulo de Tarso tiramos o partido da UDN e colamos no João Goulart. Então foi esse trajeto que eu fiz quando eu vi como o capital impedia, como o capital estrangeiro bloqueava. Nós tivemos brigas homéricas, por exemplo, até para fazer Urubupungá e não nos deixaram fazer Santa Branca, a que fica lá no alto da represa, no Paraíba lá em cima da Serra do Mar, a Light tem interesse no Paraíba embaixo, boicotou completamente tudo junto e a outra nós queríamos fazer.

Os Fundos que eram uma espécie de BNDS de São Paulo, que teve o Fundo Agropecuário, o Fundo de Apoio a Pequena e Média Indústria e o Fundo de Expansão da Indústria Básica de São Paulo, para que déssemos uma musculatura espantosa ao Estado de São Paulo.

Miguel: A política macro-econômica estava na mão do Governo Federal, era o Plano de Metas; então, o PAGE, além de implementar a infra-estrutura e os serviços sociais públicos, teve também a idéia de financiar diretamente a indústria, o desenvolvimento?

Plínio: Era um programa keynesiano; o Diogo tinha um retrato de Keynes na sala dele, era um apaixonado. Era uma intervenção keynesiana para corrigir previamente os perigos de um estaqueamento da economia paulista. A análise daquele Plano é muito bem feita e tem ingredientes do Sebastião, do Diogo e do Delfim.

Miguel: Delfim?

Plínio: É, Delfim trabalhava lá. Veja lá no nome do Grupo. O Delfim estava terminando o doutorado dele e estava fazendo um estudo sobre o café e conhecia a agricultura de São Paulo como ninguém. Então, o Delfim nos deu uma bela colaboração, porque ele não brinca com o poder, é muito inteligente, preparado. De modo que o Plano aparentemente era uma coisa simples, na verdade era bem sofisticado. Porque pegou as melhores cabeças daquele tempo. Posso falar isso porque eu fui um coordenador político, política é o que eu sei fazer, fiz a vida inteira. Eles fizeram um diagnóstico, chegaram e disseram o seguinte: “chegamos na fronteira, não tem mais terra nova em São Paulo, já temos a primeira indústria e ela começa a ter problemas”, o que foi estourar em 64; nós fizemos a previsão em 58 e, você veja, no Plano era cem milhões. Nós pegamos 70 e jogamos o que era normal no Estado de São Paulo e trinta bilhões que era dinheiro demais naquele tempo e jogamos nestes três fundos. E tinha uma parte na COSIPA e nos três fundos. Aí a “máfia” não deixou, não deixou mesmo! Aí eu armei uma guerra danada com o Gastão Vidigal, e brigar com ele não é fácil, e ganhei também. Morremos os dois, porque levamos tanto tempo brigando muito, quando ganhei a briga, o Carvalho Pinto o demitiu, me chamou e falou: – A inflação já tinha um índice maior do que prevíamos, temos recorde de inflação, se isso “estoura”, o Plano “estoura” nas metas físicas e esse é o nosso primeiro compromisso, esse outro era uma novidade; então, vamos segurar esses fundos e vamos jogar o dinheiro aqui.

Se pensar bem, o Plano foi concluído cem por cento das metas físicas, mas contou com a meta de estímulo econômico. Ele não fez por causa disso. Eu saí

exaurido, não tinha mais força e demitimos o homem, mas ele era muito forte, eles eram todos os banqueiros de São Paulo. E eu fiquei bem “marcado” na ocasião, tanto que depois me compensaram com férias prolongadas.

Miguel: No Chile?

Plínio: No Chile. Ainda no Chile, que é um lugar formidável. Mas foi essa ideologia. Ela tinha uma “pitada” de nacionalismo e uma “pitada” social, não era para mudar o esquema de poder.

Miguel: Agora, internamente no Estado, exigiu um remodelamento no próprio aparelho do Estado para o Plano poder ser viabilizado?

Plínio: Tinha normas. A primeira foi a maneira de fazer o Plano: foi muito bem elaborada, essa rapaziada era muito inteligente. Eles criaram o seguinte: em vez da gente juntar um grupinho interno para se fazer tudo, o Diogo disse: – Olha, Plínio, a memória, o conhecimento prático do Estado está na administração e nós temos que sugar isso. Nós temos que tirar isso deles, porque isso é a força deles. A força da burocracia é o conhecimento que ela tem. Então, nós vamos fazer o seguinte: vamos fazer um memorando.

Está na primeira parte, é um decreto que nós fizemos. O decreto diz o seguinte: o senhor me manda em trinta dias tudo o que está fazendo e quanto precisa para acabar com isso aí. Porque isso era outra coisa que o Plano queria. “Vamos acabar com tudo, não fica obra parada!”. Segundo: que coisas o senhor considera fundamentais para ampliar o serviço que presta para a população. O senhor tem um crescimento vegetativo, portanto, calcule isso, calcule isso para nova clientela e calcule para melhorar o serviço que o senhor está prestando e me projete isso no ano dois, três e quatro. Então, quando nós mandamos isso, ganhamos o funcionalismo. Porque todo chefe de sessão pensou: “Vou fazer aquele negócio que eu queria, vou fazer o Departamento aqui, vou comprar o navio para o pessoal do oceanográfico” e aquilo “voava” na minha sala. E eu era moço e moço gosta de falar, sou muito dado e curioso, o pessoal me convidava e, pronto, eu ia lá. Então fui para o litoral, fui para não sei onde. Resultado: tivemos um apoio da máquina espantoso. Em um mês chegou tudo lá; somamos o primeiro ano, não dava nem para começar. Passou, agregamos o segundo ano, diminuiu. Quando agregamos o terceiro ano, tínhamos mais dinheiro do que eles pediram.

Miguel: E os recursos eram do orçamento?

Plínio: Ah! Isso eu conto já. É sensacional o recurso. Para dizer a você o seguinte: a imaginação da burocracia vai até um ponto, ela não vai mais além. Então eles, que estavam todos temerosos, e eu disse: – Olha, o orçamento é

real, que nós vamos fazer real; segundo, não tem reajuste, porque isso não é fonte de falcaturia, não tem reajuste. Nós temos o cálculo de inflação, o cidadão põe o preço, vocês examinam na hora de descer a licitação e não quando quer.

E aconteceu uma coisa fantástica, reclamamos todos e falamos, “olha, precisa mais!”. O sujeito tinha feito o orçamento maior na certeza de corte; então, quando ele teve, o anticlímax foi o seguinte: a reversão de expectativa foi total, porque não só demos tudo que pediam, como ainda falamos “pede mais aí”. Aí foi um aleluia! Então nós tivemos uma força enorme para mudar processos administrativos.

Um dos processos que mudou é o que tem a ver com a pesquisa de vocês, que é o seguinte: o governo tinha, em geral no DOP, o IPESP já estava inovando, mas, o DOP continuava, que era o que tinha mais obras com os chamados projetos-padrão. O sujeito fazia uma licitação de um Fórum em uma cidade tal de cinco mil pessoas, tantas dimensões, aí faziam uma licitação, aí por algum motivo ganhava aquele “fórunzinho” e dá-lhe “fórunzinho”... O terreno era assim (gesto de declive), fazia isso (gesto de platô), o terreno era assim (gesto de aclive), fazia assim (gesto de platô), entendeu?

Miguel: Como o de São Carlos.

Plínio: Quer dizer, e aí, como eu andava com os arquitetos, eles chegavam para mim e diziam: – Olha, Plínio, isso é uma irracionalidade. O que gasta para preencher o terreno ou tirar o terreno, você gasta num bom projeto que rompe esse modelo; aproveita o terreno e com qualidade muito melhor, em sóis melhores, a insolação é bem feita. Bom, eu não era um sujeito inculto, eu entendia e dizia “sem dúvida, como que é isso?”.

Aí que eu fiquei sabendo que era um padrão. “Não, não, vamos mudar esse negócio, pode mudar”. Aí eu joguei os engenheiros nos Departamentos, os arquitetos, eles conseguiram mudar. O Chico Witaker fez o DOP, o Duca que fez o DOP, o Domingos Teodoro, que hoje está na EMURB.

Ah! Aí aconteceu o negócio do orçamento, como é que era o dinheiro, para vocês verem como mudaram as coisas. Nós fizemos tudo isso com Imposto de Venda e Consignações, ou seja, o ICMS.

Miguel: Tudo não teve empréstimo?

Plínio: Não, teve sim empréstimo normal, nada de depender de BID vir aqui dizendo o que era para fazer, ou Banco Mundial, eu nunca vi um estrangeiro desses, nunca recebi nenhum. Isso aí nem falava com Carvalho Pinto, não, aqui era no “guichê”, se você tivesse tudo bem. Ali era o seguinte: vieram consignações, nós fizemos essa projeção nacional, ela, o Carvalho Pinto não

deixou publicar, porque nós fizemos o nacional para tirar o de São Paulo. Só que era comparação de São Paulo com o Brasil. “Isto é loucura, aí eles não deixam a gente fazer mais nada, eles já falam mal de São Paulo, se você deixar isso aí, Deus me livre, tire isso daí!” E lá tinha que ser o seguinte: escolas de São Paulo, o resto, por exemplo, água: “não, isso não, pode tirar isso aí”.

Mas nós sabíamos, tínhamos os dados inteiros, muito claros. Nós tínhamos uma idéia muito clara do que São Paulo teria. E o Imposto Sobre a Circulação, ele é neutro em relação à inflação: se a inflação sobe, a gente cobra mais. De modo que a gente fazia a coisa em termos reais, ele variava muito pouco, a menos, é claro, que a inflação “estourasse”, aí... Enquanto ela tiver naquela progressão, dava para corrigir. Então nós fizemos com a turma do Carvalho Pinto, com a inflação primeiro, depois, os “velhões da fazenda”. Eles faziam apostas, tiravam cálculos.

Miguel: Quem era o Secretário?

Plínio: O Dr. Azevedo, uma figura extraordinária, cultíssimo, mas não era bem ele até, o pessoal da receita, o pessoal da despesa, pessoal dos burocratas dali, velhos burocratas, a turma do Portugal Gouveia e eles eram muitos “craques” nisso. Eles chamavam o Bazílio e ele acertava em cima, impressionante. Aí nós calculamos e, portanto, nós tínhamos um orçamento muito tranqüilo, que nós fazíamos no começo do ano, o Carvalho Pinto com um sistema para adaptar isso. O sistema era assim: congelava todas as verbas de gastos na capital, naquele tempo os gastos eram de capital e gastos de manutenção e congelava e o descongelamento se fazia por Planos de Aplicação, que a repartição apresentava ao Grupo de Planejamento. Nós examinávamos e víamos se a verba estava compatível com as metas do plano. Estando compatível, nós levávamos na mão do governador, dizendo: “o senhor pode aprovar” e ele aprovava. E aí o dinheiro saía no dia seguinte. E quem fez e montou isso aí foi o Duca, os arquitetos que ficaram queridíssimos. Basta dizer o seguinte: uma vez, eu tirei o Duca do DOP para me ajudar num serviço, o Faria Lima ligou e me disse: – Plínio, está querendo brigar comigo?

– Mas por quê?

– Eu brigo com você, hein! Você não me tira esse Dr. Domingos daqui de jeito nenhum!

Quer dizer, o Secretário que não gosta que ninguém interfira no negócio dele, não queria que nós tirássemos o nosso interventor de lá porque o interventor é uma simpatia, não queria mandar lá dentro e resolvia todos os problemas que ele tinha. Então, resultado: isso deu um grande prestígio para os arquitetos,

que, na verdade, tem uma formação muito boa mesmo. Os arquitetos têm uma grande formação, porque é, por um lado, de ciências, por outro, ele é humanista. Então ele tem as duas coisas.

Miguel: Mas essa idéia de Plano e os arquitetos?

Plínio: Exato. E, sobretudo, dos dois lados, pois ele conhece o social. Então foi muito bom, porque eles tinham o prestígio, então foi fácil chegar para o pessoal e dizer: “olha, vamos mudar aqui o sistema”, mas antes eu falei: “olha, precisa ver que não seja mais caro”. Aí fizemos uma reunião ao Instituto de Arquitetura, você tem a ata? Eu tenho a ata disso aí. Foi feito uma reunião e nessa reunião discutiu-se coisa e tal e eles concordaram em reduzir um pouco a porcentagem e isso foi um debate muito forte lá dentro, os “cobrões” da arquitetura daquele tempo: Artigas, Rino Levi, Pilon, Hepp, o pessoal que era bom, Kneese de Mello, esse pessoal todo entrou em concorrência e ganharam escolas que, para eles, não era comercial, mas tinham importância para luta interna na categoria, para firmação de uma idéia, e fizeram prédios que são antológicos. Tanto que agora... vocês conhecem a pesquisa da educação?

Miguel: Sim, o livro do FECE.

Plínio: Vieram me entrevistar também, me disseram: olha, são os melhores prédios. “É claro, porque são os melhores arquitetos da época”.

E com isso ganhou-se essa possibilidade e nós tivemos prédios que até hoje são estupendos. Fóruns muito bem construídos.

Miguel: Nós tivemos até na pesquisa da Tereza documentos de prefeitos que eles solicitam edifícios com a arquitetura moderna para tornar a cidade...

Plínio: Mais elegante!

Miguel: Mais elegante, mais atraente, para representar a modernização. Existia essa idéia da arquitetura moderna representar de fato as transformações ou isso foi um casamento só entre os arquitetos e o Plano?

Plínio: Uma vez me disseram assim: “Plínio, você é um modernizante”. Eu não gosto disso, mas a verdade era a seguinte: era tão óbvio ser moderno. Não me lembro de uma discussão formal sobre isso. Mas era óbvio que tinha que ser moderno, nem se discutia, era uma coisa de senso comum. Era tão hegemônica a idéia e eles todos eram ligados a isso, tinham acabado de sair da arquitetura. Eram todos alunos do Artigas, desse pessoal “craque”. Eu me lembro que todo mundo achava muito bonito, nos recebemos muitos elogios. Os prefeitos ficavam contentes, tinha maquete que era bonita. Então eu recebia muitos telegramas, muito obrigado e “tal”. E nós fizemos uma coisa muito curiosa, que foi o seguinte: quando nós fizemos o Plano para poder funcionar, foi o primeiro orçamento pluri-

anual do Brasil. O Plano tem muita coisa nova. Para poder funcionar, o Carvalho Pinto disse: – Para a gente poder garantir o preço e que não tenha reajuste, eu preciso ter o orçamento inteiro. Se a obra começa agora em setembro e vai acabar o ano que vem, em setembro, e eu preciso votar o orçamento de novo, o sujeito não é louco de dar outro preço, ele tem o direito de reajuste. Para ele começar em setembro e receber tudo é preciso que o dinheiro para isso esteja livre. Então, vamos separar: a verba de capital é de quatro anos e a verba de manutenção é de ano a ano. Porque, aí sim, para aparelhar aquilo, tudo bem.

Aí, quando nós entramos com esse projeto lá, que foi com aquela primeira folhinha, os deputados começaram a criticar: “não pode” e “tal”, e aí aquela barganha de deputado. Foram ameaçar e o deputado “X”, um encostado de Romano, disse-me no corredor: – Vocês acham que eu vou dar um cheque em branco para o Carvalho Pinto? Cheque de quatro anos? Vocês estão loucos!

E eu falei: – É, ele falou isso, é?

– Que não vota de jeito nenhum. E lá tem um monte que não vota de jeito nenhum.

– Ah, é? Marca uma reunião em Ribeirão Preto, que eu vou expor o Plano em Ribeirão Preto. Convida o prefeito, convida os vereadores, convida os deputados da região, o bispo, a ação católica, o sindicato, os partidos, todo mundo.

E eu montei uma equipe com quatro membros: foi o Professor Mendes da Rocha, pai do menino aí, do Paulo, que era catedrático de portos e canais da Poli. Teve o Mário, teve o Diogo e não sei mais quem, eram três ou quatro. Mande fazer cartazes com as metas. “O negócio é o seguinte: eu vou abrir; como não entendo nada desse negócio de Plano, cada um de vocês expõe o que fez e o que vai ter para a região. Explica o que vai ter para a região e quais são os critérios todos”. Porque tudo era com critério. Você, por exemplo, para asfaltar uma estrada, tinha que ter certo número de veículos. Para construir uma escola, tinha que ter uma projeção de crescimento demográfico, para construir um hospital, idem. Quer dizer, nós planejávamos mesmo e isso era uma novidade naquele tempo, hoje não é tanto. Naquele tempo, era uma tremenda novidade. Naquele tempo, planejamento era comunismo, tanto que se vocês forem ler a justificativa, começa dizendo: “Agora planejamento não é mais...” É defensivo. Naquele tempo, era um perigo ser planejador.

Lúcia: Precisava ter uma justificativa.

Plínio: Era bom. E fomos para lá. Aquilo encheu, porque o Carvalho Pinto tinha acabado de se eleger, um prestígio danado, novidade, expectativa. Mas encheu de uma maneira espantosa. Naquele tempo, não tinha telão: então ficou

gente pela janela, uma loucura. E eu abri, dei a palavra e a exposição da garotada causou um impacto fantástico que, imediatamente, na platéia começou a surgir gente a favor: “Olha, é a primeira vez que eu vejo, é a primeira vez que eu confio”.

Tinha vereador dizendo: – Então vai passar por aqui e não precisa de nada?

– Não, não, está previsto, olha aqui, o senhor quer ver? Aqui, por aqui, vai passar aqui (gesto de mostrar o cartaz).

E com isso deu uma credibilidade tal, o Romano, os deputados da região, o Salvador Romano disse: – Se o Professor Carvalho Pinto tiver um voto para esse programa, será o meu!

Aí eu voltei para São Paulo. Eu teria uma porcentagem alta de voto, mas não lancei a candidatura.

Miguel: Isso foi em 60?

Plínio: 1960. Aí que nós apoiamos o Maia, eu disse “eu não sou candidato”, me queimei. Eu vou apoiar o Maia e saímos com ele. Mas você veja como foi um sucesso. Quando eu vi aquilo, o Estado de São Paulo inteiro e aí montamos esse tipo de coisas e o Grupo de Planejamento ia para os lugares com os gráficos, naquele tempo não tinha *power-point*, foi um sucesso extraordinário.

Miguel: Nunca tinha tido isso?

Plínio: É, nunca. E com uma presença popular extraordinária. E com isso nós conseguimos um outro elemento para fazer o Plano, fantástico. Então, por exemplo, uma das coisas que nós fizemos desde o começo foi uma dessas apresentações em Taubaté. Quando chegou um rapaz e disse: – Dr. Plínio, eu sou gerente do banco daqui e aqui vai ter problema com arroz, feijão, etc.

Estavam preocupados.

– Eu tenho uma possibilidade, eu estudei aqui, sou gerente do banco, se a gente fizer um empréstimo a quatro por cento, o banco não ganha, mas também não perde e nós conseguimos bons resultados.

Eu disse: – Você põe isso no papel?

Ele disse: – Ponho.

– Então o senhor põe e vá para São Paulo, para me levar na semana que vem.

Peguei o papel e levei ao Carvalho Pinto. Ele entendia disso de finanças e disse: – Isso é muito bom!

Chamou o diretor do Banco do Estado, ele pegou na hora e fizemos o Plano. Quer dizer, foi ótimo porque nós conseguimos falar com a população.

Miguel: O Plano ordenava as ações de todas as Secretarias?

Plínio: Todas.

Miguel: Todas as ações, investimentos, tudo?

Plínio: Tudo. Eu fazia a química política. Eu vou contar para você. Para fazer uma ponte, precisava ter um determinado número de tráfego. Aí o “cara” ganhava direito à ponte municipal. A gente fazia para os prefeitos. Se fosse um tráfego pequeno, era uma ponte de cimento armado, dois tubulões e pronto. Se fosse outra, outra. E se fosse uma grande, uma de concreto protendido que nós introduzimos. Também posso contar para você uma história genial sobre isso.

O prefeito de Bernardes, gente nossa total, tinha feito campanha para a gente, e, por sorte, ele teve oito pontes. Aí mandei: o governador acaba de autorizar a construção das pontes em vários rios. No dia seguinte, cheguei lá, entrei na sala, o secretário me disse: – Olha, o prefeito de Bernardes está aí.

– Nossa, ele gostou mesmo, manda entrar.

Entrou o sujeito: – Mas, Doutor Plínio, o senhor quer brigar comigo?

– Mas como: oito pontes! E você está bravo, “cara”!

Ele virou para mim e disse: – Tudo japonês que não vota, Dr. Plínio. O pessoal nosso é de outro lugar. Eu trouxe o mapa para o senhor ver. Olha as pontes aqui, ó! Nosso fazendeiro, que deu churrasco para o Carvalho Pinto, não tem ponte para ele, ó!

Aí eu mandei chamar o menino que fez as pontes: – E aí, menino, e as pontes aí?

– Não, Plínio, pelo critério aqui, esses japoneses produzem arroz, feijão, amendoim, aí tem um tráfico enorme. O ano inteiro chove. Esses outros são produtores de café e a produção se escoa na seca. A estrada está boa, não tem problema.

Eu disse: – Ah! Você tem razão, está certíssimo, mas aqui nós vamos passar por cima da regra, sacrifica dois japoneses aí. Eu não posso brigar com esse, com ele.

Aí o rapaz respondeu: – Não, porque o critério aqui...

– Olha, critério aqui dou eu. Vamos lá!

Vocês percebem: essa flexibilidade precisa num plano. Não atrapalhou muito demais, mas eu consegui o equilíbrio político para poder fazer, senão, não faz, entendeu?

Miguel: Mas deve ter tido outros casos assim?

Plínio: Pequenos ajustes, pequenos ajustes...

Miguel: O grosso foi tecnicamente?

Plínio: O grosso foi técnico. E a gente fez a modulação para poder ter apoio político até o fim. Então fizemos e conseguimos. E basicamente o critério utilizado foi o técnico mesmo. Um e outro caso que a gente podia fazer, não um absurdo, mas uma pequena concessão. E então esses são, assim, os elementos do Plano, que são uma conjunção curiosa de coisas. Eu vou contar do pretendido. Do pretendido, é assim: Todo mês, quando terminou, fez-se o controle do Plano. E quem fez isso foi o Jorge Holli. Então ele montou para mim um sistema sensacional, que era o cronograma físico e o cronograma financeiro. Então eu autorizava, se vai fazer uma ponte, ele dividia a ponte em fundamentos, canteiro de obras, acabamentos, etc. Então o pagamento era feito nessas etapas e ele tinha isso no tempo e, portanto, ele tinha um crescimento físico que ele podia constatar e um gasto financeiro que ele podia verificar. Ficava atrás da mesa do Carvalho Pinto, um em cima, outro em baixo, e era atualizado diariamente e o Carvalho Pinto sabia diariamente o que era feito e quanto estava gastando. E esse relatório não era escrever “estivemos em tal lugar”, não, não. Era só verificar o papel, se tinha cumprido aquela meta. Se não tinha cumprido a meta, ele tinha que dar uma pequena explicação do que tinha acontecido. Vinha esse material todo até o dia dez e nós pegávamos esse material e trabalhávamos com ele até o dia quinze. E, no dia quinze, nós nos reuníamos com o governador. Em geral, ele fazia sábado de manhã, para não ter ninguém. Ele saía do Palácio, ia para o prédio em frente, onde era o nosso, e passava a manhã conosco. E despachava ali as ordens, porque a gente sugeria as providências para prosseguir e ele despachava ali.

Então aconteceu que, do dia dez ao dia quinze, eu pegava um avião e dizia para eles: “tira um sorteio aí”. Eles sorteavam relatórios e eu fazia meu itinerário: ponte em Araçatuba. Eu descia em Araçatuba e dizia: – Eu quero ir nessa ponte.

Mas ia com engenheiro, tudo, porque eu mesmo não entendo nada. O engenheiro, então, dizia: “Não, não, está tudo certo”. Então, eu dizia: – Então, tudo bem.

Aí o prédio, em algum lugar, eu dizia: – Vou entrar. Tinha que estar com as paredes erguidas, se não tivesse a parede erguida. – O que aconteceu?

– Não, aconteceu que choveu.

– Ah! Sei. Imediatamente, essa firma recebia um memorando. “Paralisa o pagamento se no próximo não tiver pago”. Imediatamente, pegava o avião do governo, mandava avisar a delegada para me esperar no aeroporto e ia de radiopatrulha. Se tivesse um carro pequeno, me levava, ou se tivesse um carro

oficial. Eu chegava com o engenheiro, dois geralmente, ou um arquiteto. Aí eles olhavam, lá eu mapeava aquilo com a turma. O prefeito vinha correndo. Aí, eu tinha que comer um pastel na cidade, aquelas coisas que é da minha profissão. Aí eu pagava o meu pedágio, mas um sucesso absoluto! O cidadão estava olhando e, de uma maneira cordial, não tinha nenhuma briga.

Bom, numa dessas, estava tudo atrasado, as pontes grandes. As pequeninas estavam todas lá. Eu fui ao canteiro de obras. “Olha, Plínio, isso não vai dar, ia noutro, olha isso não vai dar, etc.” Bom, aí eu fui falar com o Faria Lima:

– Olha, Brigadeiro, o pessoal meu lá foi ver e disse que as pontes estão todas atrasadas. Do jeito que está, vamos ficar numa situação difícil. Mas deixe-me perguntar para o senhor. Eu sou um advogado: posso ter o direito de fazer a pergunta que eu quiser, não é? Não tem um jeito de fazer isso mais depressa? Não tem que fazer esse negócio complicado. Ponte é uma coisa simples, não tem jeito de fazer mais rápido?

– Mas, é claro que tem, Plínio. Existe o concreto protendido, você não sabia disso?

– Não, senhor, eu estou sabendo agora.

– O protendido!

– Mas, Brigadeiro, por que não tem o protendido aqui?

– É mesmo! É mesmo!

Ele aperta um botão e chama a Dona Wanda: – Chama o Doutor Cardoso aqui!

Chegou o Doutor Cardoso, ele disse: – Dr. Cardoso, o Dr. Plínio aqui fez uma pergunta que eu não sei responder. Porque não tem protendido aqui?

– Não sei por quê.

– Mas o senhor me desculpe, mas em quinze dias eu quero o projeto do protendido em todas as pontes aqui.

Então, pusemos o protendido e cumprimos a meta.

Miguel: Era engenheiro do próprio DOP que projetava as pontes?

Plínio: Exato. Quer dizer, foi um processo de vivificação fantástico! E se perdeu isso, porque depois veio o golpe. Eu tenho uma tristeza disso e é muito curioso, porque é um lado que está revivendo. Não sei quantas entrevistas eu já dei sobre o Plano de Ação.

Miguel: Mas que ele é muito paradigmático de uma forma de governar, uma forma de fato de implementar políticas. Eu trabalhei em Santo André na primeira administração do Celso Daniel. Nós fizemos o planejamento estratégico, então muito do que o senhor está relatando do Grupo de Planejamento da forma

que atuava era semelhante às idéias de como se organizava o Plano de lá. Que nós chamávamos a partir de experiências das salas de situações, que é o que diria o Plano. Você tinha o Plano que era supra as secretarias. Tinha resistência muito grande por parte de alguns secretários. Ma tinha um grupo que dirigia o Plano, muito a partir da experiência do Matos.

Plínio: Carlos Matos.

Miguel: Então tinha o Sato, que tinha trabalhado com o Matos, que fez as primeiras reuniões conosco. Formou um grupinho, aquilo, lógico, a gente saía na frente de todo o mundo.

Plínio: Vocês fizeram aquele corredor fantástico para São Paulo. Vocês mudaram a “cara” da cidade.

Miguel: A forma de administrar. Isso também depois.

Plínio: Eu tenho uma pena que aqui no Brasil essas coisas se percam. Depois, entra o Adhemar...

Lúcia: Aquele foi um momento muito especial.

Plínio: Foi uma conjunção de fatores muito favoráveis.

Miguel: E tinha um momento também, a economia estava em expansão.

Plínio: Mas já tinha sinais e o danado do Delfim percebeu. O Delfim, Diogo e o Sebastião. Os três perceberam e vieram falar comigo: “Olha, Plínio, está indo, mas a aceleração diminuiu”. Que coisa curiosa! Eram grandes economistas. É uma pena, porque nós perdemos a parada em 64. Na verdade, não, nós perdemos 64. Até hoje isso não reconstruiu ainda. Eu acho isso muito curioso, essa preocupação agora com um trabalho sério que foi feito.

Miguel: Principalmente porque agora você é muito mais crítico da administração Marta. Não que tenha abandonado o trabalho de planejamento, mas existe um *marketing* que muitas vezes se sobrepõe ao trabalho de planejamento.

Plínio: É verdade, é isso. É que agora o planejamento é um pedacinho da publicidade. Não é mais feito por um grupo como nós, que tínhamos um setor de publicidade comum. Que nunca deu briga nenhuma. Era um setor pequenininho que publica o que está fazendo aí.

Miguel: Agora inverteu.

Plínio: Agora inverteu, é um absurdo! Olha, foi uma época impressionante!

Miguel: Agora tem uma curiosidade: a USP, o que se esperava das Universidades de São Paulo? Praticamente foi criado o Campus, não é?

Plínio: A USP deu uma belíssima colaboração. O Campus foi uma invenção nossa também, nós que o pusemos lá. Briguei muito com o Professor Camargo. Porque eu queria uma Igreja. E ele dizia: – mas como, Plínio?

– Como não? Lá tem banco, lá tem piscina, tem um monte de coisas e eu sou católico e quero uma Igreja. Não só para os católicos, eu quero um templo. Acho que a USP tem essa dimensão. Você pode ensinar filosofia, isso, aquilo e discutimos e deixamos o lugar, não vamos gastar o dinheiro do governo nisso, mas deixamos o lugar! Mas depois, o golpe... Fui embora, porque a minha idéia era reunir os católicos e fazer um templo ecumênico, quem quisesse rezava ali.

Miguel: Na praça do relógio?

Plínio: Do lado. Acho que ainda tem isso hoje lá. Mas o Camargo era um “craque” também, não é? Mas o Cunha Gago César Lima nos ajudou muito, a Celeste colocou o Departamento de Estatística à nossa disposição e era bom, tinham dados. O serviço público era muito forte, agora ficou ruim de vez. O Delfim era USP, entendeu? Então a USP deu um substrato ao Professor Mendes da Rocha. Esse se juntou ao grupo. Porque era um negócio que você percebe assim na primeira página, tem os que fizeram, que é a Equipe Técnica. Essa que estava todo dia comigo e os outros (Grupo de Planejamento) eram reunidos só para grandes ocasiões. Quando precisava fazer uma defesa mais política do plano.

Miguel: Ecumênico...

Plínio: Ecumênico quando precisava de músculo forte aí, a gente chamava e dizia: – Professor, o Grupo de Planejamento tem que dar uma entrada aí.

Aí o que aconteceu é que eles ficaram muitos contentes de serem chamados, puseram os seus departamentos à nossa disposição. Então, quando precisava de alguma coisa, tinha menino estagiário disponível. Então, quando a gente telefonava: – Ô Rui, estamos precisando disso...

– Pode mandar aqui.

A Celeste dizia: – Vem aqui ou, então, eu ponho o meu pessoal aí.

E com isso nós fizemos um intercâmbio informal frutuossíssimo com as Universidades.

A sua Universidade ficava muito contente pelo seguinte: porque se há um coitado que briga por orçamento é um professor universitário. Porque, se ele não fizer, não pára, o governo não deteriora nada, então esses são os últimos. E eu que era universitário então, gostava disso, dei todas as verbas. Chamei o pessoal e disse: – Generosidade aí. Põe dinheiro aí.

O pessoal do oceanográfico me adorava, o pessoal da geologia me adorava, pessoal do IPT me adorava por causa disso.

Miguel: O barco do Instituto Oceanográfico foi comprado naquele momento?

Plínio: Naquele momento. O primeiro sim, só não sei se é o mesmo de agora. Queriam que eu fosse inaugurar, não deu tempo, eu estava com outro

compromisso. Mas eu vivia indo lá. E o único que eu tive problemas foi com o Departamento de História da USP. Que tinha sido meu professor. Chegou lá bravo: – Você deu quatro vezes mais para aquele comunista do Schenberg.

E não dei, mas eu fui irônico com ele. Ele era um homem alto, eu disse:

– Mas, professor França, o senhor me desculpe, quanto o senhor pediu?

– Não, para mim o senhor deu tudo que pedi.

– Então o senhor está reclamando do quê?

– Não mais; é o cúmulo você fortalecer o Departamento de Física deste jeito, porque ali é um “bando” de comunistas.

– Olha, professor, o senhor é alto, o Schenberg é baixinho, se o senhor fosse um alfaiate, o senhor precisava de quatro metros para fazer um terno e ele precisa de dois. Mas se ele tirar dois e tirar quatro está tudo vestido. O senhor está vestido e ele também. Eu cuidei de lá porque ele precisava entrar na pesquisa nuclear. O Schenberg foi lá me visitar, quando ele falou de entrar na pesquisa nuclear, nós éramos modernizantes mesmo, era a verdade, você perguntou, agora eu estou vendo. Nós éramos nacionalistas: “O Brasil tem que entrar em tudo”.

– Mas tem que entrar nisso mesmo. O Brasil tem que estar lá. Isso é importante?

– Nuclear só tem americano, só tem Russo.

– O Brasil dá para entrar? Então entra.

Essa era a nossa visão. E com isso a gente fez passos importantes. Aquele laboratório que tem na USP. O primeiro foi do Plano, entendeu?

O oceanográfico? Fui até lá embaixo com o professor Sawaia e montamos o laboratório de engenharia marinha. Eu fui lá em São Sebastião, o que a gente desce, uma beleza, e é muito gratificante. Eu entendo que governar é isso e era supergratificante.

Lúcia: Saindo da USP, a relação do Plano com o Padre Lebret.

Plínio: O Lebret é um padre dominicano, uma figura muito especial; é inclusive o homem que redigiu a Encíclica Popular no Congresso. Um estudioso da Igreja, ligadíssimo ao João XXIII. Ele foi capitão da marinha francesa. Ele era um homem muito mais velho quando veio aqui. E, depois da guerra, ele se converteu ao catolicismo. Acabou frade dominicano. E ele tinha uma teoria chamada de Economia Humana, economia das necessidades. Que não era economia socialista, nem capitalista. Nós éramos católicos; naquele tempo comunismo era complicado. Então para nós foi extremamente importante, porque, por outro lado, nós não éramos convencionais. Nós éramos da estação popular, gostáva-

mos do povo e ele nos ofereceu um norte naquele tempo. Depois, nós superamos inclusive isso, porque não tinha uma análise marxista fundamentada, era um idealismo bonito, generoso, mas não batia para uma ação política mais firme, que se baseava na realidade, na contradição efetiva na luta de classes. Isso nós temos que adquirir depois. Tanto que ninguém quis emprego público, ninguém aceitou. Carvalho Pinto mandou me chamar: – Olha, diretoria para todos eles na hora de sair do governo.

E levou lá para escolher, eu disse: – Não nós viemos aqui para isso.

Todos eles, nenhum ficou. Cada um foi fazer suas coisas, Universidades para cá, para lá, mas nós não tínhamos nada profundo na cabeça.

Então o Lebrete foi a primeira colocação assim importante do social. E ele era um homem que tinha uma visão do comunismo muito adiante dessa visão anticomunista pequena da Igreja naquele tempo. E ele também nos deu uma abertura para os trabalhos com os comunistas, com os socialistas, com os marxistas. E isso foi muito importante para nós. E, sobretudo para mim, que foi quem mais avançou nesta área.

O Lebrete, então, ele tinha uma influência muito grande também no pessoal da Democracia Cristã, o Montoro, o Queirós, meu pai, no Carvalho Pinto, então, ele tinha essa influência. O Carvalho Pinto mesmo não era bem PDC, CP não era de lado nenhum, mas ele freqüentava, então, ele sabia da influência do Lebrete, que foi forte. Se você percebeu, o Plano é capitalista, voltado para o social fortemente.

Miguel: Escolas...

Plínio: Escolas, hospitais, eram muitas obras. Crédito para o pequeno agricultor. Trabalho que fizemos, o que foi possível.

Miguel: O senhor falou da reforma agrária. Como é que era?

Plínio: O homem disso aí chama-se José Bonifácio Coutinho Nogueira. Que é gozadíssimo: é um latifundiário que tem mais de mil alqueires na região de Campinas. O mundo é muito engraçado não é? José Bonifácio era Diretor do Banco Comercial, riquíssimo, dono da Usina Ester, com assessor dele... uma figura fantástica, o Paulo Vanzolini. E eles tinham... o gabinete deles era fantástico, era o José Gomes da Silva, Ivan Cajueiro, o Paulo Vanzolini e eles eram boêmios e se deram muito bem com a minha turminha jovem lá. Paulo Vanzolini, o Carvalho Pinto gostava muito dele, tanto que quando deu uma briga forte, ele mandou o Paulo Vanzolini como interventor acima da polícia, acima da força policial. Chamou o Coronel e disse: – Olha, o senhor vá seguro, mas é com ele qualquer ação da tropa, precisa falar com o Dr. Paulo, que ele se comunica diretamente comigo.

Quer dizer que ele prezava muito o Paulo. E eles tiveram a idéia. Aí quando eu fui falar com o Carvalho Pinto, ele disse: – Olha, reforma agrária é muito político, vamos chamar de Revisão Agrária. Por isso que é Revisão Agrária. Olha que é muito engraçado, veja que coisa: o projeto chama-se de Revisão Agrária, mas vocês vêm pela Via Anhangüera, quando passa ali, o bairro é Reforma Agrária. O povo chamou de Reforma Agrária o que era um programa de Revisão Agrária. Então, qual é a idéia? O mecanismo que se utilizava era o Imposto Territorial e Rural que, naquele tempo, era um imposto do Estado. Então, o sistema era o seguinte: você tem um padrão; quem tiver um melhor que esse padrão, diminui. Quem tiver pior que esse padrão, aumenta. A progressividade é tal que no final de um ponto não compensa o cidadão ter terra parada. Ou ele põe isso para produzir ou não tem.

A constatação foi de que São Paulo tinha chegado na barranca. Não tinha mais a condição da produção extensiva da agricultura. Ela precisava intensificar. E nós todos sabemos que, com essa história da agricultura itinerante, as práticas ficavam improdutivas. O sujeito pegava um pedacinho melhor, o resto ele deixava. Então a idéia era ocupar aquilo com produtividade. Nós antecipamos a reforma agrária dos militares. E aí tinha o Fundo da Pequena e Média Indústria, o Fundo das Indústrias de Base, porque a nossa idéia era fazer trator, colhedeira para a indústria de São Paulo também. Então, esse Fundo permitiria para a gente montar essas indústrias com o capital privado. Ninguém era comunista naquele tempo, só virou depois.

Então eles apareceram com esse Plano lá prontinho, muito bem feitinho, quem fez foi o Zé Gomes e o Ivan Carneiro, os dois é que fizeram e o Zé Bonifácio bancou. Imediatamente pusemos no Plano e o incorporamos e passamos a fazer propaganda junto e levar o Paulo Vanzolini conosco para fazer propaganda do Plano. E eu depois apoiei no que pude, no que foi possível. E olhe, fomos muito criticados. Eu me lembro uma campanha minha de noventa: “É absurdo, só trinta por cento receberam a terra que estão lá!”.

Trinta anos depois, você ter trinta por cento dos sujeitos lá, então eu respondi para o cidadão: – Seu pai era o quê?

– Fazendeiro.

– E onde ele está?

– Morando aqui.

– E daí, largou a fazenda?

Veja, a reforma agrária não é instituir servo de glebas que não pode sair da gleba. Dá uma chance para o cidadão, depois, se ele quiser ser motociclista, é um problema dele. Tem uns que saíram porque deu certo, ganharam dinheiro.

Miguel: Mudou a política também. Qual o apoio que eles tiveram: não é responsabilidade do Plano?

Plínio: Claro! Mas, olha, você sabe que agora se vocês quiserem conhecer esta questão, tem uma menina da geografia que fez uma tese chama-se, Larissa Bombardi. É uma tese sobre a reforma agrária e é espetacular. Você percebe o seguinte: é uma vida humana. Tem os que deram certo, tem os que deram errado. Tem um japonês ótimo que estava cultivando muito bem e teve um câncer. Teve outro que era vagabundo, não deu certo. É muito bonito isso, reforma agrária, ninguém quer tirar da vida o mistério que a vida é, porque isso é a riqueza da vida, não é? A nossa utopia socialista. Senão fica a vida muito chata. Deus me livre se fosse um “troço” tudo certinho! Não é certinho: é complicado. Cada um tem que viver a sua vida. E pode dar certo e pode dar errado. E ela mostra isso com uma beleza, só que uma base única.

O que o Carvalho Pinto, o José Bonifácio conseguiu foi dar uma base para essa gente, o mérito é todo deles.

Miguel: E o Plano energético que vocês herdaram...

Plínio: Do Garcez.

Miguel: Vocês o incrementaram?

Plínio: Isso, exatamente isso. Já estava tudo pronto, mas assim: Urubupungá... Chegou para mim o Gelásio da Rocha e disse: – Olha, Plínio, a turma da Light não quer que faça Urubupungá, porque se o Estado de São Paulo fizer Urubupungá, o Estado de São Paulo passa a produzir mais energia do que a Light. E quem produz mais domina o mercado. O mercado monopolista de oferta e era o que eu queria, nós queríamos.

– E eles não vão fazer.

– Como não vão fazer?

– Eles não põem para trabalhar, eles não mandam, não põem funcionários para detalhar. Então, não tendo o projeto em condições de entrar numa licitação, cai fora. E você sabe que ali “gato” só pode fazer num certo tempo. Porque na água não pode fazer secadeira, essas coisas.

– É, rapaz? Então tem jeito de fazer esses cálculos?

– Claro que tem, mas no DAEE não dá para fazer isso.

– Você faz?

– Se você me puser uns tantos de estagiários na mão, eu faço.

– Então, tudo bem, vou convocar você no Palácio, você arruma aí os estagiários que você quer, que eu mando o memorando pedindo o projeto inicial. No DAEE não tinha como, mas Casa Civil pediu, tem que mandar. Mandou. E eu

mandei para o Gelásio. Ele detalhou, preparou. Quando foi na hora de discutir as usinas que entravam, eu fui à reunião. E foi o nosso companheiro que fala, fala e eu mostro para ele que reage: – Mas isso aí nem está detalhado.

– Não, não, está aqui.

Aí, não teve jeito.

Mas outra vez, nós queríamos pôr a usina de Santa Branca. A Light não queria de jeito nenhum. E saiu uma complicação lá no Estado do Rio e foram falar com o Carvalho Pinto, que lá em Campos ia faltar água. E o pessoal falou que não pode faltar água de jeito nenhum. “Mas a Light falou...”.

Aí o Borba, que era um engenheiro do serviço do Vale de Paraíba, foi falar comigo e eu disse:

– Não tem jeito Plínio, não é verdade.

– Não é verdade?

– Isso é campanha da Light. Porque o recorte era um recorte formal de Campos.

– Pois então você vai fazer uma espionagem para mim. Você vai lá e vai ver quem pôs essa reportagem no jornal.

Aí o Borba foi para lá, se hospedou num hotel e foi no jornal para por um anúncio qualquer e perguntou:

– Quanto é que é esse aqui? Não esse aqui, eu quero mais ou menos esse aqui, quem pôs esse aqui?

– Esse quem pôs foi o funcionário da Light.

– Então você me dá uma cópia deste que eu quero levar para minha firma lá?

Então ele trouxe uma cópia. De modo que nós temos comprovado o choque da empresa. Mas nós fizemos Limoeiro, fizemos toda a Paranapanema, a Usina de Bauru, a Usina de Bariri. A Usina de Bariri é um espetáculo! A Usina de Bariri nós trocamos com um estoque de café que o Governo do Estado de São Paulo tinha com crédito no Departamento Nacional do Café. Nós tínhamos um milhão de sacas no Paraná. Aí chegou, apareceu o Checoslováquio e disse: – Olha, nós somos da empresa Estatal da Checoslováquia, República Popular da Checoslováquia e (com intérprete), nós sabemos que os senhores têm um milhão de sacas lá. Se os senhores transferirem para nós, nós firmamos um compromisso de que não vendemos esse café no Ocidente. Só venderemos esse café no Oriente. Na Rússia e na China. De modo que não interfere no preço de vocês. Em troca, nós construiremos a Usina de Bariri, que nos interessa porque nós temos condição de fazer.

Eu, imediatamente, levei para a turma, entramos no Plano e fizemos Bariri.

Miguel: Mas como é que eles souberam?

Plínio: Nós tínhamos esse crédito.

Miguel: Eles eram técnicos da Checoslováquia?

Plínio: Foi muito curioso porque eles fizeram primeiro uma estradinha de ferro fantástica para levar a tecnologia toda deles. Perfeição de Usina, está lá até hoje, sem o menor problema. E olha que pega um trecho do rio que já é imenso. Pois ele segurou. É uma maravilha, você pode ver lá. E esta não custou nada para São Paulo. Porque o Governo Federal não nos pagava juro dessa produção. Ele não cobrava também, mas não pagava juro. Então estava aquele café parado. Isso que era bom no Carvalho Pinto, ele pegava essas coisa no ar, mandou um memorando imediatamente.

Sobre o Instituto do Coração, vou contar para vocês, chegou à minha sala um colega de turma, Carlos Domingos Jatene, disse: – Doutor Plínio, eu tenho um irmão que acabou de se formar em medicina. Ele é muito bom. Ele é o melhor da casa, o mais estudioso dos nossos irmãos. Ele quer falar com você, ele tem um negócio para propor.

– Está bem, pode mandar.

Chegou lá aquele homem imenso, forte. E ele é todo dramático, todo teatral. Ele chegou para mim, mostrou uma gaiolinha desse tamanho (gesto pequeno) e disse:

– Que é isso?

Tinha uma gaiolinha com uma bolinha dentro. Ele disse:

– Isso é uma válvula mitral. Isto aqui, importado, custa mil dólares.

Não sei certo, era caro, muitos dólares.

– Eu tenho condição de produzir isto no Hospital das Clínicas. Se nós tivermos no Departamento do professor Zerbini dez operações por ano, porque a nossa verba dá para comprar dez destes, se eu tiver dinheiro para fazer o laboratório, nós faremos cem. E faremos cem operações por ano. E se nós fizermos cem operações por ano, nós seremos um centro de referência mundial em cirurgias do coração.

– Então tá aqui, deixa a “gaiolinha” aqui.

– Sabe a Tetralogia de Fallot? É a que corrige a Tetralogia de Fallot.

Aí ele me explicou tudo, aprendi tudo sobre a válvula, passa para o sangue, para a aurícula, ventrículo, etc. Chegando de noite, fui despachar com o Carvalho Pinto e então fomos tomar um café e eu disse:

– Professor, o que é isso aqui?

– Isso é uma gaiolinha.

– Uma gaiolinha para o quê?

E eu disse: – Isso aqui é uma válvula mitral! E fui explicando.

Ele viu e disse: – Nossa, rapaz! Mas que sorte, porque eu estou com um dinheiro aí que sobrou, que o Vicente me mandou e eu vou mandar fazer isso amanhã. Me dê um papel aí.

Então ele pegou o famoso bloco de memorandinho dele, que era amarelo. Só ele usava amarelo, que era o papelzinho dele. Se tivesse um papelzinho amarelo sobre a mesa, era do governador. E tinha prioridade sobre qualquer outro papel. E tinha que ser cumprido no prazo que ele fixasse. Se ele não fixasse: quinze dias.

Estava escrito: Dr. Vicente, mande para o Departamento da USP a verba “tal”. Porque esse dinheiro ele não tinha, era pequeno, digamos que hoje fossem duzentos ou cem mil reais. Pois isso foi só o começo do Hospital do Incor. Tanto que eu fui recebido pelo Zerbini e por toda a equipe. Eles fizeram o laboratório, construíram esses aparelhinhos e outros.

Miguel: Se tornaram Centro de Referência Mundial.

Plínio: Então, o Plano foi bom.

Miguel: E a FAU, tem alguma história? Ela também foi concebida no Plano, não é? Ou foi viabilizada pelo Plano?

Plínio: Aquele prédio de arquitetura lá: também pelo Plano. Tinha um belíssimo prédio. Aliás, foi uma época áurea da arquitetura, não foi?

Miguel: Sim.

Plínio: Eu tenho um cunhado, que era mocinho nessa época, que é o Gerônimo Bonilha Estevez, ganhou vários prêmios na Bienal. Inclusive esse SESC da Vila Mariana, a Capela Pasteur. De modo que eu convivia muito com ele. Esse grupo de arquitetos era minha roda pessoal. O Guedes é desse tempo, o Milan que depois morreu.

Miguel: O Guedes tem escolas.

Plínio: O Guedes é “craquíssimo”. Um dia, eu cheguei para meu cunhado e disse:

– Bonilha, eu não entendo muito de arquitetura, na verdade, eu não gosto muito do Guedes.

– Por isso que você não entende nada de arquitetura!

Então foi uma época que, no Brasil, nós começávamos a descobrir isso: os irmãos Roberto lá no Rio, era o Niemeyer, era o Sobral. Então era uma época de muita efervescência. Isso tudo está ligado a uma idéia, se você quer ideologia do Brasil desenvolvido. Era essa a minha ideologia, naquele tempo era isso. O

Jacques Lambert tem um livro chamado “Os dois Brasis”, que é uma visão dualística e que ele diz o seguinte: No ano dois mil, as duas nações que podem ser do primeiro mundo (naquele tempo não se falava isso), mas era isso que ele dizia, o Brasil e a Índia. Nenhum de nós existe e nós estamos atrás da Índia. Mas era essa a nossa ideologia. A ideologia era uma ideologia.

Lúcia: Mas é porque essa direção surgiu naquele período, também Brasília, não é? Ela foi perdendo força de uma maneira impressionante.

Plínio: É, o nível de consciência política nosso era muito baixo. Eu tinha, por exemplo, naquela época, uma cultura literária humanística, entendeu? Eu não tinha conhecimento da sociologia e da economia, era muito limitado. Então você tinha uma geração muito séria, mas, por exemplo, eu tinha uma grande admiração pelo Juscelino. Hoje, na verdade, o Juscelino foi desastroso para o país. E essas são as contradições, realidade e dialética. Foi desastroso por um lado, foi sensacional por outro. Por um lado, ele deu o lado da grandeza, da possibilidade, do tamanho do “bicho”, por outro lado, ele deixou o capital estrangeiro entrar aqui. Ele abriu a porteira. Quem abriu mesmo a “porteira” foi ele. Porque o outro capital que estava aqui era o capital das concessionárias e estava tudo acabando, tudo decadente.

Miguel: Como a Light.

Plínio: Como a Light. Nós estávamos tomando conta de tudo. E o outro, não quando entrou a indústria automobilística, aí era outro caso, mudou o padrão e, com essa mudança agora, mudou de novo o padrão. Eu tenho feito várias exposições dizendo que a gente não é mais o mesmo país. Ele parece o mesmo, mas não é o mesmo país. A estrutura econômica é outra.

Entrevista: Marcolino Vaccari e Maria Lúcia Novaes de Britto Passos

Data: 28 de abril de 2006

Local: São Paulo

Entrevistadores: Maria Tereza Regina Leme de Barros Cordido e Miguel Antonio Buzzar

Miguel: No nosso Departamento de Arquitetura em São Carlos, nós temos um grupo de pesquisa, cujo objetivo dele é fazer um levantamento da produção moderna do Estado de São Paulo. Evidentemente que é uma grande produção, mas nós gostaríamos de focar nas obras públicas, a difusão da arquitetura moderna nas obras públicas, nós não gostaríamos de focar simplesmente do ponto de vista do projeto ou da obra executada, mas gostaríamos de conhecer também os responsáveis, os profissionais que estavam envolvidos, porque nós queremos caracterizar a partir dos anos 50. Portanto, estamos aqui com Marcolino e Maria Lúcia que atuaram no DOP. O que vocês faziam lá.

Marcolino: Eu era Diretor de Projetos. Tinha o Diretor de Administrativo e de Finanças, administrativo financeiro, e tinha o Diretor de Obras. Porque um diretor de obras? Sua função era a de acompanhar as obras, uma vez ela licitada, passava para essa diretoria.

Miguel: A fiscalização não era tua, era de outro?

Marcolino: Não, eu só fiscalizava o que era do Setor no caso de Projeto. A obra era de outro. No fim do atestado de projeto, tem uma declaração do Superintendente, que era assim: as obras executadas eram acompanhadas pelo arquiteto, diferente de ser fiscalizada. A fiscalização é uma fiscalização técnica, que era feita através de outras diretorias.

Miguel: É que aí tem que fazer a medição.

Marcolino: Para pagamentos. E aí que voltava nessa Diretoria Administrativa Financeira. Não tinha nada que ver com a minha Diretoria. Agora, eu tinha condições de chegar à obra e falar: isto aqui está errado!

Marluce: A gente acompanhava. Quando tinha um problema, a gente ia na obra.

Marcolino: Fazia um acompanhamento.

Miguel: Desde a locação?

Marluce: Desde a locação.

Marluce: Que aquele local na planta era a gente que determinava e locava.

Marcolino: O que a gente fazia na locação, ela era feita pelo Adriano e, depois de 70, muitas vezes, por alterações de terreno, ou por precisar de

algum levantamento. Qualquer coisa a gente tinha que dar uma alterada lá na hora.

Marluce: Dentro do local, você lembra quando eu fui locar a Campinas-Sumaré? Que o sujeito não conseguia locar porque era Sumaré? E eles ficaram dizendo que não podia usar o terreno.

Marcolino: Tinham algumas competências, isso não era só referente a Fóruns não. Referente a todos os projetos. Porque essa Diretoria era para todo tipo de obras.

Marluce: Não fazia só Fórum.

Marcolino: Mas todos os tipos de projetos!

Miguel: Mas, enfim, no período em que as obras do Plano Carvalho Pinto...

Marluce: No Plano de Ação?

Miguel: Dos anos 50, 60, 70, ali se configurou um aparato técnico construtivo sem igual no país. É nosso enfoque, então...

Marcolino: É sem igual mesmo!

Miguel: É justamente por isso que nós queremos sair simplesmente de uma análise formal da edificação. Nós vamos fazer também uma análise material desse campo da construção, desse campo arquitetônico que se formou e que envolvem profissionais e uma parcela do Poder Público. Quer na sua representação que se deu através da arquitetura moderna e que tem o público, que é receptivo a ela, tentar produzir uma leitura um pouco mais aprofundada daquele momento e que repercute até hoje. Enfim, um momento de formação e de constituição desse amparato arquitetônico.

Marcolino: Então, mas esse amparato do DOP, Departamento de Obras Públicas, ficou com um quinhão disso aí porque a educação, por exemplo, foi praticamente quase toda de fora.

Marluce: Saiu.

Marcolino: Tinha um esquema montado para a educação. A saúde também, talvez por pressão, saiu do DOP. Porque a saúde tinha um órgão de pequeno porte, que eram as UBS, ou Centro de Saúde, passou a fazer um plano, talvez mais recente, de atendimento e, depois, de referência. É o seguinte: as Unidades básicas de Saúde, elas tinham uma finalidade de fazer o primeiro atendimento e aí o sujeito recebia uma medicação e ele ia para casa. Ou, se ele tivesse alguma coisa mais grave, era encaminhado para o Hospital de referência. Para evitar como acontecia antes dessas unidades básicas de saúde: antes o cidadão ia para o hospital e formava aquela fila enorme desnecessária.

Tereza: Mas isso é mais recente, não é Marcolino?

Marcolino: Isso já foi no Montoro. Ele deu o início e no governo seguinte se consolidou.

Miguel: O caderno de referência foi no Montoro.

Marluce: Sim.

Marcolino: Não esses cadernos de referência que você fala: é das escolas. Das UBS acho que não tinha.

Marluce: Tinha, tinha, eu tenho um até.

Marcolino: O que tinha era um Plano, que era o seguinte: eles pegavam os bolsões e já sabiam: para esta população aqui vai precisar de tantas UBS, e um Hospital de Referência que não podia ser de atendimento eclético, então, de repente, tinha um Incor aqui, um outro hospital de atendimento para pulmão em outro lugar, hospital das mulheres em outro lugar. O importante é que o sujeito já tinha passado por uma triagem na UBS, que ficava perto da casa dele. E a UBS custava barato. E o hospital custava um valor bem maior. Agora, quando o cidadão fosse para o hospital, ele já ia ter lá condições de ser atendido logo. A UBS ia simplesmente detectar o problema e muitas vezes isso acontece, o sujeito tem um problema simples e vai para o hospital, enquanto, se ele fosse na UBS, era medicado rapidamente e voltava para a casa.

Miguel: Tinha todo um sistema.

Marluce: Exato.

Marcolino: Esse plano era muito bom.

Marluce: Tinha Plano antigamente.

Marcolino: Diante desses Planos do Estado, o que aconteceu: se criou na Secretaria da Saúde um Centro de Engenharia, que se chamava assim na ocasião e que passaram a projetar e a construir essas UBS.

Miguel: Quando?

Marcolino: No fim do Governo Montoro.

Miguel: Até então eram vocês que faziam?

Marcolino: Até então era nós que fazíamos e nós muitas vezes não fazíamos tecnicamente porque não tinha ainda esse plano. Eu vou contar uma passagem que eu apreciei: um deputado queria uma UBS e um hospital no reduto dele lá, porque era promessa de campanha dele, só que, aí então, ele foi ao Departamento e disse: – Eu vim aqui porque eu sei que é você que faz. Porque na Secretaria da Saúde, por incrível que pareça, me disseram que aí não precisava nem da UBS, nem do hospital.

Miguel: Não estava no Plano.

Marcolino: Lógico, porque o Plano era um negócio sério, pegava os bolsões de acordo com a população, localizava aquilo ali e obviamente a UBS estava para o que é hoje um Centro de Saúde. Atualmente, o Maluf transformou isso em PAS.

Marluce: Pequeno ambulatório para pequenas cirurgias.

Marcolino: Atende muita pediatria, viroses, etc.

Tereza: Preventivo, pré-natal.

Miguel: Você considerava para isso os antigos postos de puericultura.

Marluce: Era para tudo também, até vacina.

Marcolino: O importante é que foi definido um plano.

Miguel: Mas e o deputado?

Marcolino: O deputado falou: – Isso é um absurdo! Faz parte do meu Plano de governo, da minha base de campanha e os sujeitos não querem fazer? Ele disse que não precisava de lá. Mas aí é que começou o técnico a ter um pouco de força. Antes era o “Salve Rainha”: quem mandava era o governador, faz aqui, lá...

Tereza: Na época do carvalho Pinto, como foi?

Marcolino: O Carvalho Pinto, ele punha limites nas coisas.

Marluce: Era sério. Teve o Plano de Ação.

Marcolino: O Plano de Ação do Carvalho Pinto é importante, foi base, em termos de recursos, porque aí foi assim: vamos pegar esses recursos e, em vez de sair construindo, vamos fazer um plano. Agora, para fazer um plano, precisa de recurso, então, não vamos colocar todo o dinheiro no hospital das Clínicas ou na Via Anchieta, vamos levantar o recurso e aí entregar para os órgãos técnicos, que eram mais executores do que elaboradores do Plano. Por exemplo, esse levantamento das necessidades da população a Secretaria tinha e fornecia, o DOP cumpria o papel de executor, projetava toda a parte de arquitetura, de engenharia, tudo de execução propriamente dito.

Marluce: O governo propôs normas de barateamento, ele não deixou livre seu uso não. Todos os custos da obra tinham que obedecer rigorosamente a um limite de orçamento, não podia gastar o que bem entendesse, com piso por exemplo

Miguel: Quem elaborava essas normas?

Marcolino: Essas normas, então, era o seguinte: uma vez determinado a padronização do programa não confundir com o projeto, a padronização do projeto foi uma consequência da padronização do programa, principalmente na área da Justiça, elas estabelecem sua necessidade. E para, atendendo sua

demanda, barateasse o custo, deixando o prédio mais ou menos adequado para o fim que ele estava determinado.

Miguel: Isso, no caso da Justiça, é posterior àqueles Fóruns que o Artigas projetou?

Marcolino: É posterior. Esses Fóruns que o Artigas fez eram contratados ainda dentro do Plano de Ação. Mas é por isso que eu falo que esse Plano estava voltado para recursos, ele não tinha os órgãos que falavam o que tem de fazer e como. Vamos ver a questão do programa: a padronização do programa é importantíssima! Os programas, nesse tempo, desses outros arquitetos eram fornecidos pelos juízes, pelo promotor, pelas autoridades dos municípios; então, cada um “puxava a sardinha para o seu lado”; resultado: às vezes, um Fórum de Primeira Instância custava o dobro do de segunda e era muito mais monumental. Naturalmente elaborado por ótimos arquitetos, nada contra. Mas o que aconteceu: o Heli Lopes Meirelles, na ocasião, começou a ver este tipo de coisa; ele argumentou para o Secretário que esses programas tinham que ser padronizados, para poder definir bem o custo e ajustes com Fórum de Segunda Instância. É isso, e o de primeira é aquilo.

Primeira Instância é dividida em A, B. Na ocasião, o Departamento de Obras Públicas é que ficou incumbido de projetar o Fórum em função desses programas que, para ter força e não mudar conforme a mudança de Secretário, foram fixados por Decretos.

Miguel: Os programas?

Marcolino: Sim.

Miguel: Não entendi: foi o Heli Lopes Meirelles que elaborou?

Marcolino: Foi o Heli Lopes Meirelles, que era Secretário da Justiça. Mas ele era do tipo uma pessoa acima da média em volume de trabalho. Os critérios eram em cima da sua produção. Então, os espaços ficaram um pouco apertados, porque foram elaborados em cima dos volumes de feitos (processos), que se acumulavam.

Tereza: Ele produzia acima de uma média?

Marcolino: Isso, ele era excepcional.

Miguel: Ele era o racionalista.

Marcolino: Era difícil contestá-lo... Ele dava de dez a zero.

Marluce: Arrasava!

Marcolino: Ele era fora de série... (entrega a cópia da palestra do Dr. Aurélio Araújo, Superintendente do Departamento) ele coloca bem a questão dos Fóruns, mas o DOP, nessa ocasião, fazia tudo.

Marluce: Na área de Segurança tinha todos os equipamentos.

Tereza: Delegacias, Presídios?

Marluce: Delegacia, Penitenciária, Casa de Detenção.

Marcolino: Aí até aparece alguns projetinhos meus, como os das Delegacias.

Marluce: Depois, Penitenciárias.

Miguel: Aqueles projetinhos que tem das delegacias de São Paulo?

Marluce: Aqueles que têm janela (faz o sinal de pequeno com as mãos) não são nossos!

Tereza: Aqueles de pastilhas?

Marluce: Sim, aquele antigo padronizado é. Aquele “compridão” é do DOP. Aquele branco de janelinhas pequenas não é. Aquele “horrorozinho” não. Eu não me conformo: não tem janela aquele negócio!

Marcolino: As delegacias padronizadas... nós tivemos que fazer pré-moldadas, tivemos que adotar um projeto pré-moldado, porque o Quércia tinha no programa de Governo dele dobrar os números de delegacias no Estado de São Paulo... Não, não na cidade de São Paulo, eram 52...

Marluce: Mais, 98, 99!

Marcolino: Eram 51 que ainda eram do Plano de Ação do Carvalho Pinto. Eles foram feitos pelo DOP.

Marluce: 30 anos depois...

Marcolino: Aí entrou o Quércia e falou: – Eu vou dobrar o número de delegacias!

Marcolino: Ai nós fizemos essas pré-moldadas. Elas chegaram a 103.

Miguel: Mas aquelas 51 eram do DOP?

Marluce: Eram do DOP aquelas compridas.

Marcolino: Eram do DOP de dois arquitetos...

Marluce: As bonitas de pastilhinhas... Tinha aquela pequeninha bonitinha, a de Cananéia!

Marcolino: Essas têm o “emblemilha” do Plano de Ação.

Tereza: Lembrei do modelo da Casa Verde Alta.

Marcolino: Tem o “emblemilha” do Plano de Ação. Foram feitos por dois arquitetos: Sérgio Julian e Valdemar Grecco. Eles que fizeram esses projetos de delegacias e mais outras coisas.

Marluce: Mas tem Cananéia que é linda, com telha de barro!

Marcolino: A diferença fundamental: houve uma alteração, que não foi por decreto, mas por determinação do Secretário, uma alteração profunda nessas delegacias, ou seja, não permitir carceragem. Então, o que aconteceu: essas

delegacias são só quatro celas pequenas. A idéia foi a seguinte: para não ficar, não existiam ainda os CDP (Centro de Detenção Provisórias), onde ficariam os presos que não estavam condenados? Nas delegacias, então, o que aconteceu: ficavam todas abarrotadas e tinham grandes celas. Então, no governo Quéricia, os Secretários já viram isso e aí foi criado um cadeião para mandar esse pessoal para lá. Aí ou o pessoal ia para ao cadeião ou ia para a Casa de Detenção que abrigava o preso que estava em processo de condenação. Ou seja, não tinha ainda a situação definida.

Tereza: Trânsito julgado?

Marcolino: É.

Miguel: E aí ficava muito tempo.

Marcolino: Não, ainda fica! Mas agora tem os CDP e agora vão para lá. E não mais centralizados. Só para vocês terem uma idéia: o pavilhão nove daqui da Detenção tinha nove mil detentos... Sabe o que é nove mil num pavilhão? Fazendo o quê? Esperando. Esperando não! Nessa grande alteração desse projeto, foi isso: enxugar a permanência do preso em julgamento. Então, essas delegacias têm no máximo quatro celas e uma pequena, que era para não permitir contato com outros presos. E essas delegacias também atendiam o público em geral, para fazer B.O. e outras coisas e não segurar preso, não era sua função.

Marluce: Foi tão grande essa mudança no projeto em questão de área, a delegacia estava aqui, a carceragem aqui (mostra o projeto), talvez até maior que outra delegacia. Aí, quando o Quéricia falou: “não é para segurar preso na carceragem”, diminuiu até um décimo do espaço anterior.

Marcolino: A idéia seria o seguinte: no máximo em três ou quatro semanas era para segurar o preso que já estivesse com a situação dele definida, então isso ia naturalmente pressionar também a justiça.

Marluce: Foi uma tentativa.

Marcolino: A grande virtude disso aí foi que ele dobrou o número de delegacias.

Marluce: Ele fez mesmo.

Marcolino: Ele passou de 51 para 103 e escolheu os locais obviamente onde havia necessidade.

Miguel: Deu para assentar em todos os terrenos?

Marcolino: Os terrenos eram pequenos.

Tereza: Quantos metros quadrados em média?

Marluce: Pequenininho, de três mil, quatro mil, cinco mil metros quadrados...

Miguel: Médio pequeno...

Marcolino: As delegacias eram grandes, mas a grande finalidade era a de manter a polícia na função dela. Você veja que hoje a coisa evoluiu tanto que hoje tem na cidade postos móveis, porque o que acontecia: o policial estava tomando conta de presos e não exercia a função dele, daí era um acúmulo de funções, era um distante do outro e o PM. Em um ponto-chave, como Cidade Tiradentes, no meio a presença da polícia, pelo menos o pessoal tinha um ponto-chave para fazer um B.O. e reclamar os direitos deles e antes andavam não sei quantos quilômetros, eles chegavam lá, o policial estava tomando conta de preso. Teve uma influência muito grande de uma Delegacia Geral de Campinas, um técnico desenhou seu sistema de atendimento, se você entrar nessas delegacias modernas, você vê, ele desenhou um balcão, um poste de “concretão”, alto de tal maneira que em uma determinada altura o policial pode atender e fica guardando sua segurança, é um projeto muito bom esse aí.

Marluce: Essa é de 90 ou 80... acho que é de Anchieta, lá perto do Anchieta tem uma.

Marcolino: Aí fui até pesquisar para usar em alguma. Precisava chamar atenção visual da Delegacia e aí eu criei esse negócio de pintar na fachada, por exemplo, 67º DP, com três metros de altura.

Marluce: Para a população saber que aí tinha uma força.

Miguel: Uma comunicação que funciona até hoje.

Marcolino: Tinha o “simbolinho” do carvalho Pinto e o da polícia.

Miguel: Num outro momento em que você andava tranquilamente na cidade.

Marcolino: É precisava chamar atenção e essa comunicação pegou tanto que, depois nos distritos, eles ainda estão usando. Mas foi uma sacada assim, eu até achei que era legal.

Marluce: É que é compridinho aquela frente.

Marcolino: Eu fiz uma composição com um número grande ali e, quando a gente escreveu o número, escrevemos também o DP.

Marluce: O DP e o número em preto.

Marcolino: Mas quem dizia onde vai fazer o distrito policial era o DPS lá da Secretaria de Segurança, mas entrou a padronização também para sua elaboração.

Miguel: E o cadeião, DOP também projetou?

Marcolino: Sim, com os dois arquitetos também, Valdemar Grecco e Sérgio Julian. Esse cadeião era uma fase intermediária.

Marluce: Mas não é aquele que teve a revolução.

Marcolino: Não, é o que começou com São Bernardo.

Miguel: Eu trabalhava no DOP, Secretaria de Obras em Santo André. Tem um cadeião que foi feito na época do Quércio.

Marcolino: Santo André?

Marluce: É, aquele lá é mais sofisticado... O cadeião é aquele “compridão” que tem em São José do Rio Preto... Não é este que ele está falando. O que ele está falando é aquele cadeião que foi modificado pela firma que bate com o projeto de Marília.

Marcolino: O primeiro projeto desse cadeião...

Miguel: Foi em São Bernardo, foi isso?

Marcolino: Você conhece essa arquitetura prisional?

Miguel: Não, não sou da área.

Marcolino: É que nós acabamos...

Miguel: Desenvolvendo um estudo sobre isso.

Marcolino: É, no fim nós fizemos a Penitenciária de Araraquara que, em determinado momento, foi chamada como penitenciária modelo. Mas lá era o seguinte: para ver como era feito o negócio, era o sujeito que mandou fazer a muralha, ela tinha três metros para baixo e sete para cima e um passadiços por cima...

Miguel: Qual a medida da passadiça?

Marluce: Um de altura por oitenta de largura: era grande.

Marcolino: Então tinha assim, tinha 400x200...

Marluce: Não, era de 700.

Marcolino: Não, era de 400! Dado do problema: em 1972, com a muralha pronta, projetar a Penitenciária dentro dela.

Tereza: Começou já tendo a muralha?

Miguel: Vocês projetaram a muralha?

Marcolino: Não, já existia a muralha.

Miguel: Era o condicionante do projeto.

Marluce: Eu me lembro: era bem novinha e nós fomos lá em Araraquara ver o local. Eu chego lá, tem uma muralha grande, 400 por 200, com uma porta no meio e você entrava, estava tudo livre! Olha para um lado, olha para outro: livre! Até hoje eu tenho a imagem na cabeça.

Marcolino: Então aí que nós começamos a pesquisar o que era uma penitenciária e depois até me aprofundi um pouco e fiz umas palestras sobre o assunto.

Miguel: Mas as referências quais foram? Americanas?

Marcolino: Não, posteriormente nós vimos as americanas, mas...

Miguel: De elaboração própria.

Marcolino: Nos Estados Unidos é diferente.

Marluce: Nós fomos vendo o que tinha no Brasil.

Marcolino: O que tinha no Brasil, principalmente em São Paulo.

Marluce: Mas teve uma que era demais, a Papuda em Brasília, que tem até apartamento dentro...

Marcolino: Mas tem uma em que os soldados ficavam juntos com os presos.

Marluce: Então, é Recife!

Marcolino: Uma boa penitenciária é a da Ilha de Itamaracá. Uma boa penitenciária que influenciou bastante foi a de Avaré. Tinha sido projetado por uma firma empreiteira.

Marluce: Até hoje ela funciona direitinho.

Marcolino: É. A penitenciária funciona sabe por quê? Por causa do diretor; você pode fazer o que quiser, mas quem resolve é um bom diretor.

Tereza: O Senhor conheceu a de Bauru também?

Marcolino: Bauru?

Tereza: O agrícola.

Marluce: Ah! Aquilo é uma beleza.

Marcolino: Nós fizemos penitenciária sem muro, que foi prêmio de arquitetura. Nós utilizamos toda a tecnologia penitenciária com dois alambrados. O problema da penitenciária é o seguinte: se você fizer um muro de vinte metros, o preso pula.

Miguel: Ele vai achar uma escada de vinte metros.

Marcolino: Lógico! O preso pula e o que não pode é ter espaço para ele correr. Então só para você ter uma idéia, você tem um muro de sete metros, a cinco metros desse metro você tem que fazer um outro muro com alambrado de quatro metros, que é para o preso não pegar embalo, senão ele embala e pula.

Marluce: E depois tem um outro alambrado também.

Marcolino: Nós fizemos lá em Pirajuí, é uma das penitenciárias que funciona bem. Araraquara funciona bem.

Marluce: Araraquara está deturpada, mas funciona bem. Em Campinas também. Em Campinas/Sumaré tem quatro ou cinco tipos.

Marcolino: Começa a retirar os presos...

Marluce: Das delegacias.

Marcolino: O que acontecia com os distritos policiais ou nas delegacias, detento que era para ficar lá, como se não tivesse apenado, passava cinco ou

seis anos e como o preso era julgado e não tinha lugar para levar. Então tinha muita gente apenas cumprindo pena nas delegacias, distritos. Por isso que a idéia de enxugar isso aí foi fundamental.

Miguel: O que você fazia na parte jurídica: foram os Fóruns, delegacias e Segurança, o que mais?

Marluce: De tudo, porque as Secretarias eram juntas, depois que se parou.

Miguel: Tem a saúde.

Marcolino: Creches.

Miguel: Antes das creches passarem para a educação?

Marcolino: Às vezes, no meio do caminho, surgia uma coisa “bacana”, por exemplo, nós fizemos uma Diretoria fundamentalmente só de obras de arte, pontes. O forte do DOP eram pontes. Hoje em dia ninguém faz ponte. Quem está fazendo é a CPOS, mas não tem equipe técnica própria para isso.

Marluce: É contratada.

Marcolino: Mas o DOP tinha gente boa.

Marluce: “Enxugadinho”, dez elementos.

Marcolino: Sugiram dentre essas obras coisas espetaculares. Não sei se você ouviu falar em um plano de pontes metálicas. Era o seguinte: a COSIPA, foi no Governo Montoro, ela tinha uma dívida com o Estado; fez-se um acordo que a COSIPA pagaria esta dívida com perfis metálicos. O governo, até um certo vão, dava a ponte e assistência técnica e a prefeitura fazia o tabuleiro e com isso foi se fazendo milhares de pontes por aí. Depois disso aí, foi outro governo, evoluiu um outro plano já, no governo Quéricia foi assim, quando o Leiva era o Secretário, dentro desse mesmo espírito foi feito um projeto de uma creche, aonde todos os perfis já vinham pré-fabricados, cortados de acordo com o projeto para montar.

Miguel: O projeto eram vocês que fizeram?

Marcolino: Nós que fizemos. Foram muitos.

Marluce: Quando houve a mudança? Quando encamparam as ferrovias no Plano do Militares, destruíram as ferrovias, fizeram todas as estações, que eram todas vindas da Inglaterra, naquele “modelinho” e, então, restauramos e transformamos em creches.

Marcolino: Tinha a turma do restauro também.

Miguel: Você não trabalhou como Nestor?

Marcolino: Nestor? Sim e como!

Miguel: Eu era estagiário dele e fiz levantamentos dessas estações.

Marluce: Alguns viraram velórios para não estragar, ficar sem uso. Eram áreas lindas, planas, fazíamos de tudo.

Miguel: O material, onde que está?

Marcolino: Eu era um guardião do arquivo técnico do DOP! Como na minha Diretoria estava o arquivo do DOP, agora tudo em papel vegetal, coisas lindas, tinham coisas em bico de pena e papel linho.

Marluce: Tinha do Penteado em nanquim, que fez o aeroporto.

Marcolino: Chegou um determinado tempo, chegou um cidadão lá e entendeu que devia mudar o arquivo e nesse tempo eu não estava mais nessa Diretoria. Só que foi mudado assim de qualquer jeito. Hoje em dia esse arquivo está no CPOS. Houve algumas tentativas de manter esse arquivo, criando uma comissão para fazer uma Central de Documentação do Estado, era eu e mais um menino do CDHU.

Marluce: O Guilherme.

Marcolino: Mais o menino que tomava conta do arquivo.

Marluce: O Ezequiel.

Marcolino: Foi formada uma comissão para fazer alguma proposta para este arquivo. Só que aí, isto passaria para Secretaria da Cultura. Então a Secretaria da Cultura contratou um especialista em arquivos, que era do Rio, meio temperamental e não entendeu que o que a gente precisava preservar era o arquivo técnico. Ele achou que a gente tinha que fazer uma Central de Documentação de todo o Estado, começando pelo DOP. Mas já existia o Arquivo do Estado. Essa central de Documentação iria englobar esse acervo, naturalmente outras Secretarias com outros comandantes. O Cláudio Tucci, que era chefe de gabinete do DOP, conhecia o acervo técnico, sabia do valor daquilo. Então essa pessoa que ia fazer parte da diretoria e que tinha sido contratado, o especialista foi ver o prédio da Riachuelo, no subsolo tinha tudo o que era referente a RH, de tudo um pouco. Não tinha uma documentação, que era obrigatória guardar por um determinado tempo, depois mandar para um arquivo geral, era um acervo definitivo das secretarias. A hora que o especialista entrou naquele subsolo, ele falou: – Para eu entrar aí tem que no mínimo detetizar, porque eu já tive fungo de não sei o quê e tal... Não quis ir adiante, mas, mesmo assim, dessas reuniões saíam frutos que até o Bataglia projetou...

Tereza: Domingos Bataglia?

Marcolino: Não, Luis Carlos Bataglia. Os locais onde seriam abrigados esses arquivos. O especialista deu as dicas, tais locais mais climatizados, tudo direitinho. Então para eram ser dois pavilhões ali na Tangará, onde é a CPOS,

construíram dois pavilhões lá com “sheds”, mas isso aí, hoje em dia, esses pavilhões não estão abrigando os arquivos, mas eles estão abrigando a própria CPOS e os arquivos estão lá em um lugar impróprio.

Tereza: No prédio da frente...

Marluce: A confusão já começou no transporte. A documentação, a relação de tudo... Eles misturaram tudo. Então você pode pegar qualquer coisa no CPOS, documento, com data e tudo que você não encontra e custa uma fortuna também. Você encontrou alguma planta?

Tereza: Os Fóruns do IPESP, alguns eu paguei caro, por volta de 80 ou 100 reais uma prancha.

Marcolino: Tinha 150 anos de obras públicas. O fundamento desse arquivo era preservar o arquivo técnico do DOP; às vezes, tinha coisas assim que eu até fiquei preocupado, porque andou sumindo alguma coisa. Precisava antes de autorização minha para sair e tinha prazo, mas mesmo assim andou sumindo alguma coisa. Mas veja só que o que aconteceu no ano que eu estava na Secretaria de Planejamento: o DOP fez 150 anos e teve uma exposição na Casa Brasileira, Museu da Casa Brasileira, 150 anos de Obras Públicas.

Tereza: Em que ano foi isso?

Marcolino: Eu já estava no prédio, não no Palácio, 95, 96.

Marluce: Ele já estava fechado.

Marcolino: É fechado. Agora para achar alguma coisa lá, para fazer a exposição foi difícil. Mas nós conseguimos, tinha obras do Ramos de Azevedo, do Prestes Maia, do Euclides da Cunha... um “prático”.

Miguel: Tem um catálogo desta exposição?

Marcolino: Deve ter tido porque eu fui um dos colaboradores, deve ter, acho que foi em 94.

Marluce: Tinha fechado o DOP, eu já estava aqui.

Marcolino: Eu já estava na Secretaria, tinha um menino do DOP, mas deu para fazer alguma coisa. Até, primeiro, teve um atrito, eles falaram que era 150 anos da CPOS, para não ficar como DOP, ficou como Públicas.

Marluce: Eram todas do DOP, não tinha nenhuma deles!

Marcolino: Mas foi até legal.

Miguel: Vamos agora voltar aos Fóruns. Como é que foi o processo de...

Marcolino: Isto está tudo documentado aqui, que eu vou passar para vocês, que é o seguinte: esse processo foi bem assim... Visava principalmente, tem um item aqui que eu li... Isso aqui é uma palestra que o Aurélio fez

Miguel: Até 1960, foi implantado por decreto o princípio das padronizações de projetos...

Marcolino: Dos programas, não dos projetos.

Miguel: O texto fala de programas inadequados, interesses particulares...

Marluce: Exatamente.

Miguel: O texto refere-se a edifícios luxuosos de custos elevados e de perda do tempo.

Marcolino: Então, a grande necessidade em relação aos fóruns foi atender uma demanda que não era como está hoje, mas naquele tempo já estava congestionado em termos de processos.

Tereza: Eu queria entender uma coisa: esta data, 1970, durante o Plano de Ação, que era por volta de 1959, o DOP também fazia fóruns paralelos a esses que eram contratados. Que padrão tinham?

Marcolino: Também não tinha padrão, cada arquiteto fazia do seu jeito. O importante é que a padronização que houve foi do projeto.

Tereza: Mas só a partir de 1970?

Marcolino: Não, é anterior a 70. Isso aqui foi uma formalização.

Miguel: Então vocês já padronizavam antes?

Marcolino: Já padronizávamos.

Tereza: Os “F” foram a partir de quando?

Marcolino: No governo anterior ao Abreu Sodré.

Tereza: Laudo Natel?

Marcolino: Isso.

Tereza: E aqueles de Barretos de São Carlos, que ...

Marcolino: Esses são dos anos 40.

Tereza: Quarenta?

Marcolino: Quando a repetição do “F” estava batendo nos oitenta, isso já estava cansando, além disso, tinha uma dificuldade enorme para sua ampliação. Aí o Secretário Manuel Pedro Pimentel, do Governo Paulo Egídio, ele manteve o decreto, mas só amplia criando os módulos.

Miguel: Quem idealizou os módulos?

Marcolino: Qualquer arquiteto pode propor.

Miguel: Não, mas a idéia de fazer de quem foi?

Marcolino: Aí a gente já tinha bastante experiência e então a gente fez uma equipe multidisciplinar com o Eduardo Lebrão, o atual Presidente e Secretário daqui, que ele era Assistente do Manuel Pedro Pimentel. Então a gente fez uma equipe e montou o MPP, as iniciais de Manuel Pedro Pimentel; depois ele

foi para a Secretaria de Segurança e ele queria reconstituir essa equipe para continuar a fazer isso, também com a possibilidade de desenvolver isso. Veio o Governo Paulo Egídio, depois do Paulo veio Maluf, depois Quércia com as delegacias, aonde veio a idéia de tirar o preso delas. E a evolução disso foi tão grande que hoje preso não tem contato com polícia nenhuma, ficam no prazo mínimo ali e já vai para o Centro de detenção provisória.

Marluce: Esse aqui é o meu currículo.

Miguel: O pré-moldado de quem é?

Marcolino: O pré-moldado fomos nós que idealizamos, quem deu assistência foram engenheiros do departamento, tinha experiência nisso aí.

Miguel: Ma eles chegaram a montar uma fábrica de pré-moldados?

Marcolino e Marluce: Não.

Marcolino: Era empreitado e o empreiteiro que construía.

Miguel: Ele montava tudo?

Marcolino: Ele montava o sistema dele. Era um pré-moldado feito na obra.

Miguel: Mas tinha todos os sistemas, laje, viga, vedação.

Marcolino: Tudo. Você tem que conhecer essas delegacias, vale a pena.

Miguel: Então o empreiteiro montava as tirças de pré-moldado na hora no canteiro.

Marcolino: Isso.

Marluce: Eu comecei com os MPP como fóruns, você começou antes (ao Marcolino).

Marcolino: Eu tenho um documento que tem toda a relação das obras que diz: Fórum F1 locado em tais municípios. É um atestado que vou te arrumar, uma cópia, porque lá você vai ver a quantidade de obras locadas. Esses fóruns eu acabei fazendo praticamente sozinho.

Marluce: Fez tudo sozinho.

Marcolino: O “F”.

Marluce: O de elemento vazado de torreão azul... Tem três ou quatro tamanhos.

Miguel: Esse tipo de documentação é muito importante de ser divulgado. Veja, hoje não tem mais plano, não tem mais esta produção...

Marcolino: Mostrando outros decretos de fóruns de 1986, lê: “altera as normas técnicas e administrativas dos fóruns”, está vendo, é tão leonino que, se eu contratar você para fazer um Fórum a partir desse decreto, no fim está claro que você tem que seguir ele rigidamente. Não pode fazer nada fora da lei. Tem

um outro que escreve assim: “cubículos de notas tal, tantos metros quadrados...” Da área, não tem jeito, a única variação que você tem é na... Tem um que fala área de circulação tanto por cento. De parede tanto por cento. No fim fala, não pode desobedecer isso.

Miguel: O objetivo de padronizar barateava com tantas restrições?

Marcolino e Marluce: Barateava. Dava uma enxugada.

Miguel: Pelo porte já barateava.

Marcolino: Outra coisa, quer dizer praticamente em cima disso, teve um sistema construtivo muito simples, como, por exemplo, das delegacias, nos Fóruns não foi permitido sistema construtivo complexo porque muitas vezes tinha quem pegava a concorrência, era uma empresa do local, por recomendação da justiça. Eu sempre quis partir para o negócio pré-moldado, negócio mais industrializado, então quem pegava era uma empresa do local e ele não tinham acesso às novas tecnologias, então para levar de São Paulo para lá ficava impossível. A idéia era fazer “feijão com arroz”.

Miguel: Naquele momento em São Paulo, o metro quadrado onde dava para fazer uma obra mais sofisticada usando pré-moldado, vis-à-vis com uma obra convencional, era 20% mais barato?

Marcolino: Não era bem definida essa porcentagem. O pessoal reclamava um pouco, baixava o nível de sofisticação do edifício, mas, mesmo assim, das principais salas era dos juízes.

Miguel: Tem a padronização, mas tem, também, uma nova tipologia de materiais concorrendo para baratear os custos da obra.

Marluce: Hoje não se faz Fórum, a não ser sem ter ardósia; em compensação, o MPP era do “Marcopiso da Marcovan”, naquele tempo dava dinheiro para fazer isso.

Miguel: Então já começou a alterar...

Marcolino: Veja no decreto, tinha item por item.

Miguel: E quando o terreno não dava, como é que vocês faziam?

Marcolino: Eu conheço 280 cidades de São Paulo, saber chegar e sair, porque eu tinha que rodar a cidade para ver o melhor lugar, porque em geral esses terrenos eram oferecidos pelo prefeito.

Miguel: Mas em cidades que não tinha uma topografia menos generosa...

Marcolino: A Maria Lúcia teve problemas... Aquele “prefeitinho”.

Marluce: Ele me obrigou a aceitar aquele terreno junto com o de Atibaia, Piracaia. Eu falei que não podia aceitar e fui obrigada, eu escrevi “não aceito”, mas a autoridade diz tem que ser. Semana passada, um juiz quis uma área para

o OAB que eu não concordei, escrevi nos autos, mas não teve jeito. Mandou para o tribunal e ele aceitou, em Piracaia também foi assim (Desenha um terreno íngreme e fala da dificuldade de assentar um padrão “F”).

Miguel: Mas os projetos vocês fez todos ou contratava alguns?

Marcolino: Contratava. A Tereza conheceu o do Sanovicz.

Tereza: Bragança Paulista.

Miguel: Fiquei curioso como você assentou o Fórum?

Marluce: (mostra o desenho com um grande corte para o assentamento e diz) Fiz compensação para não ter que levantar terra. Calculei tudo, fiz uma ladeira e talude, o prefeito foi reclamar para o Marcolino dizendo que eu era perigosa.

Marcolino: Tem decretos que modificam os primeiros...

Marluce: O tribunal revoga áreas que já tem. O de pequenas causas hoje virou uma vara, era para ser mais rápido, hoje precisa de mais área. Muda as estruturas jurídicas internas e os fóruns estão feitos.

Marcolino: (entrega pastas de decretos e palestra) Uma vez, o ex-secretário de saúde, o Pinotti, se irritou e disse “que DOP é esse, que só cria problema?” Ele me apelidou de “tigrão”. O hospital da mulher... Uma coisa é importante: você está fazendo um levantamento que pode saber o que funciona e o que não funciona e você vai ver que tem muita coisa que sai da legislação.

Marluce: Quando o MPP foi feito em 1975, todos os cartórios, casamento, imóveis funcionavam dentro do fórum. Então essa uma razão pelo qual o MPP é um fórum que continua agüentando, porque saíram todos que não tinham ligação com o tribunal e deu lugar ao crescimento do próprio fórum. O FAM já foi criado quando eles já tinham saído, por isso que hoje a ele não cabe quase nada. Porque só havia os de ofício, hoje a ele não cabe nada e o MPP acomoda muito bem. Agora, no passado, veio outra lei, a de Pequenas Causas, o que tratava sobre briga com o vizinho e iam numa salinha e resolvia, agora o tribunal transformou isso numa vara e cartório, tem sala de juiz.

Marcolino: É uma vara a mais só para atender pequenas causas.

Marluce: Então foi para trás e o fórum ficou o mesmo.

Miguel: E aí vocês têm que reformar?

Marluce: Não, fica lá e reclamam que eles não funcionam, o arquiteto não sabe fazer, etc.

Miguel: Mudou o programa e o edifício tem que dar conta.

Marcolino: Esse negócio do brise é importante ver como funcionava. Eu fui obrigado a projetar um prédio que pudesse ser locado em qualquer situação,

não me preocupei com a fachada propriamente dita e criei um brise que desse uma unidade do prédio. Esse brise era para ser pré-moldado, mas aí surgiram as dificuldades das firmas locais, aí eu tive que bolar um sistema para o sujeito fazer isso no canteiro.

Marluce: Até hoje se faz isso...

Marcolino: Molda um por um, como se fosse um elemento vazado a “Reago”, fez um agora e me consultaram do sucesso dele. Eu fiz uma projeção do sol.

Marluce: Um estudo de insolação

Marcolino: Para determinar aquela profundidade do elemento vazado, para não ter sol batendo diretamente e frestas em todas as situações. Solstício, equinócio.

Miguel: Qual a espessura?

Marluce: Quarenta centímetros. Mas por isso que ele tem duas paredes fechadas, sem nada e uma janela com brise, rotaciona e dá certo. Não é à toa que ele está ali.

Marcolino: Mas isso depois deu uma unidade na coisa, você falou da característica que virou uma marca... Eu já vi um outro tipo em outro lugar.

Marluce: Tiraram porque caiu. O pessoal fez com material ruim.

Marcolino: Porque a idéia disso aí era que era para ser feito inicialmente em pré-moldado em concreto celular, que aliviava seu peso.

Marluce: Com argila expandida.

Marcolino: Aliviava porque aquilo era um balanço. Depois, então, resolveram fazer em concreto mesmo, mas aí passou a ser feita com argila expandida, senão engrossava muito.

Miguel: Argamassa armada vocês nunca tentaram?

Marluce: Não, mas aquilo é muito estreito.

Marcolino: É muito estreito e não dava para fazer muito peso, teve um artifício no sistema construtivo, tem uma viga que sustenta, levantava a parede.

Miguel: Trava e sustenta. Quem era o engenheiro?

Marcolino: Inicialmente, foi feito um projeto básico por um engenheiro nosso do departamento, o Novaes, e depois cada empresa resolvia o projeto dela. Porque a gente não fez elétrica e hidráulica? Tínhamos uma base de tudo, mas direito autoral, se eu contratasse um projeto para depois repetir durante dez vezes, tinha um problema de direito autoral nos órgãos competentes (CREA). Se você é contratado num projeto básico que se repete no contrato, tem um limite de X para fazer e aí você recebe 100% pelo primeiro, 70% pelo segundo, 50% pelo terceiro, 40% pelo quarto, até 20% pelo último, dali para frente você não

receberia mais nada porque o IAB e o CREA “caíam matando”. Nesse caso, tivemos que dar o básico e cada um contratava o seu calculista.

Miguel: Mas o desenvolvimento também fazia, contratavam um arquiteto que também fazia, ou não?

Marcolino: Aí sobrava para a gente, porque tínhamos que conferir, aprovar, depois vinha aquele negócio, parede de quinze vinha com cinco...

Miguel: E o arquiteto?

Marcolino: A gente tinha que chamar e ele e...

Marluce: Até hoje é assim, um problema.

Marcolino: Projeto executivo é um problema em obras públicas. Ou você contrata o arquiteto e fala para ele “olha, você é responsável por tudo.” Você contrata vários e a responsabilidade fica com o departamento. Porque cada um é dono da verdade e quer fazer do seu jeito, não tem como você se impor.

Marluce: Mas às vezes a gente tem que ser ditatorial! O brise, nesse projeto de 75, o “F” ele tem para qualquer lugar, os outros também e tinha que fazer outro projeto, então a gente criou, no MPP, grandes brises horizontais e platibandas e vertical. Aí a gente fez brise pendurado na fachada, que previa o norte da rua tal, brises na rua tal, só que, quando a obra está sendo feita, o dinheiro acabava antes e, como ele era por último, ficava sem. Tem muitos que ficaram com sol.

Marcolino: No F1, F2, F3, não bate!

Marluce: Lógico, porque era...

Tereza: O FAM já tem um brise vertical pré-moldado na alvenaria, na vedação.

Marluce: Tem. O “F” tem o mesmo brise, o LAF tem, o MCJ...

Miguel: Quem fez esse projeto?

Marluce: Eu. Você conhece ele?

Miguel: Quando a Tereza me mostrou, eu vi que tem uma diferença muito grande!

Marluce: Vou te explicar o porquê. Naquele período, veio a proibição do uso do cimento amianto, em 2000, então não dava mais para fazer platibanda com um telhado de 30%; no de 16% dava. Então eu tive que usar telha de barro. Sendo telha de barro, eu tive que usar arquitetura de telha de barro. Tinhas as empenas, e eu tirei partido da inclinação. Usei os beirais, tirei a chuva de dentro do prédio, tem as calhas onde cai a água, você olha a calha grande.

Miguel: Quando eu trabalhei em Santo André, as piores coisas que tinham era impermeabilizar a laje.

Marluce: Aí eu achei muito estranho e fiz este, o MCJ, bem inclinado, mas não de concreto.

Marcolino: Mas o importante foi que o salão do júri saiu do corpo principal do Fórum, isso é lugar sagrado para a Justiça, mas é um espaço nobre e júri tem uma vez ou outra, é esporádico. Então ele pode ser bastante utilizado para a cidade, para a comunidade e é super rígido, mas quem autoriza o seu uso é o Tribunal. Então, a primeira tentativa foi o de Piracicaba: tivemos muitos problemas. Nesse último (MCJ), nós fizemos quatro módulos e colocamos o salão do júri quase para fora. Tem acesso livre, tem passagem exclusiva para o preso.

Marluce: Mostra outro lugar, em outro projeto, com acessos especiais.

Marcolino: O juiz não pode sair na rua. O Fórum em que foi Julgado o Pimenta está errado, Ibiúna, porque tem o lugar do juiz e o réu e jurados, e promotor tem que estar longe do réu, mas à direita do juiz, em lugares invertidos. Os jurados têm que estar de costas para a luz, o réu de frente da luz, para se observar suas expressões durante o julgamento. As testemunhas têm que estar separadas, defesas e acusação. O juiz fala, todos ficam quietos. Tem uma hierarquia absoluta e respeitosa.

Miguel: Você é arquiteto formado onde?

Marcolino: Na FAU em 1960. Fiz o concurso para fazer o convite da turma, o Ludovico ganhou, cuidei da formatura, era tesoureiro. Caron entrou antes e se formou depois de mim.

Tereza: Você é da mesma turma, Marluce?

Marluce: Não, eu me formei antes, em 1958, junto com o Abraão.

A entrevista com o Prof. Dr. Celso Lamparelli não foi transcrita.